

1
2005

BOLETIM CULTURAL

VILA NOVA DE FAMALICÃO

BOLETIM CULTURAL

BOL



1 III SÉRIE 2005

BOLETIM **CULTURAL**

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Boletim Cultural
Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão



III série | nº1

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

DIRECTOR

Armindo Costa
Presidente da Câmara Municipal

COORDENADOR

Artur Sá da Costa

CONSELHO CONSULTIVO

António Joaquim Pinto da Silva, António José Queiroz, Becerra Costa, Felisbela Oliveira, José Agostinho Pereira, Leonel Rocha, Luís Paulo Rodrigues, Manuel Arménio Almeida, Norberto F. Cunha, Sérgio Paulo Guimarães Sousa.

DESIGNER DA CAPA

Rui Dário

SECRETARIADO

Alexandrina Costa

COLABORAM NESTE NÚMERO

António Joaquim Pinto da Silva, A. Martins Vieira, Maria de Fátima Castro, Jorge Alves, Emília Sampaio Nóvoa, Augusto Castro Pereira, José Manuel Lages, Manuel Cunha, Oliveira Bente, António José Queiroz, Fernanda Ribeiro, Miriam Halpern Pereira, Maria Margarida Lima Faria, Henrique Barreto Nunes, José Agostinho Pereira.

EXECUÇÃO GRÁFICA

SerSílito - Maia

TIRAGEM

500 exemplares

ISSN

0871-3308

DEPÓSITO LEGAL

22605/90

Índice

Apresentação

por *Armindo Costa, Arq.*
Presidente da Câmara Municipal

Editorial

por *Artur Sá da Costa*

I – Memória e Património

As capelas de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora das Dores
na freguesia de Santa Maria de Landim – breves notas para a sua história

por *Maria de Fátima Castro*

História sumária da freguesia de Vale de (S. Cosme)

por *A. Martins Vieira*

Uma Tipografia Famalicense nas Letras Poveiras
A Tipografia Minerva e a Fundação de «O Comércio da Póvoa de Varzim»

por *Emília Nóvoa Faria*

Manifestações colectivas religiosas e culturais:
A festa religiosa e a romaria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe

por *José Manuel Lages*

II – Estudos

Riopele

Revisitação de um sonho fabril

por *Jorge Fernandes Alves*

Indústria dos Botões: o Louro

por *Augusto Castro Pereira*

Subsídios para o estudo do movimento associativo famalicense:
1911, o ano das associações em Famalicao | 87
por Augusto Castro Pereira

Riba de Ave – preservar a memória | 93
por Manuel Cunha

A Via Dolorosa, Bosquejo Camiliano | 95
por Oliveira Bente

III – Museu Benardino Machado

José Domingues dos Santos: um republicano no exílio (1927-1954) | 105
por António José Queiros

IV ENCONTROS DE OUTONO

Memória, História e Património – bibliotecas, arquivos e museus | 123
textos das conferências

Memória, História e Património | 125
por Miriam Halpen Pereira

Os Arquivos na era pós-custodial:
reflexões sobre a mudança que urge operar | 129
por Fernanda Ribeiro

Qual o papel dos museus na sociedade actual? | 135
por Margarida Lima de Faria

Esta frágil memória de um povo (Bibliotecas, livros e património) | 145
por Henrique Barreto Nunes

Arquivos familiares e pessoais
Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo | 153
por Armando B. Malheiro da Silva

IV – Arquivo Histórico Alberto Sampaio

Relatório de Gerência de Álvaro Marques (1952/57) | 179
anotações de António Joaquim Pinto da Silva

V – Informação

Informação Cultural	223
<i>por José Agostinho Pereira</i>	
Casa-Museu Soledade Malvar	223
Centro de Estudos	223
Presidentes da República	224
Museu do Caminho-de-Ferro	224
Adriana Calcanhoto	225
João Afonso Machado	225
Museu da Indústria Têxtil	225
A Personagem na Novela Camiliana	226
Encontros de Outono'2003	226
Estação Arqueológica de Delães	227
Prémio de História Alberto Sampaio	227
Figuras e Instituições Famalicenses	228
Manuscritos de Bernardino Machado	229
Grande Prémio de Conto	230
Oposição ao Estado Novo em Famalicão	231
Maletas Pedagógicas	232
Museu da Presidência da República	232
Mosteiro de Landim	233
Outonos Poéticos	233
Jorge Reis Sá	234
Professores Brasileiros em Seide	234
Arquivos Industriais	235
Museus Famalicenses apoiados	236
Globalização e Multiculturalismo	236
Terras Camilianas	237
800 Anos de História	238

Apresentação

por *Armindo Costa, Arq.*
Presidente da Câmara Municipal
de Vila Nova de Famalicão

Dinâmica e projecção

O relançamento do Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão, que foi uma das primeiras decisões políticas logo que assumi a coordenação do pelouro da Cultura, concretiza-se agora com uma edição que traduz a dinâmica e a projecção das acções desenvolvidas pela Câmara Municipal ao nível da sua política cultural.

Apostar na Cultura, é apostar na única via onde os Famalicenses podem afirmar a sua identidade, contrariando a tendência para esbater as diferenças entre municípios ou entre países, que o recente fenómeno da globalização favorece.

Se existem projectos municipais que estão acima dos mandatos autárquicos, que, embora legítimos, transitoriamente nos são conferidos, este Boletim Cultural é, sem dúvida, um deles. Trata-se de uma publicação que procura traduzir no papel os valores culturais de Vila Nova de Famalicão, os quais são de todos os Famalicenses.

Por outro lado, o Boletim Cultural tem igualmente a vantagem de incentivar o estudo e a reflexão dos mais diversificados assuntos locais, acolhendo investigações sobre o concelho. Porém, só agora foi possível retomar a sua publicação.

Acontece que tivemos que enfrentar outras prioridades. Todos sabem que resolvemos com êxito, mas "in extremis", a candidatura da Casa de Camilo – Centro de Estudos; pusemos termo a acções litigiosas, que ameaçavam eternizar-se e levavam à estagnação de alguns equipamentos importantes, como o Museu Bernardino Machado e o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave. Abriram-se novas frentes de trabalho, como a dos estudos arqueológicos, onde implementámos uma nova política para o sector, através da aquisição de terrenos com interesse arqueológico e museológico. Um exemplo paradigmático desta política é também a dinamização da Casa das Artes, onde disponibilizamos mensalmente um programa de qualidade e eclético.

Em suma, o plano de acção cultural deu continuidade a muitos projectos, reavaliou outros, incorporando-lhe novas dinâmicas, sempre com a preocupação permanente de os rentabilizar e tirar melhor partido para o interesse público. Houve ainda tempo e oportunidade para lançar novos desafios.

O Boletim Cultural é mais uma peça deste painel diversificado e plural de actividades artísticas e culturais do município. Ele tem todas as condições para ser uma alavanca desta dinâmica, congregando os agentes e instituições culturais do concelho e da região.

Projecto transversal e plural

Com a publicação deste volume do *Boletim Cultural* – o primeiro da 3ª série – dá-se continuidade a um projecto editorial e cultural, cujas raízes próximas entroncam no início dos anos 80 do século passado, o qual só encontra paralelo, entre nós, em dois ou três casos, dos quais a *Nova Alvorada*, é um dos mais conseguidos.

Vencem-se, desta forma, contingências de tempo e de oportunidade, e ultrapassam-se vicissitudes de ciclos eleitorais, com lógicas de mudança inevitáveis, (antes mesmo de desejáveis), em sociedades democráticas abertas.

O aviso fica, para que conste, mas sobretudo, para que a força das ideias se faça sentir e a superioridade dos princípios e dos valores, sobre a precariedade das funções e a transitoriedade dos mandatos, mesmo que legítimos, seja escutada.

Em suma, as instituições, o seu prestígio, os fins que prosseguem, seja qual for a sua natureza (política, cultural, ou outra), têm exigências que estão acima do efémero da vida das pessoas e das funções que ocasionalmente ocupam.

Sendo este número, o início de uma série, adquire por isso mesmo uma unidade identitária. Todavia, une-o aos números das séries anteriores os mesmos objectivos. Muda a direcção, alteram-se os aspectos gráficos, ajustam-se os critérios editoriais, cria-se um conselho consultivo, mas prevalece a matriz fundadora, a qual se pode sintetizar em duas ou três ideais força convergentes: divulgar os trabalhos das actividades culturais do município; acolher estudos exteriores à autarquia, com ela relacionados; incentivar a investigação e a reflexão no e sobre a realidade do concelho.

Um relance, ainda que rápido, sobre o sumário dos trabalhos reunidos neste número devolve-nos a ideia de uma diversidade de assuntos e de uma pluralidade de autores. Acresce um outro aspecto, que acaba por marcar a organização dos temas e do próprio volume, traduzido na atribuição de capítulos autónomos a algumas instituições culturais, como o Museu Bernardino Machado e o Arquivo Histórico Alberto Sampaio.

Poder-se-á até afirmar, que estão nestes capítulos, em particular no dedicado ao museu Bernardino Machado, os estudos mais substanciais deste número do *Boletim Cultural*, com destaque para os textos das conferências dos IV Encontros de Outono, subordinados à temática das bibliotecas, arquivos e museus. São trabalhos de especialistas, de grande qualidade e actualidade, que valorizam qualquer publicação, até porque são imprescindíveis a quem necessita ou gosta de acompanhar o pulsar ou quer ter um conhecimento actualizado e aprofundado destes assuntos.

Por seu turno, os relatórios de gerência da presidência de Álvaro Marques de 1952/57, até à data desconhecidos da opinião pública, são um contributo valioso para o conhecimento deste conceituado autarca. Mas, o que deve ser aqui sublinhado, é a vontade expressa da autarquia em divulgar, com periodicidade, documentação histórica do nosso concelho. Ninguém duvida da utilidade e importância deste procedimento no desenvolvimento dos estudos da história de V.N. de Famalicão. Os outros capítulos, reúnem um conjunto

diversificado de trabalhos, tendo a memória, a história e o património cultural como um traço de união. Landim, em particular, as capelas de N. S^a do Amparo e N. S^a das Dores, regressa à reflexão de Maria de Fátima Castro, já depois da edição dos seus dois livros consagrados àquela freguesia. Aqui desvendam-se as raízes de duas capelas antiquíssimas, hoje encerradas e em decadência. Que o seu apelo à recuperação e valorização não fique em vão. Já Martins Vieira, debruça-se sobre outra freguesia do concelho, no caso S. Cosme do Vale, ou, mais propriamente Vale S. Cosme, traçando-lhe o percurso histórico, fazendo-o, como é seu timbre, com base em fontes documentais sólidas. O artigo de Emília Nóvoa tem a curiosidade de nos revelar as ligações centenárias entre o *Comércio da Póvoa de Varzim* e a famalicense tipografia Minerva, onde os primeiros números daquele jornal foram impressos. António Santos Graça e Manuel Pinto de Sousa estão no centro desta relação. José Manuel Lages, depois do seu livro sobre a confraria de N. S^a do Carmo, desenvolve no estudo que escreveu para o boletim cultural o culto mariano daquela confraria.

O dossier dedicado à informação cultural deve ser visto como uma selecção cronológica, necessariamente aleatória e restritiva das actividades sócio-culturais do município. Mesmo assim, é possível detectar que deste conjunto de breves *flashes*, emerge uma política cultural diversificada e plural, onde as artes e o espectáculo se cruzam com as acções de preservação, recuperação e animação do património cultural, seja arquitectónico, literário ou documental. Mas onde também os apoios e incentivos à criação artística e à edição de obras (literárias, musicais, etc.), convivem com a conservação e organização dos acervos documentais e museológicos.

Será caso para dizer que, neste núcleo de actividades (ainda que meramente indicativo), múltiplo e variado da política cultural municipal se sintetiza e ultrapassa a antiga e sempre actual querela teórica, em que a direita e a esquerda se confrontam, sobre as funções culturais das autarquias.

I

Memória e Património



As capelas de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora das Dores na freguesia de Santa Maria de Landim

– breves notas para a sua história

por Maria de Fátima Castro *

1 – A antiga devoção a Nossa Senhora de Landim

Chama-se Santa Maria de Landim a freguesia sobre a qual neste breve artigo deixaremos algumas notas quanto à devoção mariana da sua população e da sua anexa Santa Marinha de Landim. O culto a Nossa Senhora, sob diversas invocações, sobressai nas devoções antigas do povo de Landim. Quando os cónegos regrantes aí se instalaram, já uma pequena imagem de Nossa Senhora, a que então os devotos “davam o título de nossa Senhora da Basta”, devia existir numa ermida próxima do mosteiro que fundaram. A ermida, “como era antiquíssima (...), veio a arruinar-se, e os Religiosos do Mosteiro, que eram os administradores dela, porque ficava situada nas suas terras”, embora pudessem facilmente proceder à sua reedificação, não o fizeram, optando antes por trasladar a imagem à sua igreja onde lhe podia ser prestado “mais culto e veneração”. Sob o título de Rainha dos Anjos Maria Santíssima e Nossa Senhora de Landim veio a ser invocada. Em 1712 diz-nos Frei Agostinho de Santa Maria que “Obrava nosso Senhor antigamente por meio desta Santa Imagem infinitas maravilhas, como ainda hoje obra, porque nas necessidades públicas de Sol ou de água a tiram do seu altar e a levam em procissão a Vila Nova de Famalicão, distante do Convento de Landim quase duas léguas, e sucede que logo nosso Senhor ou dá serenidade ou água, segundo a necessidade o pede”. As preces dos fiéis, de Landim e das freguesias vizinhas, que acompanhavam este cortejo eram, pois, atendidas, assim o diz o autor que estamos a seguir.



▲ 1a – Placa com o nome da Rua da Senhora da Basta



▲ 1b – Placa com o nome da Travessa da Senhora da Basta

* Professora do Ensino Secundário

¹ Fr. Agostinho de SANTA MARIA, *Santuário Mariano*, 1712, Tomo Quarto, 120-122. Outro autor, Jorge CARDOSO, in *Agiologio Lusitano*, tomo 2, também se refere a Nossa Senhora de Landim.

Na procissão juntava-se muita gente, de Landim e de outras paróquias, "com suas Cruzes e guiões". Chegando perto de Vila Nova, punha-se em ordem a procissão "e começam dali as Ladaínhas e as vão entoando até à Igreja Matriz e depois, de feita a sua rogativa, tornam a voltar com a Senhora para o Convento de Landim. É esta Santa Imagem da Senhora muito pequena, e é de escultura de madeira, mas perfeitamente obrada. Está naquele Templo com grande veneração, é sagrado, e celebra-se a sua Dedicção a 29 de Abril, e faz-se com oitavário"¹.

A memória desta devoção a N^a S^a da Basta encontra-se assinalada no nome de uma rua da freguesia, possivelmente nas proximidades do local tido como o do achamento da imagem acima descrita. Encontrase uma placa com o nome de Rua da Basta colocada na parede da Casa da Boavista, datada de 1775. Uma outra placa, também alusiva a essa memória, dá o nome a uma pequena artéria nas proximidades daquela.

A devoção à Virgem Maria continuou a revelar-se pelos tempos adiante nesta antiga freguesia. Nela localizam-se duas capelas também dedicadas a Nossa Senhora. Embora actualmente estejam fechadas a celebrações religiosas, foram já apreciáveis lugares de culto, numa privado e noutra público, e que os documentos registaram. Dedicamos-lhes a seguir alguma atenção mais pormenorizada, como o título deste texto sugere.

2 – A capela de Nossa Senhora do Amparo

A meio da Rua do Divino Salvador, da freguesia de Ruivães, converge a Rua das Almas, da freguesia de Bente. Daí parte a Rua de Oliveira, da freguesia de Landim. Seguindo esta rua e percorridos cerca de 500 metros desembocamos num pequeno largo ao fundo do qual vemos a capela de que aqui trataremos. É esse o caminho que nos leva mais facilmente ao encontro desse pequeno templo que nos primeiros tempos da sua existência era denominado de capela de Oliveira por se encontrar localizado no lugar chamado de Oliveira, em Santa Marinha, e igualmente inserida na propriedade rural que na primeira metade do século XVIII já é claramente identificada por quinta de Oliveira.

No tímpano desta capela está assinalado o ano de 1868. Mas a sua construção remonta à década de 1640. Aquela data reporta-se tão somente a obras de restauro ou de conservação. No meio do pequeno largo, um cruzeiro assente em pedestal cúbico talhado com algum esmero levanta-se sobre uma dupla base de pedra. Nas quatro faces laterais do pedestal uma legenda revela-nos a invocação por que a capela passou a ser referenciada e relaciona-a com o simbolgia da cruz:

A cruz / nos seja / amparo / e guia perpetua 1870.

Lá está a palavra amparo que, associada à invocação da Virgem Maria, passou, não sabemos rigorosamente desde quando, a qualificar a denominação da capela.

A fachada deste pequeno templo de planta rectangular está voltada a Nascente e apresenta-nos dois planos. No primeiro, correspondente ao corpo da capela e delimitado por cunhais de granito, abre-se a porta de acesso com ombreiras de cantaria simples, tal como o lintel. Um pequeno óculo oval abre-se acima de uma cornija em granito bem talhado em papo de pomba que, sobre o lintel, enquadra e protege aquela porta. Em segundo plano, ergue-se um tímpano triangular orlado de moldura esquadriada que nos dois lados exteriores é reforçada por moldura côncava. Este tímpano recebe no topo uma cruz.

Os dois planos da fachada são separados por um enfiamento de granito em cantaria cujas extremidades convergem nos topos dos cunhais. Estes são rematados por dois pequenos pináculos em forma de pirâmide e erguidos em singelos pedestais que, tal como a cruz, assentam sobre bases em forma de prisma quadran-

gular. Junto do cunhal do lado Sul está um pequeno sino dependurado em suporte de ferro forjado. Na parede desse mesmo lado abre-se uma janela e a porta de comunicação com o interior da propriedade. Do lado Norte, um corpo mais baixo, para servir de sacristia, ergue-se a todo o comprimento dessa parede lateral.

Atentemos nas primeiras notícias relativas a essa capela, começando pela escritura de doação e obrigação datada de 2 de Dezembro de 1648 que Pedro de Oliveira, da freguesia de Santa Marinha do couto de Landim, termo de Barcelos, fez de quatro medidas à capela que construira na sua quinta da mesma freguesia, anexa a Santa Maria de Landim, como já referimos. Esse acto tabeliônico teve lugar nas casas da morada de Pedro de Oliveira e sua mulher Paula Rodrigues, por António Pinto Barcelos, tabelião do público e judicial na vila de Barcelos e seu termo².

Residia este casal na aldeia de Oliveira, lugar daquela freguesia. Pedro de Oliveira, oficial do Santo Ofício, era filho de Manuel Pires, de S. Pedro de Riba de Ave, e de Catarina Fernandes. De Paula Rodrigues desconhecemos a filiação.

Diziam estes instituidores que tinham feito uma capela junto da sua quinta e que “está o corpo da dita capela dentro da dita quinta e tem a porta principal para fora livre”. Doavam para a sua fábrica e ornamentos “quatro rasas de pão meado” que lhes pagava Domingos Gonçalves da referida freguesia, as “quais são de dizimo a Deus”. Podiam, por isso, aplicar essas medidas na instituição que faziam. Eram pagas pelas herdades, cortelhos e vinhas que ele, instituidor, tinha detrás da igreja de Santa Marinha. Como garantia dessa doação obrigavam para sempre, para “todo o tempo do mundo”, a “sua quinta e todos os seus bens e terços de suas almas”.

Pouco depois, em 18 de Dezembro de 1648, foi concedida licença para se celebrar missa nesse templo. Vê-se por esse documento que o Doutor Francisco Pereira Salgado, Provisor e Vigário-Geral, considerando que a dita capela tinha a fábrica e ornamentos, como constava da informação do pároco, e que, como vimos, a escritura acima referida atestava, dava licença ao Reverendo Abade ou a qualquer outro sacerdote para benzer a capela na “forma do ritual romano” e que, “depois de benta”, concedia autorização para nela “dizer missa e celebrar os divinos ofícios”³.

Assim ficou instituída uma capela naquela quinta da freguesia de Santa Marinha, anexa a Santa Maria de Landim.

O estudo da população desta freguesia, que esperamos apresentar em breve, mostra-nos que estes proprietários e os seus descendentes fizeram celebrar nesta capela baptizados, casamentos, funerais e que muitos deles aí se fizeram sepultar.



▲ 2 – Capela de N^a S.^a do Amparo, no lugar de Oliveira, em Landim.

² A D B/ Registo Geral, livro 21/204.

³ A posse desta capela e a obrigação de missas que nela havia, foram argumentos usados pelo inquirido António Rafael Pereira Machado, candidato a ordens sacras e membro da família de que aqui tratamos, para fundamentar essa pretensão. Ele queria “permanecer no estado eclesiástico para melhor servir a Deus”. Havia necessidade de sacerdotes na dita freguesia, como evidenciava a certidão que juntava. Além disso, a capela que seu pai, o capitão Francisco Pereira Marinho, administrava tinha obrigação de missas. Sendo ele ordenado sacerdote, poderia cumprir com essas obrigações. Por isso recorria ao arcebispo primaz “a fim de o admitir a ordens” (*Inquirição de genere* n.º. 7259).

O primeiro acto religioso que nela teve lugar e de que nos ficou documento data de finais de Novembro de 1664 e diz respeito ao funeral de Paula Rodrigues, falecida a 29 desse mês. Pedro Oliveira, seu marido e depois casado em segundas núpcias com Ana Machado, de S. Tomé de Negrelos, tendo falecido subitamente em 28 de Dezembro de 1685, certamente também aí foi sepultado. Mas o assento de óbito não o diz expressamente.

Deste segundo casamento nasceu Custódio em 26 de Dezembro de 1667 o qual veio a falecer em 18 de Agosto de 1703, casado com Úrsula Leite Brandão. Por isso, o filho Rafael, falecido com 16 anos em 1710, era o seu sucessor neste morgadio: ele era o "morgado da sua capela de Oliveira", diz-nos o assento de óbito.

Também um clérigo natural de S. Pedro de Riba de Ave, tio de Pedro de Oliveira e, talvez, o inspirador da fundação desta capela, foi nela sepultado em satisfação da vontade que manifestara.

Por "Oliveira" ou "aldeia de Oliveira" era muitas vezes identificado o local da propriedade desta família. A palavra "quinta", associada ou não a "Oliveira", embora apareça no documento da instituição desta capela, era, nos primeiros tempos, menos frequente nos assentos paroquiais. Torna-se mais usual a partir da década de 1730, aparecendo uma vez ou outra acompanhada do possessivo "sua".

Quanto à capela propriamente dita, como espaço onde tinham lugar diversos actos religiosos, encontramos a própria palavra "capela" para a denominar logo no primeiro acto que nela se realizou: em 1664, no assento de óbito de Paula Rodrigues, ela é usada precedida do possessivo "sua". E assim aparecerá posteriormente em diversas ocasiões.

A denominação de "capela da sua casa", embora pouco usual, também aparece, tal como, por exemplo, no registo do óbito de D. Maria Isabel, filha de Tomé Alexandre de Paiva Pereira Marinho e de D. Mariana Engrácia da Costa e Vasconcelos, a qual, "tendo recebido na sua doença os sacramentos da Penitência, Sagrado Viático e Extrema-Unção", "deu a alma a Deus na comunhão da Santa Igreja" a 1 de Maio de 1809 e foi sepultada "na capela da sua casa". "Embrulhada em hábito de Nossa Senhora do Carmo", também teve sepultura na "capela da sua quinta, por costume que tem antigo de se sepultarem todos na dita capela", D. Úrsula, falecida a 11 de Fevereiro de 1765, primeira mulher de Tomé Alexandre, de quem abaixo falaremos.

A partir de 1739 a designação de "capela de Nossa Senhora do Amparo" ou, simplesmente, "capela da Senhora do Amparo", já identificava este templo com a invocação por que ainda hoje é denominado.

Vejamos mais alguns exemplos das denominações que encontramos nos diversos assentos:

No registo do óbito de Úrsula Leite Brandão, nora do instituidor, falecida em 22 de Julho de 1752, quase cinquenta anos depois do marido, fora usada a palavra Amparo na denominação da capela: ela foi sepultada "na sua capela da Senhora do Amparo de Oliveira, embrulhada com vestido e manto de seda". Foi a segunda vez que encontramos essa designação. Igualmente no óbito de Maria Josefa, bisneta de Pedro Oliveira, ocorrido em 18 de Dezembro de 1767, lê-se que "foi sepultada na sua capela da Senhora do Amparo, da sua quinta de Oliveira"⁴.

O primeiro casamento de que temos notícia de aí ter sido celebrado ocorreu em 10 de Outubro de 1712: foi o de Juliana Maria Leite Machado com o Dr. Manuel Tinoco Magalhães, ilustre cidadão de Braga. Não obstante terem optado pela residência nesta cidade, casaram-se na capela de Santa Maria de Oliveira, "com licença do Senhor Arcebispo".

⁴ Também pelos assentos de baptismos da segunda metade do século XVIII vemos que esta designação de "capela da Senhora do Amparo" estava consagrada.

Em 18 de Agosto de 1809 outro casamento teve lugar na já regularmente denominada capela de Nossa Senhora do Amparo: Caetano Pereira do Lago e D. Maria Eduarda de Vasconcelos aí celebraram o seu matrimónio.

Os baptizados dos membros desta família fizeram-se ainda por muito tempo na igreja paroquial, embora nem sempre celebrados pelo cura da freguesia. Mas também a ligação à vizinha paróquia de Bente é, em alguns desses actos, atestada, tal como o baptismo de António, da “aldeia de Oliveira”, nascido em 12 de Abril de 1701. Foi baptizado pelo Abade de Bente, Rev^{do} Bento Coelho Pacheco, com licença do pároco de Landim. A igreja paroquial de Bente ficava mais próxima da casa desta família que a igreja paroquial de Landim. Esse facto poderia ter tido alguma influência na sua escolha para esse e outros baptismos.

Tomé Alexandre (filho de Teresa Clara Leite Machado e, portanto neto de Custódio Machado e bisneto do instituidor) nasceu em Landim em 21 de Dezembro de 1732 no lugar de Oliveira e foi igualmente baptizado uma semana depois naquela mesma igreja de Bente pelo Rev^{do} P^e Pregador-Geral da Ordem do Patriarca S. Bento, Frei António dos Prazeres. Para esse solene baptismo foi dado o consentimento do pároco de Landim e, em ausência do abade de Bente, a autorização foi dada pelo seu cura, P^e António Correia. Os diversos intervenientes neste acto deixaram as suas assinaturas no assento lavrado, entre elas a da madrinha, Isabel Faviana de Meireles Pereira.

Pelos registos que os livros paroquiais nos deixaram vemos que pela segunda metade de Setecentos eram solenes as cerimónias de baptismo dos novos membros desta família. Com os doze filhos deste cidadão bracarense, Tomé Alexandre Pereira Marinho, e de sua mulher, D. Mariana Engrácia da Costa Vasconcelos, os baptismos foram, ao longo de vários anos, partilhados entre a igreja de Bente e a capela de Nossa Senhora do Amparo – seis em cada um destes templos.

O sacerdote que geralmente ministrou o sacramento também era familiar chegado: o Rev^{do} Abade de Prozelo, José António Pereira Marinho Falcão, baptizou onze dos filhos deste seu irmão, Tomé Alexandre⁵. O primeiro baptismo celebrado “na capela da sua quinta, no lugar de Oliveira”, realizou-se em 7 de Novembro de 1776 tendo a neófito recebido o nome de Maria do Amparo. Era uma homenagem à padroeira deste pequeno templo. O segundo, o de D. Maria Eduarda, nascida em Landim a 6 de Novembro de 1777, igualmente nela teve lugar, tal como o seu casamento já acima referido.

De que a invocação de Nossa Senhora do Amparo fazia parte das devoções desta família e, certamente, de outros fiéis, também o atesta o facto de ser Nossa Senhora do Amparo adoptada como madrinha. Nesses casos era a sua coroa o símbolo usado para significar essa adopção. Assim ocorreu com o baptismo de Ana Efigénia, nascida a 5 de Setembro de 1780 e irmã das anteriores.

A estes três, há que juntar outros tantos que este casal também fez celebrar na sua capela. Alternando com os baptismos aí celebrados, outros seis filhos de Tomé Alexandre e de D. Mariana Engrácia foram baptizados na igreja de Bente, o que, aliás, não surpreende.

Por meados do século XX a quinta de Oliveira deixa de pertencer a esta família que, com raízes em Landim, teve em Braga destacadas figuras. Pelo seu saber e posição social, algumas delas desempenharam importantes tarefas em vários órgãos de poder local, geralmente ocupados por membros das elites bracarenses.

Hoje a capela de N^a S^a do Amparo perdeu a funcionalidade que outrora teve. Mas ela lá continua e, com todo o espaço envolvente preservado, permite-nos ainda apreender esses e outros aspectos da

⁵ Antes deste, encontramos um outro clérigo, o Rev^{do} Rafael Leite Brandão, Reitor de Cerzedelo e pai de Úrsula Leite, a celebrar baptismos ou a apadrinhar filhos desta senhora e de seu marido Custódio Machado Oliveira.

vida social de que uma e outro foram palco nas suas diversas expressões. É que devemos também ter em consideração as reuniões mais mundanas que, devido a estes actos religiosos ou a outros de natureza diversa, e tendo por espaço de acolhimento a casa daquela família, por ali ocorreram. Foi durante muitas décadas, sem dúvida, a mais destacada casa de Santa Maria de Landim

3 – A capela de Nossa Senhora das Dores

Mais de um século depois da construção da capela de Nossa Senhora do Amparo, foi solicitada a edificação de uma nova capela na antiga freguesia de Santa Marinha de Landim – a capela de Nossa Senhora das Dores, no Largo do Outeiro⁶. Essa pretensão justificar-se-ia, certamente, por dois motivos: a pressão causada pela expansão da população para outros espaços da freguesia – como este – e a devoção do seu fundador, o P^o Manuel Dias de Carvalho, nascido no lugar do Outeiro em 28 de Fevereiro de 1738. Era o terceiro filho de Manuel Dias da Silva e de Maria Carvalho Francisca. Ele quisera ser sacerdote “por serem as freguesias de Santa Marinha e de Santa Maria de Landim muito populosas e de lugares distantes e haver nelas e nas vizinhas grande necessidade de sacerdotes”⁷.

Vejam os que sobre isso nos dizem alguns documentos. Começamos pelo que é datado de 21 de Dezembro de 1777. Trata-se já do registo da provisão desta capela. Para além de nos mostrar a conclusão do processo da sua construção e licenciamento, esta provisão permite-nos conhecer a primeira fase do mesmo, já que acaba por informar também sobre a petição para a edificação e a provisão obtida.

1 – “D. Gaspar, Arcebispo e Senhor de Braga Primaz das Espanhas. Havendo respeito ao que nos representou o P^o Manuel Dias de Carvalho, da freguesia de Landim deste Arcebispado Primaz e pároco Encomendado na mesma, que desejava edificar uma capela, com a invocação de N^a S^a das Dores, ao pé das suas casas no lugar do Outeiro, da mesma freguesia, por ficar longe da Igreja Matriz, ter maus caminhos e ficar um rio no meio, que muitas vezes se não passa, pedindo-nos lhe concedêssemos licença para a dita edificação. Ao que, atendendo nós e ao mais que nos representou o suplicante e considerámos, concedemos licença para que possa edificar a dita capela que será em sítio enxuto e decente, a qual se fará com toda a perfeição devida, com a porta para o público, sem ter alguma (porta) nem fresta para casa particular. E feita que seja e acabada e concluída de todo o necessário, nos requererá para havermos por bem a sua bênção, ficando salvos os direitos e jurisdição do Rev. Pároco”.

O documento continua revelando-nos estar já construída a capela pelo que a provisão podia ser registada:

“E pelo assim havermos, mandamos passar a presente nossa Provisão que será registada no Registo Geral desta Corte, sem o que não valha. Dada em Braga sob nosso sinal e selo de nossas Armas aos 21 de Dezembro de 1777 // D. Gaspar Arcebispo Primaz”.

É na segunda parte do mesmo documento que uma outra provisão, datada de 30 de Janeiro de 1776, é referida. Diz respeito ao início dos procedimentos para a autorização pretendida:

⁶ A D B / *Registo Geral*, 294, 113/v.

⁷ A D B / *Inquirição de Genere*, processo 16739 de 6 de Agosto de 1761.

"Provisão para que V. A. haja por bem conceder licença ao P^e Manuel de Carvalho, da freguesia de Santa Maria de Landim, para mandar edificar uma capela com o título de N^a S^a das Dores, ao pé das suas casas no lugar do Outeiro, da mesma freguesia, na forma acima declarada. (...). Por mand^o de S. A. de 30 de Jan.^o de 1776 (...)".

O seu registo verificara-se em 23 de Abril desse ano de 1777.

Outros documentos – provisões – completam as informações sobre a instituição da capela de N^a S^a das Dores que, como o determinado, fora construída em local protegido de inundações. Faltava ser benedida para que pudesse ter a funcionalidade que justificara a sua construção. Para isso foi solicitada e concedida licença. Mas, para que os serviços religiosos ficassem mais assegurados, o P^e Manuel Dias de Carvalho solicitou, por ocasião da bênção, a colocação de confessorário. Dessa forma, esse espaço de culto ficava mais completo podendo melhor satisfazer os fiéis que dele se iam servir.

Aqueles pedidos foram atendidos com duas provisões que nos revelam também as razões apresentadas pelo requerente. Vejamos a primeira provisão:

2 – "O Dr. José Maria Pinto Brochado, Desembargador, Chanceler-mor da Relação e Provisor nesta corte e Arcebispo Primaz por Sua Alteza o Sereníssimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo da Sé de Braga Primaz das Espanhas. Pela presente, vista a petição retro remessa ao mesmo Sereníssimo Senhor e informação do Rev^{do} Pároco por que consta achar-se feita a obra da capela de Nossa Senhora das Dores na freguesia de Santa Marinha de Landim com a perfeição devida, à vista do que concedo licença ao mesmo Rev^{do} pároco para que na forma do Ritual Romano possa benzer a dita capela e, depois de benta, nela se possa dizer missa e celebrar os mais Ofícios Divinos. Dada em Braga sob meu sinal e selo desta Corte aos 21 de Agosto de 1777"⁶.

3 – A provisão para o atendimento da segunda petição revela-nos e confirma alguns aspectos interessantes sobre a população desse lugar de Landim e sobre a geografia do mesmo, aliás como documento anterior assinalava. Mostra-nos ainda que a licença concedida também visava garantir o respeito pelos direitos paroquiais. Eles não podiam ser ignorados pelos paroquianos que o eram e continuavam a ser da igreja e freguesia de Santa Maria de Landim. Pretendia-se facilitar aos fiéis a prática religiosa quotidiana ou devocional, mas com absoluto respeito por todas as obrigações de paroquianos. Eles deviam ter a igreja matriz como ponto de referência da sua integração na comunidade paroquial. Eis essa provisão:

"D. Gaspar, Arcebispo e Senhor de Braga, atendendo nós ao que nos representou o P^e Manuel Dias de Carvalho, Encomendado na freguesia de Santa Maria de Landim deste Arcebispo Primaz, que edificou no lugar do Outeiro da mesma freguesia uma capela de N^a S^a das Dores, a qual se achava acabada e bem decentemente ornada, requerendo-nos licença para a sua bênção, já lhe concedemos. E porque a dita capela fica muito distante da igreja matriz e se meter um rio no meio e junto dela estar um lugar populoso, nos pedia licença para na dita capela colocar um confessorário para nele se confessarem os moradores do mesmo lugar e mais fiéis que ali concorrerem. Ao que atendendo nós, e ao mais que consideramos, lhe concedemos licença para a dita colocação de um confessorário que será posto na forma do estilo e mais Pastorais, e depois nele se possam confessar todos os fiéis que a devoção lho pedir, excepto no preceito da Quaresma e sem prejuízo

⁶ *Idem*, 169/v.

dos direitos paroquiais. E pelo assim havermos por bem, mandamos passar a presente nossa Provisão que será registada no Registo Geral desta corte, sem o que não valha. Dada em Braga sob nosso sinal e selo de nossas Armas aos 24 de Agosto de 1777⁹.

Assim ficou devidamente legalizada a edificação e utilização da capela de N^a S^a das Dores. De linhas muito sóbrias e dentro de um amplo adro, delimitado por muro de pedra ergue-se sobre um espaço lajeado e um tanto elevado. Embora já em ruínas, ainda hoje nele se podem ver rasgadas as escadas de entrada para o recinto correspondente ao adro.

Um telhado de duas águas cobre o corpo da capela de planta rectangular e um único espaço interior a precisar de alguma reparação. Aí vê-se um altar barroco com relevos em singela talha dourada sobre fundo branco. Em nicho rasgado na parede acima desse altar, a imagem de Nossa Senhora das Dores preside a este espaço de devoção que a tem por padroeira. Um púlpito erguido do lado direito dos fiéis condiz com o altar. Do lado oposto ao altar levanta-se o coro a que se acede por uma escada de madeira.

Voltada a Nascente está a fachada que, não obstante a ausência de tímpano, mereceu alguns cuidados arquitectónicos. Ao centro abre-se uma porta de duas folhas ladeada por elegantes pilastras, estreitas e pouco salientes, adossadas à cantaria lateral que enquadra a porta. São guarnecidas por esguios filetes rasgados na face principal e unidos por outros bem pequenos. São encimadas por sóbrios mas delicados capitéis que serviriam, talvez, para suporte de uma cornija, hoje desaparecida, e que correria adossada à cantaria superior da porta principal, ajudando a dar a nobreza que, embora de forma sóbria, o acesso a um templo devia ter e que as pilastras já descritas também ajudavam a constituir. Acima rasga-se um pequeno óculo lobulado emoldurado por granito aparelhado com esmero, a condizer com as outras partes em que esta rocha foi a matéria prima utilizada e trabalhada. Ladeiam esta porta principal duas pequenas janelas, igualmente guarnecidas por peças de cantaria que, não obstante a sua singeleza, evidenciam um labor cuidado. A rematar lateralmente a fachada, erguem-se dois pináculos de forma cónica onde é perceptível a mão de artista hábil no lavrar da pedra, tal como nos corpos bojudos de onde saem, os quais, por sua vez, se levantam sobre pequenas e esbeltas peanhas apoiadas em bases cúbicas de granito. Uma cornija constituída por peças de granito remata afachada junto ao telhado.

Num pequeno campanário colocado no beiral Norte, próximo do ângulo com a fachada, ficava o sino que chamava os fiéis para os serviços religiosos que no pequeno templo tinham lugar. Esta peça foi talhada com certo esmero, como nos podemos aperceber pelos delicados filetes que o ornamentam e que se assemelham aos das pilastras que ladeiam a porta principal. Desse mesmo lado, mas já na parte correspondente à cabeceira, abre-se uma janela guarnecida de grade de ferro. Não encontramos qualquer cruz mas ela poderia ter existido a meio da cornija da fachada ou naquele pequeno campanário.

Falecido em 12 de Novembro de 1814, o P^e Manuel Dias de Carvalho foi sepultado na capela que fundara. Nela já estava o corpo de seu pai, Manuel Dias da Silva, falecido em 1792, que, como diz o assento de óbito, aí fora sepultado "com licença que se diz para isso tem". Sua mãe e sua primeira madrastra, Joana de Sá, faleceram antes da fundação da capela. Mas já a terceira mulher de seu pai, Maria de Araújo Pimenta, teve sepultura "dentro da capela de Nossa Senhora das Dores, e, por esta ser da casa, nela se sepultarem". O corpo do P^e José Joaquim da Silva Dias, irmão do fundador, juntou-se aos seus familiares quando faleceu em 14 de Dezembro de 1830. A partir de então nos livros paroquiais não ficaram registadas mais memórias desta capela.

⁹ *Idem*, 171/v. Mostram-nos as datas dos registos a que acima fazemos referência que não foi adoptada uma sequência temporal na sua escrituração no livro do *Registo Geral*. Na fl. 113/v aparece a data relativa ao registo final sobre a legalização da instituição, embora com referência a etapas do início do processo. Essa data é posterior às datas dos registos das duas provisões que, não obstante a terem antecedido e terem sido indispensáveis ao prosseguimento do mesmo, só aparecem em folhas mais avançadas do referido livro.



▲ 3a – Capela de N^ª S^ª das Dores, no lugar do Outeiro, em Landim



▲ 3b – Imagem de N^ª S^ª das Dores na parede do altar-mor

Tal como a capela de Nossa Senhora do Amparo, também a capela de Nossa Senhora das Dores deixou de servir para a celebração de actos de culto. A sua recuperação seria um acto importante para a preservação do património histórico de Santa Maria de Landim. A esta capela associam-se não só aspectos de natureza religiosa e devocionais que marcaram a época (por outras localidades do Norte de Portugal a devoção a Nossa Senhora das Dores teve expressão significativa – note-se, apenas como exemplo, que foi também em 1777 que foi benzida a capela N^ª S^ª das Dores na Póvoa de Varzim), mas ainda, e para além dos factores demográficos, aspectos geográficos que condicionavam a vida das populações no período em observação.

4 – Potencialidades a explorar - sugestões

A igreja paroquial de Landim localiza-se bem no coração da freguesia. As origens desta igreja remontam à época românica da qual ainda hoje se podem apreciar alguns vestígios, quer no seu interior quer no exterior, sobretudo na área da capela-mor. Outrora, desde tempos medievais até 1770, esta igreja também serviu de templo à comunidade de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho que, em mosteiro anexo, teve a sua casa durante cerca de seis séculos¹⁰. No seu claustro repousaram os restos mortais dos religiosos que aí faleceram.

Embora se não conheça com exactidão a data da instalação dos Cónegos Regrantes em Landim, e tendo-se como certo que sendo a observância da Regra de Santo Agostinho em Portugal posterior a 1125, a fundação do mosteiro de Landim por esta Ordem Regular não pode ter ocorrido antes¹¹. Na década de 1770 esta comunidade, durante séculos parte e interventora na freguesia de Landim e no couto que administrava, foi desalojada deste mosteiro e o seu património passou para o domínio privado¹². Posteriormente, a Ordem dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho foi extinta em todo o território português.

Porém, há pouco mais de um quarto de século, chegaram a Braga alguns membros desta comunidade vindos do estrangeiro com vista à restauração da Ordem em Portugal. Nos dois anos imediatos houve novi-

¹⁰ A Casa-Mãe esteve sediada no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

¹¹ Maria de Fátima CASTRO, *O Mosteiro de Landim – Contributos para o estudo da propriedade eclesiástica* – 1995, 24.

¹² *Idem*, 91.

ciado em que se prepararam noviços para serem novos membros da Ordem de Santo Agostinho. Da casa que começaram por ocupar nas proximidades da basílica do Sameiro, na freguesia de Espinho, concelho de Braga, passaram então para as instalações que actualmente ocupam situadas numa quinta também próxima do mesmo santuário.

Considerando este restabelecimento num espaço relativamente próximo, até dentro da mesma diocese e distrito, julgo que uma visita da nova comunidade aos espaços que há mais de dois séculos outros crúzios deixaram de possuir, seria uma iniciativa que as autoridades eclesiásticas e civis poderiam tomar numa próxima oportunidade.

Diversas memórias ligadas a esta freguesia do concelho de Vª. Nª. de Famalicão têm sido recentemente evocadas. Esta seria uma outra e com uma pertinência por demais interessante e oportuna. É que a dinamização económica, social e cultural desta freguesia famalicense pode bem passar também pela “revitalização” da sua história (que não se desenrolou apenas nos lugares mais próximos do mosteiro¹³). Nela, e sem esquecer a do seu couto e o papel exercido pelos cónegos regrantes durante séculos, podemos salientar a valorização de actividades diversas, e ponderar sobre as condicionantes e implicações da evolução demográfica, os seus reflexos nas actividades económicas e culturais, nos relacionamentos sociais e, por fim, os usos e costumes, quer sejam os que ainda se observam quer os que os documentos e outras fontes nos revelam.

Importa notar que, em sintonia com o progresso tecnológico que o decorrer dos tempos tem vindo a proporcionar, as tradicionais relações económico-sociais inerentes à economia do sistema enfiteutico que tinham como elemento polarizador a comunidade monástica, foram dando lugar a actividades económicas mais diversificadas e ao estabelecimento de diferentes relações de trabalho que foram marcando os variados lugares da freguesia.

O enquadramento das capelas de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora das Dores nos contextos históricos em que surgiram, se inseriram e evoluíram, bem como dos aspectos sociais, económicos e culturais que as acompanharam, também merecia lugar no quadro de acções de valorização e identificação desta freguesia.

Os factores arquitectónicos, artísticos e devocionais seriam, pois, matéria a integrar na divulgação do património histórico-cultural de Santa Maria de Landim.

Mas também as questões ligadas ao turismo rural merecem alguma atenção: repare-se nos espaços geográficos atravessados pelo rio Pele ainda razoavelmente defendido da poluição urbana. As suas margens, onde os moinhos tiveram papel importante na economia de famílias landinenses até ao século passado, têm uma componente geográfica, ambiental, económica e social a não esquecer na dinamização histórico-turística que nos parece interessante implementar.



▲ Rio Pele na sua passagem pelo lugar de Travassos, em Landim

¹³ A *Inquirição de Genere* referida na nota 7 é disso um testemunho.

A recuperação dos moinhos e a instituição de uma zona protegida ao longo das margens deste pequeno rio, deveria ser uma questão que às autoridades locais e à tutela do ambiente caberia acarinhar.

Não ficariam de fora as actividades industriais que, a par das actividades agrícolas, também foram tomando lugar nesta localidade e que prosperaram e criaram postos de trabalho. Desde a década de 1860, tal como acontecia em diversas localidades próximas do Ave quando por aí as fábricas se foram instalando, o "fiteiro", o "fabricante", o "tintureiro", a "tecedeira" e o "negociante" passaram a ser novos elementos da população landinense matizando o tradicional quadro profissional, em que os lavradores, jornaleiros, moleiros, sapateiros e pedreiros ocupavam lugar predominante.

Repare-se também que algumas construções e espaços envolventes ainda conservam marcas bem visíveis da importância da economia agrária e da atracção que certas famílias de meios urbanos, muito particularmente da cidade de Braga, tiveram por esta freguesia.

Estes podem ser meios potencializadores de progresso e qualificação¹⁴. É que tudo isso, devidamente avaliado e planeado, poderia dar-lhe, nos tempos presentes, uma marca distinta. O desenvolvimento nas diversas vertentes que a qualquer comunidade interessam para o seu bem-estar, poderia aqui, em Landim, ter a matriz histórico-turística, numa perspectiva abrangente, como factor dinamizador.

¹⁴ Destacamos na geografia desta freguesia as marcas dos seus antigos moinhos disseminados ao longo do pequeno rio – Pele – que atravessa a freguesia a caminho do rio Ave. Quanto à "qualificação", devemos entendê-la como requalificação, já que não é de hoje que Landim sobressai no plano sócio-económico e cultural. A propósito, e para não recuarmos demasiado, lembremo-nos dos elogios que Camilo Castelo Branco, residente em freguesia limítrofe e em casa quase confinante com Santa Maria de Landim, fez a seu respeito.

História sumária da freguesia de Vale de (S. Cosme)

por A. Martins Vieira*

I Parte – ANÁLISE SUMÁRIA DA FREGUESIA DE S. COSME

Capítulo I – Evolução toponímica

A actual designação sofreu alterações, no decorrer dos séculos, não por motivos fonéticos, mas razões de natureza geográfica, hagiográfica e administrativa.

Como os rios têm tido um papel preponderante na valorização das civilizações, o rio Pelhe que banha S. Cosme, não foi excepção, porque a sua água mata a sede às culturas dos campos e acciona a arqueologia industrial constituída por moendas, lagares de azeite, engenho do linho, serrações e fulões. Por isso, o rio tinha de estar, naturalmente, na vida dos seus habitantes. Assim, no primitivo Censual de Braga, S. Cosme e outras localidades que margeiam o mesmo rio tinham-no como topónimo: "S. Cosme de Peelio". Depois, como nenhuma igreja podia ter colação sem orago ou protector divino, também S. Cosme passou a ser topónimo, com a designação de S. Cosmado. Em 1220, a localidade, em causa, já era São Cosmado. Mas, continuou durante séculos, pelo menos até ao séc. XVII. Porém, nos princípios do séc. XVIII aparece já o termo "Vale" a formar o topónimo, mas, mantendo ainda "São Cosmade". Foi, sem dúvida, o facto de o vale agasalhar as terras dos ventos frios do norte que levou os habitantes a tal escolha.

"Amaro Pereira, do lugar de Carrazedo desta freguezia de Saõ Cosmade do Valle se falesceo(...) aos vinte e sete de Agosto de mil setecentos e quinze(...) O Coadjutor Pe. Antonio Agostinho".¹ Mas, ainda não era o topónimo último, porque, depois de cento e trinta anos, passou a chamar-se São Cosme do Vale: "Domingos, menor de sete anos, filho legitimo de Victorino Luiz da Costa e Maria Simoens, do lugar de Carrazedo desta freguezia de Sam Cosme do Vale falesceo aos vinte e dous dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e cincoenta e dous(...)".² Finalmente e pelo Decreto nº 39448 de 23 de Novembro de 1953 e a propósito da classificação dos concelhos e freguesias, passou a Vale(S. Cosme), com o orago entre parêntesis, por haver uma outra freguesia homónima, caso contrário ficaria apenas "Vale".

Capítulo II – S. Cosme do séc. XI ao séc. XIII

É de aceitar a existência de igrejas anteriores à invasão árabe (711), mas, devido ao hipotético emamento e destruição dos templos cristãos pelos islamitas, já não é de crer que até ao séc. XI houvesse condições para a formação de comunidades religiosas centralizadas por igrejas e, obviamente, com estabilidade. A cidade do Porto foi reconquistada por Vimara Peres em 868 e, em 880, já estavam restauradas e repovoadas as cidades de Braga, Porto, Chaves, Coimbra, Viseu e Lamego. Mas, o território entre o Douro

* Professor do Ensino Secundário aposentado

¹ A. D. B., Índice Paroquial

² idem

e o Mondego foi frequentemente devassado por incursões do Almansor que atingiram a Galiza. Nestas circunstâncias, não havia condições para os cristãos poderem proceder a uma organização eclesiástica.

Por isso, torna-se difícil falar, com objectividade, sobre a origem das paróquias rurais, porque não há vestígios de templos visigóticos do séc. VIII ao séc. XI, no Minho, encontrando-se o mais próximo junto a Lamego, na margem direita do rio Balsemão, o qual apresenta pouca volumetria, mas ainda mantém algumas características de natureza visigótica. Essa pequena igreja escapou, obviamente, à perseguição árabe que pretendia implantar, fundamentalmente, o maometismo na Península Ibérica.

Quanto à Igreja de São Cosme, centro da comunidade religiosa ou freguesia, há a informação da sua existência já em 1033, mais propriamente, a propósito de uma doação de bens feita por um casal ao Mosteiro de Oliveira, bens espalhados por várias localidades, entre as quais, são referidas Oliveira, Santiago de Castelões, pesqueiros no rio Ave e entre os rios Cávado e Homem, Igreja de S. Martinho do Vale e Igreja de Sam Cosmado, etc. Esses doadores foram Marcos e Adosinda que, eventualmente, padroeiros ou não, porque não há documentos sobre padroado em S. Cosme, no entanto, só nessa qualidade é que essas individualidades poderiam fazer tal doação sobre a Igreja. Embora, bastante extenso e em latim, será citado o texto adaptado que refere, entre outros bens, a existência dessas doações, incluída a Igreja de São Cosme.

*"Villas et hereditates, quas ganavimus in Carrazedo, et in subilhanes per nostras firmitates, quas ganavimus de D.Baltares, et de conjuge ejus Animia super ipsam Villa Olivaria; et in Villa Brichiquanes, que est subtus rivulo Pel hereditates de Mendo Gondero, et de sua Germana Cida, et de Sancto Jacobo de Castelanos cum attestamentis, et adinventio-nibus suis, ipsam Ecclesiam ob integrum, et Villa Paretas cum suas piscarias in Rivulo Ave et inter Rivulo Cavado, et Homen Ecclesiam de Sancto Martino de Vado(...), quod vobis dedit, ei Villa Belmil, quod caduit in partitione de Germano nostro Tello Dona Orraca per nostras infirmitates, Ecclesia Sancti Cosmati, que est fundata inter Podomen, et Villa Linhares(...)."*³

De grande interesse para a história de S. Cosme são as Inquirições de D. Afonso II (1220) e D. Afonso III (1258) que consistiram em inquéritos impostos pelos dois monarcas, a fim de saberem, se os seus direitos estavam ou não a serem respeitados, porque havia suspeitas de que o clero e a nobreza, a propósito da reconquista, se aproveitaram do alargamento dos coutos e honras para áreas (reguengos) de que não estavam autorizados. Nesse sentido, eram enviados delegados da corte, inquiridores, às igrejas, os quais reuniam o abade e pessoas importantes da terra que, sob juramento, respondiam a quesitos sobre a existência ou não de reguengos no local, bem como sobre foros e dádivas, padroeiros e bens das ordens. Para determinadas respostas teriam de justificar com as chamadas "confirmações".

1. Inquirições de D.Afonso II

De Sancto Cosmado

a) Reguengos:

"Petrus Pelagiz abbas, Pexom(peixom), Suerius Pelagiz, Odorius Pelagiz, Petrus Sueriz, Dominicus, Johannes Johannis, Johannes Pelagiz Petrus Petriz, Gunçalvus Martiniz, Silvester, jurati dixerunt quod habet ibi dominus Rex campos et vocant illos Saa, et dat illos maiordomus ad laborandum cui vult pro sua offrecione, et dant inde terciam panis et vini.- Interrogati si ert aliquot negatum ibi, dixerunt: non".

b) Foros e dádivas:

"(...) jurati dixerunt quod habet pro foro regalengum que ibi habet dominus Rex quod omnes qui ibi laborant unam vessadam debent dare singulos capones cum x.x. ovis, et quod laborant(laboraverint) singulas geiras dant singulos frangos cum v.v. ovis.

³ P. M. H. Diplomata et Chartae

*Et vocatur istud regalengum Saa. Et maiordomus levat totum istud, et dat pro inde domino terre pro meitiga ij. porcos de uno morabino, et j. sextarium tritici per taligam de Vimaranes, et j. quartarium de centeo, et j. almude de manteiga. Et dant de collatione(collecta) pro fossadeira v. bracaes iij. cubitos., iij. denarios et meala, et pectant ibi vocem et calumpniam. In xj. Casalaia que habet ibi Hospitale solebant pectare vocem et calumpniam, et ex quando fuerunt in Hospitale non pectarunt(pectant) vocem et calumpniam.**

c) Padroados

"(...)jurati dixerunt quod Rex non est patronus(...)"

d) Bens das Ordens

"(...)jurati dixerunt quod ista ecclesia habet ibi senarias, et xvij. casalia. Tibiaes(Tibaes) vj. Casalia, Ulveria(Oliveira) j. casale. Sanctus Simeon medium casale. Requiam j. casale. Hospitale xj. Casalia minus terciam."(..)⁴

2. Inquirições de D. Afonso III

– Item, in collatione Sancti Cosmati

** Petrus Petri, abbas ipsius ecclesie, juratus et interrogatus dixit quod Dominus Rex non est patronus, sed habet ibi regalengum in leiris assignatum et demarcatum, et est de casalibus de Saa que debent esse vij. casalia, quorum tale est forum quale est forum Pradaoso in omnibus et per omnia, sicut superius est expressum de verbo ae verbum, in collationibus Sancti Andre de Pradaoso et Sancti Salvatoris de Lemini sed isti debent furtum novi(escom penere) et tent inde cartam istius(Domini Regis). Item, de ista collatione dant Domino Regi annuatim de fossadaria pro Sancto Cipriano, scilicet, de casalibus de Vilar vij. varas de bragal. Item, de quintana de Vermudo Onriguit, ij. varas de bragal. Item, de hereditate monasterii de Tivaes xij. varas de bragal, et Pterus Bravus tollit istam fossadariam totam, et tollit inde vocem et calumpniam quam pectabant, et tollit inde pausam de maiordomo quo erat et vitam etiam ipsius maiordomi Domini Regis; et tollit etiam inde ipse Petrus Bravus annuatim Domino Regi j. morabinum de pedida quam dabant maiordomo Domini Regis, et hoc totum tollit quia acquisivit hereditatem ipsam de monasterio de Tivaes. Et fecit ibi v. casalia et facta erant, et fecit ibi honorem novum et casam de morada circa regalengum Domini Regis. Item, in Barrio de quintana de Calvis iij. varas de bragal. Item, de Pena iij. varas de bragal. Item, de quintana de Cavalete ij. varas minus tercia, et Domine de Carrazedo Tollunt istam propter comparacionem ipsius hereditatis. Item de hereditate Domini Pardo cum germanitate suaj. Vara et tercia. Item, de hereditate Meneni Arie ij. varas de bragal. Item, de antica fossadaria defficiunt due et ij. denarii et medacula; et nescit ubi jacent nec quis debet eas dare.*

Item, dixit quod in ista collatione pectant vocem et calumpniam, exceptis honoribus veteribus qui ibi sunt, et multis locis in quibus Hospitale erexit cruces suas et possuit eas in introitu villarum, et tamen nichil percipit de villanis nisi spatulas aut aliquot simile pro incensoria, per quod se defendunt a voce et calumpnia et a pedida maiordomi Domini Regis, et isti tales multi sunt in parrochia ista, et ita multum amittit ibi Dominus Rex de juribus suis. Item, dixit quod cautum et forarii Domini Regis et ame militum non sunt ibi.

Petrus Suariz de Lourido, Petrus Lourido, Dominicus de Pena, Johannes Pelaiz, Dominicus Pardo, Johannes fernandi, jurati et interrogati, in omnibus et per omnia sicut Patrus Petri abbas.⁵

Após uma leitura sumária aos dois textos acima referidos, se pode concluir que havia poucos casais em S. Cosme, nessas duas datas. Pertenciam, 100% aos seus administradores, porque, uns faziam parte do reguengo, outros, os seus proprietários, viviam fora, como os Hospitalários que possuíam onze casais; o mosteiro de Tibaes tinha seis casais, o mosteiro de Oliveira e a Igreja de Requião um cada, a Igreja de S. Simão meio casal e a Igreja de S. Cosme dezoito.

⁴ P. M. H.

⁵ Idem

1) Catálogo das Igrejas (1320)

D. Dinis foi autorizado pelo Papa João XX II, através de uma bula dada em Avinhão, em 23 de Maio de 1320, a receber durante três anos o dízimo de todas as rendas das igrejas do reino, com excepção para as igrejas, conventos e benefícios de S. João do Hospital de Jerusalém, importância essa destinada a ajudar na luta contra os árabes. E, para haver rigor na objectividade dessa décima relativa aos rendimentos das igrejas, foi nomeado um grupo de três personagens constituído pelo Bispo de Coimbra, deão da Sé e Núncio Apostólico que, a partir da importância de 220 libras que a Igreja de S. Cosme recebia por ano, teria de pagar 22 libras de dízimo.

Por estes dados, já se pode avaliar o nível económico existente na referida Igreja.⁶

2) Tombo de 1520

Como é sabido, há algumas igrejas que ainda possuem, nos seus arquivos, o tomo, livro que compreende o inventário dos bens que pertenceram à igreja. A sua feitura foi muito antiga, pois, data do tempo do Arcebispo de Braga, D. Luis Pires que, em 11 de Dezembro de 1477, através de constituições, ordenou que fosse feita a descrição de todos os bens pertencentes à igreja, a qual teria de ser feita até ao Natal. Caso houvesse omissão, haveria lugar para uma punição de um quarto de todos os frutos. Mas, nesta matéria também interveio, posteriormente e até com mais eficiência, D. Diogo de Sousa que acrescentou à legislação anterior, mais alguma coisa: referir no inventário os limites das propriedades para evitar problemas nas confrontações.

S. Cosme não pode alhear-se ao mandato superior. Para tal, foi feito o Tombo no dia nove do mês de Outubro de mil quinhentos e vinte, quando era abade e reitor da Igreja de S. Cosmado, João Carneiro que ainda acumulava o cargo de camareiro do arcebispo, D. Diogo de Sousa e Mestre Escola da Sé.

O referido abade disse que, para cumprir o seu dever

*"queria mandar fazer tomo das casas e propriedades do assento e dos casaes de sua igreja de São Cosmade de que elle he reitor pedindonos por merce cometessemos a João Rodrigues clerigo de missa morador nesta nossa cidade e notario apostolico que com os abbades e reitores das igrejas comarcas e mais chegadas a dita sua igreja se apegação e tomo do limite da dita igreja todas as suas propriedades para em todo o tempo se saber por onde partem e quaes são he mais freguezias e limites jazem suas pertenças."*⁷

A seguir são apresentados, apenas, os títulos das casais existentes nesta data e sua localização:

- Casal da Pombeira que he da igreja de São Cosmade sito na sua freguesia (...);
- Casal dos Passaes que hora traz Gonçalo Eanes e que he da igreja de São Cosmade sito na sua freguesia(...);
- Quebrada de Lourido que he da igreja de São Cosmade sito dentro da freguesia que hora traz Pero Eanes Capellão(...);
- Casal de Villar de Cima e Casal do Meio que ambos são da dita igreja de São Cosmade que hora traz João Dias(...);
- Herdades que traz Gonçalo Eanes do Pombal que são da igreja de São Cosmade sitoas na sua freguesia na aldeia do Pombal(...);
- Casal de Villar de Baixo que foi de Pero Espanha e a quebrada que se chama de Sabordasno(?) que tudo he da igreja de São Cosmade sito na sua freguesia que traz Luíz de Villar(...);¹³

⁶ Almeida, Fortunato, H. da Ig. em Portugal, vol. IV, pg. 103

⁷ A. D. B., lv. 3, pg. 66

- Casal da Pedra que traz Alvaro Pereira(...);
- Casa da Pedra que he de São Cosmade sito na sua freguezia que hora traz Afonso Gil e de Gonçalo na cidade de Braga(...);
- Casal da Pedra que traz Pero (...);
- Casal da Longra e o Casal do Forno que ambos são da igreja de São Cosmade e são ambos ditos na freguezia do Telhado que ambos traz João Martins caseiro dos ditos casais (...);
- Hua censura que se paga pelo Casal da Ribeira das Ovelhas que he herdade de João da Ribeira, o Velho, sito na freguezia de São Cosmade (...);
- Quebrada da Bareira que he da igreja de São Cosmade que se sita na sua freguezia e que hora traz João Andre do Pombal o qual se sita na aldeia do Pombal e parte com o Casal de Pombal he sito na dita freguezia de São Cosmade (...);
- Casal da Lama que he de São Cosmade sito na sua freguezia que hora traz emprasado Afonso Gonçalves cônego da Sê de Braga (...);
- Casal de Bairro que he da igreja de São Cosmade sito na sua freguezia o qual hora traz Domingos Dias Ferreira (...);
- Casal da Senra e Casal da Caal que he da igreja de São Cosmade que hora traz Sebastião Gonçalves sito na sua freguezia(...);
- Casal das Quintas que he da igreja de São Cosmade sito na freguezia da dita igreja que hora traz Sebastião Borges o qual Casal parte com hum Casal que he do mosteiro de Requião (...);
- Quebrada de Carrazedo que he de São Cosmade que hora traz por prazo Resingueira(?) Varella sita na freguezia de São Cosmade (...);
- Casal de São Gião onde esta hua ermida do orago de São Gião a qual jaz dentro dos limites da igreja de São Cosmade a qual ermida he Casal, tudo he da dita igreja e traz o Afonso Guilherme (...);
- Casal de Bairro que traz Afonso Guilherme que he da igreja de São Cosmade sito na nesna freguezia (...);
- Casal da Garrinha (?) que he da igreja de São Cosmade sito que he na freguezia de Santiago da Forca que hora traz Martinho da Garrinha o qual Casal esta no caseiro que o fez de novo (...);
- Casal de Moldes que he de São Cosmade sito na freguezia de Santiago da Forca que hora traz Pero Pires caseiro (...);
- Casal de Painçaes que he de São Cosmade sito na freguezia de Santiago da Forca que hora traz João de Painçaes (...);
- Casal que foi de Marco que se chama Pousada que he da igreja de São Cosmade sito na freguezia de Santiago da Forca que hora traz Gonçalo Afonso de Pousada (...);
- Casal da Caal que he sito na aldeia do Crasto e outro Casal que se chama da Caal sito na aldeia da Caal que ambos são da igreja de São Cosmade sitos na freguezia de Santa Maria do Telhado que hora traz Fernando da Caal (...);
- Casal do Areal sito na freguezia de Azões o qual he da igreja de São Cosmade que hora traz Rodrigo d'Azões, não tem casa alguma nem cabeça salvo as herdades (...);
- Casal das Quintaes que he da igreja de São Cosmade sito na freguezia de Santa Maria de Abbade que hora traz Gonçalo Fernandes (...);
- Casal de Moens que he da igreja de São Cosmade na freguezia de santiago de Gavião, da Terra de Barcellos que hora traz emprasado em tres vidas Afonso Guilherme (...);
- Casal da Lage que he da igreja de São Cosmade sito na freguezia de São Mamede anexa a Brito, couto de Ronfe que hora traz Martim Pires caseiro(...).

3) Passal:

Campo das Oliveiras e Moinho, Campo do Pombal, Campo do Pradinho, Campo do Prado, Campo da Lameira, Campo da Ribeira, Lameiro, Campo da Bolha, Campo da Searinha(courelas), Cortelho do Prado, Cortelho da Pombeira ou Escadinha, Matas, Pomar do Galinheiro, Pomar do Laranjal, Campo de Sujarela, Cortelho as Escadinha, Bouça dos Moços, Monte de Rebolido (duas bouças), Campo de Vilar Maior, Veiga de Gondim (uma leira) e Cortelho (subribas).

Capítulo IV – S. Cosme do séc. XVI ao séc. XIX

1) Emprazamentos:

Nem sempre as Paróquias, senhoras de muitas terras eram administradas directamente. Recorriam, então, a aforamentos, cujos caseiros pagavam, anualmente, as importâncias impostas pelo patrão e por eles aceites. No entanto, passavam a usufruir de regalias, as quais podiam até permitir a venda da propriedade, desde que avisasse o proprietário pagando o laudémio. Encontram-se, ainda, em arquivos, emprazamentos que definem, efectivamente, os protocolos propostos por ambas as partes, os quais identificam, sem dúvida, a seriedade do contrato.⁸

Datas	Casais
1597	Casal de Louredo, Casal da Pedra
1608	Casal de Bairro
1649	Casal da Pedra, parte do Casal da Pedra, outra parte do Casal da Pedra
1650	Casal de Vilar de Cima, Casal de Louredo
1651	Casal da Pedra, Casal das Quintaes, meio Casal de Vilar de Cima, outra metade do Casal de Cima
1679	Casal de São Gião
1682	Casal de Bairro, Casal de Passaes
1694	Casal de Vilar de Cima, Casal de Bairro
1704	Casal da Pedra
1710	Casal da Pombeira
1711	Casal da Comenda
1712	Casal da Senra
1741	Casal da Pedra
1744	Casal de Louredo, Casal de Vilar de Baixo, metade do Casal de Vilar de Baixo
1751	Casal da Pedra, Casal das Quintãs, metade da água de Gorgolhaes
1752	Casal da Pedra, Casal da Veiga
1753	Casal da Pombeira
1758	Casal da Bouça do Pombal, Casal da Lage
1759	Casal do Barreiro
1760	Casal de São Gião
1776	Casal de Vilar de Cima, meio terço do Casal de Vilar de Cima, Meio terço do Casal de Vilar de Baixo
1781	Casal da Comenda
1782	Metade do Casal da Snra
1783	Casal da Senra
1786	Casal do Arial
1790	Casal do Barreiro
1791	Casal da Levada

⁸ A. D. B. – Índice Igrejário

2) Memórias Paroquiais

As memórias Paroquiais são um documento bastante importante para as freguesias cujos Párcos responderam aos vinte e seis quesitos nele integrados e que foi emanado da Cúria Real para o rei saber não só dos efeitos do Terramoto de 1755, como de outros assuntos relacionados com a geografia local, demografia, economia, assistência, e da existência de personagens importantes, etc. O inquérito, em causa, é fruto da intervenção de D. João V e de D. José, mas em datas diferentes, 1721 e 1756. Prém, nem todos os Párcos responderam, julgando que havia interferência dos reis em assuntos que não eram da sua jurisdição.⁹

S. Cosme respondeu, tendo enviado o texto, com o seguinte teor:

"S. Cosme do Valle, Termo de Barcellos, Comarca de Viana da Foz de Lima, Arcebisado de Braga (...) pertence a Serenissima Casa de Bragança, tem cento e noventa e tres fogos, e quinhentos e quarenta e hua pessoas de Sacramento. Esta dituada em hum valle que circunda da parte nascente e sul a serra da Cerviam, e do norte o monte de Serdeiros, braço principal da mesma serra; e este valle principia na freguesia de Santa Marinha da Portella que fica ao nascente e vay continuando pelas freguesias de santa Maria do Telhado, esta de S. Cosme, Saão Martinho do Valle, Sant.lago da Cruz, Gavião, Villa Nova de Famelicão, São Julião do Calendairo, Esmeris, e vay finda no rio Ave junto a Ponte da Lagocinha que esta no mesmo rio, e todas essas freguesias, exceto a ultima se descobrem desta residencia de São Cosme que dista da Santa Marinha da Portella trez quartos de legoa e da de Esmeris legoa e meya.

O Pároco he Abbade de apresentação e colação ordinária, rende a Igreja hum anno por outro novecentos mil reis. Não tem beneficiários, so sim seis capellais da Senhora do Amparo, capella que instituhio hum abbade desta igreja chamado Estevão Rodrigues, e he administrador dela ao presente João Rodrigues Gondim da Póvoa de Varzim que apresenta os capellais e dá a cada hum trinta e cinco alqueires de pão per sua missa semanaria que dis cada hum deles. O orago é Cosme e Damião, cuja Igreja tem duas naves, duas portas principais e duas capellas mayores, tem cinco altares, hum dos Santos Padroeiros, outro do Santissimo sacramento q. tem confraria, outro das Almas, com confraria, outro da Senhora do Rosario com confraria e outro da Senhora do Amparo. Tem a ermida de São bento, não consta quem seja obrigado a fabricala, porem eu vindo para esta igreja achandoa tal ermida meya arruinada a reedifiquei de novo. Tem os seguintes lugares= Passaes, Bayro, Calladas, Loundo, Ralo, Lage, Senda, Carrazedo, Veyga, Talhe, Paredes, Ribeira de Baixo, Ribeira de Sima, Tihais, Monte São Gião, Villar, Pedra, Quintans, Muro, Torre, Palhal, Pombal, Matagal, Villar Mayor e Pombeira.

A mayor quantidade dos frutos que produs esta freguesia he milho grosso, vinho verde e abundantissimas serejas (...). Não houve no terramoto do anno de mil e setecentos e cincoenta e cinco ruina alguma na igreja, nem casas desta freguesia (...) Tem bastante cassa de perdizes e coelhos e lebres, mas em menos quan. de de que outra cassa. S. Cosme do Valle, 20 de Mayo de 1758 O Abbade de Santa Maria do Telhado Fran. o da Costa e Andrade O encomendado de Santa Marinha F. e Caetano Barbosa Joaquim de Oliveira Couto Abbade da Igreja de S. Cosme do Valle."

3) Tombo-1800/1803

Em 1800, o Pároco, Pe. Francisco Manuel de Mariz Sarmento Pinto de Mesquita que era de colação ordinária e capelão de Sua Alteza Real Principe Regente, preocupado com os bens da sua Igreja, diz:

"que os limites da sua freguezia como os das terras dos passaes e outros predios que andão emphyteuticados, e por isso em confusão que nas dos seus antecessores não terem reformado o tomo da mesma Igreja desde o anno de mil quinhentos e vinte e para evitar os inconvenientes que daqui rezultão pertende o supplicante que o bacharel Thomaz Lourenço Ferreira da Rocha por ser habil sabio e experiente em razão de já Ter servido os lugares de juiz dos Orfaons naquella villa de Barcellos e o de juiz de Fora lhe reforme o antigo tomo da mesma Igreja concedendolhe Nossa Alteza Real para isso a competente Provisão = Pede Nossa Alteza Real lhe faça a graaça de concederlhe Provisão para que o ditto Bacharel lhe reforme o ditto tomo no estilo e receberá mercê= Cumpra-se quinze de Novembro de mil oitocentos= Rocha= Nomeio para escrívão do tomo a Bernardo José da Silva Falcão e lhe defiro o juramento- Caza e Quinta do Souto = Nova. Quinze de Novembro de mil oitocentos. Rocha // Termo do Juramento(...)." ¹⁰

⁹ A. N. T. T., Dicionário Geográfico de Portugal, vol. 38-78-42

¹⁰ A. P. S. Cosme

Personalidades intervenientes no referido tomo que terminou em 3 de Setembro de 1803:

- Dom Frey Caetano Brandão, Arcebispo de Braga;
- Francisco José de Sousa Lima, Arcebispo de Neiva;
- Bacharel Thomaz Lourenço Ferreira da Rocha – Juiz do Tombo;
- Francisco Manuel Mariz Sarmento Pinto de Mesquita, Pároco de S. Cosme
- Bernardo José da Silva Falcão, escrivão
- António Luis Gonçalves, porteiro do Tombo,
- Manuel José Gonçalves de Araújo, Pároco de Antas e procurador do Pároco de S. Cosme.

a) Propriedades sujeitas a foros, cujos textos se apresentam truncados:

- *Casal dos Passaes*

Possuidor- Agostinho Luiz da freguezia de São Pedro de Ribad'Ave, Termo de Barcellos

Subemphiteuta-Manoel Martins Valle, solteiro, do lugar dos Passaes e Maria De Sousa Salgado, viuva de João de Souza, do lugar de Gondim.

Foro – 4 alqueires de pão meado// 500 reis// duas galinhas// 2 geiras de corpo.

- *Prazo do Casal de Bairro de que he terceira vida João da Silva, do lugar de Bairro, S.Cosme do Valle. Emphiteutas- João da Silva e sua mulher Maria Gomes, do lugar de Bairro, S.Cosme.*

Consortes-José Ferreira e mulher Anna Ferreira, Villa Nova.

Foro – 4,5 razas de pão meado// 300 reis// 2 galinhas// 2 geiras de corpo ou por elas Oitenta reis.

- *Prazo do Casal do Bairro que foi de Jose Pinto da Cunha de Sá, morador na sua Quinta de Paçô freguezia de São Romão de Mesão-Frio, Termo de Guimaraes e de que prezentemente he emphiteuta, João Pinto Teixeira Coelho de Mello, solteiro, filho que ficou de Jose Pinto da Cunha assistente na sua Quinta de Paçô.*

Subemphiteuta-Anna Barbosa, solteira, filha de Antonio Jose Barbosa e Joanna Maria da Silva, da freguezia de Semelhe, Termo de Braga.

Consortes-Manoel Fernandes e Mulher Marianna Ferreira, do lugar de Cachadas, Jose Antonio Lopes e Mulher Maria Josefa, do lugar de Paredes e Manoel Jose Rego e Mulher Donna Quiteria da Cunha e Freitas, do lugar do Bairro, todos da freguezia de S.Cosme do Valle.

- *Casal do Bairro-mediação do prazo que foi de Antonio Fernando e, prezentemente, he emphiteuta- Luiza Rosa, Mulher de João Pinto, do lugar de Bairro, freguezia de São Cosme do Valle.*

Consortes- Manoel Marques e sua Mulher Maria Gomes, do lugar de Lourido, São Cosme do Valle.

Foro- 6 razas de pão meado// tres galinhas// 700 reis.

- *Casal de Lourido-prazo do Casal, sendo emphiteuta Marianna Luiz, Mulher de Francisco Gomes, do lugar de Lourido, São Cosme do Valle.*

Foro – 12 razas de milho alvo// 5 razas de senteio// 4 galinhas// 200 reis.

- *Casal de Carrazedo*

Emphiteuta-Francisco Ribeiro de Faria, do lugar de Lodaes, da freguezia de Santa Maria do Telhado, Tinha oito consortes.

Foro – 10 razas de pão meado// 3 franfos// 200 reis.

– *Cazal da Senra*

Emphiteuta-Manoel Lopes Luiz e Mulher Maria Simoens, do lugar da Senra, freguezia de São Cosme do Valle. Tinha tres consortes.

Foro – 13 razas e Quarta de milho alvo e senteio// 2 galinhas // 156 reis.

– *Hua parte do Cazal das Herdades do Crasto- Santa Maria do Telhado.*

Possuidores-Jose Simoens Carneiro e sua Mulher Marianna Luiza de Barros, do Crasto, Santa Maria do Telhado, Anna da Costa, viuva de Manoel Ferreira, do lugar de Janaz, da mesma freguezia, Francisca Thereza, viuva de João da Costa, do lugar de Melhe, Francisco da Costa Marques, do mesmo lugar da ditta freguezia.

Foro – dous alqueires e meio de senteio.

– *Meio Cazal da Senra*

Emphiteuta-Jose da Costa e sua Mulher Francisca Marques, do lugar de Senra, freguezia de São Cosme. Tinha 7 consortes.

Foro – 17 razas e hum quarto de milho alvo e senteio// duas galinhas// 150 reis.

– *Cazal daVeiga*

Emphiteuta-Constantino da Cunha e Souto Maior, cidade de Braga.

Subemphiteutas- Domingos Homes da Costa, viuvo, do lugar do Passo, freguezia de São Mattinho, Jose Antonio Lopes e Mulher Maria Josefa, do lugar das Paredes, freguezia de São Cosme do Valle, Jose Lopes Luiz e Mulher Maria Josefa, do lugar da

Ribeira de Baixo. Houve tres consortes.

Foro – 1600 reis.

– *Cazal de São Gião*

Emphiteuta- Thereza Correia, Mulher de Antonio da Silva Carvalho, de São Thiago de Gabião.

Subemphiteutas- Theodosio Coelho da Costa, solteiro, filho que ficou de Domingos Coelho e Maria da Costa, do lugar de São Gião, freguezia de São Cosme, Jose Simoens da Costa e Mulher Caetana Maria do lugar da Regadia, da mesma freguezia e o Padre Manoel Jose da Costa, do lugar da Quintam, freguezia de São Martinho e Manoel

Ferreira, de São Thiago da Cruz.

Foro – 850 reis// 2 galinhas// lutuosa hua libra de sera.

– *Meio Cazal de Villar de Sima*

Emphiteuta- Jose Marques e sua Mulher Gertrudes Maria da Costa, do lugar de Villar, freguezia de São Cosme. Tem consortes.

Foro – 12 razas de pão meado// 4 galinhas// 200 reis

– *Meio Cazal de Villar de Sima*

Emphiteuta- Jose Marques e sua Mulher Gertrudes Maria da Costa, do lugar de Villar, desta freguezia de São Cosme.

Foro – 10 razas de pão meado// hua galinha ou por ella cem reis.

– *Meio Cazal de Villar*

Emphiteuta- Marianna Luiz, Mulher de Manoel Jose Machado, do lugar de Villar, freguezia de São Cosme do Valle.

Foro – 11 razas e meia de pão meado/ 2 galinhas.

– Meio terço do Casal de Villar de Sima

Emphiteuta-Marianna Luíz, Mulher de Manoel Jose Machado, do lugar de Villar freguezia de São Cosme do Valle.

Foro – 8 razas de pão meado// duas galinhas// cem reis.

– Meio terço do Casal de Villar de Baixo

Emphiteuta-Marianna Luíz, Mulher de Manoel Jose Machado, do lugar de Villar, freguezia de São Cosme.

Foro – 9 razas e meia de pão meado// trez galinhas// cem reis.

– Meio Casal de Villar de Baixo

Emphiteuta- Maria Ferreira da Silva, Mulher de Jose da Costa Mesquita e Faria, do lugar de Villar, freguezia de São Cosme.

Tem consortes.

Foro – 11 razas de pão meado// hua galinha// 150 reis.

– Meio Casal de Villar de Baixo

Emphiteuta- Joze Gomes de Mattos, solteiro, filho de Pedro Gomes de Mattos, da Caza de Valverde, freguezia de Santa Maria do Telhado.

Tem consortes.

Foro – 13 razas de pão meado// hua galinha// 150 reis.

– Casal de Villar de Baixo

Emphiteuta- Francisco Manoel de Araujo Leão, da Caza de Sobrado, freguezia de Santa Maria do Telhado.

Tem consortes.

Subemphiteutas são vários.

Foro-Hum alqueire de pão meado// trez galinhas// quinhentos reis// lutuosa// huma libra de sera.

Prazo do Casal da Pedra

Emphiteuta- João Marques de Carvalho e Mulher Maria Bernardina, do lugar da Pedra, freguezia de São Cosme.

Tem consortes.

Foro – 44 razas e hum quarto de pão meado// duas galinhas// dous capoens// dez geiras de corpo// huma marrana ou por ela seiscentos reis.

– Casal da Pedra

Emphiteuta-João Marques de Carvalho e Mulher Maria Bernardina, do lugar da Pedra, freguezia de São Cosme.

Tem consortes.

Foro – 720 reis.

– Melo Casal da Pedra

Prazo do Casal das Quintans

Emphiteuta-Silvestre Ferreira e Mulher Maria Rosa Josefa da Costa, do lugar de Quintans, freguezia de São Cosme.

Tem consortes.

Foro – 27 razas de Pão meado// trez galinhas// seis geiras de corpo.

– *Cazal do Areal*

Emphiteuta- Manoel Simoens e Mulher Maria da Costa, do lugar do Barreiro, freguezia de São Cosme
Tem consortes.

Foro – 4 alqueires de pão meado// duas galinhas// quatro geiras de corpo/ 140 reis.

– *Prazo do Cazal da Barreira(?)*

Emphiteuta-Antonio Alves e Mulher Roza Maria, do lugar da Torre, freguezia de São Cosme. Tem consortes.

Foro – 19,5 de pão meado// trez galinhas// trez frangos// 250 reis.

– *Prazo do Cazal da Bouça*

Emphiteuta-Maria Magdalena, Mulher de Gregorio Francisco, do lugar do Pombal, freguezia de São Cosme do Valle.

Foro – 960 reis// vintena parte do laudemio

– *Herdades Censuarias*

Possuidores-Francisco Ferreira Leite e sua Mulher Jozefa Marques, do lugar da Ribeira de Sima.

Foro – 7 alqueires de pão meado, milho alvo e senteio.

– *Cazal Censuario*

Possuidores- Antonio Ferreira da Costa e sua Mulher Custodia Gomes, do lugar de Ribeira de Sima, freguezia de São Cosme.

Foro – Hum frango// vinte reis.

– *Cazal das Velhas que foi de João da Ribeira o Velho, Ribeira de Sima.*

Possuidores- João Gonçalves, solteiro, filho que ficou de Gabriel Gonçalves, do lugar de Ribeira de Sima, São Cosme.

Foro – Dous alqueires de senteio// dous capoens.

– *Herdades do Crasto, do lugar do Sub Codeçal, São Cosme.*

Possuidor-Domingos Leite, solteiro, filho de Manoel Leite da Costa, da Caza da Mó, do lugar da Pedra, freguezia de São Cosme do Valle.

Foro – Meio alqueire de milho alvo.

– *Porção da Herdade do Crasto*

Possuidores-Antonio da Silva Macieiro, de alcunho e sua Mulher Maria Gomes da Costa, do lugar da Torre, São Cosme.

Foro – Meio alqueire de senteio.

– *Cazal do Gabinho-São Thiago da Cruz*

Emphiteuta- Joaquina Ritta, viuva de Antonio Pereira Simoens, morador na cidade de Braga. Tem consortes.

Foro – 17 razas de pão meado // 490 reis.

– *Meio Cazal de Moldes-São Thiago da Cruz*

Emphiteuta-Santos Gomes Alvares de Carvalho, do lugar de Moldes, São Thiago da Cruz. Tem consortes.

Foro – 16 razas de pão meado // 510 reis.

– *Terço do Cazal de Moldes- São Thiago da Cruz*

Emphiteuta- Constantino da Cunha Souto Maior, da cidade de Braga.

Subemphiteura-Francisco Tinoco, do lugar de Moldes, freguezia de São Thiago da Cruz.

Foro – 10 alqueires de pão meado // 200 reis.

– Huma parte do Casal de Moldes, sito na freguezia de São Thiago da Cruz.

Emphiteuta- Francisco Ferreira da Silva, solteiro, filho de Antonio Joze Alves, já defunto de Maria Jozefa Carvalho, do lugar de Pousada, freguezia de São Thiago da Cruz.

Foro – 3 razas de pão meado.

– Casal de Marcos-Pousada, São Thiago da Cruz

Emphiteuta-Thereza Gomes do Rego e Francisco Gomes Moraes e seu marido, do lugar de Pousada.

Tem seis consortes

Foro – 7 razas de pão meado.

– Casal de Painsaes- lugar de Pousada, São Tiago da Cruz.

Emphiteuta-Francisco Joze de Carvalho, V.N. de Famalicão.

Subemphiteutas-Francisco Gomes de Moraes e sua Mulher, Thereza Gomes, do lugar de Pousada e João Ferreira e sua Mulher Maria Gomes, do lugar de Sima da veiga, São Thiago da Cruz. Tem 11 consortes.

Foro – 27 razas de Pão meado// quatro galinhas// 300 reis.

– Casal de Marcos

Antigo Possuidor-Gonçalo Antonio, do lugar de pousada, São Tiago da Cruz. Há dois possuidores.

Foro – 14 alqueires de pão meado.

– Meio Casal de Moens-São Thiago de Gabião

Emphiteuta- Thereza Correia, Mulher de Antonio da Silva Carvalho, residente em Moens, São Thiago de Gabião. Consortes- João Barbosa e Mulher Anna Maria, do lugar de Moens.

Foro – 6 razas e trez quartas de pão meado, milho alvo e senteio// 130 reis.

– Meio Casal de Moens- São Thiago de Gabião

Emphiteuta- Maria Rodrigues de Oliveira, Molher de Joze Gomes de Amorim, do lugar de Moens. Tem trez consortes.

Foro – 9 razas e um quarto de pão meado// hua galinha// 170 reis.

– Casal da Quebrada-Quintans-Santa Maria de Abade de Vermoim

Emphiteuta-Antonio Corrêa, do lugar de Quintans, Santa Maria de Abade de Vermoim.

Tem dois consortes.

Foro – 14 razas de pão meado // duas galinhas // hum frango.

– Casal da Lage- São Mamede de Vermil, Couto de Ronfe, termo de Guimaraes.

Emphiteuta-Joze da Silva, da freguezia de S.Mamede de Vermil e sua Mulher Anna Maria. Tem um consorte.

Foro – 850 reis.

– Meio Casal da Longra-lugar do Crasto, Santa Maria do Telhado.

Emphiteuta- Donna Antonia de Alvim e Sousa de Noronha Barreto, viuva que ficou de Francisco D'Abreu de Lima Velho Paes de Araujo, da cidade de Braga.

Subemphiteuta-Thereza Marques, Mulher de Francisco Joze Pereira, do lugar do Crasto, Santa Maria do Telhado. Tem onze consortes.

Foro – 400 reis // duas galinhas.

– Meio Casal da Longra, do lugar de Pedregal, Santa Maria do Telhado.

Emphiteuta-Antonio Barbosa de Faria, da Villa da Barca.

Subemphiteutas e consortes.

Foro – 400 reis // duas galinhas.

– Meio Casal da Cal- Cal de Baixo, Santa Maria do Telhado. Foi ultimo possuidor Manoel Caetano de Bacellar e hoje é subemphiteuta Marianna de Barros, viuva de Manoel Teixeira, da Cal de Baixo, Santa Maria do Telhado. Tem dous consortes.

Foro – encontra-se descrito juntamente com o casal a seguir scrito.

– Meio Casal da Cal de Sima, Santa Maraia do Telhado. Foi possuidor ultimo, Mário Caetano Bacellar e hoje é subemphiteuta Joze Antonio Ferro e sua Mulher Maria de Braz, do lugar da Cal de Cima, freguezia de Santa Maraia do Telhado. Tem dous consortes.

Foro – 400 reis // duas galinhas.

– Hua das Herdades do Crasto, lugar de Melhe, Santa Maria do Telhado. Possuidores-Joze Ferreira Gonçalves e sua Mulher Maria Jozefa Simoens, do lugar do Casal Tainho, Joze da Costa e sua Mulher Joanna Maria, do lugar de Melhe, Rosa Lopes, viuva de Francisco Luiz, do lugar do Casal Donella, todos de Santa Maria do Telhado.

Foro – Meio alqueire de senteio.

– Hua das Herdades do Crasto, do lugar do Crasto, santa Maria do Telhado. São possuidores-Francisco Simoens e sua Mulher Maria Simoens, do lugar de Melhe, Santa Maria do Telhado.

Foro – Dous alqueires e meio e quarto e meio de senteio.

– Pertenças de Herdades do Crasto, Santa Maria do Telhado. Possuidores-Joze Simoens Carneiro e sua Mulher Marianna Luiza de Barros, do lugar do Crasto, Santa Maraia do Telhado.

– Hua das Herdades do Crasto, Santa Maraia do Telhado. Possuidores-Marianna de Barros, viuva de Manoel Teixeira, do lugar da Cal, Santa Maraia do Telhado.

Foro – Meio alqueire de milho alvo // hum quarto de senteio.

– Casal de Gemunde, Sãp Thiago do Couto de Ronfe que foi de Akvaro Gonçalves, prezentemente, é cabeça Rodrigo de Freitas Mello e Castro de Villa de Guimaraes. Tem dous consortes.

Foro – 20 alqueires de milho miudo // dous fregos // sete varas de bragal.

– Casal da Herdade do Pombal que foi de Gonçalo Annes de Pombal, São Cosme do Valle. He cabeça Domingos Marques, do lugar de Pombal, São Cosme do Valle. Hà dous consortes.

Foro – 3 alqueires de milho alvo // hum frango // 20 reis.

b) Foros. Natureza e quantidade recebida durante o ano.

Quadro nº 1

Pão meado	50.5 alqueires	Galinhas	53
Pão meado	326.5 razas	Frangos	11
Centeio	23 alqueires	Capões	4
Centeio	7.5 razas	Geiras de corpo	24
Milho alvo	22 alqueires	Marrana	1
Milho miúdo	20 alqueires	Lutuosa	2 libras de cera
Bragais	7	Laudémio	vintena
Dinheiro	11.716 reis		

c) Listagem dos sacerdotes

Quadro nº 2

Ano	Funções	Nomes	Dignidades
1220	Abade	Pedro Pelaio	
1258	Abade	Pedro de Pedro	
1520	Abade-reitor	João Carneiro	Camareiro e Mestre Escola da Sé de Braga
1608	Abade	João Jácome	
1614	Abade	André Md.s da C.ta	
	Cura	Luis Av.s da C.ta	
1619	Abade	Bento de Ag.r Al.da	
	Coadjutor	Francisco Gonçalves	
1662	Abade	Lourenço Teixeira	
	Cura	António de Barros	
1687	Abade	João Tx.ra Feliz	
	Cura	João da Silva	
1698	Doutor Abade	Jerónimo Teixeira	
	Cura	João da Silva	
1701	Coadjutor	Gregório Alves	
	Cura	Paulo de Araújo	
1711	Coadjutor	Henr.e de Cav. Fg.o	
1715	Cura	António Agostinho	
1724	Abade	Egídio de Oliv. Júnior	
1736	Ab. Encm.	Damião Vl.o Mir.da	
1750	Abade	Joaquim de Oliv. Couto	
	Cura	Manuel da Costa	
	Coadjutor	Ant. Luís Rebelo	
1787	Abade	Francisco Manuel de Mariz Sar.to M.ta	Fidalgo Capelão de sua Alteza Real o Príncipe Regente
	Ab. Encom.	Bento Ferreira	
	Cura	Jerónimo da C.ta M.s	
1841	Abade	José Joaq. Oliveira	
	Cura	António Marques	
1850	Abade	Joaquim de Oliveira	
	Ab. Encom.	João Luís Rd.s de Sá Miranda	
1866	Abade	José Ant. de Cav.o	
	Ab. Encom.	Joaquim Fer.a da C.ta	
1903	Pároco	Manuel Fer.a Loureiro	
1911	Coadjutor	António José Fer.a	
1919	Pároco	António Lp.s de Amorim	
1922	Pároco	Joaq. Dias de Sá	
1929	Pároco	Ant. Lps de Amorim	
1947	Pároco	Fr.co Lopes Gomes	
1978	Pároco	Francisco Faria	
1989	Pároco	Abílio Alves Martins Machado	

4) Visitas e Devassas -1825

"A Igreja de S. Cosme e Damião do Vale he Abbadia de collação ordinaria e por concurso. Esta aseada e adornada tem boa residencia. Tem sacratio, venerado pela Irmandade do Santissimo sacramento, estando m.to bemornada.

He Par.o della Fernando Manoel de Mariz provido por concurso.O coadjutor Ant.Luiz Rebello provido por designação do Abb.e he de bôua vida e custumes, serve com zello e he instruido.

Sacerdotes= Pe. Ant.o Marques na.l desta freg.a e cura della de id. De 28 annos, seus estudos, gramatica latina, filosofia, teologia, e moral, em Braga; he de bom proced.oO Pe. Jeronimo da Costa Marques, da idade de 63 anos.

Capellas- a de S.Bento de que he padroeiro o Abbade.Esta decente.Não há oratorio. Tem esta Ig.a =fogos=219.Pessoas de sacramento=784(...).¹¹

5) Visitas e Devassas-1845

(...) A Paróquia tem 250 fogos e 872 habitantes. A congrua foi estipulada em 390.000 reis. É Pároco-José Joaquim de Oliveira. Há três presbiteros residentes nesta freg.a-João Baptista da Silva, natural de Braga e residente nesta há 4 anos. Tem 80 anos de idade. Antonio Marques natural desta e Antonio Luiz Lopes também natural desta(...)¹²

II Parte – IGREJA

Capítulo – I Análise Artística

1. Localização:

Braga, V.N. de Famalicão, Vale (S. Cosme)

2. Acesso:

E.N. 309, E.M. 625, Lugar da Torre

3. Enquadramento:

Urbano e Rural

4. Descrição:

A Igreja apresenta a fachada principal voltada a Poente e está revestida por um tapete cerâmico, cujos azulejos, azuis e brancos, são do séc. XX, enquanto os restantes alçados estão rebocados, desconhecendo-se se o material é perpianho ou alvenaria.

Há duas portas principais que comunicam com duas naves, sendo a do lado sul, em forma rectangular, com o frontão triangular e a do lado Norte, com o vão de volta inteira, ricamente decorada, cujo tratamento será dado no local adequado.

Sobre as portas, estão dois óculos circulares, gradeados, em voamento e mais acima, no centro, há um painel, em azulejos com a iconografia dos oragos – Cosme e Damião. E, na empena, quase no vértice, está um pequeno texto e cronograma com os seguintes dizeres: "*Restauro a expensas do Ab.e M.F.Loureiro 1905.*"

Finalmente e, no local próprio, há uma cruz de feição quase latina, acolitada, na cimalha e em lugar equidistante por quatro pequenas pirâmides, com coroamento esférico.

A torre está implantada do lado norte da fachada principal, em dois lanços, possuindo o inferior dois pequenos vãos, em forma rectangular e, numa cota superior, o mostrador de um relógio que funciona electricamente, mas já houve um outro que fora mecânico.

¹¹ A. D. B.

¹² Idem

No segundo corpo estão quatro campanários sineiros, cujo sino do lado ocidental, com o peso de 450 kg, porque tem de altura 0'87 m e de diâmetro 0,94 m. tendo sido oferecido pela Confraria das Almas e fabricado, em Braga, no ano de 1875 por João Ferreira Luis. O do lado sul, conotado como propriedade da Paróquia, tem de altura 0,83 m. e de diâmetro 0,91 m, sendo-lhe atribuído o peso de 380 kg. Mas, o que se encontra no campanário do lado norte, embora mais pequeno, porque pesa 185 kg, tem a data de 1785 e foi oferecido pela Confraria de Nossa Senhora da Conceição. Finalmente, o sino do lado nascente foi dado pela Confraria do Santíssimo, sendo fundido em 1931, em Braga pela firma de José E. Gonçalves e Filho. Pesa 60 kg.

Em plano sobrejacente, está uma espécie de barbacã com quatro gárgulas em cada ângulo, enriquecida por quatro séries de balaustradas, havendo na imposta quatro fogaréus. A parte terminal, cúpula, apresenta a forma de bolbo que será, novamente, referida em pormenor.

Apreciada a torre na sua estrutura, constata-se que é rica em granito. O cornijamento e pilastras são de grande volume, cujos capitéis e bases, estão equipadas por ricas guarnições, apresentando semelhanças do tipo toscano. Mais se afirma que, após uma observação atenta, é lícito concluir que a torre foi construída antes da fachada, estando, pois, esta adossada àquela e não o contrário.

No que concerne ao interior da Igreja, verifica-se algo de particular, porque há duas naves e a seguir, com acesso mediante duas séries de cinco degraus, o presbitério e, no meio e no arranque do mesmo, o baptistério. Há, ainda, a considerar o coro-alto, púlpito e sacristia.

O pavimento tem a coxia em placagem de granito, e todo o espaço envolvente ocupado por tijoleira. As paredes estão rebocadas, existindo na parte inferior das naves um silhar com azulejos policromáticos, mas recentes e no presbitério outro silhar, mas formado por azulejos azuis e brancos, em réplica do final do séc. XVII.

O tecto das naves tem caixotões simples, em forma abaulada e o do presbitério, em caixotões, mas com talha revestida a folha de ouro e o fundo com pinturas, as quais foram repintadas por artista dos fins de semana, não sendo, por isso, permitido colocar-lhes qualquer tipo de datação. Há, ainda, como complemento dos caixotões, algumas molduras acidentais que estão purpurinadas.

Nos dois arcos das naves, conhecidos por triunfais, há sanefões de estilo neo-clássico, bem como nos vãos das janelas e portas laterais.

Quanto a valores decorativos, há três retábulos, estando o principal no presbitério e os outros dois, de estilo neo-clássico, nas naves.

Relativamente a peças de âmbito devocional há várias, na sua maioria, modernas, destacando-se cerca de umas quatro, de natureza barroca, mas todas degradadas, através das repinturas.

5. Época da Construção

No seu conjunto, a Igreja apresenta características de ser construída, talvez, nos princípios do séc. XVIII. Mas, há fortes indicadores envolventes de haver, no mesmo local, uma igreja mais antiga.

- a) Assim, há uma informação escrita, com a data de 1520, do seguinte teor: "(...) a Igreja de São Cosmade com o seu semiterio darredor e hua torre de sinos com dous grandes (...)". Todavia, os sinos existentes na torre são de épocas muito posteriores.
- b) Também a porta do lado norte, pela forma do vão e motivos decorativos, denota feitura que é costume observar-se em imóveis de natureza renascentista. Trata-se de um pórtico que pertenceu a outra igreja com base nas características existentes.
- c) A residência paroquial implantada junto à Igreja tem um lintel, numa das janelas, com a data inscrita de 1562.

- d) O acesso ao segundo piso da referida residência, lado ocidental, é feito mediante uma escada, com degraus bocelados, guardas molduradas, cujos arranques apresentam volutas duplas e o telhado tem como suporte duas colunas afuniladas, bem decoradas, quer no capitel, quer na base.
- e) Além destes dados referidos, há sobre o muro do adro, seis pináculos com 94 cm. de altura, com sobreposição oval, os quais são peças de decoração do cimo das empenas e com desenho nada normal. Por isso, nesse mesmo local e no séc. XV ou XVI houve uma outra igreja.

6. Intervenções:

Antes de tratar do tema em epígrafe, refere-se que a Igreja, juntamente com torre e sacristia tinham, em 1800 de comprimento 22 metros e de largura 16,5 metros. Relativamente a restauros efectuados na Igreja, há conhecimento que houve, em 1905, um restauro a expensas do Abade Pe. Manuel Ferreira Loureiro, e nos anos 90 outro, sendo Pároco o Pe. Abílio Alves Martins Machado, cujas obras destinaram-se, primariamente, num aumento de área, visto a existente não ser suficiente. Assim, houve crescimento para nascente, aumentando bastante o comprimento e para os lados, ficando com o espaço compreendido por cerca de 500 m². É de assinalar, ainda que a referida intervenção obrigou ao nascimento de um novo corpo que não existia e novo presbitério, baptistério e sacristia, bem como os tectos sobre os novos espaços e pavimentos.

III Parte – FOTOGRAFIAS



▲ 1 – Fachada da Igreja e Torre

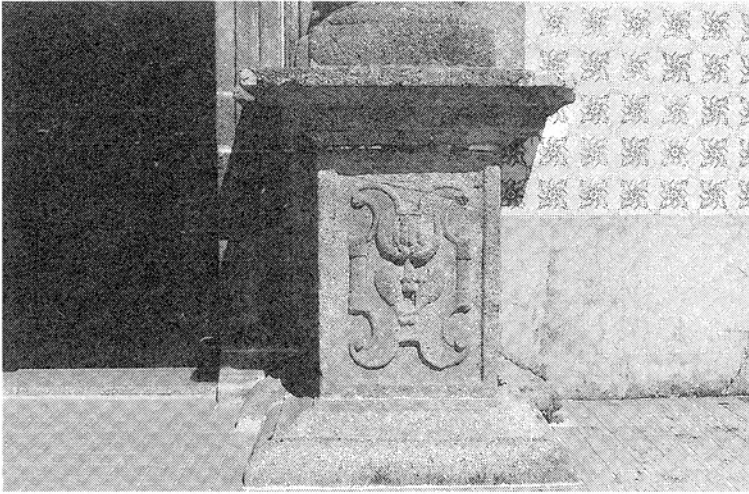


▲ 2 – Porta principal

O vão é de volta inteira, cujas aduelas, a partir dos saiméis, são de tamanho igual e o fecho está decorado com folha de acanto. O frontão está bem proporcionado, com a cornija sustentada por quatro modilhões ornamentados também por folhas de acanto e intercalados por cinco rosetões.

Sobrejacente, há dois pináculos, cada um enriquecido por quatro pequenos fogaréus cada um.

Por último e como peças onde assenta o frontão, estão duas colunas afuniladas, com capitéis coríntios e bases toscanas, apoiadas em plintos, cujos dados anteriores estão enriquecidos por figuras grotescas. O referido portal é, sem dúvida, um elemento artístico de valor que chama a atenção para a entrada do edifício.



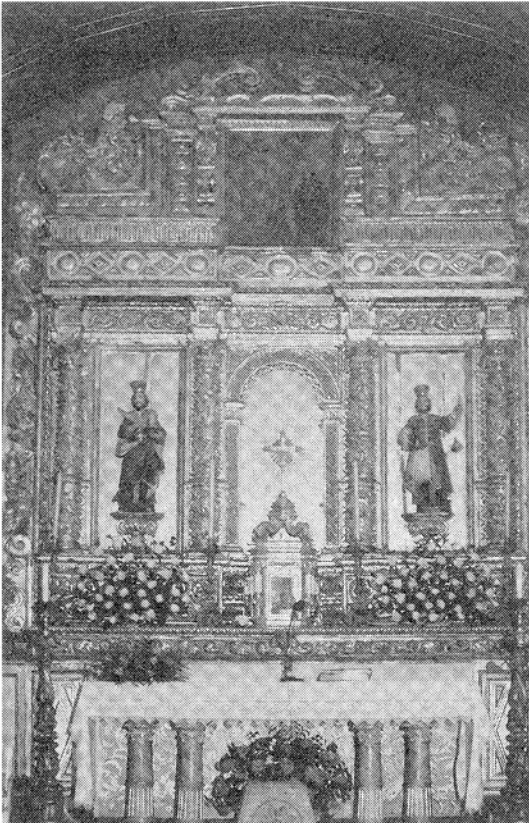
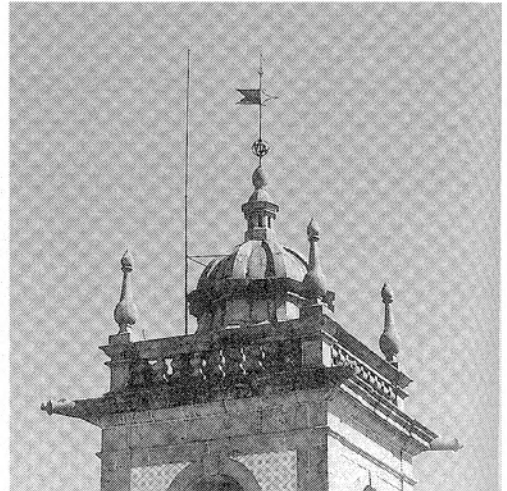
◀ 3 – Plinto da coluna

A partir dos meados do século XIII, era vulgar colocarem nas aduelas dos arcos das portas das igrejas e ainda nas pontes, cruces que, segundo a crença, o demónio não entrava dentro, nem derrubava as pontes. Também, no Renascimento, começaram a integrar, nos dados dos pedestais das colunas, figuras mitológicas com a iconografia que dizem ser do demónio para o mesmo ficar fora. De facto, a figura apresentada é de fisionomia bizarra.

◀ Fachada da Igreja e Torre

4 – Cúpula da torre ▶

A parte superior da torre é, efectivamente, constituída por uma cúpula que manifesta trabalho em cantaria digno de muita capacidade técnica do canteiro que lhe deu forma, bem como a todo o espaço envolvente, de desenho bastante diversificado.



◀ 5 – Retábulo-Mor

Retábulo renascença, onde estão sediados nas edículas os irmãos oragos, Cosme e Damião e no frontão está uma tela com a iconografia da Ressureição.



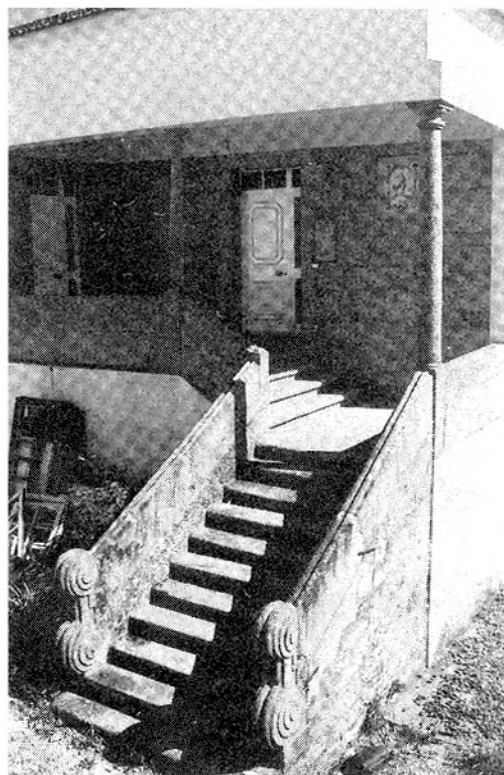
◀ 6 – Caixaão com painel

Painel no fundo de um dos caixaões existentes no forro do corpo da Igreja, com a iconografia da Anunciação o qual, infelizmente se encontra repintado, bem como todos os outros, no restauro dos anos 90.



◀ 7 – Lintel

Padieira Manuelina numa das janelas da residência paroquial



8 – Escadaria ▶

Escadaria, em dois lanços, existente na residência, com relevância para as colunas e volutas.

Uma Tipografia Famalicense nas Letras Poveiras

A Tipografia Minerva
e a Fundação de «O Comércio da Póvoa de Varzim»
por *Emília Nóvoa Faria**

No início de Dezembro de 1903 a imprensa poveira regista o aparecimento de um novo semanário – «O Comércio da Póvoa de Varzim» –, resultado de um projecto idealizado por António dos Santos Graça e ao qual aderem, desde o primeiro momento e de forma entusiástica, alguns dos seus companheiros do grupo redactorial do jornal «O Povoense». Num artigo escrito por ocasião das Bodas de Prata de «O Comércio da Póvoa de Varzim», Santos Graça relembra o pitoresco episódio que esteve na origem de mais um título na pequena vila piscatória¹: (...) *Surgiu, então, a mocidade local – 20 a 25 anos – a defender os legítimos direitos do nosso pescador e, com ela, o pequenino jornal de pouco mais de um palmo – O Povoense –, seu órgão.*

Éramos seis os seus redactores: Júlio Dias, Carlos Braga, José Pinheiro, Laurindo de Oliveira, Leopoldino Loureiro e quem escreve estas linhas.

Luta rija, intransigentemente bairrista, em que tivemos a honra de ter continuamente como adversário o órgão do grande jornalista Mariano de Carvalho. Recorda-me bem que o que mais chocou a redacção de «O Popular» foi um comentário que fizemos a uma transcrição sua depreciativa da pesca pela nossa gente do mar e que intitulamos – «Como falam os fartos!».

A par e depois desta campanha, manifestava-se sempre a irreverência dos rapazes, tudo criticando com a maior correcção, é certo, mas vibrantes de patriotismo. E todos, desde os saudosos poveenses Drs. David Alves e Caetano de Oliveira aos mesários da Santa Casa não se julgaram desmerecidos em dar na Estrela Povoense – a mãe, então, do jornalismo local – todos os esclarecimentos e explicações.

Bons tempos!

Era proprietário da tipografia, e, portanto, do jornalzinho, o bom do Mestre Viana, ali do Largo das Dores, que tinha o fraco de versejar, mas em versos do tamanho da légua da Póvoa e de pé quebrado. E os versos surgiam sempre a propósito de qualquer campanha. Durante muito tempo e a pretexto de falta de espaço conseguimos que os versos fossem postos à margem; mas um dia surgiu em que não se arranjava forma de desculpa.

O Mestre Viana tinha uma certa osga ao farmacêutico Vieira, mesário do Hospital.

Fez-lhe uns versos, que exigia que fossem publicados!

Reuniu o conselho redactorial, em Assembleia Magna, na sala das aulas. Temos ainda na retina a figura alta do Mestre, com a sua péra branca, em voz cantada para não gaguejar, no entusiasmo pela sua obra, que era tremenda de disparates.

Felizmente, que Mestre Viana não despregava os olhos do papel enquanto lia – e todos nós, excepto o Júlio Dias – pudemos raspar-nos cá para fora sem ele dar por isso, para não arrebrandarmos de riso.

É claro que este acto nos correu do Povoense.



▲ António dos Santos Graça

* Investigadora

¹ A. DOS SANTOS GRAÇA, «O Comércio da Póvoa de Varzim – Notas à Margem», in *Comércio da Póvoa de Varzim*, Ano 25.º, N.º 2, 12/1/1928.



▲ Manuel Pinto de Sousa

O vício de escrever era grande – e daí o pensarmos num novo órgão.

A semente estava lançada! Porém, subsistia o problema da falta de recursos materiais e financeiros necessários para a impressão do jornal. Sucedem-se, assim, os contactos com tipografias, contando-se entre elas a «Minerva» de Vila Nova de Famalicão, de que era proprietário Manuel Pinto de Sousa, um velho amigo de Santos Graça e também ele director de um jornal local, o «Estrela do Minho». A estreita amizade e o facto de ambos trabalharem no mesmo ofício, comungando do entusiasmo pelo jornalismo, terão sido, porventura, determinantes para o sucesso das negociações. A «Minerva», ao oferecer *todas as facilidades para um jornal maior*, seria a tipografia escolhida para «O Comércio» dar à estampa os seus primeiros números. Contornada a questão financeira da impressão do jornal e firmadas as condições contratuais, entre as quais a tiragem de 500 exemplares, entrega dos originais na quinta-feira à noite e envio dos jornais impressos para a Póvoa no comboio da tarde de sábado, faltava ainda encontrar uma personalidade influente da terra e com provas dadas nas lides jornalísticas para assumir a direcção do novo semanário. O nome do Padre Afonso Soares, professor do Instituto Municipal da Póvoa de Varzim e já então um conceituado jornalista local pela sua colaboração no periódico «Estrela Povoense», reuniu o consenso de todo o grupo. Convidado a aceitar o desafio proposto pelos jovens jornalistas, prontamente se dispôs a ocupar o cargo de director e a contribuir para a fundação do jornal.

De um pequeno trecho de Baptista de Lima evocativo das suas memórias como colaborador nos primórdios de «O Comércio», onde descreve o ambiente vivido durante a preparação do jornal nos dias a anteceder o seu envio para a «Minerva», é notório não só a franca camaradagem entre todos aqueles que tinham decidido seguir Santos Graça, como também o quanto se sentiam immanados duma vontade sólida de se imporem no meio jornalístico, pese embora a sua juventude: *Na primeira terça-feira, à noite, lá estávamos na Redacção, no estabelecimento do amigo Santos Graça, à praça do Almada, 53 (entre a hoje Loja do Sol e a Foto-Gomes). Numa grande mesa da parte de dentro da loja, todos, abancados, escreviam já, na mais fraternal camaradagem de apostolado. No fim, os escritos eram lidos e apreciados; escolhiam-se os mais urgentes e oportunos, e todo o original designado seguia para Famalicão, para a Tipografia Minerva. Um só da grei pontificava como orientador redactorial; mas todos podiam emitir opinião, dar o seu parecer sobre os assuntos a tratar ou já tratados, isto numa interessante e pura democracia. (...)*² E na «Minerva» aprontava-se o jornal, assistindo-se ao rítmico e paciente trabalho de composição executado pelos tipógrafos, logo seguido pelo som do inconfundível matraquear das antigas máquinas de impressão movidas manualmente. Durante quase um ano, de 3 de Dezembro

de 1903 a 28 de Setembro de 1904, «O Comércio da Póvoa de Varzim» irá manter a sua ligação à tipografia de Manuel Pinto de Sousa, até ao momento em que o jornal, nesta data, passa a dispor de tipografia própria. O reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela «Minerva» num período crucial para a consolidação financeira do semanário, não foi esquecido por Santos Graça, administrador e editor do jornal, que na 1.^a página do número de 6 de Outubro de 1904, agradece aos proprietários e pessoal da «Minerva» *as atenções e cuidado que nos dispensaram durante o tempo que lhes confiamos a impressão do nosso jornal*, e em especial ao seu director, António Maria da Conceição, *pela forma escrupulosa como sempre se houve na revisão do nosso jornal*.³

Typographia
Minerva

Aos proprietários e pessoal desta acreditada e magnífica casa de Famalicão, agradecemos as atenções e cuidado que nos dispensaram durante o tempo que lhes confiamos a impressão do nosso jornal.

Ao distinguido e illustrado director d'aquella Typographia, sr. António Maria da Conceição, dirigimos o nosso sincero agradecimento pela forma escrupulosa como sempre se houve na revisão do nosso jornal.

² BAPTISTA DE LIMA, «Meio Século de longa e gloriosa caminhada», in *Póvoa de Varzim: Materiais para a sua Monografia Histórica*, N.º 9, Jan. 1954.

³ O Comércio da Póvoa de Varzim, Ano 1.º, N.º 45, 6/10/1904.

Em Agosto de 1905, «O Comércio» retomará, no entanto, o contacto com a «Minerva» para de novo aí se voltar a imprimir o jornal, desta vez por um período bem mais extenso, cerca de três anos. Uma pequena notícia inserida no número de 17 de Agosto desse mesmo ano, apenas justifica o atraso de dois dias na sua publicação por motivo de mudança de tipografia. Tal leva-nos a supor que terão sido, então, desactivadas as instalações onde começou a funcionar a tipografia de «O Comércio da Póvoa de Varzim», na rua Conselheiro de Andrade (hoje rua Cidade do Porto), instalações, que, no entanto, a partir de Maio de 1908, voltarão a reaparecer com o mesmo nome, mas num outro local, o Largo de S. Roque.

A partir de Abril de 1904, Santos Graça assume a Direcção do jornal, exercendo estas funções praticamente até 1923, com excepção de um curto período de 2 anos, entre 1911 e 1913, pelo facto de ter sido nomeado Administrador do Concelho⁴. Assumindo-se como um republicano convicto, não hesita, logo a seguir à implantação da República em Portugal, em rotular o jornal de *Orgão do Partido Republicano ou Semanário do Partido Republicano Português*. Confessa ter abandonado a política monárquica, que tão mal servia os interesses da Pátria, filiando-se no partido republicano (...), e quanto à questão do jornal perder a sua primitiva independência pelo facto de adoptar um subtítulo que o enfileira nas hostes do Partido Republicano Português, a sua posição, como director, é que o jornal defenderá as instituições vigentes e cuidar-á, com o seu pequeno esforço, da sua consolidação.

No entanto, o seu profundo envolvimento no conturbado período político dos últimos anos da 1.ª República, acaba por se reflectir fortemente na linha editorial do jornal. Em 1923, torna-se inevitável o confronto com o grupo redactorial que defende o retomar da *feição primitiva de semanário independente*⁵, exigindo que o jornal deixe de se intitular *Orgão do Partido Republicano*. Em ruptura com esta posição, Santos Graça retira-se da Direcção. Este revés, porém, não o demove de seguir o seu percurso na senda do jornalismo, nem lhe altera a determinação de continuar a servir a República. Nesse mesmo ano, funda e dirige «O Progresso»⁶. A abrir o primeiro número, no editorial que intitula *Recomeçando*, Santos Graça justifica a razão de ser do novo semanário, sem contudo esconder a mágoa de se ver forçado a abandonar «O Comércio da Póvoa de Varzim» de quem tinha sido o principal mentor nos anos da sua juventude: *Vinte anos não são dois dias – e já agora leitor amigo, não quero perder, o hábito honroso, embora cheio de espinhos, de continuarmos a conversar e a discutir em prol da Pátria, da República e da terra poveira e daí, esta apresentação do meu novo jornal – «O Progresso»*. Contudo, apesar dos desencontros de opinião com origem na fidelidade ao seu ideário político, anos mais tarde, reatará a aproximação ao seu velho «Comércio», numa extensa e continuada colaboração que se estende até às vésperas da sua morte, ocorrida em 1956.

A sua actividade intelectual não se limita apenas à política ou ao jornalismo. Dinamizador de múltiplas iniciativas que têm lugar na Póvoa de Varzim, onde sobressai a fundação do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim em 1937⁷, Santos Graça consagra também, uma parte importante do seu tempo ao estudo

⁴ «A sua carreira política esteve ligada ao Partido Republicano, ocupando cargos directivos à escala municipal. Desempenhou, a nível local, os cargos de administrador e vereador no seu concelho. Foi eleito deputado, em 1919, pelo círculo de Santo Tirso e senador, em 1925, pelo Porto», A. H. DE OLIVEIRA MARQUES (coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, 2000, p. 238.

⁵ JOAQUIM GRAÇA, «Duas Palavras», in *Comércio da Póvoa de Varzim*, Ano 23.º, N.º 20, 10/6/1923.

⁶ Os primeiros números do jornal «O Progresso» (Junho a Agosto de 1923) foram impressos na Tipografia Minerva.

⁷ «Aproveitando o material que servira para a Exposição Marítima, organizou, com o Conde de Vilas Boas e o Comandante Joaquim Costa, o Museu Etnográfico Municipal da Póvoa de Varzim, que completou a sua excepcional obra de collector, onde o estudioso encontra o essencial sobre a vida do Poveiro. Se a exposição das colecções pode merecer reparo dentro de um critério esclarecido de moderna museologia, o certo é que o grande mérito da primeira recolha cabe-lhe inteiramente, e em nada é diminuído», ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA, «António dos Santos Graça», in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XV, 3-4, Porto, 1955-1957, pp.306-308.



dos costumes e tradições da sua terra. Filho da gente humilde que no mar encontra o seu sustento e conhecedor profundo das marcas de identidade tão enraizadas na comunidade poveira, estes temas merecem-lhe uma particular atenção. Dois anos antes da fundação de «O Comércio da Póvoa de Varzim», a pedido do ilustre etnógrafo Rocha Peixoto, começa a anotar *tudo que se encontrava regulado nos preceitos e leis desta colmeia laboriosa*. Notas preciosas que acabará por reunir em livro – *O Poveiro* –, uma obra de referência para quem quer conhecer a vida colectiva, social e cultural do pescador poveiro. Sem contar com quaisquer apoios para o seu financiamento, decide avançar, em 1932, com uma edição de autor. A «Minerva» de Manuel Pinto de Sousa posiciona-se de novo na rota de Santos Graça, tendo a primazia de ser a tipografia por si escolhida para aí ser composto e impresso o seu primeiro livro. Da tiragem de 1400 exemplares, cujo custo totalizou seis mil e quatrocentos e trinta e cinco escudos, uma quantia elevada para as suas posses, apenas recuperaria uma pequena parte, pois, segundo confidencia a um seu amigo, *a edição se esbagoara, a maior parte por ofertas (...)*.⁸

A seguir à morte de Manuel Pinto de Sousa, em 1934, a «Minerva» passou a ser gerida por seu irmão, Gaspar Pinto de Sousa, a quem «O Comércio da Póvoa de Varzim» entrega a composição e impressão do Número Especial Comemorativo do 1.º Centenário do Nascimento de Eça de Queirós. À frente do semanário poveiro encontrava-se Manuel Agonia Frasco, sobrinho de Santos Graça, um homem de sólidas convicções, cuja paixão pela Póvoa, aliada a uma rara capacidade de intervenção, marcaram, indelevelmente, os destinos do jornal. A sua acção como director e jornalista destacar-se-á, sobretudo, na defesa dos interesses poveiros e no empenhamento para a criação de infra-estruturas – como foi o caso da campanha sustentada pelo jornal durante décadas para a construção do porto de pesca –, que conduzissem ao desenvolvimento da Póvoa e à melhoria das condições de vida da comunidade piscatória. A acção cultural constitui também, desde que assume a Direcção, uma das suas grandes apostas. A abertura das colunas de «O Comércio» à colaboração de jovens talentos nas páginas de cultura editadas entre 1939 e 1961⁹, – de que aliás, o jornal justamente se orgulha de ser pioneiro na imprensa regional –, numa época marcada pela repressão e pela censura imposta pelo Estado Novo, é só por si bem elucidativa da determinação e da coragem de Manuel Agonia Frasco na linha de rumo que imprime ao jornal. Nestas e noutras iniciativas culturais, como os números especiais comemorativos de centenários de Francisco Gomes de Amorim, Eça de Queirós e Rocha Peixoto, «O Comércio» irá contar com a colaboração de muitas figuras relevantes do meio intelectual português, tais como Hérnani Cidade, Bento Carqueja, Ezequiel de Campos, José Régio, Aquilino Ribeiro, Ernesto Veiga de Oliveira, Flávio Gonçalves, Rocha Martins, Armando Bacelar, Eugénio Lapa Carneiro, José Carlos de Vasconcelos, Luísa Cortesão, Júlio Pomar e Cruzeiro Seixas.

No centenário do nascimento de Eça, o *mais ilustre dos Poveiros*, é «O Comércio da Póvoa de Varzim» que assume a dianteira na preparação das comemorações: *Em 1939 iniciamos uma campanha nestas mesmas colunas para que as festas do Centenário atingissem aquele brilho digno da Grande Figura que é Eça de Queirós e que ao mesmo tempo honrassem a Póvoa*. E é nesta linha de acção que a 15 de Novembro

⁸ JOSÉ ROSA ARAÚJO, «Falando de Santos Graça», in *Colóquio "Santos Graça" de Etnografia e História*. Actas, I, p.88.

⁹ «COMÉRCIO» DOS NOVOS, Janeiro a Setembro 1939. Direcção de Armando Bacelar.

CULTURA – Letras. Crítica. Artes, Janeiro 1952 a Abril 1957. Direcção Eugénio Lapa Carneiro.

CULTURA – Página de Artes e Letras, Novembro 1959 a Junho 1960. Direcção de José Carlos de Vasconcelos.

PALESTRA, Março a Dezembro de 1961, Organização de Arnaldo Saraiva e Lino de Miranda.

de 1945, sai o Número Especial Comemorativo do 1.º Centenário do Nascimento de Eça de Queirós que integra, entre outros, os artigos de Aquilino Ribeiro *A alvorada do romancista*, e de José Régio *Um juízo sobre Eça*. O sucesso alcançado com a sua publicação, partilhado, em parte, com Gaspar Pinto de Sousa a quem o jornal também agradece – *não esquecendo o distinto gerente da Tipografia Minerva, de Famalicão, onde este número foi composto e impresso* – seria amplamente noticiado pela imprensa regional e nacional. O «Estrela do Minho», jornal de Famalicão, fundado por Manuel Pinto de Sousa e à época dirigido por José Casimiro da Silva, num rasgado elogio, considera ser esta publicação *entre as muitas dezenas de biografias, números especiais e ensaios que em todo o país assinalaram o acontecimento, (...) aquela que ocupa um lugar de extraordinário relevo na galeria queirosana e honra sobremodo a terra-pátria do glorioso escritor! Iniciativa exclusiva da Redacção daquele nosso distinto confrade, para não dizer, fruto exclusivo de Agonia Frasco, sem subsídios ou auxílios oficiais, este número honra não só a Póvoa, mas a própria imprensa em Portugal.*¹⁰



Aparentemente, tanto quanto nos foi dado investigar no acervo documental do jornal, os contactos com a tipografia famalicense terminaram em 1945. Hoje, a Póvoa de Varzim comemora com justo orgulho os cem anos de existência deste seu emblemático periódico, vividos por muitas gerações de homens e mulheres que souberam e quiseram dar o melhor de si mesmos para manter o projecto de Santos Graça. Em Famalicão, num registo de amizade e a lembrar a conjugação de esforços entre Santos Graça e Manuel Pinto de Sousa para a fundação do mais antigo semanário poveiro, uma pequena estatua figurativa da deusa Minerva, protectora mítica dos antigos ofícios, continua a velar o velho e arruinado edifício onde outrora funcionou a tipografia.



▲ Fachada actual do edifício da Tipografia Minerva

¹⁰ O Comércio da Póvoa de Varzim, Ano 43.º, N.º 4, 26/1/1946.

Manifestações colectivas religiosas e culturais:

A festa religiosa e a romaria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe

por José Manuel Lages *

1 – A Vida Religiosa, Social e Cultural.

1.1 – A Confraria como pólo de dinamização regional.

As vivências sociais e culturais desta instituição estavam relacionadas com as finalidades religiosas gerais estabelecidas nos Estatutos e com outras igualmente previstas nos mesmos que tinham a ver com as actividades de culto e devoção que eram concretizadas no tempo de vigência de cada gestão, com se pode ver nas várias Assembleias Gerais realizadas, na constante preocupação de discutir, por exemplo, a planificação da festa da Padroeira, o pedido pelo S. Miguel para angariar esmolas para a mesma e verificar o trabalho das Mordomas para a sua execução¹. Vemos pois que para além da estrutura de gestão e administração, o restante corpo social participava activamente nas cerimónias religiosas, nas manifestações de religiosidade, como era a festa da Padroeira e a sua procissão, e ainda estava presente na romaria da festa, autêntica manifestação popular e de cultura da região do Vale do Este e de outras. Temos pois que esta Confraria, tal como todas as do Norte de Portugal, incentivara "a vida cristã das suas gentes, na preservação e interiorização da fé, no domínio da assistência material aos pobres e doentes, na criação e defesa do património artístico e cultural"². Contribuíram para a formação da nova mentalidade com uma dimensão mais humana.

Toda esta adesão permanente às finalidades, apesar de vinculada a uma Instituição, era contrária às práticas associativas impostas pelos Estatutos.

Quais as razões que motivavam estas gentes às práticas de devoção e de culto?

Cremos que os irmãos da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe, como todas as da Arquidiocese de Braga, independentemente das Instituições moviam-se por convicções de culto, neste caso Mariano e por cultivar as suas invocações.

Facilmente verificamos estes dois aspectos no fervoroso culto a Nossa Senhora em cada paróquia, observado através das imagens, altares, capelas, ermidas ou nichos, igrejas paroquiais, lugares e paróquias a Nossa Senhora dedicadas e bem assim através do número de pessoas em cujo nome há a onomástica de Maria.

O Segundo Congresso Mariano Nacional realizado em Braga em 1954, referente à Arquidiocese de Braga e ao culto de Maria, apresenta os seguintes dados:

*"... tem a Arquidiocese de Braga 4067 imagens, 2460 altares, 794 capelas - Ermidas ou nichos dedicados a Nossa Senhora, é titular de 7 igrejas paroquiais, padroeira pelo menos de 138 lugares e de 136 freguesias. Usam o nome de Maria 193 627 pessoas. Há na Arquidiocese a média de 5 imagens de Nossa Senhora por paróquia, 3 altares e 1 igreja, capela ermida ou nicho. É padroeira de 1/6 das paróquias da Arquidiocese e 22% da população da Arquidiocese usa no seu nome a invocação de Maria ..."*³.

* Mestre em História da Colonização Portugal-Brasil

¹ *Livros das Assembleias Gerais da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe.*

² José Marques, *As Confrarias da Paixão na antiga arquidiocese de Braga*, in "Theologica", U. C. P. Faculdade de Teologia de Braga, II série, volume XVIII, Fasc.2, 1993, Braga, p. 476.

³ Veloso, Manuel de Oliveira, *Nossa Senhora da Arquidiocese de Braga, seu culto e suas principais invocações*, in Segundo Congresso Mariano Nacional, Braga, 1954, p.874.

Os dados apresentados são a projecção de anos de prática religiosa que levou a população ao culto e às invocações de Maria, confirmando o que afirmámos anteriormente que o controle das Instituições cabia às elites locais e os restantes confrades moviam-se por convicções de culto e invocações.

Mas perante estes dados tão marcantes na vida das populações, qual o comportamento de culto e de invocação no Arcebispado de V. N. de Famalicão, região que caracteriza a Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe?

Também ela manifesta um culto e invocações acentuadas que mostram que toda esta gente tinha uma fé enorme no culto da Virgem Maria os quais podem ser observados no seguinte quadro:

Quadro I – Culto a Nossa Senhora no Arciprestado de V. N. de Famalicão.

Número de freguesias	53
Quem tem Nossa Senhora como Padroeira	7
Idem Lugares	4
Igrejas com Nossa Senhora titular	
Idem Capelas Ermidas	40
Altars dedicados a Nossa Senhora	135
Idem Imagens	237
População Total do Arciprestado	76.496
População Total com o nome de Maria	16168

Fonte: *Il congresso Mariano Nacional. Braga, 1945, p., 875.*

Observamos, pois que, como de resto em todo o Minho, a devoção, o culto, a invocação e as práticas marianas eram dominantes nos locais de culto, na vida diária e na família.

Constatamos que a devoção a Nossa Senhora era muito forte nesta região minhota. Qual seria o culto e devoção a nossa Senhora do Carmo na Arquidiocese de Braga?

Esta invocação a Nossa Senhora do Carmo encontra-se difundida por toda a Arquidiocese em capelas, ermidas, nichos e santuários.

Quadro II – Difusão da Devoção de Nossa Senhora do Carmo na Arquidiocese de Braga (1820-1854).

Arciprestado	Freguesias	Total
Amares	Rendufe	1
Arcos	Cendufe, Jolda S. Paio, SS. Cosme e Damião, Rio Frio, Rio de Moinhos, Santos.	8
Barcelos	Barcelos, Tamel (S. Verissimo), Abade de Neiva, Adães.	5
Braga	Sobreposta, Merelim (S. Paio), Adaúfe, S.Vítor, Cunha, Espinho, Braga (S. Vicente)	7
Cabeceiras		
Caminha	Lanhelas	1
Celorico	Codeçoso, Gaos.	2
Cerveira	Gondarém, Loivo, Reboredo.	3
Esposende		
Fafe	Arões (S. Romão) , Fafe.	2
Famalicão	Lemenhe, Jesufrei, Vermoim, Areias, Bairro, Louro, Landim, Sezures, Aves.	9
Guimarães	Costa, Guardizela. (Nª Sª. Oliveira), Louredo, Oleiros, Polvoira, Sande (Sta. Maria), Souto, Guimarães.	8
Melgaço	Alvaredo, Chaviães, S. Paio, Pousada, Cutelhães, Castro Laboreiro, Passos.	8
Monção	Cambeses, Monção, Podame, Riba de Moure, Abedim.	5
Paredes de Coura	Infesta, Romarigães.	2
Ponte da Barca	Covas, Cuíde, Lindoso, Ruivos.	4
Ponte do Lima	Correlhã, Vila, Santa Comba, Santa Cruz, Vilar do Monte.	5

Arciprestado	Freguesias	Total
Póvoa do Lanhoso	Corchas.	1
Terras do Bouro	Carvalheira, Santo.	2
Valença	Cerdal, Gandra, Ganfei, Torre.	4
Viana do Castelo	Castelo de Neiva, Darque, Mujães, S. Romão do Neiva, Perre, Portuzelo, Vila de Punhe.	7
Vieira	Ruivães	1
Vila do Conde e Póvoa de Varzim	Touguinhó, Balasar, Nabais, Póvoa de Varzim, Rates, Vila do Conde.	6
Vila Verde		
Total Geral =====>		91

Fonte: II Congresso Mariano Nacional, Braga, 1945.

Com excepção de três Arciprestados a devoção a Nossa Senhora do Carmo estava representada em 1845 em todo o Minho, tendo Famalicão o culto desta devoção em nove freguesias, sendo Lemenhe o único Santuário Mariano de Nossa Senhora do Carmo na Arquidiocese de Braga.

Toda a devoção Carmelita, para além do culto nas freguesias, pode ser indicado pelas muitas invocações existentes em todo o Arcebispado e em especial no Arciprestado de Famalicão, bem visível nos seguintes dados:

Quadro III – Invocações de Nossa Senhora do Carmo no Arciprestado de Famalicão

Imagens	90
Alfaias	33
Capelas	29
Igrejas Particulares	
Lugares	3
Paróquias	

Fonte: II Congresso Mariano Nacional, Braga, 1945, Anexos

Conclui-se que toda a adesão à Confraria da Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe, independentemente dos princípios religiosos, estatutários e associativos da Instituição, dependia de um contexto de vivências devocionais Carmelitanas difundidas no país e por todo o Minho⁴, granjeando devotos em todo o lado, através das muitas invocações a Nossa Senhora do Carmo expressas nas muitas imagens, altares, capelas e até nomes atribuídos a lugares.

Famalicão comprova esta tendência denotando-se a sua presença na quase totalidade do Arciprestado e tendo em Lemenhe o único Santuário Mariano com a Confraria de Nossa Senhora do Carmo.

Será conveniente referir que a Confraria em 1896 tinha 711 Irmãos registados e provenientes, na sua maioria, das zonas rurais especialmente das freguesias do Vale do Este. Assim, havia registos de Arnos Santa Eulália, Arnos Santa Maria, Brufe, Cavalões, Cruz S. Tiago, D'Antas S. Tiago, Fradelos, Gavião, Jesufrei, Lemenhe, Louro, Mouquim, Nine, Requião S. Julião, S. Romão, Sezures, Vale S. Cosme, que eram freguesias pertencentes a Famalicão, Guimarães e ainda as freguesias de Minhotães, Silveiros, Bastuço, Chavão e Couto de Cambeães pertencentes a Barcelos e Ruilhe que pertencia a Braga.

⁴ Gomes, Pinharanda, *Caminhos portugueses de Teresa de Ávila*, Editora Pax, 1983, pp. 25,26,27; David do Coração de Jesus, *Crónica dos Carmelitas Descalços, Reforma Teresiana em Portugal*, Lisboa, 1962, pp. 95 e 118.

Além dos irmãos provenientes destas regiões rurais havia-os das zonas urbanas com especial destaque para os irmãos provenientes das cidades do Porto, Braga, Famalicão e Barcelos.

Convém referir o elevado número de Irmãos que se encontravam emigrados em várias cidades brasileiras com especial destaque no Rio de Janeiro, distinguindo-se pela permanente intervenção na Confraria, inicialmente com os donativos e ofertas especiais para o culto, festa da padroeira e obras, e depois quando retornavam, na intervenção verificada no corpo de gestão e administração da mesma.⁵

1.1.1 – A Mordomia como Escola de Vida.

A Mordomia era um órgão inferior na estrutura geral, mas não menos importante que os outros, visto ser mais próximo do corpo geral de confrades e aquele que dinamizava as grandes actividades relacionadas com o culto, a devoção e as outras actividades culturais e de cariz popular. Será de referir, mais uma vez, que este era o único órgão que permitia a presença activa das mulheres.

Estas actividades estavam relacionadas com as finalidades gerais da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe que por sua vez obedecia a princípios gerais eclesíásticos. A Igreja para além dos princípios religiosos reclama-se como “educadora dos povos” sendo-lhe um direito imprescindível⁶, pois “ensina indicando remédios para acudir aos males da vida social, e ensina, para educar o homem íntegro e total, na sua existência social,”⁷ como se revela «educadora dos povos ... e até como a maior de todas as educadoras dos povos ...»⁸ demonstrando com estas afirmações a consciência e intenção, cada vez mais clara, da ampliação do papel da Igreja no domínio social, não excluindo de forma alguma a sua vocação de se dedicar com “amor” sem limites a aliviar os sofrimentos e a socorrer os desesperos junto de todos, sem distinção de nação nem de língua, o Evangelho, os fundamentos morais do Cristianismo.

Por isso, tenta dar aos olhos dos crentes, a ideia de que a Igreja e as suas instituições são uma sociedade sobrenatural, que visa a salvação eterna e ao bem espiritual dos homens.

Mas pergunta-se se é assim, como e com que direito é que ela entra no domínio profano das relações económicas e sociais?

A resposta dá-a o Papa Pio XII em 1953: “Não se pode separar reforma social e vida religiosa e moral dos indivíduos e da sociedade, por isso que se não pode separar este mundo do outro, nem dividir em dois o homem, que é um todo vivo”,⁹ quer-se dizer que não há “bem estar social” sem referência religiosa e moral, pois a vida religiosa e moral, de que a Igreja tem o encargo e cuidado, não é indiferente às estruturas das relações sociais. De facto, seria de supor que a vida cristã depende absolutamente das condições económicas e sociais, por seu turno consideradas sem prévia referência aos princípios da vida religiosa. Um certo bem estar (material ou pelo menos natural) , uma certa forma ideal (religiosamente neutra) de relações sociais seriam condições “sine qua non” da existência Cristã .

A Igreja não hesita em apoiar esta reivindicação na longa tradição das suas intervenções a favor do bem moral do homem impondo-o às instituições criadas por sua acção e Leão XIII esclarece: “Esta ciência da caridade, que Cristo lhes confiou, logo os Apóstolos se aplicaram a praticá-la, com zelo verdadeiramente religioso. Depois deles, aqueles que iam abraçando a fé Cristã, fundaram, de própria iniciativa, muitas e vari-

⁵ Livro de Registo dos Irmãos da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe – 1896; Índice avulso de Registos de Irmãos emigrados no Brasil.

⁶ Leão XIII, *Encíclica Rerum Novarum*, Ass 23 (1890 – 1891), p. 6647; III, p. 30.

⁷ Calvez, Jean Yves; Perrin, Jacques, *Igreja e sociedade económica (o ensino social dos Povos de Leão XIII a Pio XII 1878 – 1958)*, 1960, Livraria Tavares Martins, Porto, p. 32.

⁸ Calvez, Jean Yves; Perrin, Jacques, *op. cit.*, p. 39.

⁹ Calvez, Jean Yves; Perrin, Jacques, *op. cit.*, p. 39.

adíssimas instituições destinadas a aliviar misérias de todo o género, que afligiam a humanidade. Estas instituições, sempre em via de progresso, são formas de propriedade, glória e ornamento de religião cristã e da civilização a que ela deu origem. Por isso, ninguém, de juízo sã, pode deixar de as admirar, principalmente se levarmos em linha de conta a tendência tão generalizada de cuidar cada um primeiramente dos seus interesses, deixando para segundo plano o que se refere ao bem dos outros".¹⁰

Concluimos pois que a Igreja reconhece desde o seu início um bem social a praticar: A caridade para com o próximo como forma de aliviar a miséria de todo o género que existia na humanidade. Reconhece o direito de fundação de Instituições (Irmandades, Confrarias e Misericórdias) sob sua autorização tornando público o seu valor e aconselhando a sua divulgação sob iniciativa particular. Está implícito, de forma clara, o motivar e realçar o sentido colectivo que é característico destas associações como forma de resolver os problemas comuns e ultrapassar as limitações das acções individuais.

As orientações da Igreja aconselham as instituições ao fomento permanente das práticas cristãs, como sejam o bem moral e social, a cultura e as manifestações populares sob a égide de uma associação colectiva.

Mas como podemos definir esta prática do "Bem Moral e Social"?

Religiosamente situamo-la na misericórdia expressa no sermão da montanha¹¹ no início da vida pública de Jesus Cristo, que contém o programa de "Perfeição" e nele faz a anunciação das "Bem-aventuranças" que conduzem à salvação eterna e entre elas distingue-se "... os Bem-aventurados misericordiosos, porque eles mesmos obterão misericórdia..." (Mat. V, 7). É a promessa da bem-aventuração a quem praticar as obras de misericórdia, as quais, tanto corporais como espirituais, vêm expressas nos Evangelhos, especialmente no de S. Mateus, o código da caridade Cristã¹² e manual de práticas de virtudes, como é o caso da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, nas discussões e acções diárias, originando aprendizagens marcantes na vida das populações, especialmente, na dos jovens.

Estas práticas poderiam ser individuais se praticadas por simples particulares, mediante actos individuais e mais ou menos isolados, o que sempre aconteceu ou acontecerá, ou podem ser por associações ou fundações sob a forma de Beneficência Colectiva e de modo sistemático, o que imprime regularidade, mais extensão, duração e de práticas indefinidas.

A Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe, como já afirmámos, é de devoção Mariana Carmelita com finalidades múltiplas, destacando-se a preparação da morte e os sufrágios das almas. Existem outras finalidades de fins religiosos e de apoio económico e social. As virtudes são desenvolvidas junto das confrarias por acção motivadora da mordomia sob o controle do clero.

Vimos que a acção da Mordomia se desenvolvia mediante orientações gerais da Confraria e da Igreja. Como se articularia toda esta actividade com as orientações específicas da Arquidiocese?

As referências que temos encontram-se nas orientações emanadas dos sínodos Bracarense nas suas Constituições Sinodais e nos Concílios Provinciais, produzindo legislação que originou uma mudança na mentalidade e na vivência religiosa das populações do Minho e de Trás-os-Montes.¹³

Segundo o historiador bracarense José Marques, o maior número de sínodos e constituições concentra-se antes de 1500, referindo que entre os medievais e os dos tempos modernos e contemporâneos há

¹⁰ Calvez, Jean Yves; Perrin, Jacques, *op. cit.*, p. 59 "Reposta de Leão XIII – *Graves de Communi*, 18 de Janeiro de 1901".

¹¹ *Bíblia, Mateus, Cap. V – VII.*

¹² Correia, Fernando da Silva, *Estudos Sobre a História da Assistência - Origem e formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa, 1944, p.287.

¹³ Marques, José, *op. cit.*, p. 313

diferenças estruturais inconfundíveis. Enquanto os primeiros tentam resolver problemas pontuais e concretos, os segundos continuam a ter em conta este problema mas preocupando-se com a compilação de um minucioso "corpus normativo" pelo qual se deviam orientar os "fiéis, a clerezia e as Instituições eclesiais" ao tempo existentes. Assim, inicialmente esta legislação tinha um cariz repressivo evoluindo para um corpo jurídico capaz de orientar a vida quotidiana dos fiéis e da comunidade.¹⁴

Ao analisar as Constituições Bracarenses, são-nos revelados os principais problemas da vida religiosa dos fiéis da Arquidiocese pretendendo corrigir e orientar as populações.

Assim, desde o século XIII foram impostas certas medidas tendentes a eliminar abusos e faltas, e foram introduzidas novas medidas para desenvolver aspectos da espiritualidade dos fiéis e do clero ou da disciplina eclesiástica.

Há orientações rigorosas no cumprimento do preceito dominical (como de certas festas do ano) para os sacerdotes que deviam celebrar¹⁵ e para os fiéis que deviam assistir. De igual modo no Sínodo de 11 de Outubro de 1374, D. Lourenço Vicente ordena que "os Párcos e Reitores de Igreja além dos domingos do ano, celebrassem para os fiéis, sob pena de excomunhão as seguintes solenidades: Natal, Circuncisão, Epifania, Quarta - Feira de Cinzas, Domingo da Paixão, Domingo de Ramos, Páscoa, Ascensão, Espírito Santo, S. João Baptista, festa de todos os Apóstolos, todas as festas de Nossa Senhora, Festa de Todos os Santos, e festas dos Padroeiros das Igrejas."¹⁶

Nas Constituições de 1505, D. Diogo de Sousa, ampliou o rol, indicando os dias Santos de Guarda e se obrigavam ou não a jejuar.

Há orientações a proibir as vigílias e as representações teatrais nas igrejas, pois originavam "desonestidades com os jogos", «cantos e bayllos que com grandes desonestidade fazem e mandam fazer os que taes vigíllias ordenam».¹⁷

Nas constituições de D. Sebastião de Matos e Noronha, impressas em 1697, voltava-se a proibir representações em locais de culto, por haver necessidade de criar nas Igrejas o carácter sagrado e dar aos actos religiosos a dignidade e a compostura .

É notória a intenção de provocar na vida religiosa dos fiéis uma purificação e renovação, publicando medidas contra eventuais "hereges, barregãos, feiticeiros, blasfemos, benzedeiros, adivinhadores, usurários que atentam contra a fé, a moral e a justiça e matrimónios clandestinos".

Há a preocupação da formação e vivência religiosa dos fiéis a começar pelo ensino da doutrina cristã impondo o mínimo que cada cristão devia conhecer e por tal era obrigatório a todos saber: o Pai Nosso, a Avé-Maria, o Credo, os Artigos de Fé, os Mandamentos, as Obras de Misericórdia e os Pecados Mortais. Deviam, também, saber orar pelo Papa e pelos outros membros da hierarquia, bem como pela família Real.

Existem indicações para instruir os pastores de almas a prestar maior assistência espiritual, de modo que os paroquianos mandassem baptizar os filhos recém-nascidos dentro de oito dias conforme ordenavam as Constituições de 1477 e 1697; a assistência espiritual aos doentes em perigo de morte; a administração do Sagrado Viático aos doentes(constituição de 1477 e 1697).

Há orientações do culto Eucarístico observando a colocação e a conservação do S. S. Sacramento nas igrejas dos mosteiros conventuais, nas colegiadas e noutras com quarenta ou mais vizinhos, a partir dos

¹⁴ Marques, José, *op. cit.*, pp. 313 e 314.

¹⁵ Arquivo Distrital de Braga, *Estatutos da Santa Sé de Braga por ordem do Senhor Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus*, pp. 44 e 55.

¹⁶ Marques, José, *op. cit.*, p. 296.

¹⁷ Marques, José, *op. cit.*, p. 296.

quais se intensificaram as Confrarias de S. S. Sacramento com actividades de manifestações públicas como adorações, tríduos, festas do Senhor, procissões eucarísticas, etc.

Há indicações de frequência da Igreja paroquial.

A Arquidiocese tenta implementar medidas específicas com a finalidade de reformar e orientar os fiéis,

Esta Confraria seguia os ensinamentos morais da Igreja, no que diz respeito à honestidade dos seus membros, ao uso dos bens, às práticas da Caridade e às virtudes familiares e ainda à capacidade de desenvolver actividades de interesse comum.¹⁸

São estas as grandes linhas que orientam a mordomia e que estas fomentam junto dos confrades, formando uma verdadeira "escola de vida" a par com as orientações gerais e específicas da Confraria e da Igreja.

Podemos sistematizar a sua acção nos seguintes princípios fundamentais de orientação da vida e aprendizagem:

1º – Princípio da atenção ao essencial e à sobriedade:

O membro Confrade deveria prestar atenção ao que é essencial, dar destaque e tornar bem visível o que era fundamental. Deveria abolir tudo o que viesse perturbar e tudo o que era supérfluo.

Na Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe, a escolha dos candidatos à Mordomia obedecia a critérios de selecção que incluíam o equilíbrio, a postura social, a sensatez, a liderança e o reconhecimento social, para depois ser aceite pelos membros.

É de referir que, para além das funções de culto e de devoção, a mordomia desempenhava, com acuidade, as funções associativas. Neste caso temos auxílio na Igreja, a preparação durante um ano, aos sábados e domingos, a festa da Padroeira, planificando-a, fazendo peditórios, preparando decorações, ajudando a organizar a procissão e participando na organização do "Arraial", também ele importante como manifestação popular, proporcionando momentos de lazer e convívio entre as pessoas.

2º - Princípio da Sinceridade – (o representar)

Partindo do princípio de que se não honra a Deus com a mentira ao Deus da Verdade, cultivava-se a relação entre as pessoas por condutas leais e sinceras para poder cumprir os mandamentos da lei de Deus e por isso atingir a perfeição e alcançar o reino dos céus. Por tal razão quem desempenhava funções na Mordomia possuía integridade, era reconhecido e podia representar a Confraria nos actos públicos, quer fosse homem ou mulher, "visto que a verdade verifica-se por obras e não somente por palavras". Por isso verificamos a sua presença nos enterros, através de oito membros para pegar à tumba no caso de não haver outra associação religiosa a que pela sua antiguidade lhe pertencem.¹⁹ Para além da presença nos funerais tinha que participar nas três procissões realizadas pela Confraria, responsabilizando-se pela decoração do andor relativo a Nossa Senhora do Carmo, e dos de S. José e Santa Teresa.

Havia três procissões: a definida pelos Estatutos em Julho de cada ano; procissões extraordinárias realizadas em honra de Nossa Senhora do Carmo e a procissão que se faz da sacristia para o altar no dia da missa mensal, sendo a mordomia responsável pela decoração e condução dos andores. Também compete aos mordomos pegar nas varas do pálio, pela ordem que estão na lista da aprovação da mesa.²⁰ Os mor-

¹⁸ Marques, A. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da "Nova História de Portugal". dirigida por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, Lisboa, 1987, p. 117.

¹⁹ *Regulamento particular da Irmandade* Capítulo II – Enterros, n.º 2, p. 48.

²⁰ *Regulamento Particular da Irmandade*, Capítulo III – Procissões. P. 50.

domos eram obrigados a incorporar-se nas procissões ou em último caso a apresentar substituto, em caso de incumprimento sujeitavam-se a penalizações.

Há duas espécies de Mordomas – as de Nossa Senhora do Carmo e as de Santa Teresa. As primeiras são nomeadas de dois em dois anos, as últimas todos os anos. As de Nossa Senhora do Carmo num biénio serão mulheres casadas e noutra raparigas solteiras. Como a nomeação bienal da Mesa, deve ser nos anos ímpares, se no ano em que esta for feita, o seguinte for bissexto, terminado em zero, as mordomas serão mulheres viúvas.

O número de mordomas de Nossa Senhora do Carmo e de Santa Teresa serão sempre de quatro para cada devoção, exceptuando-se apenas o acréscimo numa e não mais fora da regra geral. (Regulamento Particular, Cap. IV, art. 12 n.º 2,3)

A idade para as mulheres casadas poderem exercer este cargo será até aos 65 anos e para as raparigas solteiras será dos 15 até aos 35 anos (Reg. Part. Cap. IV, art. 19 n.º 1 e 2).

3º Princípio da funcionalidade – (o laborar)

Este princípio primava pelo equilíbrio e proporcionalidade de modo que ao funcionalismo material se ajuste também um funcionalismo espiritual.

Com este princípio educava-se para a operacionalidade na estrutura, desempenhando tarefas de responsabilidade para o bem comum.

Verificámos que as mordomas de Nossa Senhora do Carmo são obrigadas ao seguinte:

- a zelar a capela e salas anexas ou encarregar alguém desse serviço duas vezes por ano: a primeira quinze dias antes da festa e a seguinte depois da festa, antes da missa mensal e de Agosto.
- as duas primeiras mordomas de N.ª. S.ª. do Carmo devem enfeitar o altar e zelar toda a capela no mês de Fevereiro e todos os outros que têm 30 dias. O altar enfeita-se de oito em oito dias.

As outras duas mordomas devem enfeitar nos meses que têm trinta e um dias.

- Quer para lavar a Capela e salas da Irmandade, quer na ocasião das festas, todas as quatro se devem ajudar mutuamente.²¹

As mordomas de Santa Teresa estavam obrigadas a:

- a angariar ou a dar o dinheiro necessário para o andor da sua Santa.²²

Havia ainda o cargo da Juíza que era nomeada bienalmente. Este cargo era uma espécie de responsável pela coordenação da Mordomia. Ele podia ser exercido por uma pessoa quer da freguesia, quer de fora dela.

À juíza competia auxiliar a Irmandade por todos os meios ao seu alcance, quer pecuniária quer religiosamente.

Devia ainda pôr todo o seu entusiasmo em dar à procissão estatutária de Julho o maior brilhantismo possível²³. Esta orientação do Regulamento Particular levou a que a Juíza fosse do grupo das elites, pois eram estas que detinham o poder económico necessário para a ornamentação da capela, andores e festa da Padroeira e ainda para o pagamento dos sermões conferindo-lhe por tal um lugar de destaque nas

²¹ Regulamento Particular da Irmandade, cap. IV, art. 29, n.º 1 e 2, p. 55.

²² Regulamento Particular da Irmandade.

²³ Regulamento Particular da Irmandade., cap. III, art. 23, n.º 1, 2, 3, p. 56.

Cerimónias religiosas e nas manifestações de devoção. Normalmente, associado às escolhas de “Juizes” estava o facto de ofertas generosas à confraria em forma de donativo por pertencerem a famílias agrícolas importantes na região.²⁴

Os mordomos são os grandes auxiliares da Mesa directiva, principalmente do Procurador, com quem devem lidar mais de perto pois para além de todas as obrigações estatutárias, têm ainda as seguintes obrigações:

- Os quatro primeiros, segundo a ordem pela qual estão inscritos na lista de aprovação, de mútuo acordo devem arranjar os pegadores para o andor de Nossa Senhora do Carmo.
- Os quatro últimos, os pegadores para o andor de Santa Teresa.
- Deverão apresentar-se em actos públicos bem preparados pela honra que a Senhora merece.
- Nos últimos dias da semana antes da festa devem comparecer todos por si ou por meio de substituto no terreiro, para auxiliar o Procurador nos trabalhos preparatórios para a festa.
- Na segunda-feira depois da festa aí devem comparecer de novo para guardar todas as coisas no seu lugar.
- 15 dias depois da festa devem comparecer no terreiro, pelas 9 horas da manhã, para tirar o “arco”.²⁵

Uma das finalidades da Confraria relaciona-se com o acompanhamento dos funerais, sendo necessário uma encarregada de tabuleiro das alfaias religiosas, (bandeiras, opas, caldeira e cruzeiros de acompanhamento). O Mordomo tem preferência, se desejar, que a sua mulher desempenhe este cargo, preferindo a qualquer outra e não havendo, pode-se escolher uma mulher qualquer, preferindo-se sempre uma que saiba dobrar as opas. Esta mulher está encarregada de olhar por tudo o que é necessário e deve observar todas as coisas que leva antes de ir e verificar se não falta coisa alguma.

É responsável por tudo o que leva para os enterros. Os doridos devem-lhe pagar uma importância estipulada pela Mesa.²⁶

Previo o Regulamento Particular o Mordomo de S. José que era nomeado conforme o artigo 75, n.º 1 e 3 dos Estatutos.

Determinou que devia ser um dos Irmãos de Nossa Senhora do Carmo, quer casado ou solteiro, quer da freguesia ou fora dela, contanto que tenha posses suficientes para pagar as despesas com o andor do seu Santo – S. José - e devia arranjar os pegadores para suportar o andor. Este artigo foi alargado na sua letra, interpretando-se de uma forma mais lata e proporcionando que fosse o Mordomo de S. José um Irmão emigrado no Brasil.

4º Princípio da Economia – (Gestão económica e administrativa)

Era fomentado o comedimento nos gastos. Tentava-se o gosto pela simplicidade e a modéstia nas construções, embora este sentido fosse invertido com as ofertas para as obras e objectos provenientes de membros de famílias ricas e de emigrantes no Brasil ou que de lá retornavam. Este princípio não é sinónimo de miséria e indigência, antes pelo contrário procurava-se que o local de culto e das cerimónias religiosas tivessem o mínimo de dignidade, comodidade, conforto e decência.

A confraria controlava os custos e as despesas de forma que os registos de custos da Confraria raramente apresentavam saldos negativos. Os custos eram as missas, cera, escapulários, rosários, custos com

²⁴ Livro de Registos da Confraria – Legados por entrada de Irmãos.

²⁵ Regulamento Particular da Irmandade, cap. IV, art. 26, n.º 1 e 2, 3, 4, 5, pp. 59 e 60.

²⁶ Regulamento Particular da Irmandade, cap. V, art. 22, 1.

obrigações pias, custos de acompanhamento de funerais, sermões, serviços prestados por clérigos e obrigações com o Estado. Uma verba significativa era destinada à festa da Padroeira de forma a abrilhantá-la conforme as orientações estatutárias.

Os registos em livro próprio e respectiva aprovação pelos órgãos competentes encontram-se, embora com falhas, no tomo da Confraria. A mordomia realiza, especialmente tarefas comuns quer por obrigação quer por bem comum desenvolvendo nos seus membros um sentido de comunitarismo e de rentabilização de serviços proporcionando mais valias. Colaboravam com o Procurador na procura de serviços mais económicos. A Juíza oferecia, como já referimos, as verbas para alindar e abrilhantar a festa e pagar aos pre-gadores. Queremos com isto afirmar que a Mordomia, para além da participação e colaboração na vida da Instituição, tinha preocupações de índole económicas, preocupava-se com a realização de alguns serviços e pagava ou participava nos custos da sua realização.²⁷

5º Princípio da pureza e prática religiosa

Deixamos este princípio para último lugar, pois é nele que se constituem as referências celebrativas de fé, manipuladoras do mistério de Deus. Aqui se cruzam as orientações gerais da Confraria, as suas bulas e as indulgências, a doutrina geral da Igreja e as normas da Arquidiocese emanadas especialmente dos seus Sínodos. Como já afirmámos, o Bulário e as indulgências levaram a condutas especiais das populações locais que sofreram a influência da Confraria levando desde sempre ao respeito pela devoção e coisas sagradas, ao sufrágio das almas e à Celebração da Festa da Padroeira, embora com alguns desvios, como mais tarde trataremos, na preocupação do apoio aos doentes e assistência no momento da morte através da confissão, comunhão e extrema-unção. Concedendo indulgências a quem integrasse o cortejo do S. S. Sacramento na visita a doentes e moribundos e ainda indulgências por participação na missa da festa da Padroeira, na prática das Bem-aventuranças, pelo fomento do ensino da catequese ou doutrina cristã, pela aprendizagem das orações tradicionais da Igreja, bem como fomentar a doutrina Carmelita pela imposição do escapulário e pelo rezar do Rosário com o seu ritual de fé, a recitar a Salvé - Rainha e outras orações do prontuário Carmelita.

Os confrades através de vínculos estatutários e consequentes penalizações vivem segundo as leis da Igreja e da moral cristã banindo do seu meio todas as manifestações ligadas a credices, suposições, feiticiarias ou posturas sociais reprováveis à luz da Igreja e das instituições civis como são a mancebia, prostituição, heresias, mau porte, jogo, impedindo estatutariamente a entrada destes na Confraria ou penalizando aqueles que já estavam com expulsão.²⁸

Concluimos que a Confraria de Nossa Senhora do Carmo e a Mordomia não seriam uma escola de formação intelectual, como haveria noutras confrarias ou instituições similares, mas devido às carências de meios e das próprias finalidades esta tornou-se uma escola de formação moral e de práticas religiosas que foi para a região envolvente uma verdadeira escola da vida materializada em virtudes que moldavam a mentalidade e o comportamento das populações.

1.1.2A Festa da Padroeira e a Procissão.

A festa da padroeira era o acontecimento anual marcante na vida da confraria que requeria licença do ordinário²⁹ e que se distinguiu pelo acontecimento religioso e pela festa/romaria que chamava ao local os

²⁷ Livro de Actas das Assembleias Gerais - Aprovação de relatórios e Custos.

²⁸ Livros dos Estatutos – Cap. I, Condições de acesso.

²⁹ Gigante, José, Martins, op cit., volume II. Dos usos e costumes, Cânone 1293 "Das procissões dos religiosos " Os religiosos ainda que isentos, não podem sair das igrejas e Claustros sem licença do Ordinário, sobre o disposto no Cânone 1299/21

confrades e gentes dos locais mais remotos que ali vinham para participar no culto e devoção do dia, mas também à procura dos folguedos, reinação e divertimentos, sendo estes os únicos motivos de esquecimento das agruras da vida para a gente simples do campo e zonas rurais.

Trataremos numa primeira fase da festa religiosa e da procissão como momentos mais importantes da celebração.

No documento de autorização dos Carmelitas impunha-se a celebração da Padroeira a 16 de Julho de cada ano com todo o brilho. Nos Estatutos de 1665, Capítulo IX, trata da festa que se fará cada ano e quando será e ainda da procissão que deve ser feita à volta da capela. As mesmas orientações aparecem nos Estatutos reformados de 1745 no Capítulo XIX, destacando-se a reforma mais pormenorizada dos Estatutos de 1896 no Capítulo XII- Festividades. Determina o dia e mês "... 1º domingo do mês de Julho depois do dia 16 ...". *Impõe a forma e dignidade do evento: "... Fazer com o máximo de luzimento e pompa e será todo o dia ..."*. Indica esta última reforma no Capítulo IX, a forma de angariar o dinheiro para a festa: "... em peditórios, ofertas, de grupos e de particulares... e ainda do peditério feito pelo S. Miguel...".

A preocupação com o planeamento e a preparação era evidente nas várias referências contidas nas actas das Assembleias Gerais para apresentação de relatórios e contas, especialmente nas várias ordens de trabalhos bem como nas frequentes indicações das verbas concedidas para a realização da festa da Padroeira.³⁰

A festa carecia da preparação dos espaços religiosos, do adro e dos recintos adjacentes locais onde decorriam as cerimónias religiosas e não só.

Cabia ao Procurador, nos 15 dias que precedem a festa de Julho, levantar a bandeira anunciadora da festa no terreiro. Nos últimos dias da semana antes da festa devia comparecer no terreiro para preparar e dirigir todos os trabalhos preparatórios juntamente com os Mordomos.

Na Segunda-feira depois da festa, de novo devia comparecer no terreiro para tirar e guardar todas as coisas no respectivo lugar como passados os 15 dias devia retirar a bandeira anunciadora da festa e o arco.³¹

Cabia à mordomia do culto a limpeza da capela, a ornamentação do trono e a conservação dos andores, a preparação das alfaias e vestes litúrgicas. A ornamentação dos andores bem como da escolha e indicação dos pegadores do andor de Nossa Senhora do Carmo, Santa Teresa e S. José era da responsabilidade da mordomia de devoção.

O anúncio das festas era dado pelo toque do sino, tarefa destinada ao sacristão e sineiro com atribuições específicas previstas no Regulamento Particular e que tinham a ver com a chamada preparação espiritual dos confrades e devotos das redondezas através da realização da novena da Senhora do Carmo que se efectuava nos nove dias que antecediam a festa da Padroeira.

Estes sinais anunciadores da festa deveria o sacristão/sineiro executar da seguinte forma:

- Na semana antes da festa, a principiar no Domingo antes, devia tocar os sinos em tom festivo três vezes ao dia, pela manhãzinha, ao meio da tarde e à noite. No Sábado da festa deve tocar várias vezes durante o dia, assim como no dia da festa.³²

O dia da festa era repartido pela parte da manhã e pela tarde. Na manhã havia confissões e a missa com sermão pago pela juíza, no fim da qual eram "cumpridas" as promessas. O almoço era organizado pelo Juíz e cabia-lhe esta responsabilidade entre as várias que tinha como chefe da Irmandade. Competia-lhe resolver e cuidar de todas as coisas relativas ao "almoço" no dia da festa estatutária de Julho, de mútuo

³⁰ *Livros de Actas das Assembleias Gerais* (1896 a 1910 / 1911 a 1923 / 1938 a 1945)

³¹ *Regulamento Particular da Irmandade*, Cap. VII, art. 25, n.º 1, 2, 3, p. 59.

³² *Regulamento Particular da Irmandade*, Cap. VII, art. 24, n.º 1, p. 57.

acordo com o Pároco e demais membros da direcção".³³ Julgamos que participavam neste almoço o Pároco, a Mesa e o clero convidado para participar nas confissões, na missa e na procissão.³⁴ Há referências nos relatórios de contas a custos com a festa e entre outros aparecem as despesas do almoço com verbas significativas se as compararmos com outros pagamentos efectuados na prestação de vários serviços como podemos verificar, a título de exemplo, com os custos da festividade do ano de 1899–1900 que importou 10.000R, pagando-se pelo almoço 350 R enquanto o serviço anual do sineiro era de 100 R.

A parte da tarde era reservada à procissão, manifestação pública por excelência, muito do agrado popular. Segundo o Regulamento Particular, também ela, obedecia às seguintes normas:

– A Procissão estatutária de Julho devia ser realizada com o maior esplendor possível que a Mesa lhe imprimir.

Por esta razão se faziam peditórios, se aceitavam ofertas e se consentiam práticas pouco ortodoxas aquando das ofertas dos Brasileiros exigindo que algumas das suas oferendas fossem levadas no andor da Padroeira como era o caso de a Senhora do Carmo ostentar peças de ouro no vestuário e nas orelhas ou levar na roupa notas penduradas.³⁵ Estes aspectos revestiam-se de laivos de religiosidade cristã com elementos pagãos proibidos, pela legislação Canónica e consentidas perante a pressão social.

– Todas as associações religiosas da paróquia deviam incorporar-se nela.

– Era recomendado a participar o maior número possível de anjos.

– Era proibido tomar em parte nesta procissão crianças com menos de três anos e com mais de doze.

– Deviam ir sempre os três andores tradicionais: Senhora do Carmo, Sta. Teresa e S. José.

Além destes podiam ser admitidos outros, mas com a devida autorização do Pároco. Nunca podiam ultrapassar os cinco andores.

– Todos os mesários deviam tomar parte nesta procissão, ou por si, ou por substituto. Todos tinham lugar próprio a ocupar na procissão:

O Juiz irá com a vara própria no lugar onde for a bandeira da irmandade.

O secretário e o tesoureiro irão a pegar às Lanternas junto ao Pálio – mas na retaguarda.

O Procurador devia levar a Bandeira e arranjar os irmãos necessários para pegar às guias da mesma, todos com opas.

Os Mordomos deviam pegar às varas do pálio pela ordem que está na lista de aprovação da Mesa. Os dois primeiros mordomos deviam pegar às lanternas do pálio da parte da frente. Se o pálio for de oito varas, pegavam nelas todos os oito mordomos e o secretário arranjará os restantes irmãos para pegar às lanternas do pálio.

O Procurador deverá também arranjar dois indivíduos ou, pelo menos um, que seja irmão, para ajudar o pároco a dirigir e organizar convenientemente a procissão, cobrindo-se com a opa da Irmandade.

Não se toleravam promessas com caixões, quer na procissão, quer de volta da capela.

As pessoas que por promessa tivessem de tomar parte com "mortalha" somente se podiam incorporar atrás do pálio e à frente das bandas musicais.³⁶

³³ Livro das ofertas dos Irmãos de Nossa Senhora do Carmo.

³⁴ Brandão, Domingos, *cozinheiro chefe*. Esta prática /ritual ainda hoje se conserva embora noutros moldes. Todos os anos são eleitos três Irmãos para organizar no Mês de Junho o Almoço da "velha guarda" onde participam Confrades da toda o país chegando a juntar 300 Confrades. Após a missa inicia-se o famoso almoço confeccionado por afamado cozinheiro da região e que dura até à noite. Como culinária obrigatória distingue-se o bacalhau, o cabrito assado e o lombo de porco com muito e bom vinho verde da região.

³⁵ Livro das ofertas dos Irmãos de Nossa Senhora do Carmo.

³⁶ Regulamento Particular da Irmandade, Cap. III, Artigos 11, 12, 13, 14, 15, pp. 49, 50, 51, 52.

Constatamos pois que, esta festa meramente religiosa, encerrava com a procissão e envolvia todas as estruturas da Confraria e exigia a presença de todos os elementos na procissão em local e com insígnias próprias, como forma de distinção pública e reconhecimento por pertencerem a uma instituição merecedora de respeito popular para além dos vínculos religiosos.

Vemos que todo o "momento" religioso é constituído segundo um modelo "organicista" de participação associativo/confraternal com objectivos definidos e expressos em momentos de *adoração* das criaturas perante Deus; a acção de graças, onde se exprime a gratidão pública como resposta à Caridade de Deus; a Súplica, como acto tipicamente cristão, através das orações públicas usadas durante toda a procissão, proporcionando, o voto e a promessa a Deus. Estas práticas de devoção popular não devem ter vestígios de magia ou de relação interesseira com a divindade. Esta preocupação é visível nas orientações sobre promessas feitas com mortalha destinando-lhes um local definido na procissão evitando posturas menos correctas e mesmo proibindo a incorporação de elementos laivados de suspeição, como era o caso dos "caixões" no cortejo religioso e no seu percurso.

Esta preocupação de excluir certos "elementos rituais" dos cultos públicos é cada vez mais forte, embora nunca se consiga bani-los na totalidade visto terem a ver com as festas primordiais, articuladas ao «ritual iniciático» do qual são expressão directa³⁷ e que, por outro lado, são reflexo da permanência de concepções religiosas e mitológicas subjacentes mas independentes de qualquer culto religioso oficial³⁸ enraizado em certas tradições festivas.

Por outro lado, nestas festas marianas de piedade popular, a sua celebração é em tudo semelhante a outras como o Corpo de Deus, o aniversário dos Mártires onde havia ofertas, cânticos, leituras e lendas.³⁹ Neste aspecto a purificação pretendida não é conseguida, pois face à cultura popular das regiões do Vale do Este, eivada de algumas crenças seculares transmitidas através de gerações e com a introdução de novos elementos, como é o caso das ofertas dos "*Brasileiros*" retornados com ostentação pública, impregnam estas cerimónias de elementos pagãos que estão bem vivos nas aldeias. Julgamos que a grande adesão popular a estas festas, para além da religiosidade e devoção, deve-se à atracção por lugares sagrados, árvores, frutos, pedras e até determinadas épocas do ano, especialmente, por ocasião das festas agrárias.⁴⁰ Não esqueçamos toda a lenda que envolve a formação da Confraria do Carmo, o penedo do aparecimento da Senhora no cimo do monte Vieito em Lemenhe.

Qual a razão que justifica, ainda hoje, a incorporação de objectos valiosos em ouro e dinheiro na procissão da Senhora do Carmo?

Será só ostentação?

Será a procura de saliência social de quem ofereceu?

Creemos que a dicotomia de culturas não é rígida e é bem visível nas festas. Assim o padre, tal como a Igreja, são forçados a aceitar ou a tolerar determinadas práticas e a «tolerância é maior à medida que a cristandade avança»,⁴¹ ou seja, permanece sempre na cultura de um povo um conjunto complexo de crenças que são transmitidas e que nada têm a ver com as festas religiosas mas com as ancestrais festas iniciáticas e nada mais resta ao clero que ajustar-se a estas manifestações populares da cultura local.

³⁷ Gordon, Pierre, *Les fêtes à travers les âges*, Ed Arna Artis, Neullys/Seine, 1983, p. 58.

³⁸ Proop, Vladimir, *Les fêtes agraires russes*, ed Maisonnence et Laroce, Paris, 1487, p. 13.

³⁹ Righetti, Mário, *El culto Mariano medieval y moderno*, Ed. B.A.C., 1955, Tomo I, pp. 890 – 916.; Soares, António Franquelim Sampaio Neiva, *op. cit.*, pp.549,550 e578.

⁴⁰ Riché, Pierre, *Histoire récue du Peuple Chrétien*, Ed. Privat, Toulouse, 1974, p. 200.

⁴¹ Riché, Pierre, *op. cit.*, p. 218.

1.1.3 – A Romaria / Arraial.

Esta antecedia o grande dia e decorria durante a tarde e a noite da véspera da festa religiosa da Padroeira.

Era preparada com grande atenção, pois a ela vinha muita gente e de toda a espécie, não por um espírito meramente religioso mas norteada por um sentido festivo.

Quais os limites impostos aos corpos gerentes pelas normas da Igreja e da própria Confraria na dinamização de uma actividade de lazer que era participação obrigatória das populações do Vale do Este e arredores?

Entende-se por romaria, no seu sentido original a peregrinação religiosa a igreja, ermida ou lugar Santo ou festa de arraial. Reunião de pessoas que formam arraial. Multidão de pessoas que visitam sucessivamente um dado lugar,⁴² tornando-se em arraial como aglomeração festiva de povo, sendo o lugar em que se juntam romeiros e em que há tendas provisórias, abarracamentos de comestíveis, ornamentações, música, etc.⁴³

Pelo significado dos próprios termos podemos concluir que subjacente ao evento esteve sempre o aspecto religioso. Esta afirmação fundamenta-se na contextualização das acções, dos lugares e das circunstâncias em que esta se realiza. Assim, o santuário, os terrenos envolventes ao mesmo eram o palco da sua realização e a ida ao arraial o momento que as pessoas aproveitavam para fazer a visita à Senhora, fazer e satisfazer a promessa. Mas a principal razão da ida a Lemenhe era a festa profana, sempre com muita gente, com as “barracas de comes e bebes”, com os locais de venda de objectos artesanais tão necessários na vida diária, com a música das bandas em “disputas”, com os tamborileiros e os tocadores de concertina que agregavam à sua volta os cantadores populares “tirando cantigas ao desafio” que são autênticos quadros satíricos dos acontecimentos diários e das pessoas elaborados numa linguagem “brejeira” tão ao gosto do povo minhoto que constituíam, enfim, a única libertação das agruras da vida. Atraíam-nos, igualmente, as iluminações rudimentares e numa fase posterior toda a decoração e profusão de luzes mantidas por ruidosos geradores. Tornaram-se famosos os bailes e a frequente presença de “mulheres de má vida” que vinham nesta altura aliciar algum romeiro e eram causadoras de “zaragatas” entre simpatizantes bem bebidos.⁴⁴

Culminava o arraial com o fogo de artifício no adro do Santuário.

Neste contexto de vivência popular era necessário evitar os desvios e excessos contrários à Igreja e à Confraria.

⁴² *Romaria*, Lello Universal, Dicionário Enciclopédico, Luso – Brasileiro. II volume, 1975, Porto, Lello e Irmão Editores, p. 783.

⁴³ *Arraial*, Lello Universal, Dicionário Enciclopédico Luso – Brasileiro, I volume, 1975, Porto, Lello e Irmão Editores, p. 217.

⁴⁴ *Livros dos Relatórios e Contas. Despesas com a festa da Padroeira*. São frequentes os lançamentos de verbas relacionadas com custos com policiamento e pagamentos a guardas particulares para “escorraçar as mulheres de má vida” e evitar zaragatas no arraial.

II Estudios



Riopele

Revisitação de um sonho fabril

por Jorge Fernandes Alves *

Estávamos em 1927, no concelho de Vila Nova de Famalicão. Por essa altura as fábricas têxteis já se distribuíam amplamente pelas freguesias próximas de Pousada de Saramagos, Joane, Ruivães, Mogege, Pedome, Riba d'Ave, Delães, Bairro, Ronfe, Pevidém eram freguesias onde se perfilavam diversas unidades fabris, de dimensão muito variável, umas mais exemplares do que outras, mas assegurando, na sua totalidade, um importante volume de trabalho fabril.

1 – As origens

Corria a água mansamente no leito do minúsculo rio Pele, afluente do rio Ave, quando José Dias de Oliveira, à imagem e semelhança de tantos outros que, no Vale do Ave, tiravam a sua sobrevivência da tecelagem, decidiu montar dois teares numa azenha instalada na margem esquerda do rio. Da moagem para a tecelagem, da roda da mó ao bater sincopado dos teares... uma adaptação simples, já vulgar no vale do Ave, para o aproveitamento da energia hidráulica. Ali, no moinho, se teceu a primeira teia, fornecida para o efeito pela Sampaio & Ferreira, de Riba d'Ave, numa colaboração inicial que, mais tarde, haveria de dar frutos sob a forma de aliança nupcial ao nível dos descendentes. José Dias de Oliveira iniciava, assim, a já típica produção regional de cotins e riscados, num ímpeto de juventude e de iniciativa empresarial, quando contava apenas 25 anos de idade.

Desaparecidos os protagonistas, pouco se sabe da motivação, dos pequenos gestos e dos grandes riscos pessoais que encetaram a aventura de criar uma unidade fabril. Registe-se, contudo, que José Dias de Oliveira não vinha do exterior do mundo têxtil, embora algumas notas biográficas assim o apresentem. Com efeito, natural de Mogege, onde nascera em 17 de Agosto de 1902, José Dias de Oliveira era registado para efeitos de baptismo a 24 desse mês, na igreja paroquial, como filho de Francisco Dias de Oliveira, natural de S. Martinho do Vale e com profissão registada de "tecelão", e de Maria de Abreu, natural de Mogege, freguesia onde o casal ficara a morar, no lugar de Portela. Foi padrinho, seu tio materno José de Abreu, também tecelão. Assim, o mundo têxtil envolvia o pequeno José à nascença, não sabendo nós se os familiares tecelões o eram por conta própria ou assalariados numa das múltiplas oficinas que então por lá existiam ou já em alguma fábrica das redondezas.

No entanto, a memória familiar e local fala de José trabalhar com o pai em actividade de moagem e padaria, actividade a que este se terá dedicado mais tarde, já depois do nascimento do José, não sendo de descartar a possibilidade de esta actividade se desenrolar complementarmente à de tecelão, pelo menos numa fase inicial. Em todo o caso, o José adolescente e depois jovem adulto, encarregava-se da distribuição do pão, fazendo o respectivo transporte com a ajuda de um burrico, função que o levava a calcorrear as redondezas, nomeadamente Riba d'Ave, freguesia onde abastecia a venda do conhecido comerciante local Joaquim da Ponte. O crescimento industrial de Riba d'Ave e o empresário que ali pontificava (Narciso Ferreira, o qual, partindo quase do nada, possuía já vasto complexo fabril) não foram certamente alheios ao

* Professor associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

despertar da vontade de produzir e negociar em têxteis de José Dias de Oliveira, e o de fazer sonhar com o sonho vencedor de organizar uma fábrica numa actividade cujos meandros deveria conhecer. Para esse processo, onde caberá a dimensão emulativa, terá contado com o apoio do próprio Narciso Ferreira, que, como acima se referiu, lhe forneceu a primeira teia para os dois teares montados no moinho inicialmente arrendado, na disseminada prática de "dar a feito". O salto para a instalação própria com os dois teares no edifício do moinho terá também constituído a preparação para a sua independência familiar, em busca de rendimento próprio, uma vez que casa no ano seguinte, em 14 de Abril de 1928, com Olinda da Costa Reis, natural de Cabeçudos, então com 17 anos, depois de uma fase de namoro, em que se deslocava "a cavalo" para com ela se encontrar.

Nonagenária, Dona Maria da Silva, natural de Pousada de Saramagos e viúva de José Mesquita, aquele que foi o primeiro trabalhador e braço direito de José Dias de Oliveira, é o único recurso oral que pode ajudar a esclarecer um pouco esse tempo fundacional, remetendo-nos, em depoimento recolhido, para essa amizade entre os dois homens. O relacionamento entre os dois (Oliveira e Mesquita) terá começado quando José Dias de Oliveira adquiriu a cada dos pais de Mesquita, estabelecendo o contrato a reserva de um quarto para um dos filhos Mesquita (como era habitual nos meandros da economia tradicional, em que a casa era um bem de difícil acesso). Maria da Silva evoca conversas entre José Dias de Oliveira e marido, com o primeiro a expressar-lhe desejos de entrar na aventura de montar uma unidade fabril ("ando com ideias de montar uma fábrica"), o que terá merecido incentivos do segundo. E a montagem avançará com um empréstimo inicial, tendo ainda José Mesquita concordado em receber em diferido a parcela de dinheiro que lhe cabia pela venda da casa paterna, a fim de que José Dias Oliveira pudesse adquirir e pagar os dois primeiros "teares de caixão", com que iniciou a actividade de tecelagem. Realizada a aquisição e montagem, José Mesquita acabaria por deixar o trabalho fabril em que já labutava, a Empresa Fabril do Minho, passando a trabalhar com José Dias de Oliveira, tendo sido o primeiro a operar com os dois teares e dando apoio ao desenvolvimento posterior, tornando-se um operário de referência na empresa ao longo da sua vida. Era ele que, para além do trabalho dos teares, se encarregava das principais tarefas, tal como fazer anotações escritas ou ir buscar, em bicicleta, o fio de algodão, a Bente. Após o casamento de José Dias Oliveira com Dona Olinda, esta veio também trabalhar para o moinho durante os primeiros tempos, tornando-se hábil em "remeter teias" e em trabalhos de tinturaria, usando para o efeito o tanque da casa em que moravam.

Trabalhar para o moinho foi também o destino de Maria da Silva, que, trabalhando já na Empresa Fabril do Minho, mas, morando em Pousada, começou por ajudar o então noivo nas horas vagas, acabando por se transferir para lá quando o equipamento atingiu os quatro teares, acompanhada de uma irmã, para o turno da noite. A "fábrica" iniciava então os dois turnos de trabalho, como forma de aproveitar plenamente o escasso equipamento. Ainda se lembra de levar "às costas" a obra feita em cada dia para a casa do patrão, pois não havia espaço no moinho para armazém. E do volume da produção inicial: cinco a seis peças por semana, cada uma das quais com cerca de 30 metros. E, assim, se produzia o cotim, produção habitual na zona, que José Dias Oliveira passou a etiquetar com a marca J.O e a vender pelas redondezas, com algum êxito, pois conseguia escoar toda a produção. Um dia, em Braga, quando entregava uma remessa de cotim num armazém, entrara uma cliente a pedir cotim, "mas tinha de ser J.O", podendo assim confirmar em pessoa a preferência do público pelo produto que produzia, aumentando assim a sua auto-estima, animando-o a prosseguir.

Pouco tempo depois de montar mais dois teares, José Dias de Oliveira, a braços com falta de força motriz, uma vez que a água corrente não era suficiente, porque represada a montante em tempos de diminuição de caudal, instalou um motor a gasóleo. Em 1930, os teares já eram dez, a revelar o sucesso de uma aposta continuada.

Contudo, os finais da década de 20 e anos seguintes (com a crise internacional de 1929 e a profunda depressão que se lhe segue) não representavam uma conjuntura favorável para iniciar e desenvolver um negócio numa área em que a concorrência era, há muito, exacerbada, escasseando mercado e sobrando a oferta de tecido, que descia a preços demasiado baixos. O argumento de se viver há muito em situação de sobreprodução, era recorrente nas queixas persistentes dos industriais e das associações empresariais. Mas a sensibilidade à conjuntura raramente foi um factor operativo nas decisões empresariais da nebulosa têxtil do vale do Ave, zona onde parecia predominar como conceito de “empresa representativa” a pequena unidade, correlativa da pequena propriedade agrícola há séculos ancorada no território. A alegoria de Alfred Marshal em torno da floresta empresarial, na sua formulação darwinista, era aqui captada intuitivamente.

Ora o tempo de instalação, apesar de corresponder a um período de dificuldades, acabaria por ser decisivo, pois, em 1931, em face do acentuar da crise económica, das queixas empresariais e da nova situação política de cariz nacionalista, surgiu o polémico *regime de condicionamento industrial*, através do qual novas instalações ou ampliações fabris passavam a depender de autorização legal, que teria em conta as condições de mercado, o que na prática significou a impossibilidade de abrir novas unidades industriais, como forma de garantir o mercado às fábricas já estabelecidas. Ter alvará de instalação fabril tomou-se um dado fundamental para se poder operar neste sector (e noutros), passando as eventuais ampliações a depender da aquisição de alvarás de outras unidades falidas ou não, expediente usado para permitir a transferência de equipamento, ou de autorizações pontuais, lavradas por despacho governamental, às vezes para legalização de maquinismos reconhecidamente clandestinos, mais tarde em função de processos de modernização, estabelecendo-se níveis e tipos de equipamento a instalar, sob o argumento de se promoverem unidades viáveis.

Em 1933, a pequena unidade de natureza fabril de José Dias de Oliveira era transferida do moinho do rio Pele para um novo edifício, com um amplo salão, criado um pouco a montante, do outro lado do riacho, junto à estrada nacional. Surgia, enfim, a fábrica: era um edifício moderno para a época, com muita dignidade, como algumas fotografias deixam ver, pois, entretanto, desapareceu com as novas edificações e ampliações da década de 50 e 60.

Com a nova fábrica, crescia o espaço e o equipamento, pois surgem referências à montagem de 2000 fusos, de 29 teares e respectivos acessórios. Estava criada a “fiação e tecelagem”, num sentido verticalizante que dará novos frutos mais tarde. Dois anos depois, instalam-se mais 260 fusos e 20 teares, atingindo-se um equipamento total de 2260 fusos e 49 teares mecânicos.

A fábrica ganhava corpo e ganhava identidade e, em acção denominativa tradicional no vale do Ave, pedia ao rio o nome para a marca comercial que a virá a tornar conhecida internacionalmente: em 10 de Novembro de 1934 José Dias Oliveira registava na Repartição da Propriedade Industrial o nome de “Fábrica de Tecidos do Rio Pele”, pagando para o efeito a quantia de 100\$00 (sublinhe-se a expressão “Rio Pele” ainda em separado).

Em 1935, o número de operários já atingia os 120, emergindo alguma complexidade, criando exigências de algum equipamento ao nível da gestão e de introdução de regras de disciplina fabril. Em 6 de Abril de 1935 uma sirene eléctrica soava pela primeira vez, passando a pontuar os limites horários, assinalando os movimentos de entrada e saída da fábrica. Pouco depois era montado um telefone, cuja primeira ligação ocorreu em 13 de Julho.

O segmento de “acabamentos” ganhava forma em 1938, com a aquisição da primeira calandra, que, depois de sujeita a diversas adaptações, terá contribuído para qualificar a produção da nova fábrica e garantir êxito no mercado.

Uma listagem publicada em 1939 das fábricas de fiação e/ou tecelagem de algodão existentes a nível nacional, apresenta a firma de José Dias de Oliveira, com a referência de “Fábrica do Rio Pele”, entre as

68 “unidades completas” (isto é, com fiação e tecelagem, face às “incompletas” que seriam apenas fiações ou tecelagens), registando no cadastro oficial 2260 fusos, 50 teares mecânicos, 6 empregados e 136 operários¹. Nos *Índices de Produção Industrial*, publicados pela Associação Industrial Portuense, por esta altura, surge “José Dias de Oliveira – Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Pele” como produtor de cotins e de gabardines de algodão.

Sabe-se como, perante a circunstância internacional de guerra (Guerra Civil de Espanha, em 1936-39, e a seguir, a Segunda Guerra Mundial, 1939-1945), e a conseqüente paralisação das actividades produtivas dos beligerantes, a conjuntura se tornou favorável à produção portuguesa, dada a neutralidade promovida por Salazar e as oportunidades de mercado surgidas. Directa ou indirectamente, quase todas as indústrias beneficiaram com isso, sendo a têxtil uma das mais favorecidas. Neste contexto, não admira que, em 1940, segundo dados internos, a Fábrica do Rio Pele adquirisse mais teares, passando a somar um total de 80².

O aumento da capacidade de tecelagem e a procura no mercado relativamente ao tipo de produção da Fábrica do Rio Pele exigem ampliações na fiação, para a qual são adquiridas máquinas complementares (bobinadeiras, torcedores, etc.), em 1942, surgindo também novos investimentos na tecelagem (urdideira, caneleiras) e na tinturaria, segmento que até então funcionara em “barcas e autoclaves”, e para o qual se comprou uma “máquina de tingir” e uma secadeira. Esta complexidade fabril exigiu uma nova caldeira a lenha. Também se adquiriu um metro mecânico que ajudou no processamento mais rápido dos produtos acabados.

Entretanto, o pós-guerra não foi fácil para os negócios. Se a desorganização criada pelo conflito trouxe oportunidades de mercado para os produtores já instalados, a verdade é que, com a normalização da situação internacional, as condições de funcionamento fabril não permitiam grandes veleidades, dada a escassez de matérias-primas e, sobretudo, de energia. A rede eléctrica nacional, ainda por organizar e restrita a algumas operadoras com capacidade limitada, não assegurava o abastecimento regular de energia eléctrica, principalmente nas alturas de verão, quando a estiagem penalizava a produção hidroeléctrica. Em 1945, a Fábrica do Rio Pele viu-se obrigada, a exemplo de outras, a adquirir um gerador a gasóleo para suprir as falhas de fornecimento. Esta capacidade acrescida e própria de produção de energia garantiu as condições para aquisição de mais maquinismos (torcedores, urdideira, ampliações em diversos segmentos de fabrico). É neste ano de 1945 que José Dias de Oliveira chama para junto de si o filho mais velho, José da Costa Oliveira, então com cerca de 15 anos (nascera em 1931) iniciando-o no trabalho e na gestão fabril, seguindo-se gradualmente a iniciação dos restantes filhos

2 – Ampliação fabril e novos produtos - os tecidos Cuprama

Durante a segunda guerra mundial, face ao crescimento do mercado gerado pela paralisação de muitas estruturas produtivas dos países beligerantes e as conseqüentes oportunidades de mercado para exportação, gerou-se um ambiente favorável à política de reorganização industrial e a indústria têxtil viu, então, algumas possibilidades de expansão. Na verdade, por 1945, o condicionamento industrial, implementado na época depressiva de 1930, fazia-se sentir nos seus efeitos perversos de constrangimento do sector e na limitação de eventuais acções de modernização. Surgiam publicamente declarações sobre as suas conseqüências negativas no parque têxtil e a urgência de reequipamento, face ao envelhecimento dos equipa-

¹ *A Indústria do Norte*, Novembro-Dezembro de 1939, p.13-28.

² *Riopele – Revista cultural e de informação*, nºs 1-5, 1971.

mentos. Os industriais queixavam-se da suspensão no Conselho Superior das Indústrias dos processos de instalação de novas fiações e tecelagens ou de ampliação das existentes, sentindo-se no entanto posições divergentes, com os fiandeiros a quererem só a ampliação e renovação das fiações existentes e os fabricantes de tecelagem a reivindicarem a possibilidade de produção própria de fio, como forma de responder à sua especificidade de produção e à incapacidade das fiações para satisfazerem a procura nacional, ainda que renovadas (tanto mais que por 1941 tinham tido autorização, por despacho ministerial, de que praticamente não aproveitaram). Entretanto, face à falta de fio, que levou mesmo à sua importação dos Estados Unidos, proliferavam já fiações clandestinas cuja legalização se reivindicava, como forma de desobstruir as normas apertadas que, durante anos, no sentido de favorecer a pequena indústria, tinham condicionado com regulamentos apertados a automatização³.

Os relatórios oficiais caracterizavam então a indústria têxtil, como apresentando excessiva pulverização industrial tanto na fiação como na tecelagem, número de fusos reduzido em relação aos teares instalados, obsolescência dos maquinismos, em particular dos fusos, número reduzido de teares automáticos. Sublinhava-se o facto de apenas 38% dos contínuos terem menos de 20 anos, salientando a conveniência da amortização deste tipo de equipamentos em prazos curtos (de 10 a 20 anos), até como forma de aproveitar os progressos técnicos notáveis que se tinham desenvolvido neste âmbito. Foi então, que pelo despacho de 17.12.1946, numa das aberturas típicas da política discricionária em que a indústria vivia, se fixaram novas normas de condicionamento, que permitiam a instalação de novas fiações autónomas, a instalação de novas fábricas completas (isto é, de fiações e tecelagens), exigindo-se sempre em todos estes casos máquinas modernas e quantitativos mínimos (10 000 fusos), sendo que nas novas fábricas completas os teares deviam ser automáticos (300 teares mecânicos ou 200 automáticos) e a instalação de fiações em unidades de tecelagem ou a ampliação das existentes (desde que, com a ampliação, satisfizessem aqueles mínimos).

Tais normas obedeciam a um claro princípio de reorganização industrial, visando diminuir a pulverização, promover unidades mais racionais através da concentração e aumentar a modernização. Os resultados desta medida foram, em geral, reduzidos e acusou-se este despacho reorganizador de exigir níveis demasiado elevados, que não permitiram no conjunto a criação de fábricas novas (apenas 10), nem a ampliação de muitas por incapacidade de capital (até porque era salvaguardada pela lei a manutenção dos postos de trabalho), nem sequer a das completas que já ultrapassavam os mínimos, nem ainda a eliminação das mais arcaicas e reduzidas, traduzindo-se, em breve prazo, num efeito bloqueador da modernização que eventualmente resultaria de um mercado livre. No entanto, criaram-se, nesta altura, algumas das melhores unidades algodoeiras da economia nacional e o desenvolvimento do segmento da fiação foi uma realidade, claramente de capital-intensivo, sustentando-se de forma mais estável o fornecimento à tecelagem, pronta a escoar os eventuais aumentos de produção de ramos ultramarinas, de tal forma que Portugal se vai tornar na altura num exportador têxtil com alguma importância, embora a estrutura destas exportações se baseasse inicialmente apenas no fio.

É no ambiente deste sopro renovador da política industrial para a têxtil algodoeira que José Dias de Oliveira vislumbra uma hipótese de expansão empresarial, tomando decisões consequentes, tal como aconteceu com algumas outras unidades fabris ainda hoje florescentes no Vale do Ave.

Na sequência das previstas ampliações e das responsabilidades colectivas na conjuntura familiar, José Dias de Oliveira, procurando ultrapassar as limitações de uma empresa em nome individual, decidiu avan-

³ "Condicionamento industrial e as fiações de algodão", *Notícias de Famalicão*, 16.11.1946.

çar para uma nova configuração empresarial, com a constituição de uma sociedade por quotas, com a denominação "J. D'Oliveira, Filhos, Lda", em 1946, integrando como sócios todos os seus filhos ainda menores, num processo que podemos acompanhar com algum pormenor.

Sob a designação *J. D'Oliveira & Filhos, Lda* ganhou forma a empresa familiar como sustentáculo da actividade industrial desenvolvida, emergindo um pacto social em que o grupo conjugal, incluindo os filhos menores, se une por laços de interesse mútuo que vão perdurar.

Em 1949, estavam criadas as condições burocráticas e técnicas para conferir dimensão mais ampla à organização empresarial, aproveitando a possibilidade de criação de uma "unidade completa" com os 10.000 fusos e os 200 teares automáticos, de acordo com os padrões estabelecidos pelo citado despacho de 1946 para a consideração de "unidades rentáveis". A sociedade liderada por José Dias de Oliveira decidiu aproveitar esta oportunidade, assumindo encargos financeiros de elevado risco, em termos relativos, que passavam pela criação de um novo edifício fabril em terrenos confinantes ao da fábrica existente e pela aquisição de novo equipamento. É na sequência desta decisão que, em 1951, o Eng^o Manuel Fernando Alves Pimenta, genro do fundador e que se encarregava da orientação técnica da empresa, vai estagiar em empresas estrangeiras construtoras de máquinas têxteis, de forma a adquirir elementos para a programação do novo modelo de fabrico a estabelecer, assumindo a responsabilidade da direcção técnica da empresa.

Importantes aquisições de equipamento ocorrem ao longo de 1952-1953. A utilização da capacidade deste equipamento tinha sido inicialmente equacionada para assegurar em um terço a produção dos artigos já tradicionais – os cotins Rioplele, e os restantes dois terços na produção de algodões finos, telas para estampania e gabardines. Mas ainda durante a montagem e por decisão do fundador, o equipamento adquirido acabou por ser reconvertido para a produção de um material completamente novo – a fibra artificial CUPRAMA, de origem cupro-amoniaca, fornecida pela Bayer. Sublinhe-se o facto de a produção das fibras artificiais e, sobretudo, sintéticas ter disparado depois da segunda guerra mundial, dando-se aplicação industrial a descobertas anteriores, permitindo a produção de tecidos com usos muito diversificados e com novas qualidades. A empresa J. D'Oliveira, Filhos, Lda, estando a par da divulgação comercial da nova gama de produtos e das suas potencialidades no mercado, nomeadamente através dos serviços da Bayer em Portugal, aproxima-se dessa vaga, apostando, apesar dos inevitáveis riscos e exigências técnicas e económicas, nas fibras artificiais.

Surge, então, um produto têxtil novo no mercado nacional, para o qual é adoptada a marca *Tropical Rioplex*, com base na transformação da fibra cupro-amoniaca, a Cuprama, fabricada em exclusivo e comercializada pela Bayer, produto que chegou a ser oferecido antes a vários fabricantes portugueses que recusaram a oferta. Mas José Dias de Oliveira decidiu arriscar, garantindo o seu exclusivo para Portugal. Em 28 de Novembro de 1952 foi estabelecido um contrato, cujos pormenores desconhecemos. Mas um segundo contrato, realizado em 1956, invoca o primeiro, afirmando que a firma Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Pele – J. D'Oliveira, Filhos, Lda em função do contrato se reorganizara com sucesso: "depois de um emprego apreciável de capital e de um trabalho intenso, esta firma conseguiu que os seus produtos de 100% de Cuprama se tornassem um símbolo de qualidade e aumentou progressivamente a sua venda", regista o texto do contrato de 1956.

A organização fabril já era, nesta altura, relativamente complexa, ainda que as instalações fabris da 1^a fase obedecessem a um modelo muito simples, sendo descritas, numa nota de bens como uma "casa de rés-do-chão destinada a indústria de tecidos de algodão e fiação, com duas divisões, sendo o 1^o destinado a fiação e tecidos, com a superfície coberta de 1018 m², o 2^o, destinado a caldeira, tinturaria, acabamentos, refeitório e vestiário, com a superfície coberta de 677 m²", confrontando com a estrada nacional. O novo edifício, entretanto construído, apresentava já novas linhas arquitectónicas e maior amplitude, estando hoje

em dia integrado no pólo 1 da Riopele, dissimulado pelas sucessivas ampliações que deram novas configurações ao conjunto fabril.

Os vários filhos do fundador foram chamados, sucessivamente, ao serviço da empresa. Depois do mais velho, José da Costa Oliveira, chegou a vez de Aníbal da Costa Reis de Oliveira, o qual obteve uma especialização na Alemanha, em 1952, para vir a superintender nas secções de Tinturaria e Acabamentos.

E, foi no calor do entusiasmo gerado com a implementação dos novos equipamentos, quando as primeiras máquinas arrancavam, que, vítima de um colapso cardíaco, faleceu José Dias de Oliveira, em 12 de Fevereiro de 1953, ainda em plena fase activa (50 anos). Morria, assim, no calor do seu entusiasmo empresarial, uma semana antes de as novas instalações começarem a funcionar e quando elevadas quantidades de Cuprama estavam encomendadas, representando elevados encargos, cuja responsabilidade passava para a viúva e filhos.

3 – O desenvolvimento do sonho

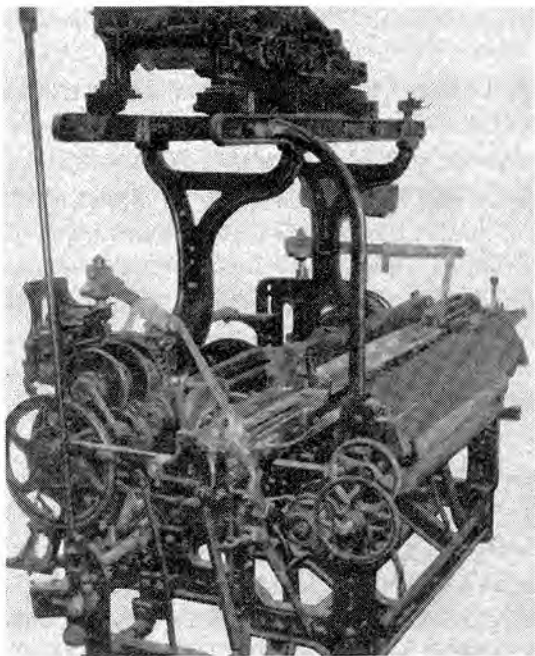
O sonho de José Dias de Oliveira não morreu com ele. Ficou em legado e os filhos deram-lhe continuidade e desenvolvimento. Numa altura em que a Riopele comemorou as suas bodas de diamante (1927-2002), completando 75 anos de uma trajectória empresarial e, paralelamente, se verificou o centenário do nascimento do seu fundador (José Dias de Oliveira, nascido em 17 de Agosto de 1902), a marca *Riopele* simboliza uma referência de qualidade no universo têxtil internacional, particularmente nos tecidos destinados a vestuário de moda, área em que gradualmente se especializou. Representa também o grupo industrial subjacente a essa actividade de produção têxtil que tem na Fábrica Têxtil Riopele, S.A., a principal unidade fabril e, historicamente, a mais emblemática, embora a sua actividade produtiva e comercial seja apoiada a montante e a jusante da tecelagem por empresas suas participadas – Filatex, Olifil, Olicor.

Apostada estrategicamente no mercado da moda feminina, a Riopele centra actualmente a sua actividade no contínuo desenvolvimento de tecidos inovadores, com base em fibras naturais, artificiais ou sintéticas, de forma a privilegiar características de conforto, facilidade de conservação e elegância, segundo elevados padrões de exigência, de flexibilidade e de criatividade de que é expressão a sua actual colecção única *Riopele - Niki Bosch Design*.

(Texto extraído e adaptado da obra de Jorge Fernandes Alves
– *RIOPELE - HISTÓRIA DE UMA REFERÊNCIA TÊXTIL*
Pousada de Saramagos: Fábrica Têxtil Riopele, 2002)



◀ O moinho do rio Pele onde José Dias de Oliveira montou os primeiros teares.

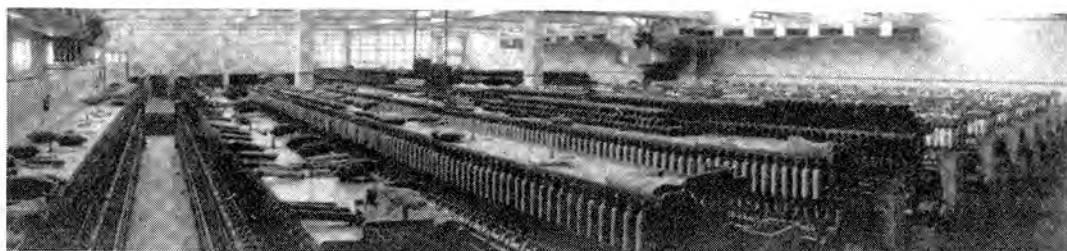


◀ Um dos primeiros teares de José Dias de Oliveira.

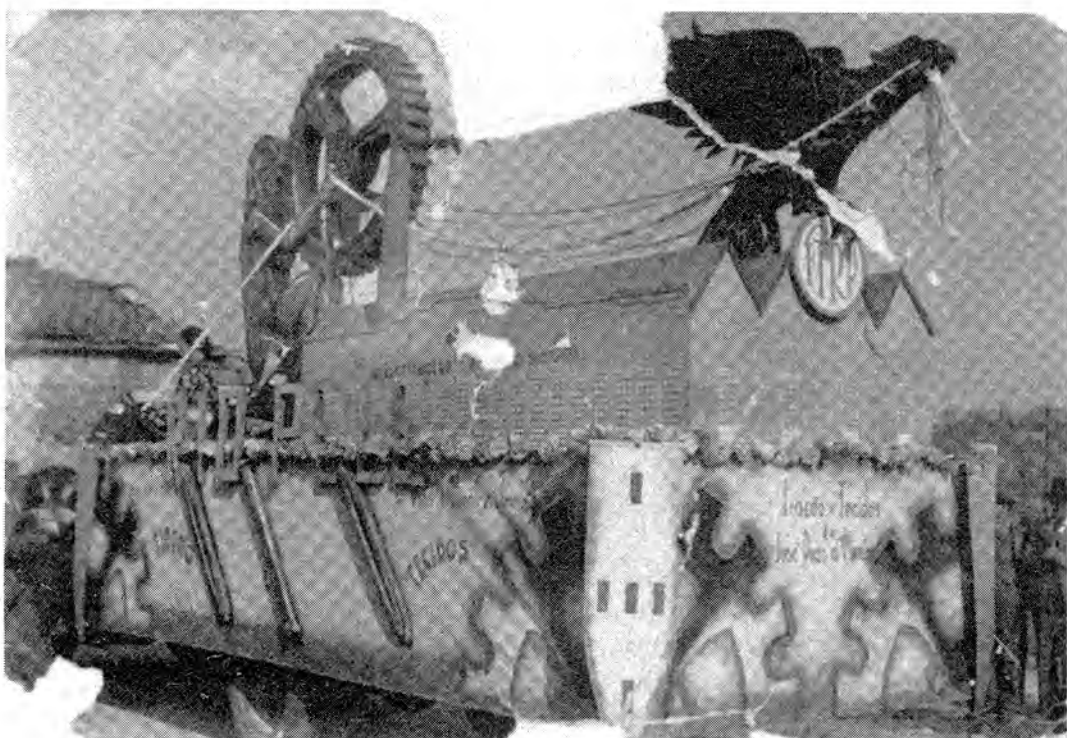
Fotos de José Dias Oliveira ▶
e D.ª Olinda da Costa Reis.



◀ Fábrica de José Dias Oliveira.



▲ Interior da fábrica de José Dias de Oliveira.



▲ Carro alegórico da fábrica de José Dias de Oliveira em cortejo etnográfico de 1936.



Reunião de família ►
na fábrica de José Dias de Oliveira: as novas gerações.

Indústria dos Botões: o Louro

por Augusto Castro Pereira *

Introdução

A região do Vale do Ave especializou-se na indústria dos têxteis. Esta indústria, pelas necessidades que comporta a montante e a jusante, fez emergir outras indústrias, o que permite classificá-la como uma indústria industrializante. De entre o grande número de indústrias subsidiárias ou satélites que dos têxteis dependem, cabe referir pela sua importância a dos acessórios. A indústria dos acessórios é um chavão para abarcar num só rótulo um conjunto de várias indústrias ariscas às classificações oficiais. Na grande fileira têxtil, a indústria dos acessórios está a jusante e a montante do sector têxtil tido na sua concepção tradicional: a montante, a indústria de canelas, de pentes de tear, de lançadeiras e de fitas picotadas para tear, por exemplo; a jusante, a dos botões.

Se a região do Vale do Ave se especializou nos têxteis, a localidade do Louro especializou-se na botoaria. Dei-me conta desse fenómeno durante as minhas andanças pelo estudo da indústria do Vale do Ave, sobretudo no manuseio dos boletins do condicionamento industrial¹, onde são registados os pedidos de autorização para instalação de maquinismo ou fábricas remetidos à Direcção Geral da Indústria e os respectivos despachos. Se nos dermos ao cuidado de cartografar a indústria por sectores, verificamos que a indústria dos botões se anicha na localidade do Louro, embora residualmente espraçando-se por Nine e Ribeirão, freguesias para todos os efeitos vizinhas daquela.

O que neste trabalho se pretende fazer é caracterizar esta indústria e também saber a razão desta concentração geográfica.

Desde já convém observar que não encontrei bibliografia sobre o tema. Percorri de fio a pavio algumas publicações periódicas, nomeadamente o *Boletim do Trabalho Industrial*, a *Indústria Portuguesa* e a *Indústria do Norte*, entre outros, não tendo encontrado qualquer artigo dedicado ao tema. O ficheiro CDU também não me remete para qualquer livro ou artigo. Assim, as fontes são do tipo primárias. Providenciei no sentido de tirar partido da história oral, enviando inquéritos às empresas via correio ou pessoalmente, mas fui mal sucedido. Algumas ficaram de me enviar a resposta pela Internet, mas não recebi nada. O único inquérito preenchido refere-se à Louropel e foi preenchido directamente por mim junto do fundador da empresa, o Senhor Rego, o qual, aliás, me acolheu com bondade e abertura. Desde já lhe agradeço. A Internet deu-me a possibilidade de duas resenhas, uma sobre a Luís Carvalho e Filhos (botões Primor) e outra sobre a Louropel, ambas do Louro. Outra informação decorre da imprensa local e de uma consulta dos tais boletins do condicionamento industrial.

1 – A Especificidade da Indústria dos Botões

A botoaria constitui uma indústria *sui generis*. Toma-se muito difícil classificá-la. Na verdade, aparece tradicionalmente classificada como indústria de acessórios têxteis, o que lhe retira autonomia como sector industrial.

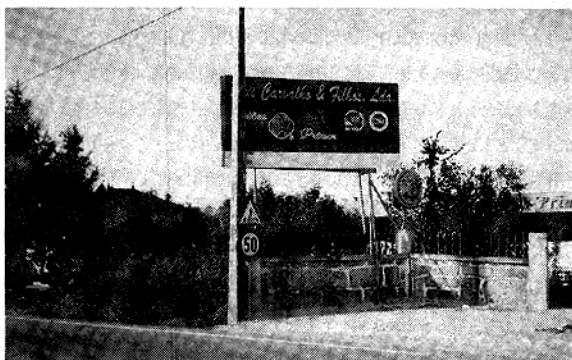
* Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Refiro-me na verdade ao *Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais*, Ministério da Economia, Lisboa, 1937-47.

Noutros tempos nem classificada era. E isto porque? Para além de constituir um sector industrial jovem (sobretudo se tivermos em conta a concepção moderna de indústria, onde a grande produção e o maquinismo são tidos em conta), labora com uma grande multiplicidade de matérias-primas; eu diria, com todo o tipo de matérias primas. Ora, tradicionalmente as indústrias eram classificadas segundo a qualidade da sua matéria prima.

A classificação portuguesa de 1888², atendendo precisamente à origem da matéria prima, divide as indústrias em três grandes categorias, mineral, vegetal, animal e mista, e 47 classes. As categorias, obviamente, são extremamente redutoras. As classes, embora mais abrangentes, não comportam ainda uma que integre a botoaria. Como é óbvio, atendendo à origem da matéria prima, o sector não tem cabimento numa só categoria. Na realidade, caberia em cada uma das quatro categorias e em nenhuma classe. A mais aproximada seria a 14.^a classe, «fabricação de objectos de metais ordinários»; o que claramente a retiraria da categoria dos têxteis.

Por altura de 1908 havia uma série de classificações diferentes adoptadas por outros países e em nenhuma delas cabe a indústria dos botões. Na de Espanha, com 10 classes, a mais aproximada seria a



▲ Botões Primor (Louro) «equipada com as mais recentes máquinas automáticas»

«indústria têxtil»; na de França, «indústria de vestuário»; a suíça, apesar de extremamente extensa e exaustiva (X categorias, 155 classes), também não é feliz, sendo que a que se avizinha mais é a classe 52, «indústria de pentes e objectos de osso». Não é feliz, porque também atende ao problema da matéria prima.

A classificação que é adoptada em Portugal a partir de 1908 ainda não é abrangente o suficiente para contemplar numa categoria autónoma a indústria dos botões. São XXVIII categorias: a que mais se aproxima da botoaria é a categoria X, «indústrias de vestuário e anexos», porventura

acessórios, ou então a XXI, «indústrias especiais e pequenas indústrias». É preciso dizer que à indústria da botoaria podem caber grandes indústrias. Se «pequenas indústrias» se refere ao produto fabricado, está certo.

Onde é que os portugueses afinal e portanto encaixam a indústria dos botões? O *Inquérito Industrial de 1881*³ coloca um grande industrial de Lisboa no sector da metalurgia. No «Registo do Trabalho Nacional» de 1930⁴ é inserida na classe XVII, «Pequenas Indústrias e Diversos», no seio de um conjunto de 44 indústrias diversas. Muito embora variando de ordinal, vai ser com o título de «pequenas indústrias» ou até de «indústrias especiais» que durante muito tempo se classificará a indústria de botões. Ainda hoje não adquiriu uma designação própria: em geral aparece ligada às categorias de «acessórios têxteis» ou «subsidiárias dos têxteis».

Esta dificuldade de integração numa categoria atesta da especificidade do sector. Essa especificidade prende-se, como já disse, com a multiplicidade de matérias-primas usadas: metais e pedras preciosas (ouro e prata, pérolas e diamantes) – ourivesaria. Segundo a *Enciclopédia Universal Ilustrada*⁵, os botões com este tipo de matéria-prima obedeciam a uma função sobretudo de adorno, a partir do século XII e até ao século XVII. A botoaria esteve muito tempo ligada à joalheria. Nos tempos actuais a função de adorno assume um aspecto residual.

² *Boletim do Trabalho Industrial*, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Lisboa, Imprensa Nacional, n.º 23, 1908.

³ Ministério Das Obras Públicas, *Resumo do Inquérito Industrial de 1881*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1883, p. 32.

⁴ *Boletim do Trabalho Industrial*, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Lisboa, Imprensa Nacional, n.º 150, 1931.

⁵ *Enciclopédia Universal Ilustrada*, Espanha, Tomo IX, Espasa-Calpe, SA, Madrid, 1989, pp 317-319.

Nos séculos XVII e XVIII usaram-se ainda botões de seda branca e amarela – têxtil –, como sucedâneos dos metais preciosos.

No século XIX emergem os botões de metal, artisticamente esculpidos, ou esmaltados – metalurgia. É de resto em meados deste século que desponta o fabrico de botões em termos industriais, em Inglaterra. O artigo da mesma enciclopédia dedicado à botoaria enuncia zonas especializadas: os EUA e a Inglaterra concentram grandes indústrias, possivelmente generalistas; a Áustria é especialista em botões de cristal e nácar (madrepérola) – vidraria; a Itália domina a indústria de botões mais ordinários; a Bélgica e a Espanha, os de metal.

Mas o elenco de matérias-primas usadas é infindo: para além das já referidas, acrescenta-se cobre, níquel, zinco, alumínio, barro (porcelana), as mais diversas madeiras – carpintaria –, algodão, linho, lã, juta, passamanaria, chifre, osso, unha, marfim, crinas, papel, couros – curtumes –, e, na actualidade, sobretudo o “plástico” (celulóide e galalite), corozo e massa (unha).

Sintomático desta diversidade de uso de matérias-primas é a relação de empresas de botões do Norte inscritas na Associação Industrial Portuense, no ano de 1943⁶. Esta fonte indica 7 fábricas no grande Porto e uma no Louro. Todas, excepto a do Louro, discriminam a matéria-prima: temos uma de metal, outra de madrepérola, uma terceira de unha, e três unidades de corozo e galalite.

2 – Panorama Nacional do Sector

A seguir se apresenta alguma informação avulsa sobre a indústria de botões em Portugal, sobretudo no Porto, tirada de diversas fontes estatísticas.

Nos séculos XVIII e XIX a produção de botões andava associada a de fivelas e charneiras

Os industriais portugueses tiveram uma lei proteccionista em 1867⁷.

O *Inquérito Industrial de 1865*⁸ refere-nos alguns industriais.

Um deles é Domingos António Vasques, do Porto, que fabrica botões e castões de chifre e de massinha para bengalas e guarda-chuvas, empregando entre 10 a 12 operários.

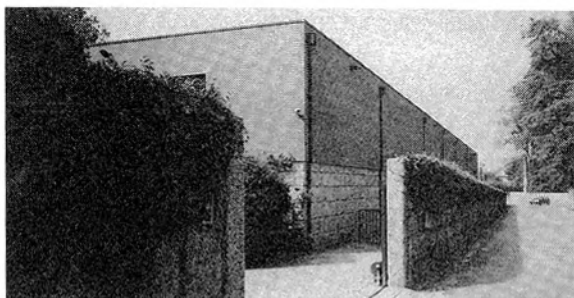
Aliás, por esta altura parece normal qualquer industrial inserir no seu repertório o fabrico de botões. Henrique Schalck (Lisboa), com fabrico de pregos, produz botões de metal e de tecido (seda, lã e algodão), respectivamente para militares e para senhoras (fantasia). Este Henrique Schalck tem a sua fábrica desde 1850. Produz também colchetes e cápsulas para garrafas. Emprega 300 operários (138, em 1881) e aplica de capital inicial 100 000\$000 réis. Portanto, depreende-se tratar-se de grande indústria. Possui uma máquina de 20 cavalos de potência, e tem disponíveis mais de 60 máquinas, embora labore apenas com metade, devido ao fraco escoamento dos produtos. Atribui a causa desta situação de dificuldades aos baixos direitos protectores que pagam os produtos estrangeiros congéneres para entrarem em Portugal. O industrial comprova a qualidade dos seus produtos pelas medalhas obtidas em diversas feiras internacionais⁹. Comparadas com esta, as restantes fábricas são de pequena monta.

⁶ *Indústria do Norte*, Ano 92, Suplemento aos n.ºs 286-288, pp. 195-196.

⁷ A. L. Carvalho, *Os Mesteres de Guimarães*, Vol. I, ed./a., Guimarães, 1939, p. 167.

⁸ Conselho Geral das Alfândegas, *O Inquérito Industrial de 1865, Actas das Sessões da Comissão de Inquérito*, Lisboa, Imprensa nacional, 1865.

⁹ Sobre esta fábrica, ver também, Ministério das Obras Públicas, *Resumo do Inquérito Industrial de 1881*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1883, pp. 81-82.



▲ Sousa Lopes (Louro).

Henrique José Leite (Porto) fabrica botões desde 1843, usando algumas máquinas, e emprega entre 10 a 12 operários. A sua matéria-prima é a unha de boi. Sofre a concorrência dos botões de ferro envernizados, que vêm de fora. De fora vêm também os botões de papel.

A Fábrica de Emilio Biel (Porto), fabricando botões de seda, duraque (tecido duro), metal e vidro, é a única do género no Porto (tem uma congénere em Lisboa que lhe faz concorrência).

Emprega 7 operários, entre os quais um mestre e dois operários estrangeiros, e ainda 17 mulheres.

Há por esta altura (1865), segundo o depoimento apresentado por uma comissão de três industriais do sector representantes da indústria dos botões de unha, osso de boi e chifre de carneiro, 29 fábricas de botões, empregando esta indústria entre 300 a 450 pessoas¹⁰.

De acordo com uma relação das fábricas de 1788 são 49 as fábricas de botões de casquinha, localizadas a grande maioria em Lisboa, 6 no Porto, e 2 em Mafra¹¹. Em Guimarães, Isidoro José Ferreira fabrica (desde 1783) charneiras para fivelas. Aliás, o sector não é amplo, a avaliar pela opinião da pessoa da fábrica da fábrica de Henrique Schalck, Sucessores encarregue de responder ao inquérito de 1881, onde afirma que «a fabricação de botões, colchetes e cápsulas é ainda limitadíssima em Portugal»¹².

Fazendo uma aproximação à zona do Porto através da estatística de 1890¹³, temos em Rio Tinto 3 fábricas, empregando no conjunto 23 operários, e 5 de pequena indústria, empregando 17 operários; 2 fábricas na Maia, com um total de 13 operários, e ainda 4 de pequena indústria, com 18 operários no total. Exactamente no Porto, a Fábrica de Botões Portuense, propriedade de Gonçalves Ribas e C.^a, com 30 operários, e ainda 14 oficinas de pequena indústria, com um total de 25 operários.

Esta fonte não nos indica fábricas de botões no Vale do Ave.

Um «Mapa das Indústria Privilegiadas»¹⁴ de 1907 apresenta-nos uma fábrica do Porto que fabrica botões de corozo, sita na Rua das Pirâmides e datando de 1889, a Companhia de Botões de Corozo e Madeira, Lda.. É ainda referido Azevedo e Santos, Porto, como fabricando botões de ferro e albergando na sua fábrica um motor a gás de 6 CV. Outras fábricas identificadas¹⁵ são a Fábrica de Botões de Corozza, em Ponte de Moura (Porto), com um motor a gás de 50 CV, empregando 20 operários varões e 4 rapazes e ainda 6 mulheres e 8 pequenas; e a de João Fernandes Neves (Porto), esta sem identificar a matéria prima.

Estes casos avulsos de manifestações de empresas de botões permitem corroborar duas ideias, a de pequenas unidades (a excepção é a de Henrique Schalck), com fraco nível de mecanização (dada a baixa potência dos motores), e a da variedade de matérias-primas usadas

¹⁰ Conselho Geral das Alfândegas, *O Inquérito Industrial de 1865, Actas das Sessões da Comissão de Inquérito*, Lisboa, Imprensa nacional, 1865, p. LI.

¹¹ «A Relação das Fábricas de 1788», in *Boletim das Ciências Económicas*, Vol. III, n.º 3, Luis Fernando Carvalho Dias, 1954, Coimbra, p. 219 - 221, 227.

¹² Ministério das Obras Públicas, *Resumo do Inquérito Industrial de 1881*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1883, p. 82.

¹³ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

¹⁴ *Boletim do Trabalho Industrial*, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Lisboa, Imprensa Nacional, n.º 13, 1907.

¹⁵ *Boletim do Trabalho Industrial*, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Lisboa, Imprensa Nacional, n.º 15, 1908.

¹⁶ *Boletim do Trabalho Industrial*, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Lisboa, Imprensa Nacional, n.º 116, 1923.

A Estatística de 1917¹⁶, infelizmente, não permite qualquer tipo de cálculos para este sector, porque agrega vários grupos de classes.

Outra fonte estatística, relativa a 1930, do Registo do Trabalho Nacional¹⁷, coloca os botões na classe XVII («pequenas indústrias diversas»), não permitindo também a contabilização do número de fábricas de botões. Para Famalicão, dá-nos nesta alínea uma relação de 2 fábricas, contra 9 de Santo Tirso e 25 de Guimarães, mas suponho que nenhuma é de botões. Relativamente ao primeiro concelho, basta dizer que o repórter da *Estrela do Minho* em 1932 percorre todo o concelho a fazer um inventário das indústrias e não alude a fábricas de botões.

O *Anuário do Comércio e Indústria de Portugal* (1938) refere na parte do seu índice dedicada aos botões apenas uma no Vale do Ave, a de Manuel Sousa Lopes (Louro, Famalicão), detentora das marcas Sepol e TRE. Enuncia ainda fábricas no grande Porto: Abílio campos (Porto); Amaral e C.^a (Gaia); Amorim e Teixeira (Gaia); Augusto Costa (Gaia); João Costa (Gaia); a Fábrica Cassaigne (Porto, Av. de França), esta a mais antiga, datando de 1888; entre outras. A de M. Sousa Lopes é datada de 1927, mas suponho que a data se refere à fábrica mãe de Gaia. A maioria produz botões de corozo e galalite.

Em 1943¹⁸, há uma fábrica no Porto que fabrica máquinas de botões, serralharia mecânica. É de Manuel Silva Freitas e fica em Lordelo do Ouro.

Ora, como podemos verificar, a indústria dos botões parece um sector pobre, de pequenas oficinas, empregando pouca gente e pouco maquinismo, anichando-se, relativamente ao Norte, em Gaia e no Porto. Na zona do Vale do Ave nada se regista, senão a partir dos anos 30, a fábrica de M. Sousa Lopes, precisamente no Louro.

Como maquinismo, de pouco capital intensivo, usam prensas, tornos de roda e formas metálicas. Só mais tarde é que introduzem as máquinas especializadas de fabrico de botões.

Quanto aos salários praticados, em 1865 o melhor orçará os 300 réis para os adultos, enquanto as mulheres auferem 140 réis e as crianças 100 réis. Passando a 1908, 550 réis para homens; 320 para mulheres; 120 para rapazes; 100 para raparigas.

Sobre os preços, podemos dizer que em 1865 iam de 60 réis a 14.500 réis a grossa (12 dúzias), o que mostra claramente que os preços dependem sempre da qualidade do produto, dependendo obviamente a qualidade também da natureza da matéria-prima usada.

O capital, dada a fraca concentração de maquinismo, é reduzido. Em 1890 as três fábricas de Rio Tinto não aplicam sequer um conto de réis, atingindo as três um total de 610\$000 réis. A Fábrica de Botões Portuense aplica contudo um capital significativo, 18,5 contos. Para outros períodos, anos 30 do século XX, assistimos ainda a pequenas aplicações de capital, embora esta situação possa coexistir com a sua contrária, altas aplicações: no primeiro caso, a Amaral e Companhia (Gaia), 10 contos; a Teixeira, Machado e Companhia, também 10 contos, e a Botão de Ouro e a Fábrica de Louredo, ambas em Famalicão, aplicando 40 contos cada uma. No segundo caso, a Cassaigne e a União dos Botoeiros, respectivamente com 500 e 200 contos. Provavelmente, as empresas de grande capital aplicado produzem outros artigos para além de botões. Convém observar que na actualidade as empresas do sector praticamente acompanham outros sectores, como o têxtil, em termos de capital intensivo. O imperativo da produtividade leva a uma alta concentração de maquinismo. Vejamos a Louropel e a M. Sousa Lopes: com 2.000 contos em 1980, aplica agora 60.000 contos; quanto à segunda, aplica 150.000 contos em 1989.

De referir, porque respeita ao Vale do Ave, que veio em 1783 para Guimarães um industrial de botões de Lisboa, Isidório José Ferreira, para produzir fivelas e charneiras de ferro¹⁹.

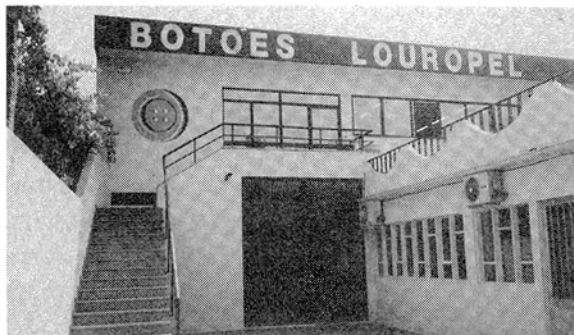
¹⁷ *Boletim do Trabalho Industrial*, Direcção Geral do Comércio e Indústria, Lisboa, Imprensa Nacional, n.º 150, 1931.

¹⁸ Associação Industrial Portuense, *A Indústria do Norte*, ano 92, suplemento ao n.º 286-288, p. 43.

¹⁹ *Idem*.

3 – O Louro

Em 1890 o Vale do Ave não tem indústria botoneira. A primeira fábrica data da década de 30 e instala-se no Louro. Como se explica por conseguinte a concentração no Louro que as *Páginas Amarelas* de 2000 lhe reconhecem? De facto essa fonte regista no concelho de Famalicão, entre armazenistas e fabricantes,



▲ Louropel (Louro).

30 estabelecimentos, num total de 42 atribuído ao Minho e Alto Douro, ou seja, um micro espaço com mais de 70%. Não é só o local do Louro, embora aqui se registre a maior densidade, mas um espaço mais lato, que abrange algumas freguesias vizinhas da sede concelhia: contando apenas as fábricas (ou seja, excluindo os inúmeros estabelecimentos comerciais), temos pelo menos 8 (segundo um trabalho de terreno), nas freguesias de Outiz (1), Ribeirão (1), Nine (2), Mouquim (1) e Louro (3). De todas estas freguesias, a mais densa é o Louro.

Acresce que as fábricas de Nine estão na fronteira com o Louro. Convém observar que nenhuma das freguesias atinge a zona tradicional dos têxteis, o que é curioso.

Já os autores d' *O Concelho de Famalicão*²⁰ atribuíram ao Louro o pioneirismo, conforme se cita: «De criação recente, a indústria dos Botões em Famalicão (...) nascida no Vale d'Este, nas freguesias de Nine e Louro, estendeu-se depois ao extremo sul do concelho».

Outro trabalho local²¹ identifica 9 fábricas, embora distribuídas por três freguesias. No Louro, a Lédice, de Estefânio Fernandes Ribeiro, Delfim de Oliveira, Laurentino Rodrigues de Carvalho e a Sepol, de Manuel Sousa Lopes; em Nine, a Botoeira Ninense; em Ribeirão, a Botão d'Ouro, de Cândido Moreira de Sousa, a Fábrica de Botões Novil e a Fábrica Rio Ave. Portanto, aldeias vizinhas, sendo que a freguesia do Louro regista uma maior densidade a nível de indústrias de botões.

A explicação para esta concentração do sector no Louro e freguesias circunvizinhas nada tem de académico. Já falámos de Manuel Sousa Lopes. É natural do Porto (Massarelos) e tinha inicialmente fábrica em Gaia. Terá desdobrado a sua indústria em duas, a velha em Gaia (Fábrica de Botões de Corozza e Pérola) e a nova no Louro. Casou com uma senhora de Mouquim. É seguro que a sua fábrica, a Fábrica do Rio Este, foi a pioneira nesta região. Detém três marcas, Sepol, FKE e Grande Botão. Tem a oficina de embalagem no Porto, bem como o escritório de vendas, que também tem em Lisboa. A partir daqui vai funcionar como uma escola geradora de industriais de botões. A Fábrica do Rio Este vai ser a galinha poedeira de novas fábricas. Segundo pude apurar em algumas conversas, as novas fábricas de botões no Louro são fundadas por gente que foi trabalhadora na Fábrica do Rio Este. É o caso do fundador da Louropel e de Luís Carvalho e Filhos (marca Primor). É esta, por conseguinte a explicação para a especialização do sítio no sector: uma fábrica funciona como pólo gerador de novas fábricas. Os trabalhadores ganham experiência e instalam-se por conta própria. A mecânica é a mesma que se observa noutros sectores, nomeadamente nos têxteis. A questão é que haja mercado, e pelos vistos houve.

²⁰ *O Concelho de Famalicão, Económico, Monumental e Pitoresco*, Carlos Sousa Machado e Lamarck Rebelo (organizadores), Famalicão, 1947.

²¹ *O Nosso Concelho*. Vila Nova de Famalicão, Gaspar Pinto de Sousa, Lda. (organizadores), Famalicão, s./d.

Antes do fim da década de 40 já são 8²², distribuindo-se assim: 4 no Louro, 1 em Nine e 3 em Ribeirão. É curioso que o *Anuário Comercial do Minho*²³ de 1942 só regista 3, pecando obviamente por defeito. São elas a Empresa de Louredo, Lda. (Calendário); M. Sousa Lopes (Louro) e Botão de Ouro, Lda. (Ribeirão). De qualquer maneira já se vê que o sector nesta altura ainda se espria pelas tais freguesias vizinhas da sede concelhia.

Vamos de seguida apresentar alguns elementos relativos a algumas fábricas, recolhidos grosso modo dos boletins de condicionamento industrial dos anos 40 e na imprensa local.

A Manuel Sousa Lopes era nos anos 40 fábrica de bijuterias, quinquilharias e botões em concha, galalite, osso, chifre, unha, madeira, corozo e metal. Como maquinismo tinha um tear para fitas, novo e de fabrico nacional, acrescentando um segundo ainda em 1943.

A Botão d' Ouro situa-se em Ribeirão e data de 1938. Esta sociedade por quotas tem como objecto a indústria de botões e outros artigos de galalite e corozo. São sócios Cândido Moreira de Sousa e Albertino Moreira Azevedo. Aplica de capital 40 contos.

A Empresa de Louredo, Lda. é formada em Calendário, com data de 1940, embora o estabelecimento propriamente dito seja anterior, na medida em que a quota de Floriano é composta de maquinismos existentes e alvará. São sócios João Plácido Valongo e Floriano Portela e aplicam um capital no valor de 40 contos.

João Fernandes dos Reis (Louro). Tendo já fábrica de pentes de chifre, celulóide e galalite, pretende fabricar também botões, isto em 1943. Na verdade, o que pretende é juntar à sua a fábrica de botões de José Gonçalves Pereira, no Louro. É-lhe negado o pedido. Artur Fernandes Costa (ainda nos anos 40) pretendia instalar uma fábrica de botões no Louro, mas viu negada a autorização pelos serviços de condicionamento, o mesmo acontecendo ao pedido de Adelino Azevedo Carneiro e Milton Prazeres Azevedo, relativo a uma fábrica de botões, fechos e fivelas no concelho de Famalicão.

Estefânio Fernandes Ribeiro e C.^a. transfere de Viatodos (junto de Nine, embora do concelho de Barcelos) para o Louro a sua fábrica de botões.

José Gonçalves Pereira instala no Louro uma fábrica de botões. O maquinismo autorizado compõe-se de uma máquina de leque, uma máquina de fresar, três de furar e seis polidores.

Em Ribeirão, a Fábrica do Rio Ave, Lda., de pentes, tem como maquinismo seis pares de formas, quatro serras e dez polidores.

A Fábrica de Botões Novil surgirá no Louro em 1947, com 100 contos de capital, passando a 1.500 em 1988. É uma sociedade familiar liderada por Armindo Campos Araújo.

A Luís Carvalho e Filhos (Botões Primor), no Louro, foi fundada em 1951. Produz botões, fivelas, travincas e outros. Esta empresa aposta actualmente na verticalidade, produzindo a matéria-prima de poliéster; tem serração para corte de tábuas, armazém de madeiras e poliéster. Exporta 30% da sua produção, Inglaterra, Espanha, França, Dinamarca, Canadá, EUA, Japão. A sua produção atinge o milhão de peças por dia.

A Fábrica de Botões Santo António, com sede no Louro, foi constituída em 1951, entre José Soares Castro e Mário Goulart Ribeiro, com um capital no valor de 50 contos.

A Louropel, Fábrica de Botões, Lda., também se situa no Louro, e foi fundada em 1966 por Carlos Alberto da Silva Rego e Ana Silva Sousa. O fundador empregou-se com treze anos numa fábrica do Louro.

²² O *Concelho de Famalicão, Económico, Monumental e Pitoresco*, Carlos Sousa Machado e Lamarck Rebelo (organizadores), Famalicão, 1947.

²³ *Anuário Comercial do Minho*, Empresa do Anuário Comercial do Minho, Porto, 1942.

Ambicioso, procurou fundar a sua própria indústria. Começou com três operários, empregando agora 147 pessoas numa instalação de raiz, embora esteja em vias de mudar-se para novas instalações, ao lado. A França foi buscar umas máquinas usadas, ainda no tempo do condicionamento industrial. Exporta para todo o mundo (80%), sobretudo para a Europa, Brasil, Argentina e Espanha. Labora com quatro máquinas de fazer botões.

Em Mouquim (1969), instala-se a empresa J. C. Viana e Armindo Joaquim José Carvalho Viana e Armindo Garcia Silva, com 400 contos de capital, para indústria de botões, cuja firma é alterada em 1969 para Viarcol, Indústria de Botões, L.da, passando o capital para 1.000 contos.

Curioso é o caso da firma Polibotão, Matérias Primas para Botões, L.da, (1973, Louro), empresa destinada ao fabrico de matérias-primas para o fabrico de botões, ou seja, sector subsidiário do próprio sector dos botões, com um capital que orça os 200 contos. Trata-se de uma iniciativa de Carlos Alberto Silva Rêgo e José Silva Rêgo, da Louropel.

Conclusões

O botão teve em determinadas alturas uma função de adorno. Actualmente, embora possa reunir acessorariamente essa função, cumpre essencialmente uma função utilitária. No século XVIII adornou os chapéus. No século seguinte as senhoras usaram-no como fantasia.

Desde o século XIX que em Portugal já se fabrica botões com as mais variadas matérias-primas: tecido de lã, seda e algodão, metal, unha, osso e chifre, vidro, duraque.

Parece que algumas fábricas de botões (hipótese a comprovar) resultam do alargamento da sua gama de produtos da fábrica de pentes, como pretende fazer João Fernandes dos Reis, e é o caso da Fábrica do Rio Ave. É natural, na medida em que a matéria-prima é comum.

A localização tradicional da indústria de botoaria é a cidade de Lisboa e o grande Porto. A partir dos anos 30 do século XX emerge um novo espaço, a zona do Louro, que hoje, pelo número de unidades que reúne e pelo grande nível de concentração do maquinismo, para além de manter essa concentração, ainda a acentua.

Subsídios para o estudo do movimento associativo famalicense: 1911, o ano das associações em Famalicão

por Augusto Castro Pereira *

Introdução

Este trabalho pretende contribuir para o estudo do movimento associativo famalicense. Ao percorrer a imprensa famalicense da década de 1910, apercebi-me de um grande movimento associativo no ano de 1911. É esse movimento que tentarei apreender.

Importa referir que há diversos tipos de associações. Vou aqui tomar a liberdade de as dividir em três grandes tipos. As associações mutualistas, que têm um carácter previdencial. Os associados, através do pagamento de uma cota periódica, constituem um fundo que a associação utiliza para valer ao sócio em situações de dificuldade, como em caso de doença e desemprego. As associações sindicais ou operárias, que pretendem reunir grupos profissionais e assim constituir uma força reivindicativa perante os patrões. As associações patronais ou empresariais, que reúnem os patrões de um ou mais sectores, onde o objectivo é apreender os problemas comuns aos diversos empresários do sector e assim pugnar para a sua resolução. Ora, no ano de 1911 temos em Famalicão associações destes três tipos.

Na década de 1890, segundo Filomena Mónica¹, a aprovação de diversa legislação sobre associações vai favorecer o movimento associativo e assim surgem muitas associações. Na sequência deste movimento, irá surgir em 1904 a Associação Famalicense. Mas é sobretudo com o 5 de Outubro que o movimento associativo, a nível nacional, cresce², e o concelho de Famalicão enseja-se também do novo regime para fazer crescer o número, até então insignificante, das suas associações. Isto acontece em 1911. Recorde-se que temos nesta altura no poder um famalicense, Bernardino Machado, que em 1911 era ministro dos Estrangeiros.

Em 1912, um dos periódicos famalicenses³ concorda que «nos últimos tempos o movimento associativo de Famalicão tem obtido salutar incremento». É tal a febre da criação de associações, que a própria imprensa se sente baralhada e com incapacidade para acompanhar o movimento. Numa semana fala da criação de uma associação comercial e agrícola, na outra já denomina a mesma associação de comercial e industrial. Mais curioso é o caso do comício de Brufe, de onde era suposto emergir uma associação operária; na verdade, um dos oradores desse comício viria a ser o fundador da associação comercial e industrial. O que se passa é que nem os próprios fundadores sabem bem o que querem. O Sindicato Agrícola estava para ser uma associação, não fosse a imprensa convencer os fundadores que um sindicato acarretava mais vantagens. Outro aspecto curioso é a referência à Associação do Operariado Famalicense. Aparece em 1906, instalada no teatro-barracão, tem algumas dificuldades em oficializar-se (desaparecem os estatutos durante o processo de legalização) e acaba por extinguir-se em 1908⁴.

* Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Filomena Mónica, *Artesãos e Operários*, Lisboa, I.C.S.U.L., 1986, p. 199.

² Filomena Mónica *Movimento Socialista em Portugal (1875-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, p. 111.

³ *Estrela do Minho*, 5/51912.

⁴ *O Famalicense*, 12/11/1908.

Há algumas questões que neste trabalho obterão resposta: que grupos socio-profissionais contemplam as diferentes associações; que actividades se propõem realizar; quais os direitos e deveres dos sócios, sim.

É certo que não esgotei, nem coisa que pareça, o *corpus* de fontes possível para tratar este problema. Nesta primeira abordagem, apenas recorro à imprensa local e às referências do *Boletim do Trabalho Industrial* e também aos estatutos das diferentes associações, alguns dos quais de publicação autónoma, outros publicados na imprensa da época.

Associação de Socorros Mútuos Famalicense

A Associação de Socorros Mútuos Famalicense, teve os seus estatutos aprovados em Fevereiro de 1904⁵, mas as suas origens remontam a Junho de 1902. Os estatutos viriam a ser substituídos em Junho de 1911.

Tinha como objectivos socorrer os sócios quando doentes ou impossibilitados de trabalhar e fazer o funeral aos sócios falecidos. Em caso de impossibilitado de trabalhar, o sócio recebia 150 réis (1911) por dia e durante trinta dias e 100 réis diários depois dos 30 dias e até perfazer 40 dias. Quando preso e até ao dia do julgamento, recebia 100 réis diários. 200 réis por dia, quando em banhos no mar ou caldas e durante vinte dias. Garantia também alguma previdência à viúva (10\$000 réis) e filhos menores (4\$500). Isto, no caso de a viúva não assumir o estatuto de sócia: para tal, teria de provar a sua saúde e continuar a pagar a cota do falecido. Prestava ainda apoio médico e farmacêutico. Em 1904 o médico era escolhido pela associação, mas a partir de 1911 seria permitido ao sócio escolher o médico assistente, mediante o pagamento de 31% dos custos de cada consulta ou visita. Como a regalia da assistência médica era extensiva às esposas dos sócios, isto causava algum dissabor à associação, porque os sócios casados causavam o dobro de despesas. Pretendia-se por isso que a lei impusesse uma quotização maior para esta categoria de sócios.

Como associação mutualista, não se dirige a um grupo socio-profissional em especial, mas a todos de ambos os sexos que residam na vila de Famalicão ou freguesias circunvizinhas (Antão, Calendário, Gavião e Brufe, como é referido nos estatutos de 1904), que não excedam os cinquenta anos, tenham bom comportamento e provem por atestado médico que não padecem de moléstia crónica. Isto, segundo os estatutos de 1911, mas os de 1904 exigiam ainda como condição de acesso à associação a posse de teres e ainda a prática de uma profissão. Os sócios femininos preenchiam uma percentagem ínfima: juntamente com os solteiros e os viúvos, 25%, enquanto que os sócios casados ocupavam 75% do conjunto dos associados.

Pelos estatutos de 1904 (explanados no *Boletim do Trabalho Industrial* n.º 28) o sócio efectivo pagava 1\$000 réis de jóia de inscrição. 50 réis por semana e ainda 20 réis mensais para o cobrador, entre outros pagamentos iniciais de carácter burocrático.

Ora, pelo valor das cotas se pode inferir tratar-se de uma associação elitista. Basta dizer, a título de exemplo, que o operário têxtil não conseguia amealhar 1\$000 réis, muito menos abdicar de 50 réis por semana, porque pouco mais ganhava num dia.

Do *Boletim de Previdência Social* n.º 1, 1916, já não consta esta associação.

⁵ Visconde Vilarinho s. Romão, «Relatório dos Serviços da 1.ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria no Anno de 1908», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 28, 1909, p. 65.

Associação Comercial e Industrial

O processo da criação da Associação Comercial e Industrial ocorreu em 1911 e denota alguma ambiguidade. Pretendia-se criar não se sabia bem que tipo de associação: se de carácter operário, se patronal. *O Porvir* de 8 de Abril de 1911 fala de uma reunião operária em Brufe, onde os objectivos seriam convencer os patrões a pagar aos artistas e jornaleiros às sextas. Portanto, uma associação operária. Registava-se que finalmente os operários «da nossa terra» compreendiam as vantagens da união.

Nesse comício orou o farmacêutico (de novo grupos de elite em questão) António Leitão e o vereador Alfredo Costa (foi convidado a falar, quando passava perto da reunião). O jornal referido acusava o vereador de se ter esquivado a falar contra os patrões e de ter investindo antes contra o velho regime.

Em 4 de Maio o semanário local publica o projecto de estatutos da associação e por ele vemos que se trata de uma associação patronal para comerciantes. Este projecto foi elaborado por uma comissão de negociantes da vila. Trata-se de uma «Associação Comercial».

Uma semana depois *O Porvir* fala de um telegrama enviado por uma Associação Comercial e Industrial (já não apenas comercial, note-se) de Famalicão, em que o presidente era Alfredo da Costa, a Bernardino Machado, então ministro dos Estrangeiros, sobre uma associação «fundada hoje».

Por conseguinte, agora parece definido: trata-se de uma associação empresarial, dirigida aos comerciantes e industriais.

Ora, o que parece ter acontecido foi que, inicialmente, a ideia era formar uma associação de empregados, mas que depois os comerciantes absorveram esta iniciativa e canalizaram o projecto para a criação de uma associação patronal. Por isso o vereador Alfredo Costa, aquando do comício de Brufe, não quisera aspergir contra os patrões. *O Estrela do Minho* de 23/4/1911 já refere uma reunião de comerciantes com vista a fundar uma associação. Portanto, esta sim, uma reunião para empresários.

Creio que foi o vereador o cérebro desta jogada. Ele considerava que «vergonha era que o comércio de Famalicão só tão tarde se decidisse agremiar-se», como declarou no dia em que foi eleito presidente da associação⁶.

A sede da associação seria na casa do Club de Caçadores.

Quais os fins da associação? Científicos. Criar um centro que investigasse as necessidades do comércio e indústria e defenda os seus interesses. Educativos. Promover a instrução dos sócios e dos seus filhos, através de um gabinete de leitura e cursos práticos profissionais; organizar prelecções e conferências. Auxiliar os sócios e os filhos destes. Isto segundo os estatutos de 1911. Ora os estatutos de 1928 acrescentam «a defesa, propaganda e progresso da terra» e a promoção do «progresso moral e intelectual dos seus associados», através da ampliação da biblioteca e do gabinete de leitura. Trata-se de objectivos com um carácter ideológico e ético, o que teria alguma coisa a ver com o novo regime instalado com o 28 de maio de 1926. Apesar do carácter apolítico que todas as associações reclamavam ter, a Associação Comercial e Industrial em 1913 informava os sócios da possibilidade de se inscreverem como progressistas, por intermédio da própria associação.

Destinava-se a associação a comerciantes e a industriais da terra. O sócio falido deixava de o ser, o que mostra que a associação não tinha tanto de providencialista como apregoava nos estatutos. Os estatutos de 1928 alargam o leque de destinatários aos «agentes de comércio e gerentes de estabelecimentos industriais ou de comércio».

Quanto ao valor das cotas e relativamente aos sócios efectivos, era de 1\$000 réis semestrais, para além dos 1\$200 réis de jóia de inscrição.

⁶ *O Porvir*, 18/5/1911

Associação dos Empregados do Comércio

Também a Associação dos Empregados do Comércio surgiu no ano de 1911. É verdade que a *Estrela do Minho* de Janeiro de 1904⁷ alude a uma nova associação de classe, a de Empregados do Comércio, sendo que o número de 9/10/1904 fala da sua criação, mas os estatutos só foram aprovados em Maio de 1911. Em 1913 há uma substituição de estatutos. Falta investigar o que se passou entre 1904 e 1911. Tratar-se-ia de um projecto que só a implantação da República permitiu vingar?

A sua sede era no n.º 122 da rua Adriano Pinto Basto, mudando em 1914 para o n.º 11.

O presidente em 1911 era Adelino Gomes de Sousa; em 1913, Adriano Varela dos Santos. Em 1914 teve nesse cargo Jaime Mesquita.

Tinha como destinatários os empregados de comércio.

Os sócios pagavam 1\$00 de jóia de inscrição (1913), 50 centavos para os estatutos e a mensalidade de 20 centavos (=200 réis).

Prestava auxílio e protecção aos sócios, quando desempregados. Mas se devessem três mensalidades, eram excluídos de sócios, o que mostra algumas contradições da associação.

Como objectivos explícitos, o estudo e defesa dos interesses económicos comuns aos seus associados, e «não descurará a instrução comercial, a educação moral e física dos associados» (Estatutos de 1913), através do estabelecimento de biblioteca, gabinete de leitura e cursos de línguas e ciências, exercícios de esporte, conferências e publicações de panfletos sobre assuntos de utilidade geral. Em 1913 dava cursos nocturnos de Português, Francês, Escrituração Comercial e Música.

Em 1913 a associação participa num congresso de classe em Coimbra, onde comparticipa na discussão da criação dos estatutos de uma federação de classe. Decide também suprimir dos estatutos a acção directa, com vantagem para a difusão da instrução na classe. A associação ressalva em 1913 que são proibidas discussões sobre assuntos alheios aos fins da associação, especialmente políticos e religiosos.

Sindicato Agrícola

Os apelos por parte da imprensa local à criação de um sindicato agrícola remontam pelo menos ao ano de 1901⁸, mas em 1910⁹ ainda caem em saco roto.

Também a Associação dos Lavradores (como inicial e efemeramente foi denominada) foi criada no áureo ano de 1911. Em Agosto deste ano a imprensa famalicense alude à existência da vontade de criação de um sindicato agrícola. Aos lavradores colocava-se a hipótese de criação de um sindicato agrícola ou de uma associação de lavradores. Tendo optado pela segunda solução, *O Porvir* criticou esta escolha, alertando para o facto de que a opção sindicato agrícola permitia vantagens, como a redução de tarifas no transporte de certos produtos agrícolas e isso teria persuadido os agricultores a virarem-se para a opção sindicato, porque em 1913 já é assim que encontro a associação denominada. Mas os estatutos de 1911 aparecem com a epígrafe Associação d'Agricultura Famalicense.

O presidente em 1911 era António Joaquim S. Veloso.

⁷ *Estrela do Minho*, 4/1/1904.

⁸ *Estrela do Minho*, 21/7/1901.

⁹ *Estrela do Minho*, 1/5/1910.

Tinha como destinatários os lavradores e os proprietários, sem discriminar o sexo, do concelho de Famalicão. Os sócios fundadores pagariam 100 réis mensais ou 1\$200 anuais. Os ordinários tinham ainda de pagar a jóia de 1\$500 réis.

Os fins a que se propunha eram a promoção, desenvolvimento e defesa da agricultura; promover a instrução agrícola, por meio de bibliotecas, cursos, conferências, concursos, campos experimentais; realizar festas como estímulo para os agricultores; facilitar a aquisição de produtos e utensílios; e ainda, auxiliar a formação de instituições de crédito, seguros, caixas económicas e socorros mútuos.

Em Setembro de 1913 promoveu uma exposição pecuária, que passaria a ter uma periodicidade anual. É de salientar que na sua quarta edição Bento Carqueja fez uma conferência. Em 1914 pretendia realizar uma exposição agrícola e industrial, uma «valente sacudidela»¹⁰ às outras associações, porque têm olhado estes assuntos com «indiferentismo», mas depressa se declararam as objecções e o projecto não se consumou.

O objectivo da criação de uma caixa de crédito foi concretizado no Verão de 1913. Os sócios do Sindicato Agrícola constituem uma sociedade agrícola sob a forma de sociedade cooperativa de responsabilidade solidária com a denominação de Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Nova de Famalicão. As funções desta Caixa eram emprestar dinheiro aos sócios (lavradores) e recolher capitais à ordem ou a prazo, a 4% de juro. Esta caixa prevê ainda a criação de um «regime de mutualidade agrária para a instituição dos dotes rurais e para auxílio nos casos de falta de trabalho», doença ou desemprego (segundo os estatutos). Eram quinze os sócios fundadores.

Conclusão

Havia outras associações, como a União Operária Famalicense, só que não detenho elementos para a tratar. Sabemos que foi fundada em Maio de 1911. Pretende reunir as quatro artes civis, portanto, uma associação operária. O fundador é um portuense, Guilherme da Costa e Sá, do *Jornal de Notícias*. (Este senhor apareceria como o «agitador» da greve do concelho de Famalicão de 1915). Tinha como presidente no ano da fundação Joaquim Machado da Silva. Outra associação que apenas vou mencionar, por não caber no âmbito das associações que me propus tratar, é a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Famalicão, de resto já monografada.

As associações aqui tratadas têm como objectivo geográfico o concelho de Famalicão, embora em casos excepcionais (sócios correspondentes) estejam receptivas a elementos de fora do concelho.

Estamos perante associações elitistas. Ficam de fora as classes operárias fabris. Isto é importante, tanto mais que a economia do concelho era predominantemente fabril (têxtil). Só para o caso de sócios excepcionais (beneméritos) é que elementos de qualquer classe podiam aderir. Mas os sócios beneméritos, pelos gastos implicados, não podiam ser elementos da classe operária.

Outro aspecto, de resto já referido, é que todas as associações aqui tratadas surgiram no ano de 1911. Excepto a Associação de Socorros Mútuos Famalicense, mas a sua história não é indiferente a este ano, visto que substituiu os estatutos em 1911.

Como o título deste trabalho indicia, não se trata de um tratamento exaustivo, mas sim de uma primeira abordagem. Com o tempo, outras questões poderão ser abordadas, como o historial de cada associação, o número de sócios, os nomes e biografias dos presidentes, o alcance das associações no melhoramento da vida dos sócios e da comunidade (vila e concelho).

¹⁰ *Desafronta*, 12/3/1914.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Boletim de Previdência Social, n.º 1, 10-12/1916;

Desafronta, 1901-1914;

Estrela do Minho, 1901-1904;

Famalicense, 12/11/1908;

Novidades de Famalicão, 1911;

O Porvir, 1911;

Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Famalicão, Famalicão, Tipografia Aliança, 1918;

Estatutos da Associação Classe dos Empregados do Comércio de Vila Nova de Famalicão, Porto, Tipografia Sequeira, 1915;

Estatutos da Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão, Associação de Classe, Famalicão, Tipografia Minerva, 1928;

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, «O Emergir das Associações Industriais no Porto (Meados do Século XIX)», in *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), 1996, pp. 397-412;

MATOS, Ana Maria Cardoso de, «Sociedades e Associações Industriais Oitocentistas: Projectos e Acções de Divulgação Técnica e Incentivos à Actividade Empresarial», in *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), 1996, pp. 527-544;

MEDEIROS, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, Regra do Jogo, 1978;

MÓNICA, Filomena, *Artesãos e Operários*, Lisboa, I.C.S.U.L., 1986;

PEREIRA, José Pacheco, «A Origem do Movimento Operário no Porto: as Associações Mutualistas (1850-70)», in *Análise Social*, vol. XVII (65), 1981, pp. 135-151; *Movimento Socialista em Portugal (1875-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, p. 111;

VILARINHO S. ROMÃO, Visconde, «Relatório dos Serviços da 1.ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria no Anno de 1908», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 28, 1909.

Riba de Ave

– preservar a memória
por Manuel Cunha *

A cada geração cabe a responsabilidade de comunicar às seguintes o legado que recebeu das gerações precedentes, pois ninguém é senhor absoluto das suas raízes. É, pois, necessária uma transmissão intergeracional para se preservarem as várias formas de saber, de pensar e de agir identificadoras do povo que habitou no espaço que também é o nosso e para cuja identidade todos contribuímos.

Em Riba de Ave nasceram as primeiras fábricas têxteis, entre os finais do século XIX e inícios do século XX. Com a sua edificação, tornámo-nos nesse tempo como um *Eldorado*, procurado por um sem número de trabalhadores que demandaram as nossas terras em busca de trabalho e do pão. O mundo rural das povoações circundantes, veio aqui procurar as ofertas de emprego e de vida melhor que as novas fábricas ofereciam, aqui se fixando muitos dos que acorreram à oferta de novos futuros. Riba de Ave cresceu e desenvolveu-se, assim, sob o impulso da industrialização têxtil, que teve em Narciso Ferreira o seu maior pioneiro. E foi nesse cenário de formação do mundo têxtil, com as suas grandes empresas e milhares de operários, que se geraram riquezas para o país e formaram gerações de homens com valores de solidariedade, definidores de uma vida com sentido e da verdadeira personalidade do povo, como grande cabouqueiro e protagonista da história. E se a saga dos têxteis se estendeu a outras terras, foi daqui que ela irradiou, mantendo-se Riba de Ave ainda hoje como a grande referência dessa fase exaltante do nosso desenvolvimento e maturação da nossa identidade.

Infelizmente hoje Riba de Ave inscreve-se nas rotas do desemprego, no cenário triste das empresas encerradas, dos sonhos desfeitos de milhares de trabalhadores e do sabor amargo do fim antecipado das suas vidas de trabalho, tudo sacrificado à voracidade do mercado, esse “sacrossanto valor” das novas formas de exploração. Os espaços das velhas fábricas oferecem-se agora à avidez de outros interesses, ao arrepio da sua vocação. Aos que nos querem dizer que “isto é a vida”, teremos de replicar que a vida é o compromisso com o futuro dos homens e jamais será o interesse de alguns, por mais que o permita uma legalidade formal, que deixou para trás aqueles valores que iluminaram de dignidade os cabouqueiros da gesta do têxtil.

As velhas ruínas dos edifícios têxteis são espaços que olhamos ainda como marcos de uma cultura de resistência e de trabalho, memória de formas de saber, de pensar e de agir, definidoras de outra filosofia da vida e das gentes, catálogo, ao mesmo tempo, desses outros valores ali ancorados, a aguardar que os homens não os deixem de todo apagar.

Se fomos o berço da indústria têxtil, se aqui se afirmou um dos mais importantes polos dessa actividade, que ao longo de um século deu um contributo impar para o desenvolvimento económico e social do concelho e do país, será imperdoável deixar que a memória dessa gesta se apague na voragem de outros interesses e que Riba de Ave perca a sua maior referência e identidade.

* Publicista.

O Museu Têxtil tem preenchido várias vezes os programas eleitorais das forças políticas concorrentes às eleições locais (municipais e de freguesia), mas praticamente não tem passado das listagens de promessas, uma vez que o existente não corresponde minimamente à importância da actividade têxtil na vida económica e social do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Anuncia-se agora a aquisição de instalações com outra dignidade para lá instalar o Museu. O seu lugar seria incontornavelmente em Riba de Ave, o que também seria uma maneira de afirmar uma política descentralizadora. Mas se alguma cegueira dos homens lhes tolher a visão correcta das coisas, então, pelo menos, que Riba de Ave não fique inteiramente olvidada no evento. Num qualquer velho pavilhão das carcassas dos edifícios têxteis em decomposição, deve ser instalada uma secção museológica do Museu central, mas uma secção que tenha a dignidade inerente ao que Riba de Ave representa na história dos têxteis.

Será uma vergonha que tal não aconteça.

A Via Dolorosa,

Bosquejo Camiliano

por Oliveira Bente *

A primeira vez que se teve conhecimento público da existência desta "Via Dolorosa" – acervo de 135 telegramas trocados entre Camilo e Ana Plácido – foi em fins de 1938, quando o autor deste texto, então com 18 anos e um apaixonado pelo escritor, sua vida e sua obra, iniciou na "Estrela do Minho" a publicação de tão fascinante documentação encontrada no cádtico espólio do museu.

Ao fim, porém, do terceiro capítulo/folhetim, surgiu D. Raquel, neta de Camilo, a exigir a suspensão, dado que tencionava publicar um livro com estes telegramas. Mas não o fez. Só quarenta anos depois é que apareceu Alexandre Cabral com um estudo e com a publicação completa dos telegramas. Em várias partes da obra, observa que mais ninguém tinha reparado até então nestes documentos. O que se verifica não ser verdade.

Passados tantos anos, tenho muito gosto em publicar na íntegra o Bosquejo Camiliano, tal e qual como inicialmente foi escrito.

O.B.

1. A "Via Dolorosa" é um conjunto de 135 telegramas trocados entre Camilo Castelo Branco e Ana Augusta Plácido, num período em que ambos procuravam fugir à prisão.

Com efeito, o marido atraído, Manuel Pinheiro Alves, preparava-se para lhes mover um processo pelo crime de adultério, Ana Augusta ré e Camilo co-réu.

Os dois amantes haviam-se juntado em 1858, tendo ido viver para Lisboa. Chegara o tão ambicionado momento para aquela que escreveria no seu livro "Luz Coada por Ferros":

Abençoado sejas, anjo redentor ou astro fatal que te aproximás! Vem!..

Dera-se o terrível escândalo que tanto apaixonaria a opinião pública.

De Lisboa voltaram ao Porto.

D. Ana, talvez para abafar um pouco o seu adúltero procedimento, que o público explorava encarniçadamente, e ainda para refrear os ímpetos de vingança do marido abandonado, resolve enclausurar-se no convento da Conceição, em Braga, em 27-6-1859.

Começa, então, a troca dos telegramas que, mais tarde, os amantes reuniram num atado, dando-lhe o título de

Via Dolorosa
1859-1860

De notar que Camilo subscrevia com o nome trivial de Ermelinda Pereira da Costa, assim despistando a curiosidade de todos aqueles por cujas mãos teriam de passar todos os telegramas. Eram, pois, duas simples amigas a corresponderem-se intimamente...

* Poeta.

2. O primeiro telegrama que aparece é de Camilo, ou antes, de Ermelinda Pereira da Costa. Trás a data de 6 de Julho de 1859:

Não te mortifique a carta que has-de receber amanhã. Foi uma hora terrível que a inspirou à tua amiga Ermelinda Pereira da Costa.

Dai a dois dias, em 8 portanto, Camilo, depois de confessar que está alegre, termina com esta frase:

Crê na felicidade, minha amiga.

E Ana Plácido responde-lhe no mesmo dia, e pela primeira vez, telegraficamente:

Comparto e sinto aqui a tua alegria, amiga. Creio na felicidade prometida por ti e por Deus.

Até este momento Camilo tem permanecido no Porto. A 9 de Julho, porém, resolve ir a Trás-os-Montes. É o que se deduz do telegrama desse dia:

Parto às quatro horas. A carta de hoje dirige-a para Mesão-Frio, pela Régua. A seguinte carta escreve-ma para o Porto. A tua carta de hoje aumentou-me a felicidade da de ontem.

Como se vê, eles correspondiam-se diariamente. Os telegramas serviam para esclarecer algum ponto obscuro da carta enviada ou arrepende-se dela, para evitar as impressões da recebida e comunicar algum assunto urgente. Esses telegramas existem. Mas as cartas?

Que magnífico repositório de observação e riqueza literária elas representariam se porventura ainda existissem, como nos informam!..

Quando os dois inditosos amantes confessam a sua paixão ardorosa, tão lacónica e discretamente quanto o exigia o carácter do telegrama, que declarações apaixonadas, que confissões ardentes se não admirariam nessas cartas!..

Longe assim um do outro, a felicidade parece fasciná-los, mas muito ao longe, como uma estrela de brilho entontecedor. Vejamos a última frase dum telegrama de cada, no mesmo dia, 16 de Julho:

Camilo a Ana: A felicidade não é uma só palavra.

Ana a Camilo: A felicidade não é só uma palavra.

Como é sublime vê-los a sofrer e encorajando-se mutuamente:

Pede sempre a Deus – diz Ana a 17 de Julho – que me dê a resignação e a esperança que sinto neste momento

A saudade espicaça Camilo violentamente. Por este motivo, pois que para bem descrever é necessário sentir, não admira que ele a definisse tão bem, no romance “Bem e o Mal”:

A Saudade – verdugo que mata acariciando, corda de estrangulação, tecida com fios de ouro, segredo que Lucifer, ao despenhar-se, roubou do Céu, e nunca mais restituiu.

Ela impele-o a cometer imprudências. Anseia por ver Ana Plácido:

Se a tua amiga te procurar poderás falar-lhe? (18 de Julho).

– Não! diz-lhe D. Ana, imediatamente:

Estou sem febre e muito animada. Receio porém que a tua vista sem poder abraçar-te altere o meu estado. Ânimo e coragem por mais alguns dias.

“E, enquanto dura aquele enclausuramento, D. Ana vai mantendo acesa a sua esperança de melhores dias, pelo que diz a 21:

Vou melhor e vejo já o mar de Viana com o arrebatamento com que admirei ao teu lado o Tejo.

O vulgo achinca-os? Deixa-lo!..

É grande a minha satisfação – telegrafa Ana Plácido, a 26 de Julho – pensando no ridículo que pesa sobre nós, filha.

Está passado quase um mês. Chega o alvoreço do recomeço da suprema felicidade:

Hoje é o primeiro dia de verdadeira esperança, filha. Já não soffro. Vejo o futuro e a imagem do meu Deus na terra.
Ana Plácido, 1 de Agosto de 59.

E Camilo, louco de paixão, quer ir buscá-la imediatamente para junto de si. É o que diz o seu telegrama do dia 2.

A tua amiga vai hoje de tarde, se não vier dai contra-ordem. Diz o que tens no coração, filha.

A “filha”, porém, refreia-lhe os ímpetos inconsiderados, mandando-lhe a contra-ordem: “*Não venhas hoje. Eu só posso ir na quinta-feira. Amanhã saberás o motivo. É mais um dia e depois o céu.*”

Como è acerba a existencia!
Que tormentoso viver!
Sempre esta saudade viva,
Ai de mim! faz-me morrer.

Longe de tí? luz da vida,
Que confortos hei-de ter.
Quem enxugue o pranto ardente
Que a saudade fuz correr.

Silêncio ... ninguém me ouça,
Não tenha eco esta dor.
É preciso ter coragem,
Saber morrer com valor

Ana Augusta Placido
Convento da Conceição, 20 Julho 1859

3. Camilo Castelo Branco temia, um pouco, as represálias de Manuel Pinheiro Alves – “o sr. de Seide”, como lhe chamava. Este, porém, levado pela terna dedicação que tributava a D. Ana, absteve-se, por largo tempo, de recorrer à violência, esperando, talvez, o arrependimento da mulher infiel. Só mais tarde, e instado pelos amigos, é que se resolveu a intentar um processo, em forma, contra os delinquentes.

No entanto, Camilo receava-o. Atesta-o um extenso telegrama, de 3 de Agosto, que, por ser de veras curioso, vou transcrever na íntegra:

Disse-me ontem alguém que o Sr. de Seide dissera que, no caso de reincidência, intentaria uma Acção, não de divórcio, mas de coisa mais feia. Será possível? Eu por mim sinto a coragem do desespero. Antes do passo que devo hoje dar, quero que me digas se alguma nova adversidade naquele sentido te surpreenderá. A mim só me faltará ânimo vendo-te desanimar na luta não certa, mas possível. Impus-me a obrigação dolorosa de fazer-te saber isto. Enquanto a miudezas, deixa tudo e o resto pouco importa. Responde à tua Ermelinda Pereira da Costa.

Aquela alusão à *reincidência* vem esclarecer-nos que a estada de Ana Plácido no convento não passava de um pseudo-arrependimento para acalmar de momento os espíritos excitados. E a prova de que tal arrependimento era falso temo-la naquela frase *antes do passo que devo hoje dar*, pois que era nesse dia que o apaixonado amante iria buscar, para o Porto, Ana Augusta.

Ei-la que responde imediatamente a destruir todos os receios, com inabalável firmeza de ânimo:

Nada creio, mas dá-me Deus forças para tudo. Manda-me a sege. Amanhã devo estar no Porto. Resolvi guardar a minha vida e hei-de sustentá-la, custe o que custar. Não me esperes. O último favor que te peço é mandar-me condução para aí. Eu nunca te conheci.

Isto foi às 0.48 horas da tarde. Às 3.10 Camilo retorquia:

Às 7 horas da manhã tens a carruagem. Espero-te onde te disse. Vens para a tua casa, da Picaria. Nunca me conheces-te, filha? Estás perdoada pelo que tens sofrido.

E finalmente, as 4.40, D. Ana Augusta lembrava jubilosa:

Amanhã perdoaremos mutuamente e começará para nós uma nova vida.

Por conseguinte, D. Ana Augusta Plácido saiu do convento no dia 4 de Agosto de 1859. Camilo esperou-a, segundo afirma Pimentel, na hospedaria de Vila Nova de Famalicão (Hotel Vilanovense) e acompanhou-a ao Porto, onde fixaram residência.

Da rua da Picaria saíram para a Foz do Douro. Camilo publicou, nesta ocasião, o célebre soneto "Raquel", que tanto burburinho fez entre os veraneantes e moradores daquela praia, por mostrar claramente referir-se a Ana Plácido.

Em Dezembro desse ano, Manuel Pinheiro Alves, talvez acicatado pelos amigos, reflexo da irritação pública, resolveu requerer em juízo querela contra Ana Augusta Plácido e Camilo Castelo Branco, a fim de serem punidos por adultério. Ao saber disto, Camilo saiu do Porto para Lisboa.

É dessa ocasião o telegrama seguinte enviado para o Porto, com a data de 12 de Dezembro de 59:

Cheguei às oito e meia. Não enjoei e estou bem. Camilo Castelo Branco.

Note-se que já desvendou o seu verdadeiro nome a falsa Ermelinda Pereira da Costa...

No dia 23, Ana Augusta Plácido telegrafa-lhe do Porto:

Distribuiu-se hoje a querela contra nós. Acautela-te filho, e não te assustes. Eu quero e tenho esperança em abafar este negócio.

Mas o telegrama do dia seguinte desmente essa esperança:

O Juiz pronuncia-me. Aconselham-me a sair já para essa antes de ser dada a ordem de prisão. Tu não faças a asneira de vires aqui; o caso é mais sério do que julgas. Responde logo, que assim é preciso.

Resposta imediata de Camilo:

Dão-me hoje providências para a tua segurança e partida no próximo vapor.

Quem lhe daria as tais providências? Não há dúvida que Vieira de Castro – o grande amigo dos dois amantes, esse desgraçado que, depois de matar a mulher adúltera, morreu abandonado no degredo, nos ardentes areais de África. É o que se conclui do telegrama enviado por ele, de Coimbra, a Camilo no dia 27:

Chegou aqui D. Ana; parte amanhã, se tiver bilhete, e, se não, depois com certeza. Previno-te a seu pedido. Amanhã escreverei minuciosamente.

De facto não teve bilhete porque, daí a dois dias, Vieira de Castro endereçava novo telegrama a Camilo:

Tua família partiu hoje. Vem esperá-la à hora competente. Vai triste; a ti cumpre o confortá-la. Logo escreverei minuciosamente.

Quem seria esta família de que fala Vieira de Castro? Julgo que, além de Ana Augusta, seria também o pequeno Manuel, filho dela e de Pinheiro Alves, ou de Camilo, como vários camilianistas asseveram.

4. Ei-los, portanto, em Lisboa.

O processo correu os seus trâmites não sem as costumadas delongas. Em 26 de Março de 1860, Ana Augusta Plácido “foi julgada como indiciada pelo crime de adultério, sem admissão de fiança”. Camilo, co-réu, não o foi, “com fundamento de que não havia contra ele provas” (A. Pimentel).

Ana Plácido, ao saber disto, saiu precipitadamente para o norte. Camilo também partiu, visto que a 29 já se correspondiam no Porto.

Camilo – Não deixei de escrever um só dia. Diga-me se recebeu as cartas juntas. No caso negativo, irá indirectamente a minha correspondência. Responda-me já, sem direcção.

Ana Augusta – Recebi, ontem, duas. Estou escondida para fugir à perseguição. Ânimo.

Alberto Pimentel escreve nesta altura dos “Amores de Camilo”: “D. Ana, chegando ao Porto a bordo do *Lusitânia*, procurou refúgio em Vila Nova de Famalicão, donde, a breve trecho, saiu para Santo Tirso. Ai se lhe foi juntar Camilo Castelo Branco que tinha ficado em Lisboa. Ambos partiram de Santo Tirso para o Porto, na diligência da carreira”.

Deve-se notar, em face dos telegramas, que D. Ana se demorou algum tempo no Porto, antes de ir para Famalicão.

Os esbirros não deixavam aos dois amantes um só instante de sossego. Eles juntavam-se, separavam-se partiam, ora para um lado ora para outro, sempre inquietos, receosos que a justiça lhes caísse em cima.

Assim, em 31 de Março, já Camilo se encontra de novo em Lisboa, donde expede um telegrama para o Porto dirigido a Eufrazia Carlota de Sá:

Diga-me onde está a infeliz e se o filho foi. Mande-lhe uma saudade aflitiva. Responda já.

Esta Eufrazia deve ser a mesma que, em 1856, foi hospedeira de Camilo no Porto. Vem corroborar esta ideia uma carta publicada por L. Xavier Barbosa no seu livro “Cem Cartas de Camilo”. É dirigida a José Barbosa e Silva e escrita da Foz, em 7 de Setembro de 1856, na qual se lê: “Uma casa de campo terá as comodidades precisas para um homem **emplasmado** (frase eufrazina)?”.

5. Camilo permaneceu em Lisboa até ao dia 30 de Abril em que resolveu voltar ao Porto, após reiteradas instâncias da apaixonada Ana Augusta. Em 5 de Maio é pronunciado por um despacho da justiça. Começa, então, a vida errante deste nono Ashaverus. Não pára um instante nem sequer em casa de seus amigos. É andar, andar sempre...

A sua peregrinação está, porém, mal definida, ou as localidades mencionadas nos telegramas eram trocadas para despiste dos agentes da justiça.

Veja-se a versão de A. Pimentel que se contentou em transcrever o roteiro das “Memórias do Cárcere”. Por mim, irei referindo alguns telegramas elucidativos mas em contradição com o itinerário descrito.

Apenas pronunciado, Camilo saiu do Porto e dirigiu-se à Samardã, onde passara parte da sua infância.

Ao chegar, porém, um pouco adiante da Régua, retrocedeu para o Porto “lutando entre as recordações do passado e os tormentos do presente”, na frase feliz de Alberto Pimentel.

Chegado aqui, escondeu-se nas águas furtadas da casa do seu grande amigo Custódio José Vieira, de quem disse mais tarde, em “Noites de Insónia”, que era um “talento insigne e apreciador irflexível dos homens e das coisas”.

Este seu amigo, receoso pelo que poderia acontecer, sugere que, se Camilo fosse julgado em Vila Real por um hipotético crime(?), ver-se-ia afastado do Porto onde lhe era movida uma perseguição impiedosa, quer pelos amigos de Pinheiro Alves, quer pelos **brasileiros** tão contundidos pela causticidade camiliana.

Aceite o alvitre, aí vai Camilo para Vila Real.

Mas pouco tempo se demorou, a despeito de todos os perigos. Ana Augusta chama-o a 20 de Maio:

Vem Nino vem.

Por aqui se conclui não ter Camilo passado um mês consecutivo nas águas furtadas do seu amigo do Porto, mas sim alguns dias, provavelmente dez, ou seja: saída do Porto a 5 ou 6, ida até à Régua, regresso ao Porto, nova saída agora para Vila Real, onde se encontra a 20.

Ao grito de Ana Augusta responde Camilo no mesmo dia:

Irei amanhã, infelizmente. Da Régua te direi onde nos encontraremos.

No dia seguinte, lá está ele a telegrafar da Régua:

Passo aqui o dia e estou amanhã em Baltar, às doze horas. Avise-me, dando-se grandes estorvos. Estou bem.

E ela responde-lhe, passadas apenas uma hora e meia:

Amanhã, ao meio dia, em Baltar, filho. Nada mais compreendo. Vem sem receio.

6. Entretanto, a 6 de Junho, D. Ana é presa e conduzida à cadeia da Relação do Porto.

Não querendo apartar-se do seu querido Manuel, leva-o consigo.

Camilo desvaira, então. Temendo que lhe aconteça o mesmo, não pára um instante em parte alguma.

Do Porto foge para Guimarães, onde pernoita, certamente na hospedaria da Joanhina que retratou no "Amor de Salvação".

Daqui segue para as Taipas, refugiando-se na casa do grande investigador Morais Sarmiento, a quem dedicou "O Regicida" e "No Bom Jesus do Monte".

Das Taipas passa à Quinta do Ermo, nos arredores de Fafe, propriedade do seu grande amigo Vieira de Castro. A 1 de Julho, escrevia ali Camilo a seguinte quintilha, inserta nos "Amores de Camilo":

Tudo trevas! E teu rosto
me refulge luz maior.
Também no mar proceloso
Quando o céu é pavoroso
É que o fanal tem fulgor.

Neste mesmo dia abandona Fafe e, passando pelas Taipas, S. Torcato e Marão, vai pernoitar a Vila Real para, no dia seguinte, ir parar à Samardã.

A 7 de Julho já ele telegrafa de Vila Real para a Relação:

Nunca deixei de escrever. Hoje parto para o Minho. Se te for possível, acusa-me a recepção.

Efectivamente partiu para Amarante e daqui para uma outra propriedade de Martins Sarmiento, em Briteiros. Não muito tempo se manteve aí porque em 30 de Julho já está a telegrafar de Amarante, morto de saudade:

Eu vacilava em ir para o Porto. Depende duma palavra tua.

Mas desta vez, D. Ana dissuade-o respondendo-lhe no mesmo dia:

*Não venhas nino, por piedade de mim...
Anima-te, pede-te o teu Anjo bom..*

Volta para Vila Real o novo judeu errante, donde diz, por telegrama de 2 de Agosto:

Demoro-me apenas dois dias. Vou para Lisboa.

Mas não o fez, embora tivesse ido até Penafiel, onde D. Ana o deve ter dissuadido, como se deprende dos telegramas seguintes:

7 Agosto (Vila Real): *Parto hoje à tarde*

9 Agosto (Penafiel): *Daqui em diante não quero ter acção que não seja a vontade da minha mártir.*

D. Ana respira, aliviada, e responde com certo júbilo.

Abençoada resolução, filho; salvas-nos. Agora coragem e em Outubro estou em teus braços. Queres seguir os meus conselhos? Parte para o êrmo. Espera ali a felicidade que eu hei-de dar-te.

Camilo conforma-se e volta para Vila Real, onde adocece. As caminhadas e os desgostos acabaram por cansar aquele corpo já de si muito fraco.

Mas os telegramas não param. Em 11 de Agosto, diz ele:

Estou mal dos pulmões.

Mas isto passa de qualquer modo, brevemente.

Não te aflijas, Mártir. A felicidade não vem assim....

Como já tive oportunidade de referir, os dois amantes correspondiam-se também por carta diariamente. E, por vezes, os telegramas eram a retratação dessas missivas, como se constata por estes dois telegramas.

De Camilo: *"Perdoa à febre do teu doente a carta de hoje. Dá-lhe a certeza de que o prezas mais por te afligir. É o coração que te chora, filha"*

De Ana Augusta: *"Este grito pediu-te o coração. Salvaste-me, filho!"*

Eras tu, irmã dos anjos,
aquela imagem tão linda
que eu recordo agora ainda,
e tantos anos lá vão!
Eras a luz ondulante.
que cintilavas errante,
quando, em ânsias, delirante,
te buscava o coração.
.....
Eras tu. Agora sinto
que o eras anjo da vida,
por que sinto renascida a mocidade, a paixão.
Era um ímpio ateu, e adoro;
não tinha prantos, e choro;
era um cínico, e coro
quando aperto a tua mão!

Amor d'alma é isto! Oh! cre-me...
nunca foste assim querida,
nem viste assim abatida
tão forte alma a teus pés!
Sinto-me grande ao teu lado,
soberbo de ser amado ...
Pudesse eu ser inspirado
para dizer o que és!

1858

Camilo Castelo Branco

7. Restabelecido, Camilo abandona Vila Real.

A 8 de Setembro passa na Régua, a 9 em Amarante e, no dia 10, pára em Penafiel.

Começa a perder o ânimo. Vê o inferno que a sua amada está a viver por sua causa e sente-se envergonhado pela sua fuga constante a suplício semelhante.

Resolve, então, entregar-se à prisão.

D. Ana tenta demovê-lo e reanimá-lo, telegrafando, a 11, para um tal Rodrigo de Beça, de Penafiel:

O teu desânimo agora é fatal. Diz-me que foi uma sombra que passou. Estão próximos dias de vida.

Mas Camilo mantém-se firme na sua resolução.

Responde-lhe, no mesmo dia, com o telegrama que encerra a "Via Dolorosa":

Vou dar um passo de que depende tudo.

Amanhã o saberás. Se o reprovares, eu te convencerei. Não temas o que hoje lestes. Não respondas.

No verso deste último telegrama, encontra-se uma nota meio verdadeira e meio inverosímil que diz:

C. C. B.^{oo} entrou na cadeia apresentando-se no 1º de Outubro deste e saiu absolvido em 1865 depois de 18 meses e tantos dias de prisão.

Meio verdadeira porque realmente Camilo entrou na cadeia em 1 de Outubro de 1860.

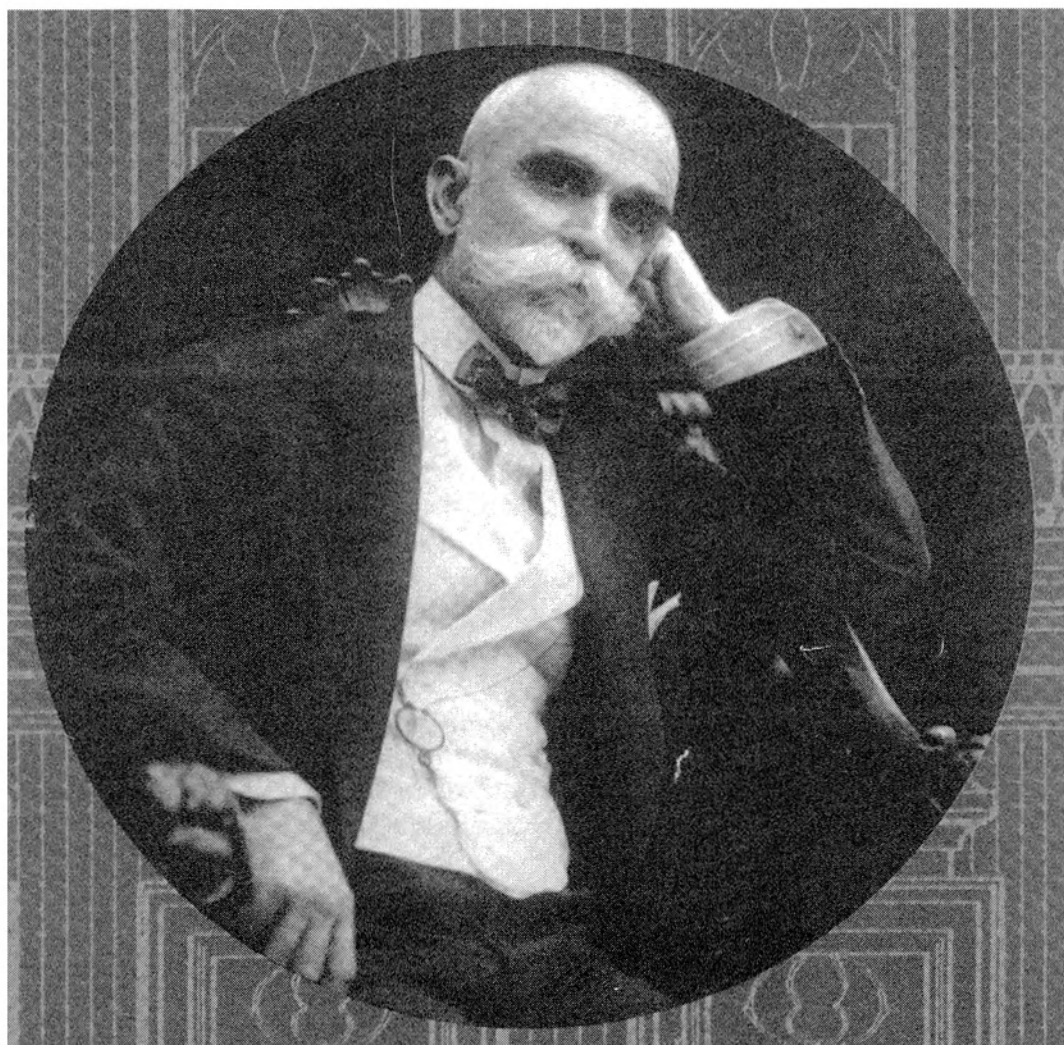
E meio inverosímil porque a absolvição de Camilo e Ana Plácido ocorreu no dia 16 de Outubro de 1861 (A. Pimentel), ou seja um ano e 16 dias e não dezoito meses.

Eis, em resumo, a "Via Dolorosa".

Não consegui certamente fazer um trabalho perfeito.

Mas fica como preito de admiração e homenagem ao Mestre querido, ao saudoso solitário de Seide, ao escritor que tanto e tanto enriqueceu as letras portuguesas.

III
Museu Benardino Machado



José Domingues dos Santos:

um republicano no exílio (1927-1954)

por António José Queiros *

José Domingues dos Santos nasceu no dia 8 de Maio de 1887 no lugar de Antela, freguesia de S. Salvador da Lavra, do então concelho de Bouças, hoje concelho de Matosinhos. Era filho de José Domingues dos Santos e Maria Duarte de Oliveira.

Depois de completar a instrução primária, frequentou o Seminário de Nossa Senhora do Rosário, dos Carvalhos (Vila Nova de Gaia) e o Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição, do Porto. Concluído o 3º ano desse curso, inesperadamente, matricula-se no curso complementar de Letras, no Liceu Central do Porto, e, após aprovação, inscreve-se em Outubro de 1907 na Faculdade de Direito de Coimbra, curso que conclui em 21 de Outubro de 1911 com 15 valores. Duas semanas antes, casara em Lavra com Evangelina da Silva Ramalho.

Regressado ao Porto, aí exerce advocacia, ingressando em 1916 no Partido Republicano Português (P.R.P.). Nesse mesmo ano é candidato efectivo por este partido à Junta Distrital do Porto (Bairro Oriental) em eleições que seriam adiadas pelo governo para 4 de Novembro de 1917. O seu nome passa então a figurar nas listas de candidatos apresentadas pelo P.R.P. à Câmara Municipal do Porto, tendo sido eleito.

É preso durante o sidonismo (Outubro de 1918) e, no dia 13 de Fevereiro de 1919, data da queda da efémera Monarquia do Norte, sai directamente do Aljube para ocupar o cargo de Governador Civil do Porto, por "indicação revolucionária", que o governo aceitou e onde se manterá em funções até ao dia 1 de Junho do mesmo ano.

A partir daqui, com o apoio inicial de António Maria da Silva, o homem forte do P.R.P. após o afastamento de Afonso Costa, está definitivamente lançado para uma fulgurante carreira político-partidária: eleito deputado por Lisboa (Círculo Oriental) nas eleições de 11 de Maio, pouco tempo ficará no Parlamento (para o qual será eleito sucessivamente, pelo círculo do Porto, até ao final da Primeira República), já que, logo no mês seguinte, é convidado para a pasta do Trabalho no governo presidido pelo general Sá Cardoso, cargo que ocupará desde 29 de Junho até 15 de Janeiro de 1920. Cerca de três meses depois de sair do governo, com outros democráticos do Porto funda o diário *A Tribuna*, que irá dirigir em parceria com o advogado Emílio Maria Martins, vice-presidente da Comissão Municipal do P.R.P.

Ainda em 1920 regressará ao governo: à pasta do Comércio, de 26 de Junho a 19 de Julho (governo de António Maria da Silva) e à do Trabalho, de 30 de Novembro a 2 de Março de 1921 (governo de Liberato Pinto), continuando na mesma pasta, desde essa data até 24 de Maio de 1921 num governo presidido por Bernardino Machado. Após um interregno de dois anos e meio, voltará às funções executivas: à pasta da Justiça, de 18 de Dezembro de 1923 a 6 de Julho de 1924 (governo de Álvaro de Castro) e à Presidência do Ministério (que acumulará com as pastas do Interior e da Marinha) de 22 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925.

Apresentando-se aos olhos da opinião pública como o rosto do sector *canhoto* do P.R.P., com mais 17 deputados e dois senadores será irradiado deste partido em meados de Julho de 1925, após ter votado favoravelmente uma moção de desconfiança ao executivo de Vitorino Guimarães. No final desse mês, José Domingues dos Santos será um dos organizadores do efémero Comité de Defesa da República, que, con-

* Mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

tando com a adesão de republicanos de diferentes credos partidários, pretendia promover a organização do Estado republicano, aconselhando para esse fim uma imediata reorganização do exército, da magistratura e do professorado.

Em Novembro, com os muitos dissidentes do P.R.P. (e com o apoio dos comunistas em Lisboa e em Beja), disputará as eleições legislativas em cerca de metade dos círculos do país, sob a sigla da Esquerda Democrática.

Após a ida às urnas, a cisão no P.R.P. estava, de facto, consumada; faltava apenas legitimar a situação, o que veio a acontecer em 24, 25 e 26 de Abril de 1926, em Lisboa, com a realização de um Congresso, que criou o Partido Republicano da Esquerda Democrática (P.R.E.D.), do qual José Domingues dos Santos sairá como líder incontestado.

Após o 28 de Maio, que frustrou as expectativas dos esquerdistas de virem a substituir no governo o sector conservador do P.R.P., José Domingues dos Santos exercerá advocacia em Lisboa ao mesmo tempo que trabalha para o derrube da ditadura militar. Esta situação esteve prestes a acontecer se a sangrenta revolta de 3 de Fevereiro, no Porto, tivesse vingado. A demora da adesão de Lisboa condenou irremediavelmente o movimento ao fracasso, situação que levaria centenas de republicanos ao exílio, entre os quais se contava José Domingues dos Santos.

A caminho de Paris, José Domingues dos Santos faz uma escala de três dias em S. Sebastião, no País Basco espanhol. A sua presença não passa despercebida ao diário republicano *La Voz de Guipúzcoa*, que na sua edição de 5 de Maio lhe dedica grande parte da primeira página. Na entrevista que concede ao jornal, José Domingues dos Santos refuta as suspeitas de que a Revolução de Fevereiro tivesse um cariz bolchevique, enfatizando o carácter ordeiro dos revolucionários portuenses, que em seis dias de sublevação "não prenderam, nem mataram, nem perseguiram, nem insultaram ninguém".

Ao jornalista que o entrevistou, confessou terem os dirigentes republicanos recebido uma proposta de Carmona e de Passos e Sousa (Ministro da Guerra): a troco de apoio contra os integralistas, o governo libertaria os presos políticos e amnistiaria os processados e desterrados. A proposta fora rejeitada por não acreditarem na democracia e na sinceridade dos seus proponentes.

Durante a viagem para Baiona, onde embarcou no comboio rumo a Paris, José Domingues dos Santos reafirmaria a sua convicção num rápido restabelecimento de uma verdadeira República, "sem ditadores e sem pretorianos, com Parlamento e Constituição".

Quando chegou à capital francesa já aí se encontravam Afonso Costa, Álvaro de Castro, Jaime de Morais e Jaime Cortesão. Com eles e com António Sérgio (que chegaria em Julho) integraria a Junta Directiva da Liga de Defesa da República, também conhecida por Liga de Paris¹.

Heterogénea na sua composição, a Liga agregava esquerdistas, reconstituintes, seareiros e independentes. Teve a solidariedade inicial de algumas figuras do P.R.P., que, no entanto, acabariam por afastar-se após terem recusado assinar o Manifesto da Liga. As divisões entre republicanos mantinham-se: às de um passado recente (que opuseram sobretudo *bonzos* e *canhotos*), juntavam-se agora as provocadas pelas claras divergências de estratégias no combate à ditadura. Enquanto a Liga, através de Afonso Costa, preconizava uma "coligação dos republicanos fora dos partidos"², os democráticos propugnavam o retorno ao

¹ Sobre a Liga de Paris, vd. António Luís Pinto da Costa, "A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: a Liga de Defesa da República ou Liga de Paris", in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 5, Lisboa, 1900-1991, pp. 247-274.

² Vd. A. H. de Oliveira Marques (Org.), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976, p. 43.

modelo constitucional anterior ao 28 de Maio, que o mesmo é dizer, do P.R.P. ao poder.

Após o fracasso da Revolta de 20 de Julho de 1928, ou Revolta do Castelo³, que contou com a participação activa de elementos da Esquerda Democrática que permaneciam no país⁴, eram também evidentes as divisões entre os sectores civilistas e militares. Enquanto o primeiro, representado pela Liga, era favorável a uma via revolucionária, apoiada num amplo programa de reformas estruturais, o segundo, minimalista em termos de programa político, agregando o grosso dos *revirralhistas* militares e sectores do P.R.P., era manifestamente de tendência *putschista*⁵.

As redes conspirativas não foram completamente desmanteladas no 20 de Julho. Isso mesmo pôde constatar José Domingues dos Santos, que, com plenos poderes da Liga de Paris, e portador de algumas cartas de Bernardino Machado, se deslocou clandestinamente a Portugal em meados do mês seguinte. Instalando-se em casa do seu correigionário Eduardo Pinto de Sousa, aí teve encontros, entre outros, com os esquerdistas José Vahia, Plínio Silva (a quem entregou uma carta de Bernardino Machado para Ribeiro de Carvalho) e Manuel Gregório Pestana Júnior e com os militares Norberto Guimarães, Luís Galhardo e Rego Chaves. Encontrou-se igualmente com Sousa Rosa, na casa deste general⁶.

De Portugal, segundo o testemunho de António Sérgio, José Domingues dos Santos enviava notícias optimistas⁷, mas é bem provável que a realidade das coisas se lhe apresentasse algo desfocada⁸. Caso contrário, não deixaria seguramente de constatar que a sua autoridade junto da estrutura central do seu partido deixara de ser inquestionável. A acção de Pestana Júnior, que fora ministro das Finanças do seu governo e era um dos principais elementos do directório do P.R.E.D., assim o indicava. Na verdade, o Pacto que António Maria da Silva, em representação dos democráticos, procurava firmar com os outros partidos e que tinha como objectivo o apoio constitucional a um governo da direita republicana, teve o aval de Pestana



³ Trata-se do Castelo de S. Jorge, em Lisboa, onde se aquartelava o Batalhão de Caçadores 7. Segundo o tenente-coronel Norberto Guimarães, a revolta eclodiu devido a uma decisão precipitada do tenente Alexandrino dos Santos.

⁴ Sob a direcção de Manuel Gregório Pestana Júnior, ex-ministro das Finanças do governo da Esquerda Democrática, os esquerdistas de Lisboa Hamilton Guedes, Raul Henriques Pinheiro de Azevedo e Ramiro Reis e Sousa tiveram vários encontros com o comité revolucionário, que era chefiado pelo coronel José de Mascarenhas. O delegado da E. D. junto do comité era o tenente-coronel Norberto Guimarães. Vd. ANTT/PVDE, Proc. n.º 4308/PIMI, fls. 46 e 59.

⁵ Vd. Luís Farinha, *O Revirralho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 99.

⁶ Vd. ANTT/PVDE, Proc. n.º 4308/PIMI, fls. 40-43. Em Setembro, estava previsto que José Domingues dos Santos voltasse a Portugal, como o compravam duas cartas-circulares de Afonso Costa, sem destinatário identificado, datadas de 6/9/1928, existentes no Espólio José Domingues dos Santos (EJDS), no Porto. Segundo um esquerdista de Lisboa, Raul Henriques Pinheiro de Azevedo, tal não aconteceu. Vd. fl. 42 v.º do processo citado nesta nota.

⁷ Vd. *Carta de António Sérgio a Sarmento Pimentel*, de 2 de Setembro de 1928, existente na Biblioteca Sarmento Pimentel, em Mirandela (BSPM). O espólio não se encontra catalogado.

⁸ Isso mesmo o dá a entender Norberto Guimarães, após se encontrar com José Domingues dos Santos, ao afirmar que este "por estar em Paris, fazia uma ideia muito diferente do modo por que as coisas cá dentro corriam". Vd. ANTT/PVDE, Proc. n.º 4308/PIMI, fl. 46.

Júnior à revelia de José Domingues dos Santos e de outros membros da direcção do P.R.E.D.⁹ Para além de não informar o líder esquerdista dos termos do Pacto, Pestana Júnior ter-lhe-á mandado recado para que se mantivesse calado. Por essas “e por outras coisas” a posição de José Domingues dos Santos era então, segundo António Sérgio, “falsa e complicadíssima”¹⁰.

De elemento destacado na Liga de Paris passa então (finais de 1928 e grande parte de 1929) a um papel claramente secundário. Disso mesmo dá conta em carta confidencial a Raul Proença, que o questionara sobre a situação que então se vivia no seio da Liga:

“Diz o meu amigo: «fale claro», mas bem claro tenho eu sempre falado. É até talvez por ter falado claro demais que, pouco elegantemente aliás, me puseram à margem de tudo. Hoje não sei nada, nada do que por cá se passa. Fazem-se reuniões aqui e acolá, estudam-se projectos de trabalhos, enviam-se emissários, fazem-se combinações, etc, etc, e eu de nada sou informado, para nada sou ouvido. Ainda há dias fui informado de que circulava em Portugal um *projecto de trabalhos*, assinado por um comité qualquer e falando, ao que parece, em nome de todos nós. [...] Mas pergunto: conhece o meu amigo esse papel? Eu não conheço. Sei, ou julgo saber, os nomes dos signatários, mas ignoro em absoluto o que nesse documento se contém. Não me queixo. Isto não é mesmo um desabafo. É uma simples exposição de factos para lhe explicar a minha situação actual.

Tenho sempre falado claro e tenho procurado ao mesmo tempo trabalhar o mais utilmente possível. Mas nem as minhas palavras têm sido ouvidas, nem os meus trabalhos aproveitados. Que posso eu mais fazer? Suponho que esgoitei todas as possibilidades que tinha de ser útil *cá fora*. A situação especial que me criaram, torna inúteis, senão contra-productentes, atitudes minhas de rebeldia fortemente exteriorizadas. Não seria compreendida a intenção e as minhas palavras seriam largamente desvirtuadas e deturpadas pelas várias classes de inimigos e adversários que a minha acção tem criado. Claro que, pessoalmente, nada me interessa a exploração que possam fazer à volta de um acto que eu julgue necessário e útil. Mas politicamente interessa-me porque essa exploração pode ferir mais que a minha pessoa e eu não quero ser causa, nem pretexto, do torpedeamento da Revolução. Ai está, meu querido amigo, o que eu penso da situação actual. Não vejo possibilidade de agir *cá fora* e com os elementos exilados. De resto a minha colaboração não é pedida, nem desejada. Não gosto de ser intruso e não aceito a situação de tolerado”¹¹.

⁹ BSPM, *Carta de António Sérgio a Sarmento Pimentel*, de 30 de Outubro de 1928. O Pacto entre o Partido Democrático, Partido Nacionalista e União Liberal Republicana, proposto aos esquerdistas, depois de firmado deveria ser entregue a um grupo de oficiais superiores que se encarregariam de levar a efeito um movimento revolucionário. Por discordância dos termos em que foi redigido, seria rejeitado por Pedro Januário do Vale Sá Pereira, Manuel Paulino Gomes e Joaquim Pereira Osório, elementos do Directório do P.R.E.D. Para todos eles, “a constituição do governo seria aquela que a massa republicana indicasse após o movimento revolucionário”. Vd. ANTT/PVDE, Proc. nº 4308/PIMI, fls. 4 vº, 37 vº, 38 vº e 39.

¹⁰ BSPM, *Carta de António Sérgio a Sarmento Pimentel*, de 30 de Outubro de 1928.

Os problemas no seio do Directório do P.R.E.D. regressariam em força em Março de 1930 e culminariam em Junho com o abandono de Plínio Silva e Pereira Osório, após o primeiro ter entrado em rota de colisão com Cortês dos Santos. Na hora da saída, Plínio Silva invocara a existência de uma discordância absoluta de alguns correligionários, incluindo a maioria dos corpos dirigentes do partido, com a orientação, princípios, modos de proceder e actuar de José Domingues dos Santos. Esta situação é testemunhada pelo próprio José Domingues dos Santos numa carta que dirigiu a Pina de Moraes, datada de 25/6/1930. As cartas de José Domingues dos Santos a Pina de Moraes citadas neste trabalho pertencem a uma colecção particular.

Sob a saída dos referidos esquerdistas do P.R.E.D., vd. também BN, E7/2050, *Carta a Jaime Cortesão* (de autor não identificado), de 12 de Junho de 1930.

¹¹ Biblioteca Nacional (BN), Espólio de Raul Proença, E7/1799, *Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença*, de 26 de Agosto. Não indica o ano, mas é, seguramente, de 1929.

O desencanto de que aqui dá mostras é confirmado numa carta de 23 de Setembro, dirigida a Pina de Moraes, em que, nas vésperas de partir para Madrid, dá conta a este seu correligionário da atmosfera de intriga e ódios mútuos que se vive em Paris e que o esgota mais que as lutas que tinha travado com os seus adversários. Nessa carta deixa, no entanto, uma nota de humor. Referindo-se a Bernardino Machado, afirma que “se não existisse era preciso inventá-lo. Sem ele, era impossível resistir a tantos aborrecimentos”.

O *Projecto de Trabalhos*, de que falava José Domingues dos Santos a Raul Proença, foi elaborado pela Comissão de Estudos e Diplomacia, de que faziam parte Bernardino Machado, Afonso Costa, Lago Cerqueira e Jaime de Morais, os signatários do documento¹². José Domingues dos Santos toma conhecimento de que esse documento circulava em Portugal, como sendo emanado da Liga de Paris, e que fora enviado aos Directórios dos Partidos, com excepção do Liberal e do Radical¹³. O seu informador (não identificado), diz-lhe que o referido *Projecto de Trabalhos* "entristecera" os oposicionistas ao regime, pela "inferioridade intelectual" que revelava. Além do mais, caracterizava-se também por uma "absoluta ausência de bom-senso e inteiro desconhecimento dos factos e circunstâncias" que se desenrolavam no país¹⁴.

Em carta que dirige a Bernardino Machado, para evitar que o seu silêncio viesse a ser invocado como indicador de concordância, José Domingues dos Santos demarca-se da Comissão de Estudos e Diplomacia, reafirmando a posição que tomara quando Afonso Costa comunicara à Junta a sua constituição: "não tendo dado representação a ninguém", só o obrigariam as deliberações em cuja discussão tomasse parte¹⁵.

Na mesma carta, afirma igualmente a sua discordância relativamente a alguns princípios que Bernardino Machado expusera no manifesto "Ao Exército"¹⁶. Fiel ao seu pensamento, que já aflorara no Congresso fundador do P.R.E.D., em Abril de 1926, José Domingues dos Santos diz julgar útil e até necessária a dissolução do exército, o que não significava a sua destruição. Sendo Portugal um país colonial, compreendia a utilidade de "um bem reduzido e bem municiado organismo militar"; daí que o decreto de dissolução devesse também publicar as bases da sua reorganização. Defensor da organização de um Estado Republicano, considera que ela seria impossível sem a prévia dissolução dos velhos organismos monárquicos, entre os quais o exército ocupava lugar predominante. Termina a sua carta dizendo que "o povo republicano tem mais necessidade de armas do que de manifestos".

Mas o facto de José Domingues dos Santos estar a ser vítima de algum ostracismo no interior da Liga não significou que permanecesse de braços cruzados. Durante um ano procura convencer outros exilados da necessidade de conseguirem um empréstimo, que era fundamental para a execução de um plano revolucionário. Ele próprio se encarregará de o fazer em França e na Bélgica, tendo-o conseguido ao fim de dois meses de grandes esforços e despesas pessoais. À última hora, porém, tudo iria por água abaixo, por alguns



¹² BN, E7/1798, *Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença*, de 6 de Setembro. Embora não indique o ano, é também datável de 1929. A data está, aliás, errada, pois foi, de facto, escrita no dia 7, como refere em determinada passagem o seu autor. No dia 7 enviou também José Domingues dos Santos uma outra carta a Bernardino Machado; uma das passagens deste manuscrito é transcrita na carta para Raul Proença.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Vd. *Carta de 26 de Agosto*, citada na nota 11.

¹⁵ Museu Bernardino Machado (MBM), Vila Nova de Famalicão, *Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado*, de 7 de Setembro (também não indica o ano, mas é de 1929). O espólio literário do museu está em fase de catalogação.

Para se datar o ano teve-se em conta o facto de a carta ter sido escrita imediatamente à recepção do manifesto de Bernardino Machado "Ao Exército", datado de 10 de Agosto de 1929.

¹⁶ Vd. Bernardino Machado, *Manifestos Políticos (1927-1940)*, Lisboa, Palas Editora, 1978, pp. 215-217.



dirigentes republicanos se recusarem a "arriscar" um pouco da sua fortuna. Tal como António Sérgio já o fizera em carta a Sarmento Pimentel¹⁷, também José Domingues dos Santos aponta o dedo a Afonso Costa, acusando-o de não agir¹⁸.

Tanto no plano familiar, como no plano político, 1929 foi um ano muito negativo para José Domingues dos Santos. Com a filha muito doente, receando que não chegasse a curar-se totalmente, casado com uma senhora a quem também a doença não largava, passava os seus dias na rotina de um escritório no 30, Boulevard de Strasbourg¹⁹. No final desse ano, em nova carta a Raul Proença confessa: "Tudo se conjuga para me arreliar e torturar. Felizmente tenho conseguido manter até hoje um moral regular, mercê da vontade inquebrantável que tenho de chegar ao fim desta tragédia com saúde perfeita e espírito equilibrado. E chegarei"²⁰.

Em Janeiro de 1930, há sinais de mudança: no dia 31, data histórica para os republicanos, a convite de Afonso Costa reúnem-se no Hotel Vernet, em Paris, sob a presidência do tenente Pires

de Carvalho, um conjunto de filiados na Liga, com dois independentes, mais o democrático amarantino Lago Cerqueira. Nessa reunião, António Sérgio propõe que José Domingues dos Santos vá viver para Madrid, "a fim de ali se informar detalhadamente de tudo que possa interessar à política republicana portuguesa neste momento, dando para Paris conhecimento das suas observações, o que facilitaria aos emigrados tomarem com mais segurança as deliberações que tiverem por mais convenientes tendentes a apressar o restabelecimento da República Constitucional em Portugal"²¹. Igual convite seria feito a Lago Cerqueira, que, todavia, o declinou. José Domingues dos Santos diria na altura que, só após a recolha de informações sobre o que se passava em Espanha, a sua ida e a de outros delegados poderia ter utilidade. Acabará por não ir viver para Madrid, continuando em Paris.

As mudanças na sua situação serão confirmadas por ele próprio pouco depois. Na Primavera de 1930, noutra carta a Raul Proença dirá: "Com a direcção que havia, não se dava um passo. Felizmente parece que as coisas principiam a encarrear-se num sentido favorável, de forma que principio a ver um caminho mais claro. Se não houver denúncias e se os profissionais não embaraçarem, chegaremos ao fim dentro de pouco tempo"²².

¹⁷ Em carta datada de 7 de Agosto de 1928, existente na Biblioteca de Mirandela, António Sérgio afirma: "O Afonso Costa tem bastantes qualidades, mas ao mesmo tempo os defeitos de ser muito discursador e bastante timorato na acção, caso contrário teríamos a vitória mais cedo".

¹⁸ Vd. *Carta a Raul Proença*, citada na nota 11.

¹⁹ Sede dos Etablissements Magalhães. José Domingues dos Santos trabalhava das 10 horas ao meio-dia, voltava às 14 e saía por volta das 19 horas; por vezes saía das 15 às 16 horas para se encontrar com emigrados e falar um pouco de português. Vd. BN, E7/1802, *Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença*, 25 de Abril [1929].

²⁰ BN, E7/1796, *Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença*, de 5 de Dezembro de 1929.

²¹ MBM, *Acta da reunião de 31 de Janeiro de 1930*.

²² BN, E7/1801, *Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença*, de 21 de Maio [1930]. A referência aos profissionais da revolução tem, entre outros, o tenente Alexandrino dos Santos como destinatário. Em carta datada de 25 de Abril [1929], também dirigida a Raul Proença, José Domingues dos Santos afirma: "Eu acredito e confio na Revolução. [...] O que eu não acredito é na revolução do Alexandrino. [...] O rapaz não me interessa, o que me interessa é a Revolução e eu penso que ele como alguns outros profissionais de revoluções, longe de terem servido a Revolução, a têm prejudicado".

Em Agosto desse ano, em Lisboa, um grupo de correligionários promove uma homenagem em sua honra. Num cartão impresso para o efeito, Pina de Moraes escreve uma mensagem, que era simultaneamente o testemunho de um velho amigo e um recado para o interior do P.R.E.D.: "José Domingues dos Santos é a maior individualidade política da sua geração, é dos primeiros cidadãos do país e dos maiores republicanos do regime.

Tem uma paixão: a Democracia; tem uma religião: a Verdade; tem um amigo: o Povo".

A revolução com que sonhava José Domingues dos Santos, prevista primeiro para Outubro, depois para Dezembro, não viria a concretizar-se²³. Em 1931, porém, os *revirahistas* tomavam novo alento e logo nos inícios de Abril tentam um golpe militar na Madeira, que falha, a que se seguem réplicas, que não têm melhor sorte, nos Açores e Guiné²⁴.

Afonso Costa e outros emigrados políticos, face ao fracasso das revoltas, consideram então ser preciso "dar um carácter mais profundo e mais largo, mais nacional e mais popular" ao combate contra a ditadura²⁵. Para isso, todos estão de acordo em dar a José Domingues dos Santos um voto de absoluta confiança para a sua intervenção, que consideram decisiva, na direcção do movimento revolucionário²⁶.

José Domingues dos Santos retoma então o protagonismo dos primeiros tempos da Liga de Paris e preside em Vigo, no dia 3 de Agosto, a uma reunião em que estão presentes, entre outros, Filipe Mendes, António Resende, Cunha Leal e Prestes Salgueiro²⁷.

Discordando da orientação revolucionária "de forma e sentido militarista" a que os exilados andavam "amarrados" desde que haviam partido para o exílio, elabora (com data de 6 de Agosto de 1931) uma *Proposta de Organização Revolucionária* que procura romper com o passado adoptando um critério diametralmente oposto, isto é, "de sentido e de forma civilista". Assim, a Direcção Suprema seria confiada às pessoas que constituiriam o futuro governo revolucionário e a ela se subordinariam todos os órgãos da revolução: Comité Civil, Comité Militar, Imprensa, Finanças e Política Externa, todos limitados ao papel de "Órgãos de acção de uma entidade civil e civilista".

Na Direcção Suprema deveriam estar representadas todas ou quase todas as correntes republicanas, estivessem ou não no exílio os elementos com mais "inteligência" e "dedicação" que para tal viessem a ser designados.

²³ Já em 19 de Fevereiro desse ano, em carta dirigida a Pina de Moraes, José Domingues dos Santos dava conta de maneios conspiratórios entre elementos do seu partido e o general Roberto Baptista, que estava a organizar um golpe militar. Segundo o líder esquerdista, o fim da ditadura estava para breve.

Sobre o fracasso conspirativo de finais de 1930, vd. Luis Farinha, *ob. cit.*, pp. 123-125.

²⁴ O falhanço dessas acções revolucionárias seria imputado por José Domingues dos Santos à avareza dos seus organizadores. Se os emissários dos revoltosos que chegaram a Paris "de mãos a abanar" tivessem entregue um pouco do muito dinheiro que tinham na Madeira, teriam garantido o que já estava tratado: "navio, submarino pequeno, aviões, armas, melra-lhadoras, gasolina, etc." Não o tendo feito, acabaram por ter a sorte que ele previra, isto é, que não aguentariam mais de 30 dias. Vd. *Cartas de José Domingues dos Santos a Pina de Moraes*, de 2 e 7 de Maio de 1931.

Sobre as revoltas de 1931, vd. Célia Reis, *A Revolta da Madeira e Açores*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990 e Mário Matos E. Lemos, "A Revolução triunfante. Guiné - 1931", in *Revista de História das Ideias*, nº 17, 1995, pp. 303-347.

²⁵ Vd. *Carta de Afonso Costa a Hélder Ribeiro*, de 22 de Junho de 1931. Cópia desta carta (que foi reproduzida in J. Paço D'Arcos, *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*, vol. III, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1979, pp. 93-95 e no 1º vol. dedicado ao Estado Novo na *História Contemporânea de Portugal*, direcção de João Medina, Lisboa, Amigos do Livro, 1985, p. 128) encontra-se no Espólio de José Domingues dos Santos (EJDS), no Porto.

Da sua aproximação com Afonso Costa dá conta José Domingues dos Santos a Pina de Moraes numa carta datada de 7 de Maio de 1931: "O Afonso Costa tem sido, nestes últimos tempos, muito correcto para comigo. Suponho que vai ser nosso amigo".

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ Vd. Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHMNE), EM, Proc. nº 68/31, nº 126.

Não concordando igualmente com a organização de combate até então preconizada, José Domingues dos Santos é de opinião que o eixo de acção se devia transferir de Lisboa (embora sem pôr de parte os organismos militares da capital) para a Província, de modo a procurar “colocar a organização civil como base de ataque”. O risco, reconhecia, era que daí resultasse uma guerra civil, que admitia ser “uma solução aborrecida”, mas também a própria revolução era “bem aborrecida” e teria de ser aceite como “um mal necessário”. Por isso, todos “os meios honestos” teriam de ser “aceites sem reservas”, porque uma guerra que deflagrasse por todo o país não era “mais honesta, nem menos honesta” do que a tinha por base de operações Lisboa ou Porto²⁸.

No mesmo documento, embora não adiantando nomes para o Governo Revolucionário, ao pretender que os futuros ministros pudessem reunir-se em Portugal ou próximo da fronteira, sugere um critério que desde logo excluía os deportados para as ilhas e colónias.

Este, ou qualquer outro plano, implicava, obviamente, a necessidade de angariar fundos. Também nesta matéria José Domingues dos Santos procura romper com o passado recente, discordando que se andasse a pedir dinheiro para a revolução. A solução, dizia, passava por abrir uma conta num banco português com depósitos no estrangeiro, que seria avalizada “pelo governo e por alguns capitalistas portugueses”; seria, pois, o “banco emissor da revolução”. Ainda segundo a sua opinião, era justamente pela questão financeira que se deveria começar.

O documento foi apresentado a Afonso Costa, que lhe dá o seu aval em Vittel, no dia 9 desse mês de Agosto. No dia 26, porém, e à margem destes planos, novo movimento armado sai para a rua; em Lisboa, algumas unidades militares, com destaque para Metralhadoras 1, ocupam as zonas contíguas à histórica Rotunda do Marquês de Pombal mas não evitam novo fracasso, que acabaria por se revelar como o canto de cisne do *Revilharismo*.

Preocupado com o rumo dos acontecimentos e com a desunião que se mantinha entre os oposicionistas, Bernardino Machado convoca para os dias 22 e 23 de Novembro, em Beyris (Bayonne), os representantes das várias sensibilidades da oposição à ditadura. Estiveram presentes Afonso Costa, José Domingues dos Santos, Cunha Leal, Lago Cerqueira, Jaime de Morais, Jaime Cortesão e Pina de Morais, este na qualidade de delegado da Liga de Paris²⁹. Na sequência dessa reunião, em 16 de Dezembro, com Afonso Costa e Pina de Morais, José Domingues dos Santos é signatário de uma carta enviada a Norton de Matos propondo-lhe a constituição de um Directório Supremo (ideia antiga nascida na Liga de Paris e sucessivamente recuperada por José Domingues dos Santos e Afonso Costa), que “viveria” ao lado do Directório da Aliança Republicano-Socialista³⁰. Enquanto esta limitaria a sua acção à luta no campo legal, o Directório Supremo, constituído por representantes de todos os partidos ou grupos políticos republicanos, teria “apenas como

²⁸ MBM, *Proposta de Reorganização Revolucionária*. O documento circulou na Galiza, como o testemunha Aquilino Ribeiro numa carta de 20 de Setembro de 1931 dirigida a Bernardino Machado, que se encontra no espólio deste antigo Presidente da República. A proposta de José Domingues dos Santos mereceu reparos a Álvaro Pope e a oposição do capitão Júlio César de Almeida.

²⁹ Sobre a Conferência de Beyris, vd. A. H. de Oliveira Marques (Dir.), *A unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976, pp. 107-142. No Museu Bernardino Machado, sobre este assunto, há um significativo conjunto de cartas de republicanos de várias sensibilidades.

³⁰ MBM, *Carta a Norton de Matos*, de 16 de Dezembro de 1931.

A Aliança Republicano-Socialista, cuja principal figura era Norton de Matos, foi constituída em 1931 e federava os partidos republicanos opositores à Ditadura. Em carta datada de 2 de Maio de 1931, José Domingues dos Santos dava conta a Pina de Morais de que recebera uma carta de Crispiniano da Fonseca dizendo que os partidos tinham resolvido abater bandeiras e constituir um Directório único de todos os republicanos, “formado por elementos de prestígio estranhos aos partidos e por representantes destes pouco combativos”. José Domingues dos Santos diz estar de acordo, mas não aceita “peias para a hora seguinte à revolução”. O Directório único devia, pois, ter vida limitada para permitir a cada partido a sua liberdade de acção. Mesmo sem revolução, a Aliança Republicano-Socialista teve vida efémera.

finalidade a luta violenta, revolucionária e sem tréguas, contra o regime de opressão sanguinária, que, para vergonha do povo português, ainda domina em terras lusitanas".

Os signatários propunham-lhe que o Directório da Aliança Republicano-Socialista servisse de intermediário junto dos referidos partidos e grupos, para que estes escolhessem "um representante idóneo" para tomar parte no Directório Supremo.

A missão de Norton de Matos era, pois, decisiva para o êxito do Directório Supremo, que os signatários da carta desejavam ver constituído por elementos residentes fora e dentro de Portugal e que estivessem em condições "de desenvolver uma actividade revolucionária útil e eficaz". Não se conhece a resposta do general a esta carta³¹, mas seguramente não acolheu a proposta que lhe era feita, atendendo a uma sua opinião confidencial de finais de Outubro; nesse documento, considera que nos anos mais próximos seria impossível, a não ser por mero acaso, fazer triunfar em Portugal um movimento revolucionário de carácter militar. A solução teria de passar por uma revolução exclusivamente política, sem recurso à violência de qualquer espécie³².

Nos primeiros dias de Janeiro de 1932, segundo um relatório policial, acompanhado por Sarmento de Beires e Agatão Lança, José Domingues dos Santos é visto a atravessar a fronteira portuguesa. Os três republicanos ter-se-iam encontrado com elementos comunistas a fim de ultimarem os preparativos para a revolução social, marcada para o dia 29, em Lisboa³³. Se esteve marcada, tal como outras, não chegou a eclodir.

Entretanto, o impasse entre os *reviralthistas* do interior e do exterior relativamente à constituição de um Directório Supremo³⁴ mantinha-se.

Em Agosto, José Domingues dos Santos encontra-se no norte de Portugal com Domingos Pereira, Secretário do Directório do P.R.P. Dois meses antes, Afonso Costa dera-lhe plenos poderes para preparar uma nova reunião na fronteira, na qual estariam presentes (de acordo com um protocolo aprovado em Paris "e pelo espírito das resoluções tomadas em Beyris") "os representantes de partidos ou grupos republicanos e as pessoas com situação representativa geralmente reconhecida", casos de Bernardino Machado e do próprio Afonso Costa³⁵. Essa reunião, primeiramente marcada para o dia 24 de Agosto, em Ourense, seria adiada uma semana, realizando-se nessa mesma cidade no dia 1 de Setembro³⁶. Para além de Afonso Costa, José Domingues dos Santos e Domingos Pereira, que estiveram presentes, foram enviados convites a Bernardino Machado, Cunha Leal e Jaime Cortesão, este em representação da Seara Nova³⁷. Desconhece-se se chegaram todos a comparecer, mas sabe-se que, para além de se ter falado da questão do empréstimo, foi decidida finalmente a composição do Directório Supremo. Dele faziam parte (em representação dos exilados)



³¹ Só em Janeiro de 1932 a carta chegará a Norton de Matos, que então se encontrava em Barcelona. Vd. MBM, *Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado*, de 22 de Janeiro de 1932.

³² O manuscrito de Norton de Matos encontra-se arquivado no Museu Bernardino Machado.

³³ Vd. ANTT, AOS/CO/PC-3A, Pasta 13.

³⁴ Também chamado Comité Supremo, Conselho Supremo e Comité Superior Político.

³⁵ EJDS, *Carta de Afonso Costa a José Domingues dos Santos*, de 17 de Agosto de 1932.

³⁶ EJDS, *Carta de Afonso Costa a José Domingues dos Santos*, de 21 de Agosto de 1932.

³⁷ EJDS, *Cartas de Afonso Costa a José Domingues dos Santos*, de 17, 21 e 24 de Agosto de 1932.

Bernardino Machado, Afonso Costa, José Domingues dos Santos e Cunha Leal³⁸; dos representantes do interior apenas se conhece o nome de Domingos Pereira³⁹. De fora ficava o chamado grupo dos *Budas*⁴⁰.

A constituição do Directório Supremo, porém, não significou o fim das divergências entre os republicanos. É o próprio José Domingues dos Santos que confirma a existência de duas teses antagónicas: a que "reconhece a utilidade e a necessidade dos partidos constitucionais da República como órgãos da Democracia", e a que advoga a necessidade de os "destróçar", por se considerar que o seu poder de direcção "é nulo", procurando, pois, substituí-los "por grupos de acção violenta, já devidamente organizados e que se procuram impor à massa republicana não pelas ideias que defendem mas pela força que dizem dispor"⁴¹. José Domingues dos Santos recusa a segunda tese, que considera antidemocrática. Afirmando que aos partidos cumpria "organizar e disciplinar a acção revolucionária", que então andava dispersa, sem coesão, sem ideologia definida e sem finalidade, alinhava-se claramente por uma orientação "civilista" da revolução e opunha-se aos que pretendiam continuar com os "organismos autónomos" (caso de uma misteriosa "organização revolucionária do norte", (a que Domingos Pereira se dizia ligado), conservando "a estrutura militar em que vinham trabalhando"⁴².

Preconizando a necessidade de uma verdadeira união entre todos os que combatiam a ditadura, José Domingues dos Santos exigia que ela se fizesse de forma leal e eficaz, como se pode ler nesta passagem da carta a Bernardino Machado: "Interessa-me pouco a unidade de fachada; julgo insuficiente a unidade puramente sentimental. Só considero útil e eficaz a unidade de acção". Se cada um continuasse com o fim oculto de "fazer a sua revolução", tal união, afirma ainda, conteria "no seu seio o gérmen da sua morte"⁴³.

No final de 1932 (ano decisivo na definição das bases do Estado Novo salazarista), nem o Directório Supremo nem os debilitados partidos políticos da Oposição davam sinais de vida⁴⁴. O governo, atento às divergências *reviralthistas*, faz publicar o Decreto-Lei nº 21943, de 5 de Dezembro, que concede uma ampla amnistia aos revolucionários⁴⁵ e, já em 1933, o Decreto-Lei nº 22151, de 23 de Janeiro, que cria a P.D.P.S. (Polícia de Defesa Política e Social. Esta polícia (que em 29 de Agosto muda o nome para Polícia de

³⁸ Vd. *Carta de Arantes Pedroso ao general Sousa Dias*, de 19 de Novembro de 1932, in A. H. de Oliveira Marques (org.), *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975, p. 270.

³⁹ Domingues Pereira representava não só o P.R.P. mas também o Partido Socialista e o Partido Republicano Radical. Vd. *Carta de Arantes Pedroso a Domingos Pereira*, de 16 de Agosto de 1932, in A. H. de Oliveira Marques (org.), *ob. cit.*, p. 249.

⁴⁰ Jaime Cortesão, Jaime de Morais e Alberto de Moura Pinto (que quis participar na reunião de Ourense, mas não foi convidado, como se pode ver pela leitura das cartas citadas na nota 37) eram os nomes mais representativos do grupo. Fora do Directório Supremo, recusarão também integrar um Conselho Consultivo, por proposta de Afonso Costa. Vd. MBM, *Carta de Cunha Leal a Bernardino Machado*, de 1 de Dezembro de 1932. Os *Budas* também não estarão representados na União Geral dos Combatentes Republicanos (U.G.C.R.), que em Agosto de 1932 se constitui na Corunha e que terá à frente da sua direcção o coronel José da Conceição Mascarenhas. Vd. Circular da U.G.C.R., in A. H. de Oliveira Marques (org.), *ob. cit.*, pp. 250-252.

⁴¹ MBM, *Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado*, de 7 de Novembro de 1932.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ Vd. *Carta de Bernardino Machado a Luísa Sérgio*, de 27 de Fevereiro [1933], in *O Ponto*, 2/9/1982. Nesta carta, Bernardino Machado dá conta da ruptura dos socialistas com os partidos republicanos.

⁴⁵ Do Decreto, eram inicialmente excluídos 58 nomes; 10 seriam retirados por Salazar, entre os quais os de José Domingues dos Santos, Jaime Cortesão, Moura Pinto e João Camoesas. A lista definitiva era composta por 50 nomes. José Domingues dos Santos é um dos que recusam a amnistia, optando por continuar no exílio. Vd. Franco Nogueira, *Salazar. Os Tempos Áureos (1928-1936)*, vol. II, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, pp. 184-185. Poucos anos depois, a situação alterou-se. José Domingues dos Santos e outros destacados elementos civis e militares no exílio são excluídos da amnistia prevista no Decreto-Lei nº 26633, de 25 de Maio de 1936. Vd. AHMNE, P2 A33 M20, *Circular da PVDE*, de 18 de Julho de 1936.

Vigilância e Defesa do Estado, P.V.D.E.) em pouco tempo desarticula as principais redes *reviralthistas* (militares e civis) que actuavam no país⁴⁶.

Apesar de se tornar cada vez mais evidente o fracasso da estratégia preconizada pelos líderes políticos (a ineficácia do Comité Supremo era disso prova), que tinha como consequência inevitável aproximar os exilados da estratégia dos grupos militares⁴⁷, Afonso Costa e José Domingues dos Santos continuavam a trabalhar conjuntamente contra a ditadura; ensaiando um novo tipo de luta, divulgam um panfleto (com data de 1 de Junho de 1933) instando os contribuintes portugueses à recusa do pagamento de contribuições, por estas não terem sido votadas pelo Parlamento; garantiam ainda que, em caso de confisco de propriedade, logo que tomassem conta do governo as restituíam aos seus donos sem exigência das contribuições não pagas, procedendo igualmente a uma diminuição das mesmas e de outros impostos⁴⁸.

Em Setembro de 1933, em Vigo, alguns sectores tentam reorganizar o que resta do *Reviralthismo*. Nessa cidade galega, José Domingues dos Santos, Sarmento de Beires, Ribeiro de Carvalho, Cunha Aragão, José de Mascarenhas e João Pereira de Carvalho, entre outros, aprovam um documento a que chamam "Projecto de Plataforma de Frente Única das Forças Populares motoras da Democracia", que reflectia as tendências socialistas ou socializantes de Afonso Costa e do próprio José Domingues dos Santos⁴⁹.

À estratégia de uma "Frente Única" não eram também estranhos os contactos entre republicanos e comunistas e a crescente influência destes nas redes clandestinas, situação que se torna mais evidente em 1935, após se ter assistido no ano anterior à definitiva quebra de confiança entre os vários sectores *reviralthistas*, alguns dos quais envolvidos em confusos e obscuros contrabandos de armas com socialistas e republicanos espanhóis, que levarão à prisão, em Espanha, uma quinzena de exilados, nomeadamente José Domingues dos Santos⁵⁰.

Na sequência da realização do VII Congresso da Internacional Comunista, que decorreu em Moscovo de 25 de Julho a 21 de Agosto de 1935, o Partido Comunista, que nesse Congresso se fez representar por Bento Gonçalves, Francisco de Paula Oliveira Júnior (Pável) e Gilberto de Oliveira, propõe em Outubro desse ano à C.G.T. e aos republicanos de esquerda a formação de uma "Frente Única contra os verdugos fascistas"⁵¹, dando assim cumprimento às decisões do Congresso que preconizava a criação das Frentes Populares⁵². Em Espanha e em França, as forças que as constituíram chegariam ao poder através de eleições livres, em Fevereiro e Maio de 1936, respectivamente.

⁴⁶ Vd. Luís Farinha, *ob. cit.*, p. 216.

⁴⁷ Vd. MBM, *Carta de Bernardino Machado a António Sérgio*, de 24 de Março de 1933.

⁴⁸ Vd. ANTT, AOS/CO/PC -3A, pasta 17.

⁴⁹ *Idem, ob. cit.*, pp. 218-219. A expressão "frente única" será utilizada por Afonso Costa num "memorandum confidencial", datado de 26 de Fevereiro de 1934, escrito após o seu encontro em Madrid, no mês anterior, "com os principais chefes militares da corrente política oficial, aquela que pode chamar-se a frente única dos partidos". Nesse documento, que se encontra no Museu Bernardino Machado, Afonso Costa acusa os três chefes *Budas* de graves responsabilidades na divisão entre os opositoristas.

⁵⁰ Vd. Ana Cristina Clímaco Pereira, *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, Thèse présentée pour le Doctorat de l'Université de Paris 7 (Denis Diderot), mention Sociétés Occidentales, vol. II, Paris, 1998, pp. 476-478 (policopiado).

⁵¹ Vd. L. H. Afonso Manta, *A Frente Popular Antifascista em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1976, pp. 107-111.

⁵² A decisão de constituir Frentes Populares contra o fascismo e o nazismo decorreu da intervenção de Dmitrov no referido Congresso. Embora o modelo da Frente Popular tivesse em vista a aliança entre comunistas e socialistas, em Portugal, pelo facto de o Partido Socialista (exceptuando o controlo de algumas cooperativas) ser de influência praticamente nula em termos sociais, os comunistas decidiram avançar com outras forças políticas e sociais. Segundo um relatório datado de 23 de Novembro de 1936 e elaborado em Espanha por um membro do P.C.P., da Frente Popular Portuguesa (F.P.P.) faziam parte o P.C.P., a Federação das Juventudes Comunistas, o Socorro Vermelho, Sindicatos Vermelhos, Franco Maçonaria, Partido

Em Paris, durante o ano de 1936, Pável encontra-se várias vezes com José Domingues dos Santos e em Setembro entrevista-o para a *Correspondance Internationale*, a revista do Komintern (Internacional Comunista). Nessa entrevista, José Domingues dos Santos condena o *putschismo* republicano e considera que a ditadura portuguesa só poderia ser derrubada se a insurreição fosse apoiada "por um grande movimento das massas populares"⁵³.

Nos finais desse ano, José Domingues dos Santos promove uma intensa campanha de propaganda, denunciando o apoio do governo português aos inimigos da República espanhola, ao permitir que, através do território nacional, lhes chegassem armas e munições.

Ainda em 1936, em 8 de Dezembro, sai o primeiro número da revista *France-Espagne*, publicação efémera dirigida por José Domingues dos Santos, que os serviços da embaixada portuguesa em Paris, em ofício enviado no dia seguinte a Salazar, definem como "publicação de propaganda marxista"⁵⁴. Em artigo intitulado "La Dictature Portugaise", José Domingues dos Santos defende a organização de uma frente comum de liberdade para desenvolver a resistência contra a ditadura e para iniciar de imediato a luta pelas reivindicações económicas dos trabalhadores⁵⁵.

O Comité de Acção, ou Comité de Paris, a que presidiu efemeramente Afonso Costa, foi o núcleo mais significativo da Frente Popular Portuguesa⁵⁶. A inesperada morte deste histórico republicano, ocorrida a 11 de Maio de 1937, vai deixar entre os exilados, nas palavras de José Domingues dos Santos, "um vazio profundo"⁵⁷. Ao referido Comité, contrastando com a penúria dos anos anteriores, não faltavam então "os meios materiais de acção", sobejando igualmente "a vontade de continuar a luta até final, sem esmorecimentos, nem hesitações"⁵⁸. Por isso, por proposta de José Domingues dos Santos a Direcção do Comité de Acção decide convidar Bernardino Machado, que era o Presidente de Honra do Comité, a assumir a sua presidência efectiva⁵⁹.

.....
Socialista, Aliança Republicana (que congregava elementos dos antigos partidos), Liga Antifascista contra a Guerra e o Fascismo, Sindicatos Autónomos (que se resumiam ao sindicato ilegal do Arsenal do Exército de Lisboa), Bloco Académico Antifascista e Acção Antifascista e Anticlerical (AAA). De fora da F.P.P. ficaram a CGT (central sindical dominada pelos anarcosindicalistas) e o grupo militar de Ribeiro de Carvalho. Vd. Instituto de Ciências Sociais (ICS), em Lisboa, F. 495, op. 10^a, doc. 262/AHS-IC, doc. 112, M. 32, cx. 2.

⁵³ A entrevista é reproduzida na obra citada na nota 51, pp.179-184.

⁵⁴ Vd. AHMNE, 3P AR13 M93.

⁵⁵ *Ibidem*. Conjuntamente com este ofício encontra-se arquivado um exemplar da *France-Espagne*.

⁵⁶ O Comité de Acção da Frente Popular Portuguesa, ou Comité de Paris, englobava republicanos, comunistas e outros antifascistas. Nasceu formalmente em 3 de Maio de 1937. A Presidência de Honra foi atribuída a Bernardino Machado; da Direcção faziam parte Afonso Costa, Agatão Lança, Álvaro Poppe, José Domingues dos Santos e Manuel Gomes do Amaral (muito provavelmente o pseudónimo do comunista Armando Correia de Magalhães). Vd. Centro Russo de Conservação e de Estudos dos Documentos em História Contemporânea (CRCEDHC): Arquivos do Komintern (Moscou), *Acta nº 1 do Comité de Acção da Frente Popular Portuguesa*, de 3 de Maio de 1937.

O Comité de Paris foi antecedido por um outro Comité de Acção, constituído em Janeiro de 1937 (também em Paris) por iniciativa de José Domingues dos Santos e Afonso Costa. No dia 25 desse mês, estes dois republicanos redigem e assinam um texto, que intitulam *Apelo a todos os liberais e antifascistas*; com esse texto, procuram congregar todas as organizações opositoristas, independentemente da sua ideologia, no sentido de defender o "Património comum, nosso e dos nossos filhos, o qual é constituído pela salvaguarda da independência e dignidade da Pátria e da integridade do nosso domínio colonial". O texto deste documento consta da *Acta* acima citada; o manuscrito original (letra de Afonso Costa) é reproduzido in Ana Cristina Clímaco Pereira, *ob. cit.*, vol. IV, pp. 1226-1227.

⁵⁷ MBM, *Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado*, de 20 de Maio de 1937.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ Vd. CRCEDHC, F.495, I179, D.12, *Acta nº 3 do Comité de Acção da Frente Popular Portuguesa*, de 13 de Maio de 1937; vd. igualmente MBM, *Carta a Bernardino Machado*, de 28 de Maio de 1937 (assinam: José Domingues dos Santos, Álvaro Poppe, Manuel Gomes do Amaral e Armando Agatão Lança).

Porém, após a morte de Afonso Costa, é a José Domingues dos Santos que caberá o papel central no Comité de Paris. A ele incumbirá a elaboração de um novo programa da Frente Popular Portuguesa, para substituir o de finais de 1936⁶⁰. Tendo em conta as principais propostas desse texto e as que surgiram das discussões alargadas em que intervieram republicanos, comunistas e anarquistas, José Domingues dos Santos divide o programa em 10 capítulos: no primeiro anuncia-se a constituição de um Governo Provisório com funções executivas e legislativas; nos restantes referem-se as providências imediatas a tomar relativamente ao Problema Político (Organização do Estado e Defesa da Liberdade) e às políticas financeira, económica, agrária, cultural, social, colonial e internacional. O último capítulo é consagrado à organização da Justiça. Em apêndice surgem as 12 medidas para um "Programa Imediato"⁶¹.



→ José Domingues dos Santos

É ainda a José Domingues dos Santos que será cometida a direcção do *Unir*, um jornal que nasce sob sua proposta no Comité de Acção⁶². O primeiro número deste semanário (bi-mensal, a partir do nº 12), que tinha como subtítulo "Órgão da Frente Popular Portuguesa", sai no dia 3 de Julho de 1937. Nas suas páginas, entre outros, colaboraram republicanos como Bernardino Machado, Jaime de Morais e Emídio Guerreiro, o anarquista Jaime Brasil (sob o pseudónimo J. Branco) e os comunistas Israel Anahory (às vezes

⁶⁰ O primeiro programa da F.P.P., que teve por base uma proposta inicial dos comunistas, seria alterado por um conjunto de contra-propostas dos republicanos. O texto (para além de uma edição em folheto) foi publicado no jornal do Rio de Janeiro *Portugal Republicano* (Ano 5, nº 49, de 3/4/1937). É igualmente reproduzido in L. H. Afonso Manta, *ob. cit.*, pp. 45-66.

⁶¹ O "Programa Imediato" apresentava a seguinte redacção:

"Derrubamento da ditadura e constituição dum GOVERNO POPULAR REVOLUCIONÁRIO PROVISÓRIO que promoverá as medidas seguintes:

- 1º Libertação de todos os antifascistas portugueses presos;
- 2º Restabelecimento das liberdades políticas e sindicais;
- 3º Dissolução das organizações fascistas;
- 4º Dissolução dos organismos fascistas de dominação económica (Grémios, Federações, Consórcios, Trusts, etc.) e protecção à pequena produção e ao pequeno comércio;
- 5º Depuração de todo o funcionalismo civil e militar;
- 6º Revogação de toda a legislação reaccionária da ditadura;
- 7º Instituição do Tribunal de Defesa da República para julgamento dos responsáveis de todos os crimes da ditadura;
- 8º Inquérito às fortunas acumuladas depois do 28 de Maio;
- 9º Revisão dos contratos de exploração da terra num sentido favorável aqueles que trabalham. Aumento de salários, estabelecimento do horário do trabalho no campo e abolição das dívidas da pequena propriedade rural;
- 10º Assegurar a independência nacional, libertando o país das infiltrações do fascismo internacional, quer na metrópole, quer nas colónias;
- 11º Revisão de toda a política internacional seguida pelos governos da ditadura, especialmente em relação à Espanha Republicana;
- 12º Eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte".

Vd. MBM, *Programa de Acção da Frente Popular Portuguesa*. Junto, estão arquivados mais dois documentos afins: *Frente Popular Portuguesa: Constituição e Proposta para um plano de manifesto*. Este último texto é da responsabilidade dos comunistas.

⁶² Vd. CRCEDHC, *Actas nº 1 e nº 4 do Comité de Acção da Frente Popular Portuguesa*, respectivamente de 3 e 24 de Maio de 1937. Na *Acta nº 4*, é transcrita a proposta de José Domingues dos Santos sobre a organização, funcionamento e orientação política do *Unir*.

sob o pseudónimo A. Certo), Armando de Magalhães, Ludgero Pinto Basto e Pável. As manobras levadas a cabo pelos refugiados comunistas no sentido de utilizar o jornal como um meio próprio de propaganda são denunciadas por José Domingues dos Santos daí resultando uma cisão entre as duas correntes, reflectida desde logo na alteração do subtítulo: a partir do nº 41, de 26 de Novembro de 1938, o *Unir* passa a designar-se “Jornal da democracia portuguesa”⁶³. A Frente Popular, na prática, desaparecia, acabando de vez após a assinatura do Pacto Germano-Soviético de 23 de Agosto de 1939, tratado que os republicanos, pela voz de Bernardino Machado, condenariam vivamente⁶⁴.

Ao fracasso da Frente Popular Portuguesa, sobretudo no interior do país, não foi estranha a oposição do grupo militar de Ribeiro de Carvalho e das habituais rivalidades entre os comunistas e os anarquistas da C.G.T.⁶⁵. Como reconhecerá mais tarde Álvaro Cunhal, a Frente Popular não teve “a expressão de uma força política dinâmica, capaz, influente, organizada”, como haviam sido as que se formaram em França e Espanha⁶⁶.

Os anos seguintes de exílio foram vividos por José Domingues dos Santos em condições muito modestas. Ele próprio confessa nunca ter sido “brilhante” a sua situação material, definindo-a como “vida mesquinha mas honrada”, daí sofrer menos do que outros “habituaados a vida mais fácil”⁶⁷. Em Paris aguentou a ocupação alemã, sendo preso uma vez. A detenção durou apenas algumas horas. Numa busca efectuada ao seu quarto, os nazis encontraram um exemplar do *Mein Kampf* e nunca mais o incomodaram⁶⁸.

⁶³ Nessa edição, em editorial intitulado “Explicação necessária – Aqui vive a Democracia; nada mais e nada menos”, José Domingues dos Santos escreve: “UNIR não é «terra de ninguém» onde todos podem vir estabelecer-se como em sua própria casa e de que todos podem dispor segundo as suas conveniências pessoais ou partidárias. UNIR não é órgão de um homem, de um grupo ou de um partido. É o jornal da Democracia Portuguesa”.

⁶⁴ Bernardino Machado, *ob. cit.*, p. 581.

⁶⁵ Vd. Instituto de História Social de Amsterdão (IHSA), FAI-CP, P. 30, C3, *Carta de José Agostinho das Neves a Germinal de Sousa*, Paris, 30 de Novembro de 1938. A carta é reproduzida in Ana Cristina Clímaco Pereira, *ob. cit.*, vol. IV, pp. 1271-1274.

⁶⁶ Vd. *O P.C.P. e o VII Congresso da Internacional Comunista*, Lisboa, Edições Avante!, 1985, p. 31.

No editorial citado na nota 63, sobre a Frente Popular dirá também José Domingues dos Santos: “A Frente Popular não existe. Pelo menos ela não existe nos termos que poderiam fazer dela um instrumento eficaz de combate. Dela se encontram ainda afastadas largas e interessantes camadas da sociedade portuguesa que são profundamente hostis à ditadura salazarista. [...] Não abandonamos a Frente Popular. Não se abandona uma coisa que não existe”.

⁶⁷ Vd. BNL, E25, cx 32, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 31 de Outubro de 1945.

Durante os longos anos de exílio, foram vários os negócios experimentados por José Domingues dos Santos, sempre sem grande sucesso: comércio de vinhos, lagostas, granitos para pavimentação, etc. Ele próprio confessará “não ter grandes competências comerciais”. Vd. EJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, 20 de Janeiro de 1947. O seu interlocutor é, muito provavelmente, António Resende.

⁶⁸ *Ibidem*. Emídio Guerreiro, numa entrevista que nos concedeu em Guimarães, no dia 10 de Janeiro de 2003, afirmou que, entre 1939 e 1945, José Domingues dos Santos viveu sempre num hotel do Boulevard Jean Jaurès. Em 1945 “encontrou o mal” nesse hotel. Segundo a Dr.^ª Lúcia Resende, neta do Dr. António Resende, tratava-se do já desaparecido Selector Hotel.

Os testemunhos de José Domingues dos Santos e de Emídio Guerreiro desmentem um relatório existente no Arquivo Salazar, datado de 28 de Fevereiro de 1944, cujas informações têm origem em Casablanca (Marrocos). Segundo o referido relatório, José Domingues dos Santos (apontado “como o verdadeiro «Chefe» do movimento dos Portugueses Livres e como o «Chefe» do futuro governo «democrático» português), após um périplo pelo Brasil e pelos Estados Unidos preparava-se para regressar ao Norte de África, sendo grande o entusiasmo entre os referidos “Portugueses Livres”. Nos dois países, contactara com organizações republicanas espanholas e com lojas [maçónicas] americanas, que alegadamente teriam aprovado “os planos e programas políticos da Península”. Vd. ANTT, AOS/CO/PC-3H, pasta 13, *Actividade do político emigrado José Domingues dos Santos (1944)*.

Com os raros emigrados que permaneceram em Paris, no final da Guerra constitui a União Patriótica e Democrática Portuguesa, efémera organização de carácter político, de que foi presidente e da qual se afastou devido "a vários incidentes de ordem pessoal". Em 1945 aceita integrar o Conselho Nacional de Unidade Antifascista, do qual será o representante em França. O seu moral, confessa, continua excelente. Embora esperançado em mudanças políticas em Portugal no final de 1945, decorrentes da nova conjuntura internacional, decide continuar a organizar a sua vida como se tivesse de viver ainda por longos anos em França⁶⁹.

Nesse mesmo ano funda a *Iberia*, "Revista das Nacionalidades Ibéricas", nascida para "propagar a ideia de uma Aliança Ibérica"⁷⁰. Num artigo que intitula "Portugal e o problema ibérico", considerando impossível a ideia de uma federação entre Portugal e Espanha, mostra-se favorável à Aliança Ibérica, isto é, a "uma estreita aproximação política, intelectual, social e, sobretudo, económica" entre os vários povos ibéricos, preconizando a independência de catalães, bascos e galegos. A supressão das barreiras alfandegárias e a adopção de uma moeda comum, em seu entendimento, facilitaria a compreensão e a convivência de todos eles. Unidas, as suas economias complementar-se-iam; separadas, seriam sempre tributárias do estrangeiro⁷¹.

Em 1946, no 20.º aniversário do golpe militar de 28 de Maio, José Domingues dos Santos publica uma *Mensagem aos Democratas Portugueses*, documento de reflexão política, no qual apela ao entendimento entre as gerações dos velhos e dos novos democratas. Afirmando não aceitar "o que está", mas também não desejar "o que estava", mostra-se favorável a uma Democracia económica e social, que liberte "os trabalhadores, a economia nacional e o Estado da opressão das grandes congregações económicas", de molde "a assegurar a plenitude da Democracia política". Retomando as ideias que expusera no congresso da Esquerda Democrática, em 1926, e considerando que "o Estado não é uma abstracção, mas uma realidade representada pelos homens que a constituem", cita uma vez mais Robespierre e afirma ser indispensável a organização do Estado Republicano, com exército, magistratura, imprensa e finanças republicanos.

⁶⁹ Vd. *Carta de José Domingues dos Santos* citada na nota 67.

⁷⁰ Da *Iberia* saíram apenas três números: nº 1, Abril 1945; nºs 2 e 3 (duplo), Juillet/Octobre 1945. A revista tinha a sua Direcção e Administração (provisória), no 196, Boulevard de la Villette, Paris 19^e, que era justamente o endereço do próprio José Domingues dos Santos. Impressa na *Imprimerie Soler*, em Aulna-Sous-Bois, tinha como preço de capa 30 francos. Não indica o nome do Director.

O interesse de José Domingues dos Santos por jornais e revistas vinha de longe. Fundara e dirigira *A Tribuna*, no Porto (1920-1926). Em 1933, interessa-se pela criação de um novo jornal no Porto, que gostaria que se assumisse com "Diário Republicano de Esquerda". Os seus directores seriam António Resende e Pina de Moraes, se este decidisse ir viver para o Porto. (Vd. EJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 29 de Abril de 1933). Em Março de 1947, após a breve experiência da *Iberia*, volta a manifestar a intenção de publicar um jornal ou um boletim que desse a conhecer o estado da nossa sociedade, projecto que não concretiza por falta de meios; em Maio desse mesmo ano, mais animado em termos materiais, parece decidido a publicar uma nova revista, portuguesa, destinada aos seus compatriotas "d'aquem e d'alem mar". Sem sucesso. (Vd. EJDS, *Cartas de José Domingues dos Santos*, de 3 de Março de 1947 e 10 de Maio de 1947). Finalmente, em 1948, em conjunto com João Camoesas (que vivia nos Estados Unidos da América), o projecto de uma revista esteve prestes a concretizar-se. Para o efeito esse seu antigo correligionário do P.R.P. (que seria co-director da revista) chegou a enviar-lhe 250 dólares e um ensaio. Como José Domingues dos Santos não conseguiu reunir outro tanto, o projecto abortou. (Vd. EJDS, *Carta de J. Camoesas a José Domingues dos Santos*, de 19 de Julho de 1948 e *Carta de José Domingues dos Santos a J. Camoesas*, de 7 de Setembro de 1948).

A actividade jornalística de José Domingues dos Santos no exílio não se resumiu à *France-Espagne*, ao *Unir* e à *Iberia*. Foi também correspondente de guerra (durante o segundo conflito mundial) do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, e colaborador na *Radio Diffusion Française*, nas revistas *Tribune des Nations*, *L'Oeuvre* e *Ullenspiegel* e no jornal *República*.

⁷¹ *Iberia*, nº 1, Abril 1945, pp. 7-12.



➤ Um grupo de republicanos no exílio, em Paris

criação de creches, jardins de infância e cantinas escolares, bolsas de estudo e medidas de protecção para os estudantes pobres, luta contra as doenças contagiosas, protecção à maternidade, seguros sociais obrigatórios, fixação de salários mínimos, medidas de protecção ao trabalho feminino e juvenil. Para que os problemas fossem resolvidos com eficácia era não só necessário elaborar um plano de conjunto com interdependência política, económica, social e cultural, mas também ter o apoio das grandes massas do Povo Português, devidamente enquadradas em partidos políticos. A estes cumpria agir de forma que a Democracia, que considera ser “o único sistema político de legitimidade orgânica”, possa ser também “a técnica da legitimidade permanente”.

José Domingues dos Santos termina a sua mensagem exortando os portugueses a combater a inacção, já que “o mais inquietante sintoma sobre a Vida de um Povo, não é que ele cometa erros, mas que se deixe adormecer sobre as suas ideias justas, tornadas ideias mortas”⁷².

As expectativas de democratização do país acabariam por não se concretizar. Nos oito anos em que permanecerá ainda no exílio, José Domingues dos Santos dá conferências e palestras, escreve para vários jornais e colabora na *Radio Difusion Française*.

Em finais de 1948, nas cartas que escreve, começa a falar insistentemente no seu regresso a Portugal. No início do ano seguinte, depois de tomar conhecimento de uma nota do Ministério do Interior que o considerava amnistiado pelo que fizera “até 1945”, reclama no consulado português o seu passaporte. O cônsul, argumentando que teria de consultar Lisboa, recusa-lho. Em carta à mulher, José Domingues dos Santos diz-lhe não valer a pena nutrir mais esperanças. Era sua convicção que ao entrar em Portugal “seria convidado a ir fazer uma cura de repouso em qualquer das casas ou campos” destinados aos “incuráveis” como ele⁷³. No final do ano continuava à espera do passaporte.

Seguira com atenção as eleições desse ano. Confessa não ter ficado desiludido, por não ter alimentado ilusões. Crítico de um manifesto, que o desolara por considerá-lo medíocre – sinal de que “a craveira mental e política” da Oposição baixara “de maneira inquietante” – e que lhe chegara às mãos, assinado, entre outros, por Pina de Moraes, não perde a oportunidade para, uma vez mais, se demarcar de Cunha Leal. O programa que este seu velho rival apresentara aos eleitores nunca poderia ter a sua adesão, já que

⁷² Para além de constar no espólio de José Domingues dos Santos, existe um exemplar no Instituto de Ciências Sociais, em Lisboa (AHS/CO75).

⁷³ EJDS, *Carta de José Domingues dos Santos a Evangelina da Silva Ramalho*, de 1 de Fevereiro de 1949.

o considerava nitidamente neo-fascista⁷⁴. Porém, embora tudo fosse desolador, não desanimava. Citando Tristan Bernard, afirma: "É quando tudo parece perdido que devemos ter esperança"⁷⁵.

Em 1950 (ainda sem passaporte) confessa novamente viver na ânsia de um regresso rápido a Portugal. Em Paris, dizia, não se passava nada: a vida arrastava-se "sem cor e sem interesse, no meio de uma mediocridade alucinante"⁷⁶. Porém, nas condições em que vivia, o seu regresso contristava-o profundamente. Regressar nessas condições era confessar implicitamente a derrota total e a sua resignação perante essa mesma derrota. Era, pois, um homem dividido entre o desejo de regressar ao seu país e à sua família e a "catástrofe política" que esse gesto para si representava, rasgando num só dia vinte e três anos de vida⁷⁷.

O desejo de partir repete-o em 1951, em 1952, logo que lhe fosse paga a indemnização pelos seis anos de colaboração na Rádio⁷⁸ e em 1953, marcando mesmo o regresso para o mês de Agosto⁷⁹. Nos inícios deste ano dera novamente mostras de discordar da estratégia de uma parte da oposição republicana, que pretendia abster-se nas eleições previstas para o Outono. Mesmo sabendo da fraude dos cadernos eleitorais e de que seriam roubados nas urnas, era favorável a que se concorresse. Alguns deputados republicanos no Parlamento, a seu ver, seriam mais eficazes "do que os colóquios com os militares que prometem tudo e falam a tudo e que, se fossem vencedores, não seriam muito melhores do que os homens da situação"⁸⁰.

Em Junho, em carta a um amigo de infância, Manuel António Gomes, emigrado há 53 anos na cidade brasileira de Manaus, José Domingues dos Santos faz um balanço do seu exílio em França. Afirma ter conseguido viver com aprumo e dignidade, embora a sua situação pudesse ser mais sólida e mais proveitosa se tivesse optado pela naturalização francesa. Essa ideia, porém, repugnava-o. Era recebido nos meios políticos e internacionais, nomeadamente pelos ministros franceses, com a máxima consideração; o Presidente da República do país que o acolhera já por várias vezes lhe escrevera. Sob o ponto de vista moral não podia desejar melhor. Sob outros pontos, porém, o fracasso era completo. Não conseguira que as suas ideias vinguem, elas que eram o objectivo máximo da sua vida. Acreditava que isso viesse a acontecer mas para ele seria já demasiado tarde. Não tinha vocação para "precursor", embora, ao que parecia, fosse esse o seu destino.

Sob o ponto de vista económico, o fracasso era ainda maior: era mais pobre do que quando partira para o exílio. Consequira, à custa de muitos sacrifícios, ganhar o suficiente para viver mediocramente. Estava em vésperas de fazer uma "tolice": abandonar uma posição de certa segurança para regressar a Portugal "em plena aventura", sem saber o que o esperava, ainda que julgasse poder recomeçar a sua vida de advogado no Porto⁸¹.

No fim de Agosto, porém, continuava em Paris. Em nova carta a Manuel António Gomes, dá conta do adiamento da partida para Novembro. Volta a fazer o balanço do seu exílio; o saldo, repete-o, era negativo,

⁷⁴ Nas eleições legislativas de 1949, Cunha Leal concorreu por Castelo Branco numa lista "regionalista independente", que integrava republicanos conservadores e monárquicos integralistas.

⁷⁵ EJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 6 de Dezembro de 1949.

⁷⁶ EJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 17 de Março 1950.

⁷⁷ EJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 22 de Maio de 1950.

⁷⁸ EJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 24 de Maio de 1952. Em Paris corriam então rumores de uma possível supressão da emissão portuguesa na Rádio. José Domingues dos Santos, que aí colaborava desde 1946, era responsável por duas crónicas semanais em que utilizava o pseudónimo de "José de Oliveira". Eram emitidas às Quartas-Feiras e Sábados às 22, 15 horas na banda de 463 metros e 31,35 ondas curtas.

⁷⁹ EJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 6 de Maio de 1953.

⁸⁰ EJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 26 de Fevereiro de 1953.

⁸¹ EJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 1 de Junho de 1953.

embora largamente compensado pela educação que dera aos filhos. Para liquidar os seus compromissos precisava de 16 contos, que lhe pedia. Se não os pudesse pagar com o seu trabalho de advogado, dava como garantia as terras que tinha em Lavra e que um dia gostaria de transmitir aos filhos. Esperava, pois, que o amigo, que o ajudara a concluir a sua formatura em Direito, lhe valesse novamente⁸². Manuel António Gomes, sem impor quaisquer condições, nos início de Outubro dá-lhe conta da transferência do dinheiro⁸³.

Em 2 de Maio de 1954 chega finalmente ao aeroporto da Portela; esperavam-no, entre outros, Filipe Mendes, Jacinto Simões, Cortês dos Santos, Deodoro de Castro e João Pedro dos Santos; uns foram companheiros de exílio, outros correligionários da Esquerda Democrática, muitos deles *maçons*⁸⁴.

No tempo que lhe restou de vida dedicou-se à advocacia e ao jornalismo, retomando, como seria de esperar, os contactos com os sectores oposicionistas.

Faleceu a 16 de Agosto de 1958 na modesta casa que alugara no Porto, no nº 353 da Rua do Paraíso. Está sepultado no cemitério de Lavra, sua terra natal⁸⁵.

⁸² EJDS, *Carta de José Domingues dos Santos*, de 27 de Agosto de 1953.

⁸³ EJDS, *Cartas de Manuel António Gomes a José Domingues dos Santos*, de 5 e 9 de Outubro de 1953.

⁸⁴ José Domingues dos Santos, tal como muitos dos seus companheiros de exílio, era *maçon*. Foi iniciado em 1922, em Lisboa, na loja *Renascença* com o nome simbólico de Cimourdain. Em 1926 transitou para a loja *Serrania*, da qual faziam parte outros membros importantes da Esquerda Democrática. Vd. A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, II vol., Lisboa, Editorial Delta, 1986, pp.1298-1299. O nome simbólico escolhido por José Domingues dos Santos é um personagem do romance de Vitor Hugo, *Noventa e Três*.

⁸⁵ Para a elaboração deste trabalho, o autor agradece aos responsáveis do Museu Bernardino Machado, nomeadamente à Dr^a Paula Lamego, as facilidades de consulta ao magnífico espólio documental aí existente, bem como à Prof.^a Doutora Cristina Clímaco, Dr^a Maria Madalena Domingues dos Santos e Dr. João Luís Sequeira Rodrigues as cópias de alguns documentos aqui citados.



ENCONTROS DE OUTONO

COLÓQUIO 26 , 27 OUTUBRO 2001

MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO
BIBLIOTECAS | ARQUIVOS | MUSEUS

CASA DAS ARTES
PARQUE DE SINÇÃES

Memória, História e Património

por Miriam Halpen Pereira *

"Emitimos friamente juízos sobre esta ou aquela população, juízos que terminam muitas vezes em sangue. (...) As nossas palavras não são inocentes e contribuem para perpetuar preconceitos que demonstram ser ao longo da história, perversos e assassinos. Porque é o nosso olhar que aprisiona muitas vezes os outros nas suas pertenças mais estreitas e é também ele que tem o poder de os libertar."

Amin Malouf, *As identidades Assassinas*

Memória, Património e História são palavras que hoje se nos apresentam com conexões aparentemente indiscutíveis. No entanto a sua relação nada tem de óbvio. Bem pelo contrário é fruto de uma evolução recente. As palavras reflectem uma evolução conceptual e uma mudança histórica do passado próximo.

O próprio interesse pelo património passado tem uma história. Tem sido nos momentos de ruptura com esse passado, que tende a acentuar-se a atenção em redor de testemunhos do mundo desaparecido ou em vias de desaparecer. Mas o desejo de conservar os vestígios desse passado, nomeadamente materiais, não tinha a dimensão actual.

A construção da Basílica de S. Pedro em Roma foi precedida do arrasar das construções anteriores nessa área, a começar pelo próprio templo. A recuperação desse património, hoje enterrado, data dos nossos dias. Mais perto de nós, no Algarve, recorde-se os mosaicos das termas romanas de Estói retiradas no século XVIII para a decoração do Palácio existente na proximidade. As pedras de monumentos antigos reutilizadas em edifícios posteriores eram uma rotina que até há relativamente pouco tempo não chocava ninguém. Mais: transportar de um país para outro obras de arte como troféus de vitórias militares também não. Foi isso o que permitiu encher o Museu Britânico, o Louvre ou o Museu de Arte Antiga de Berlim de peças de grande valor provenientes da Grécia, de Roma e da Ásia. Ou decorar a Praça paradoxalmente designada da Concórdia em Paris. Esta apropriação de obras de arte de países vencidos militarmente, legítima há um século, está hoje na origem de algumas querelas nacionais, que aliás até agora tiveram pouco êxito. Veja-se o caso dos Frisos do Parténon da colecção Elgin, talvez um dos casos mais chocante.

A reutilização dos próprios manuscritos também era prática corrente: pergaminhos com textos musicais antigos, por exemplo, serviram para a encadernação de livros. Estão hoje a ser recuperados em vários países da Europa. Foram editados em 2002 pelo IANTT um conjunto desses pergaminhos. Curiosamente, é nesta nossa sociedade de consumo, nessa sociedade do efémero, de substituição permanente e de consequente desperdício dos objectos quotidianos, que a lógica da conservação veio a impor-se relativamente ao passado e adquiriu nas últimas décadas uma dimensão algo surpreendente.

Cerca de 95% dos museus hoje existentes na Europa datam tão-só da 2ª Guerra Mundial. Este movimento de salvaguarda do património desenvolveu-se em simultâneo em diferentes pontos do globo. A preocupação em relação ao património, com a actual dimensão data de aproximadamente 1980 e manifesta-se ao mesmo tempo em vários países.

* Professora Catedrática, CEHCP/ISCTE. Conferência efectuada no desempenho de funções de directora-geral do IANTT, em Outubro de 2001.

A evolução do significado da palavra património é em si representativa da transformação que teve lugar. Na origem este termo, património, referia-se a bens pessoais, familiares, propriedades e outras formas de investimento e objectos pessoais de valor. Actualmente, a palavra património aplica-se a bens de natureza colectiva. Estamos diante de uma mutação fundamental, visível nas diferentes línguas europeias, onde com gradações de significado se generalizou com uso semelhante a palavra *património* – do *heritage* britânico ao *Ergbut* alemão ou ao italiano *lascito*.

Este conceito e esta preocupação europeia vieram a adquirir dimensão mundial no decorrer dos últimos vinte anos. Se na primeira reunião internacional sobre monumentos históricos, em 1931, apenas estiveram presentes países europeus, em 1979, já oitenta países de todos os continentes assinaram a Convenção Mundial do Património. Com a globalização introduziu-se também uma escala de valores. Falamos de património local, nacional e internacional, introduzindo nesta escala uma hierarquia de valores do mínimo ao máximo.

É uma evolução que há também que relacionar com o carácter extremamente abrangente que veio a adquirir o conceito de património cultural. Paralelamente ao processo de globalização, deu-se também um fenómeno de popularização. De assunto que apenas interessava uma elite, de início uma aristocracia preocupada com as suas origens e com o património familiar por herança ou por aquisição, passou a atrair novos e diversos estratos da população. O carácter elitista dos coleccionadores foi-se alterando. O alargamento do leque social de interessados conduziu igualmente a uma alteração de conteúdos. Ao lado do negócio de antiguidades, surgiu o negócio de velharias em que os objectos do quotidiano proliferam. Nos leilões, um tapete de Elvin Priestley pode ser vendido aos seus fans como uma Mona Lisa a outros clientes. Na Galeria Nacional Britânica de Retratos, ao lado de generais e outras figuras ancestrais encontram-se hoje atletas, artistas de variedades e personalidades dos media.

Situação similar se delinea entre nós com a próxima abertura do Museu do Benfica, o já existente Museu do Fado ou com a recente ida de Amália Rodrigues para o Panteão. As fronteiras entre o que é ou não património tornaram-se cada vez mais difíceis de definir. Não se incluem tão-só objectos tradicionalmente considerados de valor, como as obras de arte ou as obras literárias ou os documentos provenientes de entidades de grande plano, como personalidades políticas ou outras.

Outra faceta deste alargamento de conteúdos manifesta-se também no interesse pelos vestígios materiais ligados ao trabalho manual e industrial: é todo o domínio da arqueologia industrial, a conservação de antigas fábricas ou de centrais eléctricas, e até de bairros operários, por vezes de forma discutível. Compare-se, por exemplo, em Lisboa o Pátio Bagatela, numa zona com forte pressão imobiliária e onde o património desapareceu de facto, e algumas das Vilas da Graça, zona onde essa pressão é menor e se preservou de forma conveniente a traça original do conjunto arquitectónico. O interesse pelos desprotegidos levou uma ilha inteira a ser transformada em museu, é o caso da ilha onde os emigrantes ficavam de “quarentena”, próximo de Nova York. Uma simples fonte ou um lavadouro colectivo podem ser erigidos em monumentos locais.

Na área documental observa-se evolução simétrica. O simples diário de um moleiro encontrado num processo inquisitorial por Guinsburg tornou-se um documento histórico de grande interesse. É um tipo de testemunho raríssimo, quase único, que nos permite compreender a mentalidade da sua época pelo contraponto que representa em relação às atitudes do poder estabelecido.

Temos outro exemplo desta mudança de conceito de património documental quando, ao lado da cuidada conservação de arquivos de arquitectos, se assiste hoje ao surgir de interesse equivalente em redor da construção social. No Porto, o arquivo distrital está a concluir a recuperação do espólio do SAAL/ Norte. A própria documentação dos clubes recreativos e desportivos tornou-se objecto arquivístico.

Mas talvez nada ateste melhor esta popularização que a actual mania genealógica. Tradicionalmente limitada às grandes famílias, hoje a genealogia apaixonou milhares de pessoas em todo o mundo, e proliferaram as sociedades de genealogistas, os cursos sobre genealogia, como *hobby* para terceira idade, etc.

A época abrangida também sofreu um alargamento visível. Confinada à época anterior ao liberalismo, hoje vem até aos nossos dias. O nível de cultura faz com que a nova clientela sinta maior ligação aos objectos ligados à sua própria memória: uma das manias mais populares em Inglaterra nasceu com a substituição do vapor pela electricidade nos caminhos de ferro, nos anos 50. As máquinas a vapor tornaram-se repentinamente antiguidades com grande popularidade.

O quotidiano típico de determinado modo de vida, antigamente confinado à arqueologia e à etnologia de sociedades ditas "primitivas" também invadiu os outros tempos da História e chegou até ao presente recente. Etnologia e antropologia, depois de desaparecidos os espaços coloniais, invadiram a Europa e a América. Proliferaram os parques temáticos, os museus ao ar livre, onde se reúnem modelos de casas representativas do modo de vida do Homem Comum. Acontecimentos também podem dar origem a museus, como o Holocausto ou o desastre de Chernobyl. A própria natureza ameaçada tornou-se objecto de salvaguarda, e temos vindo a assistir à multiplicação dos parques naturais.

Este alargamento das coordenadas de espaço e de tempo abrangendo o nosso próprio tempo, o presente, originou também um fenómeno novo, o dos museus de personalidades vivas. Veja-se o caso de Presidentes da República em França, em Portugal ou nos EUA. Temos evolução também equivalente na área documental com a constituição de arquivos de fontes orais, indiscutivelmente um novo território da maior importância. Abrangem o homem comum e personalidades, consoante o âmbito dos projectos de investigação envolvidos.

Este movimento de protecção e salvaguarda dos mais diversos sinais de tempos passados e até do passado recente carece em si de uma interpretação quanto à sua origem. Neste mundo em que a tecnologia veloz deixou de estar associada ao mito de progresso que a acompanhara inicialmente, as inquietações e dúvidas em relação às consequências de algumas formas de desenvolvimento tecnológico conduziram a uma tendência para a mitificação do passado. O receio de perder irremediavelmente as referências culturais e morais da sociedade em mutação rápida, criou uma verdadeira ânsia de conservação residual. Não se desejando conservar o todo, nem podendo, tenta-se salvar o que é representativo, em relação ao todo.

Subjacente a esta intensa protecção do património colectivo, como Pierre Nora sublinhou com clareza, "O sentimento de continuidade liga-se residualmente aos lugares da memória. Há lugares da memória por que já não existem os ambientes da memória. Foi a quebra dos suportes sociais tradicionais de uma memória colectiva que explica esta ânsia de conservação patrimonial. Os elos humanos transmissores da memória, de origem familiar e comunitária esboroaram-se. Face aos novos tipos de famílias, mais restritas, diversas e mais instáveis na sua composição e o desaparecimento acelerado das comunidades rurais, surgiu a necessidade de novos suportes materiais da memória colectiva, impessoais e institucionais, e com aparente durabilidade.

Mas simultaneamente teve lugar uma separação entre a memória e história, num processo de desenraizamento profundo, como lhe chamou Pierre Nora no ensaio intitulado *La Fin de L'Histoire – Memoire*, que se tornou um texto de referência obrigatória. O movimento ascensional e expansionista da História conduziu à ruptura do laço de identidade muito antigo, entre a História e a Memória, laço aceite até recentemente como inquestionável.

Memória e História deixaram de ser sinónimos, pelo contrário tomou-se consciência que tudo as opõe. A memória é a vida, transmitida por grupos vivos, portanto em evolução permanente, resultado complexo da recordação, da amnésia, consciente ou inconsciente, vulnerável a todas as utilizações. A memória dá um carácter sagrado à recordação. A História é uma operação intelectual de reconstituição do passado, descodifica a recordação, baseia-se na análise e discurso críticos.

Um dos sinais mais evidentes desta ruptura entre a memória e história encontra-se no desenvolvimento da História da História, ou seja a tomada de consciência historiográfica. A História nacional constituiu a mais forte das tradições colectivas, por excelência o lugar, da nossa memória. Nenhum dos historiadores mesmo do século dezanove, admitiam ou tinham consciência de que representavam uma memória particular da história que escreveram. O objectivo era o estabelecimento crítico de uma memória verdadeira. Todos os historiadores pretenderam denunciar as mitologias enganadoras dos seus antecessores.

Mas quando a história se propõe localizar tudo o que é memória afim de se libertar dela, algo de fundamental mudou. Fazer a análise da historiografia da Revolução liberal ou da 1ª República, ou do Estado Novo, significa que temos a vontade deliberada de nos libertarmos dos mitos construídos em torno destas épocas. Essa análise crítica envolve não só os conteúdos, mas também as condições materiais e conceptuais da sua produção e os elos sociais da sua difusão, da sua constituição em tradição. Estamos diante de um processo de desidentificação entre história e memória. A memória tornou-se ela própria objecto de uma história possível.

E é nesse contexto que há que situar os lugares da memória, como lhe chamou Pierre Nora, e entre eles encontram-se aqueles que aqui nos interessam, os museus, os arquivos, as bibliotecas. São aqui que se encontram os materiais que permitem fazer a crítica da memória e construir a História da História.

Só esta operação intelectual fundamental permitirá obviar a construção e valorização daquilo que Amin Malouf designou de identidades assassinas.

Bibliografia

David Lowenthal, *The Heritage Crusade and the Spoils of History*.

Maurice Agulhon, *La Statuamanci et L'Histoire* in *Histoire Vagabonde*.

Pierre Noria, *La Fin de L'Histoire – Memoire* in *Lieux de la mémoire*.

Amin Maalouf, *As identidades Assassinas*.

"Histórias nacionais" in *Ler História*, n.º 41, 2001.

Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar

por *Fernanda Ribeiro* *

1. A Arquivística: de prática empírica a disciplina auxiliar da História

A Arquivística como disciplina é um “produto” da Modernidade e, portanto, muito recente quando comparada com a longevidade dos arquivos (hoje, entendidos como sistemas de informação), seu objecto de estudo. Na verdade, desde que o Homem se começou a manifestar como ser pensante, agindo individual e socialmente, que começou a produzir informação e a comunicar através de mensagens, com códigos mais ou menos elaborados. A necessidade de criar uma memória duradoira dos actos e acontecimentos mais relevantes conduziu ao aparecimento da escrita (registo de informação sobre um suporte material), surgindo, assim, condições para que a informação perdurasse ao longo do tempo.

É hoje um lugar comum considerar que a origem dos arquivos é coincidente com o nascimento da escrita, nas regiões do Crescente Fértil, há cerca de seis milénios a. C. A evolução dos arquivos desde as suas mais remotas origens até à Revolução Francesa – acontecimento que modelou estruturalmente a sociedade contemporânea, tendo marcado também o início de uma nova fase na vida dos arquivos – processou-se de uma forma mais ou menos linear, sem rupturas ou desvios significativos, acompanhando as alterações sociais, económicas, políticas e culturais dos vários tempos e momentos históricos. Foi uma evolução em continuidade, favorecendo o desenvolvimento de uma prática empírica, de forma natural, isto é, buscando soluções pragmáticas para problemas que se iam revelando, “inventando” métodos e modelos de organização de base lógica, racional e funcional, respondendo com procedimentos ajustados à complexidade das situações, sempre numa óptica de eficácia e operacionalidade dos arquivos com vista ao funcionamento regular e satisfatório das necessidades de informação dos seus utilizadores¹.

Este percurso evolutivo sem sobressaltos foi estruturalmente alterado em consequência da Revolução Francesa e dos acontecimentos que se lhe seguiram. Com efeito, a nova ordem burguesa e liberal, que se impôs por via revolucionária em França, em 1789, veio favorecer a implantação de um modelo político-administrativo e cultural, que afectou de forma marcante os sistemas de informação arquivística. A nacionalização dos bens das classes dominantes do Antigo Regime (em particular a Igreja) e a remodelação radical das estruturas administrantes e governativas do país levaram os novos detentores do poder, por razões de ordem ideológica, política e administrativo-financeira, a apropriarem-se da documentação relativa aos bens nacionalizados. Deste modo passaram para as mãos do Estado Liberal os arquivos e as bibliotecas das antigas estruturas organizacionais (públicas e privadas), num processo não isento de vicissitudes as mais complexas, resultando em separações arbitrárias de conjuntos orgânicos unitários e em reorganizações anti-naturais de documentação que, por efeito das nacionalizações, fora fisicamente desagregada e indevidamente misturada.

* Professora Auxiliar, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

¹ Sobre a evolução da prática arquivística ao longo dos tempos, ver: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] - *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed. Porto : Edições Afrontamento, 2002. cap. 2, p. 45-201.

O processo revolucionário francês teve, ainda, por consequência – como solução pragmática para instalação e consequente utilização dos arquivos nacionalizados – a criação de uma instituição/serviço de novo tipo, destinada a custodiar, tratar e disponibilizar a informação que passara a ser propriedade da Nação, a qual recebeu o nome de Archives Nationales.

Cria-se, pois, por decreto, um arquivo que não é, na sua génese, um sistema de informação, mas sim um edifício, uma instituição, um serviço que se destina a albergar sistemas de informação arquivística produzidos e mantidos ao longo de décadas ou séculos por entidades orgânicas, entretanto extintas. Nasce, assim, aquilo a que chamamos com propriedade o “modelo francês”, que rapidamente se replicou em outros países da Europa onde a burguesia tomou o poder, passando a desenvolver-se e a completar-se com outros “ingredientes”, passíveis de configurar um novo paradigma, o qual se consolidou ao longo dos séculos XIX e XX, modelando a Arquivística que todos conhecemos.

O regime liberal, se, por um lado, precisou de se apropriar dos arquivos para gerir os bens a que estes se referiam, por outro lado, também procurou concentrar e dominar fisicamente a documentação por razões de índole cultural, ou seja, porque ela era necessária para se poder escrever a História da Nação. A visão historicista que, já no século XVIII, havia suscitado o interesse pelas fontes documentais, ganha agora uma outra dimensão e os arquivos passam a constituir verdadeiros “laboratórios” da ciência histórica que, na segunda metade de Oitocentos, aliada ao Positivismo, se desenvolve de forma incontornável. Nesta conjuntura, a Arquivística e os seus praticantes passam a constituir auxiliares preciosos do *métier* de historiador. Não é por acaso que a École Nationale des Chartes, fundada em Paris, em 1821, passou a formar um novo tipo de profissional – o arquivista-paleógrafo – que se tornou emblemático do modelo arquivístico que se ia desenvolvendo ao serviço dos historiadores.

Neste contexto histórico e cultural, a prática arquivística começa a ser objecto de reflexão, isto é, ensaia a sua afirmação disciplinar, embora na esfera do saber histórico e na condição de “ciência auxiliar”. Por força das circunstâncias, surgem alguns escritos orientadores da prática arquivística, sendo de relevar as célebres *Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*, promulgadas a 24 de Abril de 1841 e inspiradas pelo arquivista e historiador Natalis de Wailly, que aí enunciou aquilo que desde então ficou conhecido como o “princípio do respeito pelos fundos” (também chamado “princípio da proveniência” ou “princípio da procedência”) ².

Em Portugal, as similitudes com o caso francês são óbvias e as consequências da Revolução Liberal de 1820 para os arquivos são de idêntica natureza: nacionalização de bens e documentação respectiva (arquivos e bibliotecas), transformação do Arquivo da Coroa (Torre do Tombo) em arquivo do Estado Constitucional, com a designação de Arquivo Nacional, e alteração do seu perfil originário (arquivo régio e da administração do Estado Moderno) convertendo-o em serviço destinado a custodiar os documentos nacionalizados, ao serviço do Estado-Nação e da redacção da História Pátria.

O desenvolvimento historiográfico, protagonizado pela figura de Alexandre Herculano, foi também, entre nós, *leit motiv* para incremento da política concentracionista, que conduziu a incorporações em massa de documentação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. E a necessidade de aceder ao volume imenso de informação incorporada estimulou a formação de profissionais treinados em Paleografia e Diplomática (disciplinas que funcionavam do próprio Arquivo Nacional), para que nos arquivos pudessem preparar os instrumentos necessários (inventários, catálogos, índices, etc.) à investigação dos historiadores ³.

² Sobre o “princípio de respeito pelos fundos”, ver, por exemplo: MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz - *La Construcción teórica en Archivística: el principio de procedencia*. Madrid: Universidad Carlos III; Boletín Oficial del Estado, 1996. ISBN 84-340-0898-X.

³ Sobre as consequências do Liberalismo para os arquivos em Portugal pode-se ver a dissertação de doutoramento da autora: RIBEIRO, Fernanda - *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. ISBN 972-31-1017-2. vol. 1, cap. 2, p. 401-465.

De par com a Paleografia, a Diplomática, a Sigilografia, a Numismática e outras áreas disciplinares, a Arquivística deixa de ser uma mera prática empírica e assume, em pleno século XIX, o carácter de disciplina auxiliar da História, matriz que moldará indelevelmente o seu desenvolvimento posterior, ao mesmo tempo que os arquivos/serviço, *vulgo* "arquivos históricos", irão tornar-se a face mais visível do objecto dessa mesma disciplina.

2. A consolidação do paradigma histórico-tecnicista

O modelo francês, disseminado generalizadamente na Europa de Oitocentos, veio a consubstanciar, de forma paradigmática, uma visão de cariz historicista e custodial que, ao longo do século XX, ganhou novos contornos por força do desenvolvimento tecnológico. Aos "arquivos históricos", custodiadores da memória da Nação, a partir do início da centúria passada, começa a ser associado um valor patrimonial, assentando na noção de bem cultural, que se possui, se adquire, se coleciona ou mesmo se vende, porque é valorável estética, afectiva e economicamente. Mas, a par desta vertente histórico-cultural dos arquivos, uma outra faceta vem a ganhar expressão marcante desde o terceiro quartel do século XIX. No contexto das administrações correntes, funcionários responsáveis pela documentação administrativa encaram os arquivos de um ponto de vista instrumental face à gestão organizacional e desenvolvem técnicas de organização e tratamento da informação, facilitadoras do acesso e da recuperação da mesma, de forma rápida e eficaz. A consagração desta corrente operou-se com a publicação do célebre *Manual dos Arquivistas Holandeses*, dado à estampa em 1898⁴, obra que marca a entrada da Arquivística numa nova era, em que a vertente técnica da disciplina se afirma distanciando-se, por essa via, da subserviência em relação à História.

As conjunturas históricas que antecederam e mediaram as duas Guerras Mundiais, favorecendo o exponencial crescimento da documentação em suporte papel e em novos *media* (proporcionado pelo desenvolvimento tecnológico) e a necessidade de gerir, para melhor utilizar, a informação produzida pelas administrações e aquela que a política incorporacionista foi canalizando em quantidades imensas para os arquivos históricos, criaram uma dicotomia no seio da Arquivística, colocando em paralelo "arquivos correntes" ou administrativos (*records*, na terminologia anglo-saxónica) e "arquivos históricos" ou definitivos (*archives*, em língua inglesa). Passam, assim, a opor-se, de forma artificial, duas áreas profissionais que lidam com o mesmo objecto de estudo e de trabalho, ocasionando, ao nível epistemológico, uma ruptura na própria disciplina que estuda os arquivos.

O acelerado crescimento da informação nos contextos organizacionais, particularmente nas administrações públicas e privadas, veio colocar uma questão da máxima importância para os responsáveis pela gestão dos documentos – a necessidade da avaliação documental como requisito para uma selecção fundamentada e uma eliminação de documentos baseada em critérios previamente definidos. Esta problemática suscitou a procura de respostas pragmáticas, mas também o surgimento de reflexão teórica a respeito do assunto. Em consequência das soluções encontradas para esta nova questão acentou-se a separação anti-natural entre arquivos correntes e arquivos históricos, pois as "teorias" fundamentadoras da avaliação/selecção documental favoreciam uma perspectiva em que só ganhava verdadeiro "estatuto arquivístico" a documentação considerada de conservação permanente e, logo, digna de ser incorporada nos arquivos históricos, para aí cumprir um papel cultural e patrimonial ao serviço dos investigadores. Mas, como tal

⁴ MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. – *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*. Groningen : Erven B. van der Kamp., 1898. (Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

documentação era desligada da respectiva entidade produtora e retirada do seu *habitat* original, a ruptura no ciclo vital da informação consumava-se e a inteligibilidade da mesma sofria, naturalmente, constrangimentos perversos.

Vivemos, ainda hoje, sob a influência deste modelo historicista e custodial, a que se foi associando um reforço da componente técnica ao longo de todo o século XX⁵, particularmente acentuado nos tempos mais recentes pelos esforços notórios em prol da normalização descritiva e terminológica.

Todavia, a ênfase posta nos procedimentos técnicos (classificação, ordenação, descrição, etc.), só por si, não foi suficiente para conferir à Arquivística um estatuto de disciplina científica, pois a falta de fundamentação teórica e metodológica constituiu um forte *handicap* na afirmação de cientificidade. A Arquivística ganhou um espaço próprio como área de desempenho profissional, mas o paradigma histórico-tecnicista, que enformou a disciplina nos dois últimos séculos e que potenciou a sua autonomização técnica, acabou por constituir um factor de constrangimento, que não possibilitou o salto qualitativo necessário ao desenvolvimento disciplinar quando a "ameaça" tecnológica aos tradicionais documentos em suportes estáticos e a emergência da Sociedade da Informação começaram a colocar novos desafios. Num contexto informacional e tecnológico o paradigma tradicional entrou em crise, mas também despoletou, no seu próprio seio, os factores de mudança necessários à superação da própria crise.

3. A era pós-custodial: a Arquivística no campo da Ciência da Informação

A revolução tecnológica do telégrafo, do telefone, da máquina de escrever, da rádio, do microfilme, da televisão, do computador e das comunicações por satélite veio forjar, inevitavelmente, a mudança de paradigma. Com efeito, a emergência de uma nova perspectiva já se fazia sentir desde meados do século XX, mergulhando raízes mais remotas na visão precursora de Paul Otlet e Henri La Fontaine, consubstanciada num centro mundial de referência designado por Mundaneum e na defesa de uma área profissional inovadora, a Documentação⁶.

Desde final da década de cinquenta do século XX que bibliotecários especializados e documentalistas, a desempenhar funções em Centros de Documentação e de Informação ou em Bibliotecas especializadas, começam a procurar uma identidade própria e investem profissional e academicamente na afirmação da Ciência da Informação, disputando inclusivamente algum terreno a gente da área da Informática. No campo dos arquivos, porém, foi preciso chegar à década de oitenta do século passado para que, mercê de algumas problemáticas concretas que se assumiram como prioridades – a normalização descritiva e a preservação dos documentos electrónicos são dois casos exemplares –, se começasse a questionar o paradigma tradicional.

A simbiose entre a informação e a tecnologia digital veio pôr em causa a noção estática e duradoira de "documento" (tendencialmente identificado com mensagens registadas num suporte papel) como conceito operatório e como objecto de estudo e marcou a entrada dos arquivos e da Arquivística na chamada "era pós-custodial". Mas esta mudança de paradigma exige, naturalmente, uma formação em conformidade. Será que a formação recebida actualmente pelos arquivistas os prepara e dota de capacidade de resposta aos

⁵ A este propósito, ver: RIBEIRO, Fernanda - Archival Science and changes in the paradigm. *Archival Science : international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. ISSN 1389-0166. 1:3 (2001) 295-310.

⁶ Sobre a acção de Paul Otlet e Henri La Fontaine, ver, por exemplo: RAYWARD, W. Boyd - The Origins of information science and the International Institute of Bibliography / International Federation for Information and Documentation (FID). *JASIS - Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 289-300; RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle - P. Otlet's Mundaneum and the international perspective in the history of documentation and information science. *JASIS - Journal of the American Society for Information Science*. New York. ISSN 0002-8231. 48:4 (Apr. 1997) 301-

principais desafios postos pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, englobadas no conceito global e sociológico da Sociedade da Informação?

O novo paradigma emergente, apelidado de científico-informacional⁷, implica uma alteração profunda de perspectiva, muda o objecto de estudo e de trabalho do "documento" para a "informação", convoca metodologias de investigação adequadas ao estudo de um fenómeno humano e social (a informação), que não diferem das usadas pelas Ciências Sociais em geral, e encara a Arquivística, não como um técnica com especificidades próprias, mas sim como uma disciplina aplicada da área da Ciência da Informação.

Uma definição rigorosa de Informação é essencial para a postular como objecto de estudo e imprescindível para tirar consequências a nível da formação profissional que é requerida para o trabalho nesta área. Assim, se definirmos **Informação** como um **conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada**⁸, somos obrigados a rever criticamente a noção de documento e a cartografar uma área científica que toma a Informação como objecto.

As múltiplas consequências teórico-práticas da definição apresentada e da crítica à noção de documento afectam directamente a profissão de arquivista, que não pode continuar a ser aquele que guarda, conserva e arruma papéis e outros documentos ao serviço dos investigadores, mas terá de se assumir como um gestor de informação produzida e usada em qualquer contexto orgânico. Ser arquivista passa a ser um desafio difícil, mas aliciente, pois urge repensar toda uma herança empírica milenar e questionar o sentido da profissão, já não num quadro de actividades de salvaguarda do património, mas sim numa perspectiva de acesso e conservação da informação como factor de memória identitária do seu organismo produtor.

Além disso, aos arquivistas da era pós-custodial compete também o exercício de contribuir para redesenhar as fronteiras das disciplinas que fazem da Informação não a sua matéria-prima, mas o seu objecto central de estudo e de pesquisa, como é o caso da Biblioteconomia, da Documentação e dos Sistemas Tecnológicos de Informação. As diferenças específicas entre estas disciplinas não são suficientes para legitimar e fundamentar campos científicos autónomos; ao contrário, têm tanto em comum que só podem congregarem-se num campo unitário e transdisciplinar como é o da Ciência da Informação, pois aí encontram o seu pleno sentido.

Ao serem impelidos para um mesmo objecto e para metodologias comuns por força da revolução tecnológica da informação, o arquivista, o bibliotecário, o documentalista e o especialista em informática de gestão tendem a fundir-se num novo profissional que sintetiza as diversas competências adstritas a todos eles. Urge, pois, remodelar a formação em conformidade com esta nova perspectiva e repensar o papel dos arquivistas na Sociedade da Informação.

O técnico, guardador de documentos que, na rectaguarda, esperava discretamente que a entidade orgânica produtora de informação lhe remetesse aqueles suportes documentais que deixavam de ter uso administrativo corrente terá de, na chamada "era pós-custodial", passar a estar na linha da frente, isto é, junto da produção da informação, e de ser o gestor e estruturador do fluxo informacional que corre no seio da organização e alimenta o funcionamento e a capacidade decisória da mesma.

O caminho que importa percorrer está ainda no início, mas adivinha-se difícil, complexo e pleno de aventuras estimulantes...

309.

⁷ RIBEIRO, Fernanda - Archival Science... (op. cit.)

⁸ Definição incluída em: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002. (Biblioteca das

Qual o papel dos museus na sociedade actual?

por Margarida Lima de Faria*

Resumo

O papel actual dos museus define-se pela existência de uma permanente tensão entre raízes e opções, entre tradição e mudança e por uma adaptação, mais forçada do que propriamente desejada, a um mundo em transformação. Trata-se de um processo que está, por sua vez, relacionado com sistemas de percepção, com as diferentes representações de objectos, actores e símbolos, assim como com o seu posicionamento relativo nos sistemas de classificação da actualidade.

Reconhece-se, ainda que a crise actual das instituições-museu é de uma tripla ordem: identitária, sociológica e económica.

Discutir-se-á a primeira a partir do conceito de "museu" e da função que lhe é atribuída, sobretudo por relação com a formação dos profissionais de museologia (como agentes cruciais para a transformação das instituições), e com o sentido que tem hoje o "passado" nas suas dimensões individual e colectiva; discutir-se-á a segunda, a partir de constatações (empiricamente verificadas) da diversidade social destas representações, discutindo o modo como o museu poderá utilizá-las em seu proveito. Far-se-á, finalmente, referência à terceira inserindo-a no contexto europeu e na relação, nem sempre fácil, entre sectores público e privado.

Introdução

Problematizar o papel dos museus nas sociedades actuais é sobretudo utilizá-los como um laboratório de análise dessas sociedades em termos das forças centrífugas que trazem consigo o peso longo da tradição – realçando a dimensão estrutural dos fenómenos culturais – e a forças centrípetas, ou de mudança, que apontam para uma dimensão mais agencial da cultura, mais próxima das, sempre renovadas, condições sociais e das existências individuais e colectivas.

Estas tendências opostas exprimem-se por uma desarticulação entre uma esfera de produção auto-centrada e ainda fortemente tradicionalista, e o campo das possibilidades de consumo que deverá ser procurado e analisado em processos, bem mais dinâmicos e complexos, e que envolvem a realidade social, urbana, consumista e cosmopolita no seu todo.

Os processos adaptativos da instituição-museu (de origem construída para uma sociedade de tipo substancialmente diferente da actual), serão analisados como fenómenos de representação simbólica, socialmente contingentes. Um caso paradigmático é o das representações individuais e colectivas do passado e do património histórico nas suas dimensões pessoal, ligados a memórias individuais e colectivas; ligados às memórias das comunidades que habitam os locais, ou das que, não os habitando carregam-nos de algum modo consigo pelo facto de os actualizarem, negociarem ou até pelo facto de o esquecerem.

* Centro de Etnologia Ultramarina; Departamento de Ciências Etnológicas e Etnomuseológicas- IICT; Investigadora auxiliar; Universidade Católica Portuguesa; Professora auxiliar.

1 – Os museus que pareciam condenados a perecer parecem, pelo contrário, ter vingado

No início do século XX, Filippo Marinetti¹ declara no seu “Manifesto Fundamental do Movimento Futurista”, que os museus não eram mais do que dormitórios públicos. Num mundo enriquecido pela beleza da velocidade, o museu tinha perdido a sua razão de ser. “Um automóvel que rugir é mais belo do que a Vitória de Samotrácia”. Já não era necessário conceber um lugar que a protegesse, que a guardasse e que a tomasse acessível ao público. O seu objectivo era libertar a Itália não só “dos professores, dos arqueólogos, dos guias e dos antiquários”, mas “dos inúmeros museus [...] que a cobriam como cemitérios” (cit. Lampugnani, 1999: 11).

Os museus incorporam tudo o que é *hoje* posto em causa: estabilidade, permanência, autenticidade, grandes narrativas, a própria História (MacDonald, 1996) e o Estado-nação, cuja sobrevivência vacila frente aos efeitos de uma erosão selectiva, imputável à intensificação da globalização (Santos, 1997: 13).

Por outro lado, se as técnicas da reprodução incessante, denunciadas pela Escola de Frankfurt, e em particular por Walter Benjamin (1973)², deixariam pouco espaço à fruição dos objectos únicos e auráticos; a recessão económica dos anos 70³ diminuiu o poder de aquisição dos museus, deixando o caminho aberto à intensificação da reprodução das obras nele conservadas, vendidas a baixos custos; pondo em causa a dimensão espacial e simbólica do museu-edifício; libertando os objectos dos constrangimentos de salas de exposição; promulgando a des-espacialização da obra de arte e abrindo um novo campo à crítica, não só do museu enquanto instituição, mas das possibilidades de construção do conhecimento.

A reprodução opõe-se ao objecto no museu; como a fotografia se opõe à pintura; como o hibridismo se opõe à integridade; a contingência à autonomia (Crimp, 1993: 14).

No entanto, contrariando as previsões futuristas e posteriormente pós-modernistas⁴ (Crimp, 1993) da inevitável dissolução da instituição-museu, os museus parecem ter vingado. O seu número cresce, sobretudo a partir da década de 80 (em Portugal desde a década de 70⁵), a um ritmo sem precedentes (Merriman, 1991; Boyland, 1992; Sola 1992; Observatório das Actividades Culturais e Instituto Português de Museus, 2000; Camacho e Filipe, 2000).

¹ Filippo Tommaso Marinetti funda, em 1909, o movimento futurista italiano. Os futuristas queriam libertar todas as expressões artísticas da pesada atmosfera religiosa que controlava grande parte da arte produzida em Itália.

² Walter Benjamin realça a semelhança entre a percepção artística e a leitura do texto urbano. Benjamin sugere que os edifícios são normalmente apreciados de passagem, num estado de “distracção” quando se caminha olhando noutra direcção. Este estado de distracção, segundo o autor, põe em causa as tradições culturais mais conservadoras. Segundo Benjamin, se o objecto aurático tem como atributos a singularidade e a permanência, a reprodução define-se pela reprodutibilidade e transitoriedade.

³ Embargo petrolífero do Médio Oriente do qual resultaram falta de gasolina e petroquímicos, greves de camionistas e marchas lentas, falhas de corrente eléctrica, uma bolsa de valores depressiva, redução dos fluxos do turismo dada a diminuição dos voos, despedimentos em massa na indústria automóvel e noutras indústrias afins. Nos EUA alguns viram-se obrigados a encerrar.

⁴ Estas proclamariam o fim do modernismo e da sua autoridade estética e moral, o abandono da relação entre objecto e sujeito com a subsequente problematização deste último.

⁵ De acordo com os resultados do Inquérito aos Museus Portugueses realizado pelo OAC em 1998 “uma primeira conclusão de carácter geral remete para o contraste entre a dinâmica de criação de novos museus em Portugal desde a década de 70”.

Duas razões parecem explicar este processo:

- uma ligada à **construção do poder local produtor de fenómenos de "localização"**, e de uma centralidade imaginada desse poder, com tendência para a reprodução dos modelos mais tradicionais do centro; assim como à necessidade de produção, e fixação, de identidades locais, patrimoniais, de resistência aos efeitos identitariamente desintegradores da globalização⁶;
- outra, ligada a **processos de mobilidade** de indivíduos, num duplo movimento: (i) no seio da estrutura social: processo de mobilidade ascendente reforçados pela melhoria das condições de vida, pelo alargamento da escolarização e por um mais amplo acesso aos meios de comunicação; (ii) e espacial, o alargamento do turismo, geográfica e socialmente, e a eclosão da sua vertente cultural, o "turismo cultural" ligado à valorização simbólica da visita aos locais da cultura dita "cultivada"⁷.

Esta sobrevivência, ou mesmo resistência-activa, da instituição-museu na contemporaneidade, não deixa de ser geradora de tensões entre os modelos tradicionais de museu e as suas adaptações, por vezes forçadas, aos novos paradigmas⁸. Desse conflito – que é no fundo um conflito entre "raízes" e "opções"⁹, entre estrutura e agência — surgem inevitáveis ameaças à identidade das velhas instituições, dado por um lado o descrédito de um passado fixo no tempo e no espaço; e, por outro a enorme competição das indústrias de cultura, que investem fortemente nas expectativas consumistas dos cidadãos, e no seu cometimento afectivo, e emocional, a experiências de lazer intensas ainda que instantâneas e descomprometidas.

A propósito desta tensão entre tradição e mudança, Tomislav Sola¹⁰, museólogo croata, membro do Conselho Executivo do ICOM, referia em 1992: "os museus vivem uma situação profundamente paradoxal: foram fundados sobre o desejo de documentar o passado [...], daí que em vez de servirem o presente servem um passado sempre igual como se de uma continuidade se tratasse. Desta forma [...] esperava-se deles que actuassem como um abrigo seguro [...] mas o drama é que os processos de transformação que produziram esta nova 'era de grande ansiedade' [...] transformaram-na num dilúvio. Quem é que ainda tem certezas sobre

⁶ Ainda, como reacção *localista* às articulações e representações nacionalistas dos Estados no contexto da globalização, adquire ainda novo significado uma matriz simbólica, não tanto do Estado enquanto nação, mas de *idades* que rivalizam entre si o papel de dinamizadoras dos grandes eventos culturais à semelhança de um Estado dentro do Estado, num processo de conquista, ou de reforço de notabilidade na cena internacional. Trata-se de um fenómeno que significa, antes de mais, a descentralização da acção cultural do Estado para os municípios. Trata-se de uma tentativa de renovação da paisagem urbana na qual estariam estrategicamente situadas as instituições culturais.

⁷ A proporção de adultos com necessidades de aprendizagem está a crescer, em parte devido ao alargamento da esperança de vida, mas principalmente devido à velocidade de mudança dos tempos actuais. O que aprendemos ontem não é mais útil amanhã o que explica em parte a necessidade de aprendizagem ao longo da vida.

⁸ Para Augusto Santos Silva "A tradição, como quadro de referência, é um instrumento cultural básico, não exclusiva ou predominantemente para contrariar ou resistir à mudança, mas sim, também, mais vezes do que habitualmente supomos, para apreender, compreender, incorporar e assim controlar, domesticar, agarrar a mudança" (Silva, 2000: 40).

⁹ Segundo Boaventura de Sousa Santos "as raízes e as opções constituem duas das referências mais básicas da acção social. As raízes são referências que funcionam através de ligações retrospectivas; as opções são referências que funcionam através de ligações prospectivas. Pode dizer-se que as acções sociais se definem ora em função das raízes ora em função das opções. O pensamento das raízes é o pensamento de tudo aquilo que é profundo, permanente, único e singular, tudo aquilo que dá confiança e consistência; o pensamento das opções é o pensamento de tudo aquilo que é variável, efémero, substituível, possível e indeterminado a partir das raízes. As duas diferenças fundamentais entre raízes e opções têm a ver com a escala e com o tempo" (Santos, 1998: 3).

¹⁰ Tomislav Sola é conservador de Arte Primitiva, director do Centro de Documentação Museológica de Zagreb e membro Conselho Executivo do ICOM. É ainda professor num curso de pós-graduação em museologia na Universidade de Zagreb.

alguma coisa? Receio que as nossas teorias (museológicas) não sejam mais do que desesperadas preces a um Deus desconhecido [...] gostaria de vos pedir alguns minutos de silêncio para que contemplem o estado em que se encontra o nosso mundo [...] parece-me, às vezes, que a nós doentes desprotegidos, é-nos apenas permitido jogar este jogo absurdo no pátio das traseiras desta casa de loucos que é o nosso mundo, guiados por um árbitro também ele louco"; e acrescenta "a grande mentira dos nossos museus é incurável, a menos que cessem de proclamar a eternidade, a imortalidade e a infinitude" (Sola, 1992: 101-103).

Os museus que souberam acompanhar as transformações das sociedades onde estão implantados, levantam hoje questões sobre "conhecimento" e "poder", sobre "identidade" e "diferença", sobre "permanência" e "mudança", questões que têm estruturado o exercício crítico, e auto-reflexivo, da contemporaneidade. Pelo contrário, os museus que não se souberam adaptar, permanecem agarrados aos modelos nacionalistas e modernistas de uma única versão da História e da Ciência¹¹, assentando numa sequência de objectos, dogmaticamente e auraticamente, distanciados das sociedades e dos indivíduos.

2 – A actual desarticulação entre oferta e procura

Infelizmente são mais os museus que não se souberam adaptar, do que os que ousaram devolver ao sujeito algum protagonismo na experiência museológica fornecendo-lhe alguns instrumentos interpretativos para se orientar no presente. Esta desadaptação cria **uma desarticulação entre os campos da oferta e da procura** com efeitos observáveis em três eixos:

- (i) O excessivo volume da oferta face ao escasso volume da procura, posto que o número dos visitantes está longe de ter acompanhado o "boom" dos novos museus.¹²
- (ii) Um excessivo academismo dos seus produtores e dos discursos museológicos por eles produzidos, face às competências do público e às suas expectativas;
- (iii) Um isolamento, quase auto-suficiente, do campo da produção face à sociedade envolvente e aos temas, e problemas, que afectam os quotidianos das populações¹³;

3 – A formação profissional: problemas de status e carreiras

Alguns museus sobretudo europeus e norte-americanos entraram – a par com as áreas científicas a que estão ligados – numa nova fase de auto-crítica, em particular reflectindo sobre os modelos em que se baseiam

¹¹ De acordo com Roland Jackson, director dos programas de educação do Science Museum de Londres "os dias de uma única voz autoritária acabaram. Os museus devem ser um local de "aprendizagem partilhada entre o museu e o público". Trata-se de "incluir o público no processo de fazer ciência" (Appleton, 2001: 19).

¹² Num estudo feito pela Resource sobre os públicos dos museus e galerias do Reino Unido, lê-se que o número de visitantes diminuiu 8% entre 1998 e 1999 [...] enquanto os concertos de música pop, os parques de diversões e os eventos desportivos mantiveram as suas audiências. A principal razão referida pelos inquiridos para não visitarem museus é estes "não terem nada que os entrevistados quisessem particularmente ver". De acordo com os autores deste inquérito o tempo de lazer está a diminuir (menos 100 horas do que em 1995); a competição dos centros culturais dos *health clubs*, dos jogos de computador e da internet está a aumentar" (Editorial 2001).

¹³ A este respeito dizia Ernesto Veiga de Oliveira (museólogo, etnólogo, fundador do Museu de Etnologia) em 1985: o museu deveria ter "uma intervenção activa na vida da sociedade portuguesa (e mundial), em obediência a um axioma segundo o qual, sempre que exista um facto que respeita o Homem, como ser social, o Museu de Etnologia tem necessariamente uma palavra a dizer" (Oliveira 1985: 5).

essas ciências, sobre a versão da História que veiculam; sobre o legado do colonialismo; sobre a atenção que têm votado às minorias e aos grupos socialmente excluídos – experimentando novas formas de associação e cooperação, reflectindo novas formas de representação e novas metodologias de exposição.

Se os suportes tecnológicos têm preocupado muitos dos profissionais de museus, mais conservadores, que vêem as suas instituições ameaçadas pela disneylização dos espaços de lazer; esquecem-se que as iniciativas mais ousadas são muito mais aquelas que mexem com as narrativas tradicionais, criando estratégias de aproximação à população tradicionalmente não-visitante, do que propriamente as que utilizam uma tecnologia arrojada que apenas se limita a ilustrar, e a apresentar, os mesmos conceitos e as mesmas ideias, da mesma forma não problemática.

Os museus são construídos por profissionais formados num ambiente académico ao qual se poderá juntar, ou não, uma especialização propriamente museológica. Há quem defenda que é sobretudo esta última que é determinante para a construção de um corpo de profissionais competente. No entanto, a inovação nos modos de recolha, de investigação e de apresentação das suas colecções, só poderá resultar de uma boa formação desses profissionais numa atmosfera de permanente abertura e numa reflexividade crítica sobre os processos de mudança, e sobre a adequação das diferentes ciências (onde se incluirá inevitavelmente a própria ciência museológica) à realidade social (no sentido mais sociológico do termo) e cultural (no sentido mais antropológico de cultura).

Os museus funcionam, deste modo, como espelhos do meio académico e científico onde se formaram os seus profissionais; e sobretudo, como espelhos dos instrumentos de conhecimento que eles aprenderam a manipular, e até das possibilidades que lhes foram dadas ao longo da vida de exercerem a sua cidadania, quaisquer que seja a área científica pela qual optaram. Um museólogo poderá ser tecnicamente competente mas terá falhado se for incapaz de adaptar as suas acções às transformações que vão ocorrendo no exterior.

A gestão de projectos tem sido uma outra área considerada fundamental e especialmente preocupante dada a falta de preparação dos profissionais dos museus para a pôr em prática (Heywood, 2001: 9). Será cada vez mais necessário preparar os profissionais para: saber negociar parcerias, que é o mesmo que dizer dialogar, traduzir (no sentido cultural de “tradução”); ser capaz de visualizar objectivos, caminhar para a sua concretização e finalizar com a avaliação crítica e formativa dos mesmos.

4 – A relação com o passado: memória(s) e identidade(s)

Uma das questões que têm preocupado os sociólogos, sobretudo na área dos Estudos Culturais, é a forma como se tem alterado a relação dos indivíduos com o *passado* e o significado que lhe atribuem de acordo com a sua situação social e cultural.

Muito provavelmente a resistência que leva ao não alargamento das audiências dos museus aos estratos sociais mais próximos da base da pirâmide social, resulta não só da ausência das competências cognitivas – identificadas por Pierre Bourdieu (1979) – mas do valor que dão ao passado, da forma como o representam e como o inserem na sua relação com o presente, e como o utilizam para perspectivar o futuro. Eis uma reflexão crítica fundamental para o entendimento da função social dos museus. É, igualmente, um bom exemplo de uma abordagem que possibilita a projecção das questões museológicas para fora do edifício-museu, inserindo-o em processos mais globais de transformação das matrizes de referência ligadas a modos de vida.

John Urry (Urry, 1996) problematiza o valor actual do passado, nas suas vertentes individual e colec-

tiva, atribuindo-lhe uma importância crucial para o entendimento das sociedades e culturas. Como é que as sociedades lembram o passado? Como incorporam o passado no presente? Como é que os processos de memória colectiva se foram alterando no mundo contemporâneo? Como é que as diferentes sociedades se lembram colectivamente, e de modo substancialmente diferente? Como é que a alteração do modo de conceber o passado se relaciona com a alteração dos modos de percepção do presente?

Para tal, sugere o autor, há que desenvolver, "uma filosofia do presente" (Urry 1996), dado que se passou de uma relação aurática com a História para o consumo do património; o cidadão transformou-se num consumidor (Fortuna, 1999: 27). O passado e o futuro são incessantemente reconstruídos a partir das representações que a vivência do presente constrói.

John Urry chama, igualmente, a atenção para o facto de existirem processos de des-traditionalização das nossas sociedades que afectam a nossa relação com os museus. Não há um passado algures mas um presente que incessantemente recria o passado. (i) As memórias têm uma componente pessoal inscritas que estão nos nossos corpos, na forma de sensações únicas e intransmissíveis, correspondem a *práticas de incorporação*. (ii) As memórias têm também uma componente colectiva/institucional que correspondem à forma como as sociedades registam e guardam a informação, a organizam, a constroem, a que o autor chama de *práticas de informação*.

4.1 – A componente individual do "passado"

Nick Merriman (1991), conservador do Museu de Londres, tenta compreender a relação com o passado a partir de um inquérito a uma amostra representativa da população do Reino Unido. Este investigador preocupa-se com a forma como as pessoas se referem ao passado, relacionando-o com o modo como vivem o presente de acordo com a sua situação socio-económica e fazendo-a igualmente depender da idade, ou situação no ciclo de vida.

De acordo com os resultados deste inquérito, a grande maioria das pessoas, e independentemente da sua posição social (e de serem ou não visitantes de museus), valorizam o conhecimento do património, apesar das imagens que têm do passado serem basicamente negativas. Esta é uma conclusão importante porque mostra até que ponto, não é o passado que afasta as pessoas dos museus mas a forma como este é apresentado.

Os inquiridos referem ainda que utilizam o conhecimento do passado não como fuga para os seus problemas actuais, mas como forma de se orientarem no presente. Ainda de acordo com este autor, existem relações claras entre as posições sociais e as imagens que os indivíduos têm do passado. Os grupos de rendimento mais elevado, preocupam-se mais com os aspectos materiais, com os bens que perderiam se voltassem ao passado dado que o retorno no tempo resultaria na perda da sua posição actual. Os grupos de baixo rendimento, com menos vantagens materiais, concentram-se nos aspectos mais pessoais do passado. Embora não queiram necessariamente voltar atrás, vêem-no mais de uma forma positiva. As suas ideias, sobre o passado, podem ser vistas quer como um refúgio do presente quer simultaneamente como uma forma de o criticar pela ausência de alguns valores. Os resultados mostram, pois, que as atitudes positivas em relação ao passado estão associadas aos idosos e aos indivíduos de baixo rendimento; os indivíduos de rendimento mais elevado e os jovens concentram-se nos aspectos materiais do passado e tendem à sua desvalorização.

4.2 – Memórias colectivas do "passado"

Quanto à memorização colectiva do passado, é importante referir que as novas sociedades urbanas, culturalmente híbridas, lidam com memórias fragmentadas em tempos e espaços múltiplos (Urry 1996: 53). As memórias dos passados não estão mais inscritas no território onde vive uma mesma comunidade. A pró-

pria comunidade é hoje uma identidade em constante redefinição. "Não têm hoje (diz-nos Carlos Fortuna) os mesmos limites espácio-temporais, nem os mesmos conteúdos significantes, nem tão-pouco as mesmas funções que alguma vez, e com um certo romanticismo se lhe atribuiu: homogeneidade cultural, sentido profundo da raiz histórica da sua identidade, função socialmente agregadora de sujeitos com trajectórias partilhadas" (Fortuna, 1999: 27). Hoje a dimensão territorial do património não coincide com a identidade e a memória das populações que o ocupam.

Num encontro sobre Educação e Património promovido pelo Instituto de Inovação Educacional, alguém do Ecomuseu do Seixal¹⁵ chamou a atenção para o facto de a comunidade que o Ecomuseu hoje serve, ser profundamente heterogénea, de formação recente e atravessada por uma imensa variedade de identidades e memórias culturais. Que sentido terá o Ecomuseu para este mosaico híbrido de memórias de outros tempos e de outros espaços?

O Ecomuseu do Seixal encerra um passado que apenas coincidirá com as memórias espácio-temporais de uma minoria face à grande maioria de população deslocada. Mas o passado pode ser vivido como um lugar aglutinador de diferenças, como uma espécie de "adro", ou de "praça central", onde as pessoas que passam de algum modo se encontram, porque está ali apaziguador da desordem, porque é uma referência que fixa e estrutura. O passado na forma de património, consome-se e negocia-se simbolicamente (dialogando com outras memórias de outros lugares e de outros tempos) não como refúgio mas porque dá sentido ao presente. O processo de aculturação das populações deslocadas envolve trabalho, memória, interpretação e reconstrução (Urry 1996). Por outro lado, o acto de esquecer é tão socialmente estruturado como é o processo de recordar. Recordamos sempre activamente, relacionalmente, selectivamente.

Esse sentido da necessidade de um património-adro pode ser positivamente explorada pelos museus. Pode ser um pretexto para o envolvimento de grupos de imigrantes em processos expositivos ou em actividades de carácter cívico e associativo ligadas ao museu que pode fornecer um contexto de aprendizagem adaptado a uma cidadania cosmopolita. Este processo tem sido referido como "empowerment" cultural e defendido como uma "transferência de ferramentas para os outros dando-lhes oportunidade de se apresentarem no contexto institucional" (Merriman, 1991: 132).

5 – A viabilidade económica das instituições-museu

Finalmente, e para além desta problematização do conceito de museu e da sua identidade nas sociedades actuais, há ainda a referir os problemas de ordem económica que a instituição-museu atravessa ao se posicionarem, inevitavelmente, numa lógica de mercado cada vez mais global e em rápida transformação. Uma das constatações inevitáveis é a de que o património, a sua conservação e representação não está só nas mãos dos museus mas dos meios de comunicação (em que a televisão assume um papel preponderante) sendo alvo de iniciativas privadas diversificadas. Os mega-acontecimentos como a Expo'98 são um bom exemplo da mercadorização da História de que a experiência multimédia sobre Luís de Camões será um excelente exemplo.

Algumas reflexões recentes apontam para o facto de os museus estarem em vias de atingir o limiar de crescimento, quer física quer financeiramente (Sola 1999). Considerando o dinamismo do mundo actual, e o facto de estas instituições terem vindo, simultaneamente aumentando em número, e dependendo sempre, e cada vez mais de subsídios de toda ordem, torna-se difícil contestar este argumento.

¹⁵ O Seixal conta hoje com cerca de 122.000 habitantes e ocupa uma área de 93,7 km².

Os membros do *Forum Europeu de Museus* citados pela revista *Museu Internacional*, da UNESCO (número de Setembro de 2000), parecem estar de acordo quanto ao facto de que: "os museus na sua forma tradicional irem experimentar dificuldades financeiras crescentes, e de que um certo número irá mesmo perecer e fechar as suas portas"; e de que "o financiamento e a gestão dos museus repousarão necessariamente em parcerias celebradas entre actores privados e actores públicos". Os elementos deste Forum concluem ainda, que "a época gloriosa durante a qual o Estado e os municípios forneciam integralmente, ou a maior parte, das somas necessárias à gestão dos museus está cada vez mais longínqua". Terminam prevendo que "no curto prazo não haverá mais financiamentos públicos" (Forum 2000: 61 e 62).

Instaurou-se, como já vimos, uma nova lógica de ordenamento social que se define pela predominância da cultura do consumo e pelo acentuar dos critérios económicos e mercantis na vida social. Mais mercado, menos Estado. A crise dos museus tem um perfil económico e de mercado, os museus não sobrevivem se não tiverem públicos consumidores tão diversos nas suas referências, atitudes e pontos de vista como em termos de interesses e motivações.

Reflexões finais

Mas o alargamento social dos museus, não é apenas importante para a sua viabilização no mercado da cultura; é igualmente importante porque esta uma das principais formas pela qual as pessoas têm acesso à História. Infelizmente parece que os museus são considerados como um dos meios menos agradáveis de conhecimento da História local. As memórias colectivas, ou individuais, ligadas a hábitos culturais vão-se instalando devagar a partir da infância e pela vida fora, deixando como refere Urry sensações boas ou más que nos fazem querer voltar ou pelo contrário nunca mais. Se os museus deixam que a sua imagem institucional se deteriore porque não há coragem política de sacrificar a aura institucional e pública ao interesse social ficam nas memórias colectivas das populações ligados, para sempre, a sensações de autoridade e inferioridade; a representações de um passado que não entendem, que não lhes diz respeito e que em nada os ajuda a viver o presente.

A ideia de que o museu deve demonstrar o seu valor como resposta ao investimento público, parece um conceito óbvio que seria irracional contestar. Os museus deverão ser capazes de demonstrar os seus objectivos sociais e a sua capacidade de mudar, assim como de provar que são organizações eficientes que merecem continuar a ser financiadas. Não são só os profissionais que têm de aprender novas técnicas museológicas adaptadas aos contextos cosmopolitas actuais; são os *museus como organizações* que devem tornar-se organizações-aprendizes de situações novas.

Referências bibliográficas

- APPLETON, Josie. 2001. A Little Learning. *Museums Journal*, Abril.28-29.
- BOYLAN, Patrick (ed.)1992. *Museums 2000, politics, people, professionals and profit*. Londres. Routledge.
- BENJAMIN, Walter. 1973. The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction, in *Illuminations*, Londres, Collins/ Fontana Books. 211- 44.
- CAMACHO, Maria Clara e FILIPE, Maria da Graça. 2000. Experiências museológicas de Seixal y de Vila Franca de Xira: breve estudio comparativo. *Revista de Museologia*, Asociación Española de Museólogos, 1. 100-115.
- CRIMP, Douglas. 1993. *On the Museum's Ruins*. Cambridge, Massachusetts, Londres. Reino Unido. The MIT Press,

- HEYWOOD, Felicity 2001. Educators Need Skills Update. *Museums Journal*. Maio. 9.
- LAMPUGNANI, Vittorio M. 1999. A Arquitectura da Arte: os Museus dos Anos 90, in LAMPUGNANI e ANGEL SACHS (orgs.) *Museus Para o Novo Milénio – Conceito, Projectos, Edifícios*. Munique, Londres, Nova Iorque. Prestel.
- LAMPUGNANI e ANGEL SACHS (orgs.) 1999. *Museus Para o Novo Milénio – Conceito, Projectos, Edifícios*. Munique, Londres, Nova Iorque. Prestel.
- MacDONALD, Sharon. 1996. Introduction in MacDONALD and Fyfe (orgs.), *Theorizing Museums*. Oxford e Cambridge. Blackwell Publishers.
- MacDONALD, Sharon e FYFE, Gordon (orgs.). 1996. *Theorizing Museums*. Blackwell Publishers, Oxford e Cambridge.
- MERRIMAN, Nick. 1991. *Beyond the Glass Case*. Leicester. Leicester Museum Studies. Leicester.
- OBSERVATÓRIO DAS ACTIVIDADES CULTURAIS e INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS. 2000. Lisboa. Inquérito aos Museus em Portugal. IPM. Ministério da Cultura.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1993. Tempos, códigos barrocos e canonização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 51. 3-20.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1997. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 48. 11-32.
- SILVA, Augusto Santos. 2000. *Cultura e Desenvolvimento*. Oeiras. Celta.
- SOLA, Tomislav 1992. Museum Professionals – the endangered species, in Patrick BOYLAN (ed.) *Museums 2000, politics, people, professionals and profit*. Londres. Routledge.

Esta frágil memória de um povo *

(Bibliotecas, livros e património)

por Henrique Barreto Nunes **

O tema, ou antes, os temas desafiadoramente entrelaçados deste encontro, “Memória, História e Património – bibliotecas, arquivos, museus” podem suscitar-me, como bibliotecário, diversos tipos de abordagem.

Infelizmente, temos que começar por constatar que ainda não está escrita uma história das bibliotecas em Portugal, nomeadamente das bibliotecas públicas.

Igualmente também não possuímos uma história do livro, da edição, no nosso país, pesem os contributos de Artur Anselmo que, pelo menos, já estudou criteriosamente o período do séc. XV, o dos incunábulo, e ainda os de J. V. Pina Martins que, para além de ter dado a conhecer e analisado com invulgar profundidade o primeiro livro impresso em português (“Tratado da Confissom”, Chaves, 1489) também tem dedicado particular atenção à imprensa portuguesa no séc. XVI, da época do humanismo e do renascimento.

Mas fora estes contributos mais substanciais, p.ex. do séc. XVII só conhecemos estudos parcelares, alguns de grande qualidade, que poderão vir a dar corpo à cada vez mais necessária história do livro em Portugal, tão essencial ela é para o conhecimento da nossa cultura.

Ora a história do livro conduz-nos naturalmente às bibliotecas, em especial à Nacional, às públicas e às universitárias, onde se guardam os mais importantes testemunhos da edição em Portugal e outros tesouros bibliográficos e documentais.

Deixando de lado as bibliotecas (ou livrarias) medievais, pois só me referirei àquelas que foram criadas após a invenção da tipografia atribuída a Gutemberg, sabemos que já no séc. XVI as Universidades de Coimbra e Évora dedicaram particular atenção à guarda e consulta dos seus livros, conhecendo-se regulamentos apropriados das suas livrarias.

Importantes livrarias possuíram alguns conventos e mosteiros (dos jesuítas, dos beneditinos ou dos oratorianos) – e só para falar dos que nos estão próximos, referirei as de Tibães e dos Congregados (em Braga), das quais se conservam ainda minuciosos catálogos no Arquivo Distrital de Braga.

Igualmente no Colégio de S. Paulo, dos jesuítas bracarenses, existiu uma importante livraria, que no início do séc. XVII devia ser pública, conforme o atesta o ex-libris ou marca de posse aposto em alguns livros que chegaram até nós, os quais seriam consultados pelos professores e alunos dos Estudos Gerais – mais de 2000 provenientes de todo o Norte do país – e, quem sabe, pelos bracarenses cultos da época.

A Biblioteca Nacional foi fundada em 1796, com a designação de Real Biblioteca Pública da Corte, certamente por influência dos ideais dos iluministas e do papel que no campo cultural os “estrangeirados” desempenharam no nosso país.

O alvará que a criou informa-nos que *a Real Biblioteca Pública da Corte, tinha o objectivo de promover eficazmente a literatura portuguesa e para o maior aproveitamento dos Vassallos que se dedicam à louvável cultura das Ciências e das Artes, nela se recolhendo os livros mais preciosos pela sua raridade e estimação, os monumentos mais respeitáveis das mesmas Artes e Ciências.*

Os seus fundos iniciais foram constituídos pelos livros até então reunidos pela Real Mesa Censória, que deviam abranger uma parcela significativa da produção editorial portuguesa e ainda, entre outros, pelas

* Comunicação apresentada aos “Encontros de Outono: memória, história e património – bibliotecas, arquivos e museus”, realizado em Vila Nova de Famalicão em 26/27 de Outubro de 2001.

** Director da Biblioteca Pública de Braga.

obras que tinham pertencido à Academia Real de História e às livrarias dos colégios e residências dos jesuítas, as quais deviam representar um património bibliográfico valioso.

A partir dessa altura a Real Biblioteca Pública da Corte passa também a beneficiar de um incipiente depósito legal que em épocas posteriores a legislação iria acautelando, tornando-o mais tarde extensivo a outras bibliotecas (Porto, desde 1833).

Antecedendo o projecto de criação de bibliotecas públicas nas capitais de distrito, datado de 1836, surgiu a Real Biblioteca Pública do Porto.

Foi fundada em 1833 por decreto de D. Pedro IV, para assinalar o 1º aniversário da entrada das tropas liberais na cidade, sendo Alexandre Herculano um dos seus primeiros bibliotecários.

O fundo inicial da biblioteca portuense foi constituído pela riquíssima livraria pessoal do bispo D. João de Avelar, o qual seria rapidamente aumentado com as livrarias dos conventos abandonados e dos "rebel-des".

De acordo com o decreto que a criou, esta biblioteca, para além de recolher, tratar e disponibilizar um património bibliográfico (mas não só) de enorme valor, apresentava-se imbuída dos ideais revolucionários da época, partindo do princípio que a *ignorância é a inimiga mais irreconciliável da liberdade*.

A Biblioteca portuense era criada para complementar o ensino público proporcionando meios que fossem úteis *aos homens de Estado esclarecidos; aos administradores hábeis; aos talentos industriais, que elevando-se até à altura dos conhecimentos do século, dominem, e dirijão d'ahi os progressos da agricultura, do commercio, e das artes em honra dos seus nomes e em beneficio do paiz meios, que augmentem, em summa, a classe dos homens úteis, e acabem com o desastroso privilegio dos homens necessários*.

Estes princípios enformaram igualmente em 1836 a criação de bibliotecas públicas nas capitais de distrito, foram constituídas a partir das livrarias dos conventos extintos na sequência do triunfo das forças liberais em 1834. Assim, pretendia-se evitar o extravio dos livros e outros documentos pertencentes àquelas ordens religiosas e simultaneamente abrindo-as a toda a população (embora a percentagem dos analfabetos rondasse os 80%) procurava-se possibilitar um acesso mais generalizado aos bens culturais e o *prosseguimento dos estudos superiores e do ensino técnico*.

Como facilmente se depreende destes breves exemplos, é estreita a ligação entre movimentos históricos e sociais e a fundação de bibliotecas, com o que igualmente se criavam condições para a preservação do património bibliográfico do país.

E poderíamos continuar nesta linha de rumo recordando p.ex., a criação de bibliotecas municipais poucos meses depois da instauração da República – *não é conservar os livros, mas torná-los úteis o fim das bibliotecas* - ; o descaso, o desprezo que elas mereceram do salazarismo que, no entanto, através da organização de bibliotecas ambulantes de cultura popular, de casas do povo, grêmios e associações, etc., procurou utilizá-las como instrumento de reprodução ideológica do regime corporativo.

Ou recordando ainda o lançamento – aliás tardio, mas só possível em democracia – da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas que só surge passados mais de 10 anos sobre o 25 de Abril, mas que consegue um êxito e uma implantação assinaláveis, como facilmente se pode constatar, p.ex., aqui em Famalicão, um dos mais de 100 concelhos do país em que estes equipamentos já se encontram em pleno funcionamento.

Falando de bibliotecas e património também não seria despidendo referir alguns dos imóveis nos quais elas se encontram instaladas e que têm uma história singular, começando pela Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra, esplendorosa construção de raiz do séc. XVIII.

Algumas das principais bibliotecas públicas criadas no séc. XIX começaram a funcionar em edifícios anteriormente de carácter religioso (Porto, convento de St.º António da Cidade; Évora, convento dos Lóios; Braga, convento dos Congregados).

Das antigas livrarias conventuais actualmente só se conserva com quase todo o acervo bibliográfico original a de Mafra, enquanto no mosteiro de Pombeiro ainda nos podemos aperceber da sua estrutura física e do sistema de ordenação dos livros aí utilizado – livros que foram incorporados nos Bens Nacionais em 1836 e talvez estejam na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

A Rede de Bibliotecas Públicas já referida tem apostado na maior parte dos casos em construções de raiz, algumas assinadas por arquitectos de renome, mas também continuam a ser recuperados imóveis antigos, como casas senhoriais, antigos edifícios camarários, escolas, conventos ou mesmo cadeias e mercados. Enfim, de novo a história e agora o património construído associados às bibliotecas.

A memória, o espírito do lugar sobrevivem nos edifícios, nas colecções, doações, legados, compras e incorporações (a evocação da sua constituição daria muito que contar), nas condições em que as bibliotecas foram ou são criadas.

Apesar de todas estas tentadoras e aliciantes opções, resolvi dedicar a parte principal da minha intervenção àquela frágil memória do mundo que as bibliotecas conservam e são a sua razão de ser: os livros e outros documentos em papel.

Frágil porque o património bibliográfico do país raramente mereceu a devida e necessária atenção dos responsáveis políticos, fosse qual fosse o regime.

Frágil porque o principal suporte das colecções, das espécies bibliográficas – o papel – suscita graves problemas de preservação e conservação, os quais no nosso país estão longe de se encontrarem devidamente acautelados.

Foi recentemente promulgada a nova lei do património cultural (lei 107/2001 de 8 Set.) que em breve entrará em vigor, a qual no seu art. 2.º 1º diz o seguinte:

- 1 – *Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.*

O património bibliográfico está incluído na categoria dos bens culturais móveis (art. 55) e segundo o art. 85

- 1 – *Integram o património bibliográfico as espécies, colecções e fundos bibliográficos que se encontrem, a qualquer título, na posse de pessoas colectivas públicas, independentemente da data em que foram produzidos ou reunidos, bem como as colecções e espólios literários.*

- 2 – *Devem igualmente integrar o património bibliográfico:*

- a) *As espécies, colecções e fundos bibliográficos de pessoas colectivas de utilidade pública, produzidos ou reunidos há mais de 25 anos, se outro não for o valor invocado para a respectiva inventariação;*
- b) *As colecções e espólios literários pertencentes a pessoas colectivas de utilidade pública, se outro não for o valor invocado para a respectiva inventariação;*
- c) *As espécies, colecções e fundos bibliográficos que se encontrem, a qualquer título, na posse privada, produzidos ou reunidos há mais de 50 anos, bem como as colecções e espólios literários, se outro não for o valor invocado para a respectiva inventariação.*

- 3 – *Podem ser objecto de classificação as espécies bibliográficas com especial valor de civilização ou de cultura e, em particular:*

- a) *Os manuscritos notáveis;*
- b) *Os impressos raros;*

- c) *Os manuscritos autógrafos, bem como todos os documentos que registem as técnicas e os hábitos de trabalho de autores e personalidades notáveis das letras, artes e ciência, seja qual for o nível de acabamento do texto ou textos neles contidos;*
- d) *As colecções e espólios de autores e personalidades notáveis das letras, artes e ciência, considerados como universalidades de facto reunidas pelos mesmos ou por terceiros.*

Mais à frente diz-se que devem ser objecto de inventário todas as espécies referidas nas alíneas a) e b) do nº 3 do art. 85, atrás reproduzido, sendo que o inventário é o levantamento sistemático actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes, com vista à respectiva identificação (art. 6, a).

O art. 61, 1 diz que os bens inventariados gozam de protecção com vista a evitar o seu perecimento ou degradação, a apoiar a sua conservação e a divulgar a respectiva existência, missão que deverá ser assegurada e coordenada pelo Governo.

Lamentavelmente o Estado português nunca deu grande importância à inventariação do seu património cultural e algumas tentativas ensaiadas até à década de 90 não tiveram condições e meios para lhe garantir a continuidade e a eficácia.

Só com a conclusão do processo de integração de Portugal na Comunidade Europeia, a abertura das fronteiras em 1993 e a conseqüente liberdade de circulação de bens culturais, com a ameaça que tal representava para o património cultural não inventariado, se encarou seriamente este problema.

Assim, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, depois de um inquérito preliminar relativo aos bens culturais móveis existentes em bibliotecas, arquivos e museus públicos do país, foi delineada uma estratégia que assentou na actividade de equipas de jovens licenciados colocados em estabelecimentos culturais daquele tipo existentes nas capitais de distrito.

Nestes organismos, sob a orientação dos seus técnicos, essas equipas, infelizmente com uma formação técnica deficiente, começaram a proceder à identificação e descrição dos bens culturais móveis considerados de valor excepcional.

No caso das bibliotecas, 25 licenciados realizaram a inventariação dos incunábulos e códices iluminados, de que resultou a detecção da existência de incunábulos em 37 instituições pertencentes ou tuteladas pelo Estado.

Estas bibliotecas detêm, na totalidade, 1888 edições, que correspondem a 2978 incunábulos, considerando os exemplares duplicados, número que ultrapassa largamente aquele que se presumia existirem nas bibliotecas portuguesas (c. 1500).

Por exemplo, em Braga (na sua Biblioteca Pública), conhecia-se a existência de 33 incunábulos, mas quando o inventário terminou o seu número subiu para 52.

Quanto a edições saídas dos prelos portugueses, o seu número ascende a 20, o que equivale a dois terços da produção nacional conhecida anterior a 1500.

Todos estes dados, bem como a descrição bibliográfica rigorosa de cada título, a bibliografia de referência respectiva e a sua localização encontram-se disponíveis não só na PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográficos) como na edição impressa de "Os incunábulos das bibliotecas portuguesas" publicado em 2 volumes em 1995. O primeiro volume reúne o catálogo dos incunábulos, enquanto no segundo se apresentam os imprescindíveis índices (de autores secundários, línguas, lugares de impressão, impressores, editores e livreiros, títulos, concordâncias e localizações).

Alguns dos inventariantes atrás referidos prosseguiram o seu trabalho até 1998, tendo feito a catalogação de todas as obras impressas do séc. XVI (tipografia portuguesa e estrangeira) e começando a das obras do séc. XVII.

Infelizmente o projecto do Inventário do Património Cultural foi extinto em 1999 (ver *Despacho normativo nº 67-A/99* no "Diário da República", 1ª série – B (303), 31 Dez. 1999, p. 9362), e apesar de concluído o levantamento da tipografia portuguesa do séc. XVI, os dados recolhidos encontram-se na BN à espera de melhores dias.

Se quanto ao inventário do património bibliográfico a situação é a que acabamos de descrever, não se vislumbrando para já qualquer novo projecto que dê continuidade ao importante trabalho iniciado, pesem todas as deficiências apontadas, o que se passa relativamente à sua conservação é também deveras conflagrador.

Em 1997/98 a BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas) promoveu a realização de um "Inquérito sobre o estado de conservação do património arquivístico e bibliográfico português", cujos resultados foram divulgados em Junho de 1999.

Ao inquérito responderam 412 instituições do sector público – pouco mais de metade das que foram inquiridas.

A análise dos dados obtidos aponta para a ausência de políticas abrangentes sobre a matéria, revelando sem subterfúgios que uma séria ameaça paira sobre a preservação da memória documental deste país.

Vejam os com algum pormenor o que se passa com as bibliotecas públicas e outras dependentes da administração central.

Um programa de preservação e conservação do património bibliográfico deverá ter como missão principal uma intervenção de conservação preventiva sobre o conjunto das colecções bibliográficas (incluindo livros, revistas, jornais e outros impressos), iconográficas, cartográficas, musicais e de manuscritos das bibliotecas existentes.

Por conservação preventiva entende-se o conjunto de medidas que têm como finalidade a manutenção do bom estado físico e biosanitário das colecções, o que em muitos casos, sendo bem aplicadas, poderá evitar o recurso ao restauro.

Ora a percentagem das bibliotecas que não possuem programas de preservação e conservação é deveras preocupante, dado que ronda os 80%.

E, de entre as bibliotecas que declaram ter definido esse programa, a maior parte não o apresenta por escrito, não tem responsável qualificado e nem sequer no seu orçamento existem verbas para o pôr em prática.

Quanto ao controlo ambiental, existe alguma preocupação em realizá-lo, mas as bibliotecas não dispõem de meios técnicos e científicos indispensáveis para o concretizar.

Aliás, deve referir-se que na generalidade, bibliotecas e arquivos estão instalados em edifícios adaptados. Em consequência, a localização só dificilmente poderá ser a mais adequada aos fins em vista.

De acordo com o documento referido *só os arquivos distritais demonstram a preocupação de controlar efectivamente as condições ambientais. Todas as outras instituições que responderam ao Inquérito não dispõem dos meios indispensáveis.*

Se nos detivermos na análise das colecções, é bastante elevada a percentagem das bibliotecas que não controlam a sua extensão e mesmo algumas desconhecem a sua qualidade, o que prejudica qualquer plano de intervenção em termos de preservação e conservação. Como é evidente, falta de continuidade do "Inventário" atrás referido agrava esta situação.

Possuindo estas bibliotecas fundos tradicionais, o número daquelas que dispõem de suportes alternativos (documentos de substituição) – como será o caso dos microfílm – é insignificante. As colecções de jornais do séc. XIX, para não ir mais longe, são das que mais sofrem com esta situação. [A digitalização, que agora muito se discute, poderá ser um processo fiável de ultrapassar o problema?].

É certo que mais de metade das bibliotecas analisadas se preocupa com o estado físico das colecções, mas tal quase só tem incidência na limpeza das espécies, pois oficinas de encadernação, laboratórios de microfilmagem ou de conservação e restauro são praticamente inexistentes.

E, de qualquer modo, cerca de 90% destas bibliotecas não dispõem de meios para a conservação das espécies bibliográficas e documentais. Se tal se pode explicar pelo facto de a esmagadora maioria das bibliotecas públicas ser de criação recente, o que é que se passará daqui a alguns anos, quando começarem a surgir os problemas de preservação e conservação das colecções?

Finalmente, é praticamente nula a existência de pessoal com formação específica em matéria de preservação e conservação, consequência de evidente lacunas ao nível da formação profissional.

Como muito bem afirma a BAD, "as deficiências que esta situação provoca são lesivas tanto da dignidade das instituições (e dos serviços de qualidade que deveriam prestar) como igualmente da dignidade profissional dos técnicos de biblioteca e de arquivo".

Pelas razões apontadas o inquérito da BAD terminava com algumas recomendações que vou resumir:

- *as bibliotecas e arquivos têm de ser sensibilizadas para a necessidade inadiável de elaborar planos de preservação e conservação... Em conjunto, os arquivos e bibliotecas portuguesas deveriam mobilizar-se no sentido da implementação dum Programa Nacional de Preservação e Conservação;*
- *as bibliotecas e arquivos deverão munir-se adequadamente dos equipamentos indispensáveis à redução potencial de risco;*
- *é necessário lançar acções de formação que tenham por objectivo sensibilizar para o problema das instalações, já que dispor de um edifício não é suficiente para que os documentos estejam a salvo;*
- *os bibliotecários portugueses têm de receber formação no sentido duma intervenção mais activa em matéria de preservação e conservação;*
- *os técnicos de biblioteca deverão receber formação específica no âmbito da gestão de colecções, incluindo uma avaliação rigorosa da raridade e valor das obras à sua guarda... O lançamento dum Plano Nacional de Microfilmagem, alternativa técnica preferencial, dada a fiabilidade da solução, no âmbito do Programa Nacional de Preservação e Conservação, será imprescindível para uma correcta gestão de colecções;*
- *as bibliotecas terão de se organizar regionalmente como forma de ultrapassarem as carências identificadas. A criação de linhas de financiamento, no âmbito de planos de preservação e conservação, poderiam dinamizar o aparecimento de infra-estruturas regionais, com a consequente racionalização de recursos humanos e técnicos (equipamento);*
- *é inadiável o recrutamento de pessoal especificamente qualificado... Mas, para tal urge a realização de cursos de actualização e formação contínua na área de preservação e conservação.*

Como se vê, num país sem grandes tradições nesta área, a tarefa não se apresenta nada fácil. Basta verificar que o recém criado Instituto de Conservação e Restauro ainda não está vocacionado para o tratamento do papel.

Ora há uma realidade que não podemos ignorar: a partir de certo nível de degradação, os documentos tornam-se irrecuperáveis. E recorde de novo o caso dos jornais: a maior parte das colecções dos periódicos locais do séc. XIX corre sérios riscos de conservação.

O nosso país, comparado com outros, não será extremamente rico em matéria de património bibliográfico, por isso mais fortes razões existem para evitar que se degrade e se perca irremediavelmente aquilo que ainda conservamos.

A falta de sensibilização e de consciencialização, mesmo dos próprios profissionais da área, e a gritante ausência de uma política nacional de preservação e conservação do nosso património bibliográfico, definida e apoiada pela tutela, põem em risco parte da nossa memória cultural, desta frágil memória de um povo.

Será que podemos perder esta memória, uma parte tão significativa da nossa identidade?

Temos que ser sobretudo nós, bibliotecários e arquivistas, com profissionalismo e empenhamento, a encontrar respostas, soluções para tal pergunta, mas sem meios humanos financeiros e técnicos e sem vontade política tal não será possível.

Não nos podemos demitir dessa responsabilidade colectiva, desse desafio, senão a história, o futuro não nos absolverá do crime de não termos sabido proteger, conservar e transmitir dinamicamente o nosso património bibliográfico e documental.

Bibliografia

- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS – *Inquérito sobre o estado de conservação do património arquivístico e bibliográfico em Portugal*. Lisboa : BAD, 1999
- CABRAL, Luis – *Biblioteca Pública Municipal do Porto : exposição no 150º aniversário da sua fundação 1833-1983*, Porto : Biblioteca Pública Municipal, 1984
- NUNES, Henrique Barreto – *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. 2ª ed. Braga : Autores de Braga, 1998
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – *Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro : estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural*. "Diário da República", Lisboa, 1ª série – A (209), 8 Set. 2001, p. 5808 –
- PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. *Inventário do Património Cultural Móvel – Os incunáveis das bibliotecas portuguesas*. – Lisboa : SEC, 1995. 2 vol.

Arquivos familiares e pessoais

Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo *

por Armando B. Malheiro da Silva **

1 – Pressupostos fundamentais

Ao contrário dos que, por diversas razões, continuam a pensar e a acreditar que a Arquivística é uma ciência autónoma, temos procurado, de há uns anos a esta parte¹, fundamentar uma posição epistemológica baseada num programa exigente e de fôlego em que é postulada a viabilidade de uma Ciência da Informação (C. I.) tecida por uma dinâmica quer transdisciplinar, através da qual ocorre a interacção de algumas disciplinas nucleares (Biblioteconomia, Documentação, Arquivística e Sistemas Tecnológicos de Informação na Gestão das Organizações), quer interdisciplinar, enriquecedora em nível teórico-metodológico e com algum impacto no desenvolvimento geral das Ciências Sociais².

A Arquivística é, pois, obrigatoriamente inscrita como mero ramo de aplicação teórico-prática no quadro epistemológico de uma C. I. que estuda, explora e busca compreender, resolver e aprofundar problemas e situações mais ou menos complexas e relacionadas com um fenómeno humano e social, facilmente perceptível, mas assaz complexo, que tem sido e continuará certamente a ser designado por intermédio de diferentes termos – cultura, informação, conhecimento³... – e que foi recentemente definido assim: **conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada**⁴.

Esta caracterização aproxima-se bastante do que é possível inferir da definição burilada em 1968 por Harold Borko num artigo célebre intitulado *Information science: what is it?* e que vale a pena aqui relembrar:

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui a investigação, as representações da infor-

* Na origem deste texto, redigido em 2004 e com referências bibliográficas actualizadas, está uma apresentação em *power point* com o título *Arquivos Familiares e Pessoais: uma perspectiva sistémica e interactiva ocorrida em 2001*, e inspirada num trabalho de fôlego apresentado como comunicação no I Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais – SILVA, Armando B. Malheiro da – *Arquivos de Família e Pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica*. In *Seminário sobre Arquivos de família e pessoais*. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), Grupo de Trabalho de Arquivos de Família e Pessoais, 1997, p. 51-106.

** Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

² Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 79-128.

³ Sobre o binómio Informação-Conhecimento ver SILVA, Armando B. Malheiro da – *Conhecimento/Informação: diferenciação e/ou sinonímia?*. In RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.) – *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 23-41.

⁴ Cf. *Ibidem*, p. 37.

mação tanto no sistema natural, como no artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares. Tem tanto uma componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos⁵.

Não se pense, porém, que esta visão programática é consensual, nem tão pouco que ela é totalmente aceitável nos termos em que apareceu exposta: por um lado, prossegue o debate sobre se há espessura epistemológica para uma C. I. agregadora e superadora do legado teórico-prático das disciplinas relacionadas com a organização, a ordenação, o armazenamento e a recuperação dos documentos ou se, como defendem alguns autores, a C. I. deve centrar-se apenas na documentação/informação científica e técnica ou na informação processada, armazenada e recuperada informaticamente; e, por outro, a ideia de uma ciência interdisciplinar ou de uma interdisciplina revela-se um equívoco absurdo, porque por mais intensas e variadas que sejam as relações de uma ciência com outras ela carece sempre de um núcleo identitário, de um *core* teórico-metodológico próprio que a individualize e demarque no campo geral dos saberes científicos onde tendencialmente se situa ou é situável.

No entanto e apesar destas e de outras limitações e reservas, a definição de Borko confronta-nos com um fenómeno que está aquém e para além do documento, entendido este como objecto físico/palpável que é fruto do processo materializador/"cristalizador" (num determinado suporte material – papel, película filmica, base digital, etc.) da palavra, do número, da melodia, do desenho ou da imagem indispensável à comunicação interpessoal e colectiva. Um fenómeno que é possível caracterizar e compreender na sua generalidade ontológica através de um conjunto de propriedades que Borko não enumerou e que para Yves Le Coadic têm um cariz sobretudo instrumental: *a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação; e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso*⁶. Perspectiva rejeitada pelos autores de *Das "ciências" documentais à ciência da informação* que propõem a definição de informação acima transcrita e conferem à noção de propriedade o sentido de característica constitutiva e essencial, identificando seis: (1) *estruturação pela acção (humana e social) – o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação*; (2) *integração dinâmica – o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção*; (3) *pregnância – enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação*; (4) *quantificação – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente*; (5) *reprodutividade – a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização*; e (6) *transmissibilidade – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável*⁷.

Deste naipe de propriedades podem já extrair-se algumas ideias-força que enformam o modelo teórico-prático adiante esboçado. E a primeira é que a acção humana e social gera e contextualiza a informação (os documentos), impondo-se, por isso, através da noção operatória de organicidade (muito usada pelos

⁵ Cf. *Ibidem*, p. 53.

⁶ Cf. LE COADIC, Yves-François – *A Ciência da informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1996, p. 26 (1ª ed. francesa: 1994).

⁷ Cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 42.

arquivistas, que não ousam, porém, defini-la⁸) o imperativo de reconstituição ou de devolução o mais rigorosa possível ao contexto orgânico-funcional originário. Desta ideia decorre outra também fundamental: a informação tende a ser transversal a muitos ou a vários planos da actividade humana e social, verificando-se, conseqüentemente, uma interacção e uma integração exigidas pela acção humana e organizacional com os seus vínculos e traços próprios. A questão do sentido está intimamente ligada à preponderância do contexto e dos objectivos da acção no fluxo informacional, assim como emerge dos mecanismos e das atitudes de busca, de recuperação e de uso por parte dos utilizadores, cada um dos quais desenhando sempre o seu comportamento informacional específico.

A C. I., na qual, convém frisar, se integra a Arquivística (tal como se desenvolveu, ou seja, como uma prática de descrição, de ordenação, de recuperação e de uso de documentos *considerados de Arquivo*⁹), estuda, pois, um fenómeno humano e social identificável pelo conceito de informação com um conjunto específico de propriedades passíveis de serem confirmadas, refutadas ou acrescentadas unicamente através da pesquisa científica, sistemática e revisível, mediante um método apropriado. Entre várias perspectivas e possibilidades, o método quadripolar, desenvolvido nos projectos de investigação qualitativa mais consentânea com a natureza das Ciências Sociais, parece-nos ser o mais promissor. Consiste na interacção dinâmica e em espiral de quatro pólos: o *epistemológico* (compreende a natural coexistência e sucessão de paradigmas¹⁰); o *teórico* (compreende as teorias, hipóteses e modelos que vão sendo produzidos e modificados no decurso do processo dinâmico e infundável de investigação); o *técnico* (compreende as operações, procedimentos e técnicas empregues, a saber: a observação, a experimentação; a análise e a avaliação, seguidas por um naipe vasto de recursos e de instrumentos como o questionário, a entrevista, a estatística,

⁸ Os dicionários de Arquivística existentes são omissos quanto à definição adequada deste conceito, embora ele seja crucial. Com os chamados "princípio da proveniência" e da "ordem original" tem-se pretendido justificar na prática procedimentos de arranjo de documentos baseados em planos de classificação orgânico-funcional, mas este expediente é muito deficitário do ponto de vista conceptual e científico. Por organicidade entendemos a existência de uma acção desencadeada a partir de uma entidade (seja ela qual for - uma pessoa ou uma instituição estruturada de forma complexa) e tendo em vista um conjunto dinâmico de objectivos. Ver a abordagem jurídica dada a este tópico por MOUTA, Maria Fernanda – *O Arquivo: termos, conceitos e definições*. Viseu: Edição patrocinada pelo Governo Civil, 1989, p. 44.

⁹ A principal peculiaridade do "documento de arquivo" consiste em *su origen administrativo natural o involuntario, que le dota de carácter testimonial, frente al origen voluntario del documento cognitivo, primordialmente informativo. Ello tiene su reflejo en su diferente organización, que contrapone el fondo de archivo a la colección de biblioteca* (Cf. RODRÍGUES BRAVO, Blanca – *El documento: entre la tradición y la renovación*. Gijón: Ediciones Trea, 2002, p. 258-259. Embora aceite pela generalidade dos arquivistas, esta acepção é bastante frágil e inconsistente: 1º - o documento é de arquivo não por ser depositado num serviço de Arquivo (instituição), mas por ter sido produzido ou recebido por uma entidade não apenas institucional e dotada de aparelho burocrático (administrativo), visto que um simples cidadão produz e recebe documentos; 2º - considerar a origem ou o contexto administrativo como fonte geradora de actos documentais naturais ou involuntários por contraposição ao documento cognitivo e informativo (noticioso) depositado na Biblioteca faz sorrir qualquer psicólogo cognitivista: um burocrata que faz officios usa um outro órgão diferente do poeta que faz poemas?!!!! Será que o burocrata faz officios por instinto e só o poeta ou o romancista é que usam as suas faculdades mentais?!!!! 3º - abundam os exemplos de um flagrante impasse lógico que só é superável se deixarmos de confundir assuntos/temas e objectivos com a capacidade humana geral de representar através de códigos específicos as mais diversas ideias, factos, sentimentos...

¹⁰ Ver KHUN, Thomas – *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, p. 67-76. A mudança brusca de paradigma postulada por este autor, físico de profissão e falecido há poucos anos, aplica-se àquilo que ele designou por "ciência normal", categoria em que parece não entrarem outras ciências, além das "exactas" ou "naturais", como são as sociais e humanas. Sendo a C. I. necessariamente uma ciência social o modelo de Khun pode aplicar-se mas com as devidas adaptações.

a análise de conteúdo, etc.); e o *morfológico* (compreende a apresentação formal dos resultados obtidos graças à interacção construtiva dos pólos anteriores) ¹¹.

No pólo teórico concentram-se as hipóteses, os modelos e as teorias, umas importadas e outras elaboradas pelos próprios cientistas da informação à medida que desenvolvem, ampliam e complexificam as suas pesquisas. Não cabe, aqui, enumerá-las, mas temos de destacar uma que tem vindo a ser aplicada ao estudo e à compreensão daquilo que os arquivistas costumam designar por arquivo ou fundo: *conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por um a pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação* ¹². Esta "realidade documental" assim definida ou caracterizada ganha outros contornos e uma maior profundidade se vista através do conceito operatório de sistema que apresenta três características constitutivas essenciais: 1ª – *O sistema deve ser observável como uma unidade durável (visão sintética) com significado próprio (macro) a fim de, na conjugação dos seus elementos, parecer novo e emergente;* 2ª – *Todos os elementos do sistema (micro) compõem uma estrutura estruturante e estruturada, na qual cada elemento contribui para a existência da estrutura mas subordinada ao próprio estado da existência do sistema (visão analítica);* 3ª – *Há, portanto, uma correlação permanente (feed-back micro-macro) entre a unidade (totalidade) e os elementos (partes): por um lado, o sistema torna-se uma unidade na multiplicidade dos seus componentes; e, por outro, as partes perdem, no sistema, a sua individualidade, tornando-se igualmente essenciais na formação da unidade* ¹³.

Segundo Piero Mella ¹⁴ há dois grandes grupos ou categorias de sistemas: os organizados ou operatórios e os não organizados ou combinatórios, possuindo aqueles uma estrutura formada por órgãos (exemplos: o corpo humano, o relógio, o automóvel, etc.) e estes uma estrutura gerada por elementos análogos pelos quais não se reconhecem relações organizativas (dois exemplos: os fluidos e a população) ¹⁵. E à luz desta genérica "arrumação" podemos elaborar uma concepção sistémica de análise, de compreensão e de intervenção prática nas múltiplas manifestações concretas do fenómeno informação, tal como o entendemos neste estudo e ficou atrás definido, que pode implicar as duas categorias de acordo com certas condições determinantes na gestação do fenómeno. Não obstante isto, convém notar que um sistema de informação (literalmente trata-se de pensar e analisar o fenómeno informação como sistema) é mais natural e frequentemente organizado ou operatório do que não organizado ou combinatório por causa da primeira e segunda propriedades postuladas por Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro ¹⁶ como intrínsecas, logo patentes sempre e em todas as facetas e concreções do fenómeno.

Nesta perspectiva recuperamos a definição de *arquivo* como *sistema (semi)-fechado de informação social, materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado*

¹¹ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 85-91.

¹² Cf. ALVES, Ivone et al. – *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e do Documento, 1993, p. 7.

¹³ Cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 96.

¹⁴ Ver MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milano: Franco Angeli, 1997.

¹⁵ Cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 96-97.

¹⁶ Ver *Ibidem*, p. 42.

nos anteriores¹⁷, com ligeiras, mas necessárias, alterações: 1ª – sistema organizado ou operatório de informação em todos os casos em que há um produtor/receptor individual ou institucional dotado de organicidade; e 2ª – sistema não organizado ou combinatório de informação em situações de busca e de recuperação de conteúdos seja num Serviço de Biblioteca Pública, num Centro de Documentação Especializada, num Arquivo Público, ouvindo rádio, vendo TV (normal e interactiva) ou navegando pela *web*, situações info-comunicacionais em que se geram, confrontam e interagem tipos diferentes (micro e macro) de comportamento.

No caso vertente dos *Arquivos Familiares e Pessoais* estamos perante um *Sistema de Informação organizado ou operatório*, cujo pólo estruturante e dinamizador é uma entidade – Família e Pessoa, cada qual com estrutura própria e acção fixada sempre por objectivos diversos, uns perenes e outros mutáveis. Aplica-se, assim, a teoria sistémica devidamente adaptada à ontologia do fenómeno informacional e através de um modelo que passaremos a caracterizar nos seus traços essenciais.

Mas antes de mostrá-lo no seu âmago, convém explicar que usamos a noção de modelo num dos sentidos padronizados – o de modelo teórico que *réalise une synthèse des opérations de changement d'échelle, d'analogie et de formalisation, et produit ainsi une version stylisée de la réalité. Le style ici ne décrit pas un événement littéraire survenu dans le cours de l'énonciation d'une idée, mais ce dont le modèle est fait: symbole, dessins, flèches...* Or, *une version stylisée de la réalité, cela ne signifie pas une métaphore de la réalité, c'en est même, en un sens que je vais tout de suite préciser, exactement l'inverse*¹⁸. Só que essa referida estilização da realidade, produzida através de organogramas e de fluxogramas, é completada, na acepção mais ampla e densa que aqui usamos, por um procedimento descritivo multinível¹⁹ e maleável que visa, por um lado, aproximar-nos da autenticidade do contexto de produção original da informação num espaço e tempo determinados e, por outro, tornar possível um acesso o mais interactivo e dinâmico possível. E isto é feito através da demarcação nitida de dois vectores que permanecem erroneamente confundidos e baralhados nos denominados *planos de classificação orgânico-funcionais* que de orgânicos pouco ou nada têm e se resumem a uma classificação temática, como é, afinal, a célebre CDU (Classificação Decimal Universal usada nas Bibliotecas), mas sem ser assumida tal e qual. O vector orgânico-funcional que releva do contexto histórico onde se situa a acção geradora de fluxo informacional tem de ser modelizado com o máximo de rigor num instrumento específico – o quadro orgânico-funcional – e, paralelamente, é imperioso que surjam gradativamente vários tipos de instrumentos de pesquisa: desde o guia ao catálogo de documentos ou actos informacionais com uma poderosa panóplia de índices (antropónimo, cronológico, geográfico, ideográfico, etc.)²⁰.

¹⁷ Cf. SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel – *Arquivística*, vol. 1, ob. cit., p. 214.

¹⁸ Cf. NOUVEL, Pascal – *Modèles et métaphores*. In NOUVEL, Pascal (dir.) – *Enquête sur le concept de modèle*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p. 192; ver ainda SCHMID, Anne-Françoise – *L'Âge de l'épistémologie: science, ingénierie, éthique*. Paris: Éditions Kimé, 1998, p. 121-152.

¹⁹ Insere-se aqui a proposta da descrição arquivística em diferentes níveis hierarquizados que anda consagrada na ISAD-G - *International Standard of Archival Description - General*, produzida no âmbito de comité especializado do Conselho Internacional dos Arquivos (CIA) da UNESCO. Aceitamos esta ferramenta de descrição, mas apenas dentro de um modelo mais maleável e poderoso, firmado numa base teórico-metodológica consistente, que infelizmente faltou na concepção e redacção da dita norma. Note-se que Pedro de Abreu PEIXOTO propôs em artigo recente a aplicação das ISAD-G aos arquivos de família: Idem – A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família. *Páginas A&B: arquivos & bibliotecas*, Lisboa, 4 (1999) 55-70. Trata-se, aliás, de um exercício útil que pode e deve ser examinado e ajustado às exigências metodológicas do pólo morfológico do método quadripolar da C. I. Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 89-90.

²⁰ Ver a proposta de reformulação dos níveis de descrição arquivística apresentada por RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação no arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, vol. 2, p. 633-660.

2 – Aspectos essenciais do modelo sistémico e interactivo

A atitude habitual face aos “papéis” de Famílias e de Personalidades mais ou menos ilustres, assim como à documentação de todas e quaisquer entidades, tem ficado dependente de um padrão comportamental muito generalizado que tende a negligenciar, a eliminar, a vender e a fragmentar os mais diversos tipos de documentos. E, desta infundável e permanente razia, fica – quando fica... – um acervo residual que muitos arquivistas, marcados por uma forte vinculação restritiva da noção de arquivo à actividade administrativa, judicial e contabilística, têm dificuldade de considerar como fundo e muito menos como um sistema de informação, refugiando-se em termos difusos e equívocos – “colecção” e “espólio” são muito usados por força do hábito e de pouco sentido crítico²¹.

A par dessa ambiguidade e notória fragilidade teórica, os arquivistas têm inflectido bastante num plano mais utilitário e prático, servindo-se para isso da base legal como fez, por exemplo, Françoise Hildesheimer, no seu pequeno livro, *Les Archives Privées*, ao citar o estipulado pela Lei de 3 de Janeiro de 1979, no seu artigo 1º, a respeito da definição de arquivos, e especificando, no artigo 3, que os arquivos públicos são 1/ *Les documents qui procèdent de l'activité de l'État, des collectivités locales, des établissements et entreprises publics*; 2/ *Les documents qui procèdent de l'activité des organismes de droit privé chargés de la gestion des services publics ou d'une mission de service public*; 3/ *Les minutes et répertoires des officiers publics ou ministériels*, enquanto os privados *sont l'ensemble des documents définis à l'article 1er qui n'entrent pas dans le champ d'application de l'article 3 ci-dessus*²². Uma classificação jurídica generalizada e aceite como ponto basilar (Olga Gallego Dominguez inicia o seu *Manual de Archivos Familiares*²³ com um capítulo intitulado *Archivos Públicos y Archivos Privados*) e indispensável para a salvaguarda e gestão do património documental²⁴.

É, aliás, óbvia e consensual a necessidade de regular, legalmente, a incorporação dos acervos familiares e pessoais, em Serviços de Arquivo e de Biblioteca públicos²⁵ evitando, assim, a sua fragmentação, venda e destruição. E, por isso, os arquivistas muito natural e meritoriamente têm-se preocupado, cada vez mais, com a definição de uma política nacional para os arquivos em geral e os de família em particular, que

²¹ Bastaria a consulta de um qualquer Dicionário de língua portuguesa para se compreender a razão profunda e simples do uso da palavra espólio: *despójo; restos; bens que alguém deixou morrendo; aquilo de que alguém foi espoliado* (Cf. MORENO, Augusto - *Dicionário complementar da língua portuguesa: ortoépico, ortográfico e etimológico com um glossário de arcaísmos e uma lista das principais locuções estrangeiras, aplicáveis em português*. Porto: Livraria Editora Educação Nacional, 1936, p.544). Documentos, mobiliário e demais objectos de uso doméstico formam um conjunto indistinto – espólio – que é deixado por alguém à hora de sua morte e ao mesmo tempo sem uma unidade orgânica e intencional, não passando, por isso, de uma colecção. Ora, já atrás se indicou que a distinção artificial entre fundo e colecção é um artifício sem lógica, nem base credível e isto é tão elementar que não carece de demorada refutação.

²² Cf. HILDESHEIMER, françoise – *Les Archives privées: le traitement des archives personnelles, familiales, associatives*. Paris: Editions Christian, 1990, p. 7-8.

²³ Ver GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga – *Manual de archivos familiares*. Madrid: ANABAD, 1993.

²⁴ O empenho tem sido jurídico-político e mesmo assim considera-se insuficiente, o que é verdade, mas então que dizer do empenho científico? Confrangedoramente escasso a nível mundial... Para uma abordagem interdisciplinar, actualizada e rigorosa da temática patrimonial ver *Direito do património cultural: comunicações apresentadas no Curso realizado no Instituto Nacional de Administração, 13 a 12 de Abril de 1995*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1996.

²⁵ As Bibliotecas têm tido um papel menor, neste tipo de incorporações, o que se compreende e aceita, mas nada impede que a Biblioteca Nacional incorpore Arquivos Pessoais, como tem feito. Só que do ponto de vista da C. I. , a BN continua agarrada a uma linha “exótica” e confusa: agrupa-os na Secção dos Espólios (!!!) e aborda-os à luz da Arquivística Literária, filha de uma moda muito discutida e discutível, muito francesa também, de formar Arquivos Temáticos sem se perceber devidamente no plano teórico o que isso seja ou deva ser.

implica o *delineamento de um projecto de aquisição, difusão e regulamentação da acessibilidade a este género de fundos de arquivo*²⁶. Daí a importância da legislação sublinhada por Pedro de Abreu Peixoto: *A legislação é um dos eixos fundamentais ao qual se liga o desenvolvimento da arquivística e no qual se alicerçam as políticas nacionais relacionadas com a gestão e organização dos arquivos. (...) A razão primeira, da necessidade de uma reflexão mais profunda, é o facto de a inexistência de um enquadramento legislativo específico deste tipo de arquivos na lei portuguesa afastar inequivocamente os seus proprietários das instituições públicas de arquivo, que são no nosso país as mais preparadas para prestar um serviço técnico de arquivo, desde a organização à preservação e difusão. Logo não é possível defender, neste particular, com eficiência o património cultural português*²⁷.

Cuidar da regulação legal, e até do valor patrimonial dos Arquivos Familiares²⁸ e Pessoais, é matéria de gestão e de preservação que está dentro das atribuições e das competências dos Serviços de Arquivo (nascidos, como é sabido, após a Revolução Francesa²⁹) e de Biblioteca e que podia não constituir um grande ou difícil problema se houvesse em Portugal, e noutros países, um respeito colectivo pela lei e pelas políticas públicas de incidência cultural, assentes em estruturas eficientes. Mas este é um outro tópico que sai fora do escopo deste artigo.

Importa distinguir planos e, sobretudo, restringir a visão ou o paradigma patrimonialista³⁰, ao esforço de incorporação integral e de preservação material da informação/documentação, produzida por pessoas e por instituições. O estudo, e o denominado "tratamento arquivístico", não pode mais ser feito por portaria, nem tão pouco ao abrigo de uns planos de classificação orgânico-funcionais, feitos para evitar, por falta de tempo e de pessoal (argumento verídico, mas insustentável), a descrição catalográfica documento a documento e para legitimar uma alegada diferença original e até ontológica do documento de arquivo, do documento de biblioteca.

Começa neste ponto a necessidade de mudar de paradigma e de trazer a C. I. para o terreno da pesquisa, da contextualização e da disponibilização rigorosa da informação acumulada e incorporada. Os efeitos desta profunda alteração paradigmática são vários e imprevisíveis a médio e longo prazos.

Mudando, pois, de paradigma, mudamos também para um quadro teórico-metodológico que é a base fundadora do modelo que propomos para estudar e disponibilizar o acesso a sistemas de informação (SI) surgidos e mantidos por entidades de tipo familiar e pessoal.

Estamos, assim, a chamar a atenção para uma infinidade de casos que convocam, forçosamente, uma abordagem não casuística, mas indutiva (do particular ao geral), ou seja, centrada no contínuo e rigoroso estudo monográfico de uma soma ilimitada de casos, obtém-se uma panorâmica ampla e aprofundada sobre a natureza da informação gerada e recebida por certo tipo de entidades. A partir daqui, pode-se subir de escala a fim de se comparar e confrontar o mesmo fenómeno, dentro de uma rica e vasta variedade de contextos, e, nesta trajectória ascensional, por etapas, obtém a confirmação, a negação, a revisão/correção das propriedades da informação expostas atrás. Perspectiva que contrasta bastante com a abordagem empirista, incorporacionista e patrimonialista bem representada por Olga Gallego Dominguez e que tem inspirado

²⁶ Cf. PEIXOTO, Pedro de Abreu – Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal. *Cadernos BAD*, Lisboa 1 (2000), p. 84.

²⁷ Cf. *Ibidem*, p. 87.

²⁸ Ver PEIXOTO, Pedro de Abreu – O Valor dos arquivos de família. *Cadernos BAD*, Lisboa 1 (1995) p. 41-51.

²⁹ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel – *Arquivística*, vol. 1, ob. cit., p. 100-114.

³⁰ Para uma caracterização minuciosa deste paradigma, considerado também historicista ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit., p. 152-153.

o pouco que sobre este domínio específico está feito entre nós³¹. É, aliás, muito elucidativo o que aquela autora afirma quando se ocupa do "tratamento arquivístico" e inicia as suas considerações a respeito da organização (sinónimo de "arranjo dos documentos"): *Estos archivos presentan una problemática específica en cuanto a su organización y descripción, debido a las características de que hemos hablado anteriormente, es decir, a su carácter heterogéneo, fragmentario e incoherente, formados en su gran mayoría por documentos sueltos. Las series no suelen ser tipológicas, sino de origen arbitrario y con fines particulares, cuya unidad se la suele dar el asunto o la información. Por otra parte, en la clasificación no podemos apoyarnos en el principio de procedencia y de estructura, como si se tratase de una institución con órganos, funciones y actividades muy definidas por la normativa, por lo cual el tratamiento de estos fondos puede acercarse, en muchas ocasiones, al de las colecciones*³².

Um naco de prosa, pretensamente teórica e arrepiante do ponto de vista lógico, que não podemos deixar de fustigar nos seguintes pontos: 1º) o preconceito administrativista, já atrás focado e insustentável à luz da C. I., leva estes autores a declararem que a documentação familiar e pessoal não possui os atributos específicos do "documento de arquivo"³³ tal como vimos atrás pela mão de Blanca Rodríguez Bravo; 2º) as séries (série significa literalmente *conjunto de corpos homogéneos, sequência, sucessão, distribuição ordenada, disposição natural e metódica*³⁴...) não são apenas administrativas (deve, aliás, restringir-se este termo a práticas burocráticas de matriz jurídico-político que resultam da sequência de actos informacionais produzidos dentro de certo padrão uniforme e com um objectivo fixo ou (re)ordenados de acordo com as necessidades e os objectivos orgânicos de quem os usa), sendo conhecido o emprego deste termo na designação técnica dos periódicos ou publicações em série e, sendo, ainda possível, considerar, como série, os textos de um jornalista escritos diária ou semanalmente para a coluna de um qualquer jornal; 3º) admitir que o princípio de procedência e de estrutura só serve para o caso das instituições com órgãos, funções e actividades muito definidas pela normativa jurídico-administrativa, não se aplicando ao das famílias e pessoas,

³¹ E o que se tem feito, muito se deve a Pedro de Abreu Peixoto que vem publicando contributos úteis e preenchendo, assim, a flagrante lacuna verificada. Ver, em especial, GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES; Paulo Mesquita; e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de família: organização e descrição*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1996.

³² GALLEGU DOMÍNGUEZ, Olga – *Manual de archivos familiares*, ob. cit. Em ligeira discordância com esta autora um arquivista basco observou ser impossível determinar a matriz orgânico-funcional (tese que consideramos um erro crasso) e, assim sendo, num Arquivo de Família só podemos reunir os documentos por séries diplomático-temáticas. Ver BORJA DE AGUINAGALDE, F. – *El Archivo de la Casa de Zabala. Eusko-lkaskuntza / Sociedad de Estudios Vascos* [Separata fotocopiada, 1984]; Idem – *Los Archivos de familia: definición, estructura, organización*. In *Nuevos extractos de la Real Sociedad Bascongada de los Amigos del País*. Donostia-San Sebastián: R.S.B.^ºP., 1992, p. 11-37; e Idem – *Los Archivos privados familiares: propuesta de organización de sus fondos*. Madrid, *Hidalguia Instituto "Salazar y Castro"*, p. 33-50.

³³ Em sentido literal "documento de arquivo" é todo aquele que é depositado e consultado num Serviço de Arquivo. Em sentido mais elaborado é todo o documento seja qual for o assunto, a forma de registo e o suporte desde que produzido/recebido por alguém no decurso da sua actividade ou vida, de onde se conclui que não pode haver distinção entre "documento de arquivo" ou "de biblioteca", com base num critério meramente institucional ou administrativo, pois isto seria excluir, abusivamente, múltiplas manifestações ou variações do mesmo fenómeno. A única distinção possível tem de assentar na diferença de contexto de produção/recepção ou de acumulação. Um livro anotado por um leitor e um caderno manuscrito por esse mesmo leitor é documento de arquivo ou de biblioteca? E o mesmo livro não anotado, mas adquirido por um leitor que produziu e acumulou trabalhos onde surge citada informação de livros adquiridos por ele é de arquivo ou de biblioteca? Para responder a estas questões e a outras, com maior êxito, temos de mudar de quadro teórico em que pontifiquemos e se valorize o essencial, ou seja, a informação e o contexto onde nasce ou é inserida e utilizada. Os termos arquivo e biblioteca atrapalham mais do que ajudam e com a revolução tecnológica em curso sentiremos isso cada vez mais.

³⁴ Cf. MORENO, Augusto - *Dicionário complementar da língua portuguesa*, ob. cit., p. 1160.

é admitir, claramente, a inutilidade teórico-metodológica de tal princípio (considerado fundador da Arquivística), havendo só arquivo nessas instituições e em mais nenhuma entidade, e isto equivale a deitar por terra a definição jurídica de "arquivos privados"!...; e 4º) distinguir *colecção* de *fundo* é um artificialismo linguístico pueril que entra, facilmente, em contradição com a definição dada de *fundo* (*enquanto conjunto orgânico de documentos produzidos ou recebidos por uma qualquer entidade no decurso de sua actividade*), pois alguém se atreve a contestar, à luz dessa definição, que os livros adquiridos e lidos por um escritor profissional formam parte integrante de seu fundo?!! E, indo por aqui afora, não custa verificar que se usa o termo *colecção*, na prática, como sinónimo de *fundo* e até o lixo é fruto da nossa actividade natural...

Conclui-se, assim, que a prática arquivística baseada na coisificação e na patrimonialização dos documentos é um expediente simplista e equivocado, incompatível com os parâmetros essenciais e perenes do trabalho científico (ou as exigências básicas da Ciência Moderna, reformulada pelas críticas pertinentes e certas ao positivismo ingénuo e anacrónico).

Em vez de continuarmos a encarar, de forma muito sensitiva e simplista, o documento como coisa, a que se pode atribuir uma panóplia difusa e fluida de valores (Schellenberg consagrou o valor primário e o secundário³⁵; Pedro Peixoto observou, no respeitante ao arquivo de família, haver três valores ou planos de valoração: afectivo, patrimonial e informativo³⁶), temos de entender que ele existe porque é um elo essencial que liga o fenómeno informação à sua consumação comunicacional. O documento pode materialmente existir como coisa, mas epistemologicamente só existe amarrado ao binómio informação-comunicação, não podendo ser estudado, nem difundido à margem deste enquadramento ontológico.

Esta prevenção de cariz paradigmático justifica e prepara a operacionalização do método quadripolar através do jogo dialéctico de seus pólos – epistemológico, teórico, técnico e morfológico.

No pólo teórico concentram-se e emergem teorias, hipóteses e modelos. Interessa, aqui, a teoria sistémica e a noção operatória de sistema de informação, atrás evocada. Estejamos perante uma pasta fina com meia dúzia de papéis ou perante centenas de caixas a abarrotar de documentos envoltos em poeira, sujidade e visível desordenação (é intencional a omissão do substantivo desorganização...) aplica-se, a título sempre demonstrativo, a teoria sistémica com o efeito prático de se considerar esse amontoado de papéis – poucos ou muitos – como um sistema (semi)fechado de informação que remete para uma determinada estrutura (o aparelho organizacional ou a composição interna/endógena da entidade respectiva) e para uma funcionalidade dinâmica (uso original e reutilização posterior e permanente), vectores que se enlaçam e formam um terceiro – a memória específica³⁷.

Mas pode e deve perguntar-se: com que vantagens científicas? E pode e deve responder-se – várias. Primeira: superar a mera lógica incorporacionista que, paradoxalmente, cauciona, legitima e banaliza as práticas fragmentadoras dos conjuntos documentais quaisquer que sejam. Segunda: valorizar a complexidade do que é humano e social através de análises sistemáticas, aprofundadas e interdisciplinares, que permitem compreender e tentar a explicação do não linear, do que está para além do aparente, do complexo. Terceira: facilitar a inteligibilidade da informação que perdurou/perdura, através do minucioso exame da contextualização originária e das sucessivas e, por vezes, sinuosas recontextualizações de produção e de uso (fluxo). Quarta: compreender os mecanismos óbvios e mais recônditos e obscuros da necessidade mental/subjec-

³⁵ É interessante notar a existência de uma valoração semelhante aplicada por Alois Riegel para a preservação de património e de monumentos.

³⁶ Cf. PEIXOTO, Pedro de Abreu – O Valor dos arquivos de família, art. cit., p. 42-46.

³⁷ Cf. SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel – *Arquivística*, vol. 1, ob. cit., p. 213-214.

tiva – individual e colectiva – de busca da informação, problemática abrangida pela área de estudos de utilizador, também denominada comportamento informacional.

Entronca, aliás, nesta quarta vantagem o estudo da incessante dinâmica do fluxo informacional mediante a noção operatória de interactividade, muito em voga devido ao potencial trazido pela revolução infotelemática. Marco Silva avançou com uma definição interessante e estimulante do conceito que, de algum modo, cobre ou inclui a acepção insita ao modelo que estamos a expor. Segundo esse autor *interactividade é a disponibilização consciente de um mais comunicacional de modo expressivamente complexo, ao mesmo tempo atentando para as interações existentes e promovendo mais e melhores interações – seja entre usuários e tecnologias digitais ou analógicas, seja nas relações “presenciais” ou “virtuais” entre seres humanos*³⁸.

A adopção desta importante noção operatória exige uma alteração de fundo na elaboração de instrumentos de pesquisa, habitualmente produzidos tendo em conta perfis de utilizadores definidos por senso comum e não por regulares e minuciosos estudos comportamentais, em busca de indicadores seguros sobre as formas de busca de informação mais satisfatórias. Mas, se é verdade que esses estudos são necessários, também é evidente que persistem ideias erróneas, fáceis de demolir através de raciocínios simples e do uso correcto do senso comum. É o caso do preceito muito seguido de que os inventários (vão da secção à série e à subsérie) são o instrumento de pesquisa adequado a Arquivo, ao contrário do catálogo, inevitável para os acervos bibliográficos. No entanto, não custa perceber que quanto mais fina, mais pormenorizada, mais catalográfica for a descrição de um documento, maior será a probabilidade de serem atendidas e respondidas as diversas modalidades de busca postas ao S. I.

Através do pólo morfológico, a qualidade dos produtos finais do trabalho científico centrado, por exemplo, nos mais diversos tipos de S. I., tem de ser permanentemente melhorada, através do uso e do aperfeiçoamento da panóplia existente de instrumentos de pesquisa, com ênfase especial para o catálogo, os índices (desde o antroponímico ao ideográfico) complementados pela elaboração cuidadosa e exaustiva de *thesauri*.

Entre o morfológico e o teórico, fica o pólo técnico, em que avultam a observação e a análise/avaliação. Aquela pode ser directa ou indirecta, incidindo sobre casos ou sobre variáveis e consistindo na recolha exaustiva dos elementos históricos, normativos e reguladores específicos do S. I. e genéricos, ou de enquadramento conjuntural, de maneira a que se possa obter uma configuração exacta da estrutura orgânica e sua evolução, bem como dos objectivos e da lógica de produção/recepção/ordenação informacional, ao longo do tempo. Por seu turno, a dupla análise/avaliação implica um exame contínuo e rigoroso de todos os elementos obtidos, confronto e comparação, tendo em vista a efectiva compreensão do *puzzle*. E no que toca concretamente à avaliação do fluxo informacional, estejamos perante um S. I. activo ou perante um desactivado³⁹, recomenda-se a proposta matricial centrada nos objectivos orgânicos e na acumulação de memória (vital desde logo para a entidade produtora) expurgada de tudo o que possa ser eliminável⁴⁰.

Todos estes aspectos determinam e enformam o modelo cuja aplicação teórico-prática será explicada no ponto seguinte.

³⁸ Cf. SILVA, Marco – *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000, p. 20.

³⁹ Cf. SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel – *Arquivística*, vol. 1, ob. cit., p. 215-216.

⁴⁰ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica*. *Páginas Arquivos & Bibliotecas: a6b*. Lisboa 5 (2000) p. 57-113.

3 – Aplicação teórico-prática

Independentemente da variedade tipológica (redacção do conteúdo + função temática⁴¹), do volume documental que cada caso exiba e, muito particularmente, das condições físicas e sócio-institucionais em que for encontrado e estudado (uma Família ou os herdeiros de um determinada figura pública tanto podem manter em sua posse a respectiva documentação melhor ou pior conservada, como esta pode estar incorporada num Serviço de Arquivo ou numa Biblioteca Pública qualquer), não deve haver falsas facilidades na abordagem, nem a ânsia desastrosa de se desejar produzir um guia, um repertório ou um inventário, com a máxima celeridade para satisfação de muitos ou poucos utilizadores.

Urge, sim, aplicar o modelo sistémico e interactivo⁴², com o máximo rigor possível.

3.1 – Famílias

Um arquivo, melhor dizendo, um sistema de informação (S. I.) familiar remete, como todos os S. I. gerados pelos seres humanos, para uma estrutura orgânica. Os autores de *Arquivística...* (vol. 1)⁴³ tipificaram, quanto ao vector estrutura, duas espécies ou categorias: os *unicelulares* – todos os que assentam numa estrutura organizacional de reduzida dimensão, gerada por uma entidade individual ou colectiva, sem divisões sectoriais para assumir as respectivas exigências administrativas⁴⁴; e os *pluricelulares* – todos os que assentam numa média ou grande estrutura organizacional, dividida em dois ou mais sectores funcionais, podendo mesmo atingir uma acentuada complexidade⁴⁵. E quanto ao vector funcional/uso, outras duas: os centralizados – todos os sistemas (unicelulares e pluricelulares) que operam o controlo da sua informação através de um único centro (onde ela se concentra fisicamente) e que baseia o tratamento da mesma em critérios funcionais, ideográficos ou outros, que determinam a organização dos documentos e a elaboração de instrumentos de acesso; e os descentralizados – todos os sistemas pluricelulares, que, para obterem maior eficácia, optam por um controlo da sua informação, através da atribuição de autonomia aos seus vários sectores orgânico-funcionais, e aos subsistemas, quando existem, e por um tratamento documental devidamente ajustado à descentralização praticada⁴⁶.

De acordo com esta base de modelização, é possível postular que o SIF(des)AP – sistema de informação familiar activa (ou desactivada) e permanente – remete sempre para uma estrutura unicelular, mas esta afirmação, por si só, não esclarece, por completo, os contornos da organicidade subjacente a qualquer Família em todas as suas modalidades de adaptação sócio-económica, demográfica e jurídica (regime matrimonial) ao devir do processo histórico (estrutural e conjuntural) e civilizacional. É preciso acrescentar, com

⁴¹ A chamada tipologia documental não cabe apenas dentro das regras recenseadas pela Diplomática vocacionada, como técnica metodológica da História, para o estudo dos diplomas de cariz essencialmente jurídico-político e notarial, porquanto há uma extrema variedade de géneros discursivos (desde o literário, o científico, o religioso, etc. passando pelo matemático, o melódico, o pictórico e o gráfico até ao fotográfico e filmico) que são objecto de análise de diferentes disciplinas.

⁴² Ver uma outra faceta deste esforço modelizador em SILVA, Armando B. Malheiro da – *O Arquivo dos Açores (1878-1892) de Ernesto do Canto: um modelo de "erudição" histórico-arquivística: análise e superação*. In *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo: actas do Colóquio, Universidade dos Açores, 25-27 de Outubro de 2000*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso-Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, p. 219-277.

⁴³ SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel – *Arquivística*, vol. 1, ob. cit., p. 214-216.

⁴⁴ Cf. *Ibidem*, p. 214.

⁴⁵ Cf. *Ibidem*, p. 215.

⁴⁶ Cf. *Ibidem*, p. 215.

Yvonne Castellan, e de forma assaz genérica, que *une famille peut être définie comme une réunion d'individus: unis par les liens du sang; vivant sous le même toit ou dans un même ensemble d'habitations; dans une communauté de services*⁴⁷, significando isto a combinação dinâmica do vector biológico da reprodução humana com a inserção sócio-económica do agregado familiar. E este reveste diversas formas – desde o nuclear e o monoparental (relacionados, no Mundo ocidental, com o processo de industrialização e a pós-modernidade) ao patriarcal ou família-estirpe, predominante em várias sociedades europeias até ao final de setecentos.

Tendo em conta a definição dada, podemos ir buscar os fundamentos orgânicos e estruturais da Família aos seguintes elementos: (1) união afectiva e física de dois indivíduos de sexo oposto (ou do mesmo sexo, desde que legitimados por casamento civil); (2) procriação e continuidade genética através de descendência em sucessivas gerações (a geração converte-se, assim, na mais elementar e marcante divisão organizacional da Família); e (3) acção dos diferentes membros individuais a fim de garantirem a sobrevivência colectiva e as estratégias subsequentes de poder sócio-económico, político e simbólico.

Percebe-se, assim, que tenhamos criticado atrás Olga Gallego Domínguez e que nos afastemos da proposta dos autores de *Arquivos de família*⁴⁸. A crítica decorre da demonstração de que há sempre uma estrutura orgânica associada a um S. I. Mais: é impossível, postulamos nós, existir informação sem organicidade, o que não significa que tenha de haver sempre uma estrutura burocratizada e dividida em directorias, departamentos, secções e repartições (tipo pluricelular), pois há entidades que funcionam sem um complicado aparelho burocrático (são as unicelulares). E a nossa divergência, com os autores do citado manual, deriva da impossibilidade lógica e prática de se querer incluir num único plano de classificação duas dimensões complementares, mas distintas: a orgânico-funcional (uma estrutura organizada naturalmente por objectivos atingidos através de funções e atribuições, acções e tarefas) e a funcional-temática (funções e atribuições, acções e tarefas que constituem naturalmente temas específicos ou assuntos). Aquela é inconfundível com as rubricas temáticas (mais ou menos originais, mas muitas vezes anacrónicas...) que constituem apenas um meio, sem dúvida utilíssimo, de acesso ao conteúdo da documentação. Esta a divergência geral, mas ela aprofunda-se a um nível mais específico.

Com efeito, não consideramos sustentável que o critério orgânico aplicado à constituição de secções e suas divisões, no exemplo da Casa das Galvêas dado pelos referidos autores, consista na separação, no plano de secção arquivística, da linha varonil das linhas femininas e colaterais (em bloco), aparecendo depois debaixo da varonil, como subsecção, a sucessão geracional dos Mello e Castro, enquanto sob as femininas e colaterais dois ramos – os Silva Pereira e os Lobo de Saldanha. Se é indiscutível a importância da genealogia familiar para a contextualização orgânica da informação, também é óbvio que as linhas varonil e feminina se inscrevem dentro da unidade geração, sendo explicitadas através dos diferentes membros, e seu posicionamento escalonável por ordem de varonia e cronológico de nascimento. Parece-nos, pois, redundante e artificial elevar à categoria de secção as linhas (varonil e femininas), quando cada geração (a fundadora e as continuadoras) pode e deve ser uma secção arquivística, reservando-se as subsecções para inserir primeiro o casal administrador/representante da linhagem, depois o varão/esposo desse casal, depois a esposa, e depois os irmãos e cunhados por ordem cronológica de idades, se estivermos no espaço peninsular até ao séc. XIX.

⁴⁷ Cf. CASTELLAN, Yvonne – *La Famille*. Paris: PUF, 1996, p. 5, 5ª ed. Ver também HÉRITIER, Françoise – *Família*. In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 20: *parentesco*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 81-94.

⁴⁸ Cf. GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES; Paulo Mesquita; e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de família*, ob. cit., p. 39-43.

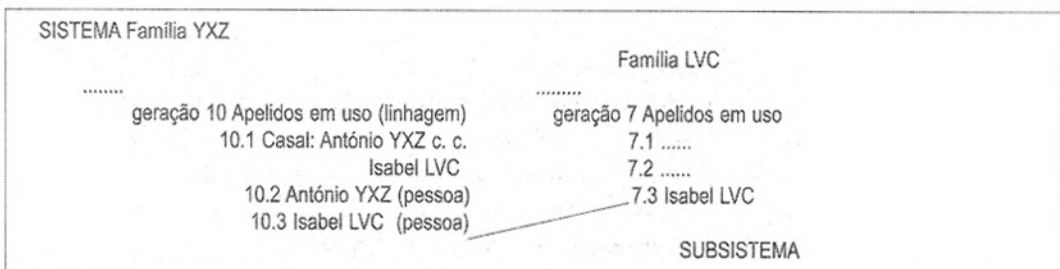
Em alternativa ao critério orgânico, os mesmos autores apresentaram o critério funcional, com duas secções – Gestão Patrimonial e Actividades Individuais – e cada uma delas com duas Sub-Secções respectivamente: Transação de bens e Administração de Propriedades; e Actividade Pública e Actividade Privada. No entanto, rejeitaram ambos os critérios optando por aquilo que designam de critério orgânico-funcional ou critério misto, a saber: Secção Actividades Individuais com três Sub-Secções, no exemplo da Casa Galvêas, (1) Mello e Castro, (2) Silva Pereira e (3) Lobo de Saldanha; e Secção Actos Administrativos

Percebe-se o esforço intelectual deste arranjo, que visa combinar organicidade com acesso temático à documentação, mas ressalta também um flagrante equívoco: as funções são intelectualmente atribuídas e inventadas pelo arquivista e desvirtuam a simplicidade da organicidade familiar que tem de ser escrupulosamente respeitada/reconstituída. Ela assenta tão só – e já é muito ... – em gerações e em membros/pessoas unidas por laços de parentesco. E a documentação se aparecer avulsa, ou seja, sem uma ordenação clara mantida através de maços, pastas e gavetas ou de uma outra qualquer solução de ordem/encadeamento físico, deve ser directamente – por ordem alfabética dos sumários das séries, subséries, documentos compostos e simples⁴⁹ – inserida nas diversas subdivisões de cada geração.

Até aqui não se deve complicar com a rebuscada fórmula do temático-funcional + orgânico, porque a complexidade não tarda a surgir quando menos se espera.

Todo SIF(AP) se baseia, estruturalmente, num contrato bio-social⁵⁰ de pessoas que se aliam e reproduzem, havendo, por isso, o permanente entrelaçar de famílias umas nas outras, através do casamento. E, por outro lado, não podemos esquecer, a par de uma unidade familiar com objectivos próprios e apoiada na interacção geracional, o peso significativo das trajectórias individuais. Temos, pois, um quadro complexo que, de caso para caso, varia em complexidade.

O modelo sistémico, que estamos a propor, permite equacionar as situações de aliança matrimonial numa família nobiliárquica de Antigo Regime (e noutros tipos de família) mediante a noção de Subsistema, conforme esquema:



O caso ficcionado, mas perfeitamente real, de Isabel LVC ajuda a ilustrar a situação, assaz comum e generalizada, de que uma pessoa, pertencente a determinada Família, casa, ao chegar a uma certa idade, com alguém de outra Família. E, se for a herdeira de todos os bens familiares, leva, naturalmente, consigo o SIF-LVC que será integrado no SIF-YXZ, mas mantendo aquele, em termos de representação descritiva,

⁴⁹ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*, ob. cit., vol. 2, p. 651-652.

⁵⁰ Atente-se no que a socióloga Maria Engrácia LEANDRO sublinha a este respeito: *Tendo em conta que a família é uma instituição dual, em virtude da sua natureza biológica e social, procura-se fazer compreender que, ao longo dos tempos e nos mais variados contextos sociais e civilizações, a família tem sido moldada pelas sociedades, os seus sistemas económicos e culturais e as religiões, mas que também ela, através do processo de socialização dos indivíduos, concorre, simultaneamente, para a reprodução e dinâmica das sociedades* (Cf. Idem – *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta, 2001, p. 51).

a indicação de que foi autónomo, até ao casamento de Isabel, e só por este facto é que se torna Subsistema. Daí para a frente, LVC funde-se e dilui-se em YXZ...

Esta situação padronizou-se nas famílias patriarcais, de estirpe e de morgadio (instituto marcadamente peninsular), não se verificando, porém, nas sociedades contemporâneas industrializadas do séc. XX em diante. As novas conjunturas sócio-económicas, tecnológicas, mentais e ideológicas foram enquadrando a nuclearização da família e a sua variação em monoparentais, duplas/triplas etc., com um mesmo cônjuge em todas elas e em "uniões de facto". Esta instável complexidade não impede, porém, que detectemos sempre a unidade básica – a geração e as linhas de sucessão simbólica e patrimonial – e, dentro dela, pessoas que, enquanto vivem juntas, produzem informação em função de objectivos e interesses comuns, continuados de algum modo por seus descendentes. Se estes não existirem e se houver uma união de duas pessoas, durante algum tempo, que depois se separam, não teremos, muito provavelmente, um S. I. familiar, mas dois S. I. pessoais e pode, ainda, acontecer que uma dessas pessoas venha a unir-se a outra até ao fim da vida e haver descendência, formando, então e de novo, um efectivo S. I. familiar. E o processo tende a tornar-se ainda mais tortuoso, mas para haver estrutura familiar tem de haver unidade e sequência geracional associada a estratégias comuns de cariz sócio-económico e simbólico.

O mesmo modelo está concebido para captar, na medida do possível, a organicidade inerente ao ser humano – único e extremamente complexo. Este ponto é, sem dúvida, o mais delicado e de solução mais fluida, que mais consistentes e aprofundados contributos da Psicologia, da Antropologia e de outras Ciências Humanas e Sociais poderão permitir aclarar. De qualquer modo, e enquanto não se aprofunda este aspecto crítico, parece-nos razoável admitir que a pessoa humana é uma totalidade psicossomática que nasce, cresce, amadurece e envelhece, ou seja, temos, aqui, algumas fases orgânicas associadas a um leque de possibilidades de acção (ou de actividade) concentrado nas fases intermédias e nulas/quase nulas nas fases extremas. E, se postularmos que a organicidade pessoal, reside na infância, na adolescência/juventude e na adultez/velhice, ressalta a imediata consequência de podermos cruzar, do ponto de vista do "encaixe" documental, a documentação pessoal com a familiar. Esta, do ponto de vista temático, diz respeito à gestão dos bens herdados e adquiridos, ao relacionamento interno e externo dos casais ou cônjuges (detentores de poder implícito ou de poder explícito no *corpus* jurídico) e a todas as matérias que envolvam e impliquem a Família no seu todo.

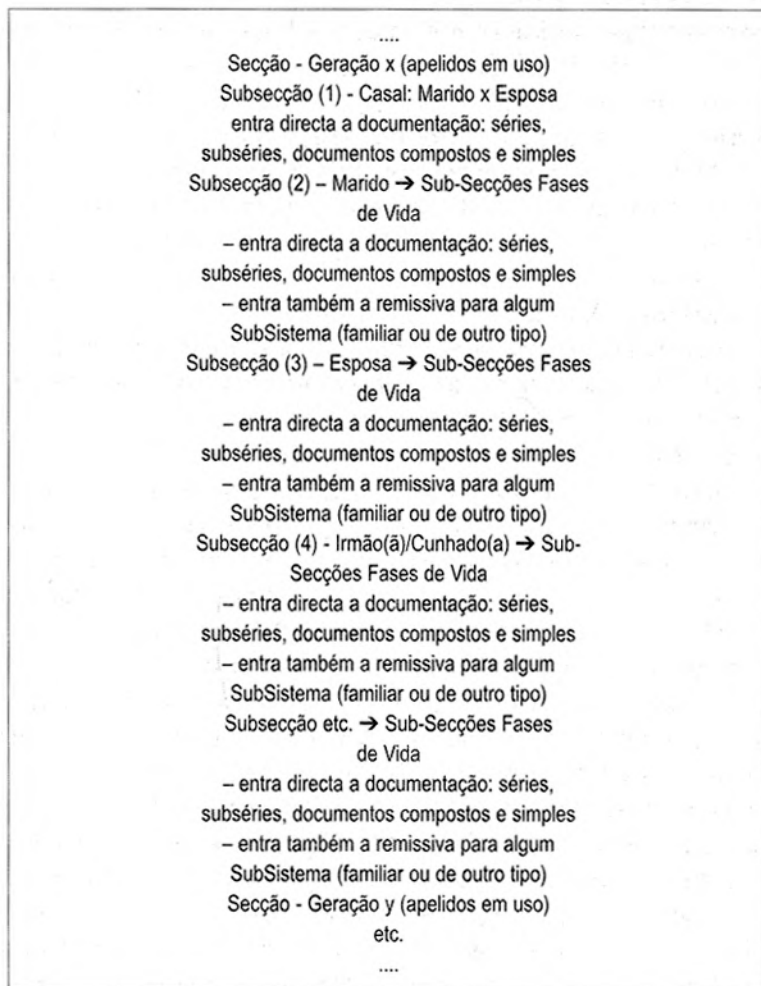
Há, no entanto, uma dificuldade no plano descritivo, que é preciso ter em conta sobretudo se pretendermos compatibilizar o modelo sistémico e interactivo com as ISAD-G e que respeita à inserção, num posicionamento hierarquizado, das fases de vida (essencialmente três: infância, adolescência/juventude e adultez/velhice) como Sub-Secções da Sub-Secção indivíduo X da Secção (Geração) Y. Uma dificuldade contornável se estivermos a elaborar um Quadro orgânico-funcional para publicação em papel ou num cd, mas se estivermos a trabalhar numa Base de Dados há que explorar nesta as possibilidades de resolução.

A operacionalização dos pólos teórico e técnico, através do modelo sistémico e interactivo, assegura, com o máximo de minúcia e rigor, a reconstrução contextual da informação e este desiderato é formalizado, no nível do pólo morfológico, mediante um quadro de organização ou um quadro genuinamente orgânico-funcional, disposto de acordo com o esquema multinível das ISAD(G)⁵¹, contendo, porém, as devidas adaptações terminológico-conceptuais⁵².

⁵¹ É aproveitável a adaptação das Normas feita por PEIXOTO, Pedro de Abreu – A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família, art. cit.

⁵² Mantemos o campo da entidade detentora, mas, no seguinte, designado por grupo de arquivos, sugerimos alteração para entidade produtora. Onde se lê fundo, deve estar sistema, e onde está sub-fundo, deve estar subsistema e não se pense que estas alterações são cosméticas ou meramente terminológicas, porque elas estão imbricadas numa assumida mudança de paradigma como ficou atrás explicado.

À guisa de uma explicação sintética e fácil de visualizar chamamos a atenção para o seguinte esquema:



O esquema exposto pode sofrer alterações na ordenação hierárquica das Sub-Secções individuais (reservadas a cada pessoa da respectiva geração), de acordo com características modernas do agregado familiar, – por exemplo, uma família nuclear sem filhos começa e acaba numa única geração...–, mas a sequência cronológica das idades dos vários filhos de um casal e, conseqüentemente, componentes activos de uma geração pode e deve manter-se. E, ao mesmo tempo, aplica-se, a cada pessoa, a divisão orgânica das fases de vida ou etapas psicossomáticas como Secções e contendo Sub-Secções orgânico-funcionais como veremos mais adiante.

Mas, antes de nos ocuparmos do caso das Pessoas produtoras/receptoras de informação, já obviamente imbricado na instituição Família, julgamos útil enumerar alguns procedimentos técnicos que resultam da aplicação inter-relacionada dos quatro pólos, mas com destaque especial para os teórico, técnico e morfológico:

1º O modelo sistémico e interactivo aplica-se independentemente do volume de documentação encontrada e do local/entidade onde fique acondicionado e acessível à consulta pública.

- 2º No momento inicial do trabalho de estudo e de disponibilização ao público acesso é obrigatória uma reportagem fotográfica completa do estado da documentação, partindo-se de imagens de conjunto (do mobiliário ou dos recipientes onde foram encontrados os documentos) até imagens de pormenor (para cada *dossier* e documentos individualizados).
- 3º A informação é um fenómeno materializável, em diferentes tipos de registo e de suporte material, sendo, por isso, inevitável encontrar uma tipologia documental diversificadíssima (manuscritos e impressos em papel desde livros a folhas volantes, números avulsos/recortes de jornais, mapas/cartas geográficas e geológicas, desenhos, gravuras, fotografias, postais, cassetes áudio e cassetes vídeo, filmes, etc.) que faz parte de um único e polifacetado sistema. A especificidade que cada suporte suscita, em nível da conservação, exige cuidados já padronizados como a limpeza, a higienização e a protecção em capilhas e pastas de cartão desacidificado, bem como a retirada de cor-deis, capas plásticas e clipes.
- 4º O processo metodológico de observação e de análise permite colher dados de variada natureza temática (desde a genealógica à biográfica) que são essenciais para precisar os contornos sistémicos do modelo no que toca ao denominado **Quadro Orgânico-Funcional**, que, em caso algum, deve ser confundido com os habituais planos de *classificação orgânico-funcional*.
- 5º O **Quadro Orgânico-Funcional** é o primeiro produto/instrumento (ganha forma no pólo morfológico) a ser elaborado obrigatoriamente mesmo que, o SIF(a)P em foco, possua uma ordenação física dos documentos e um ou mais instrumentos de pesquisa. Neste caso, a colocação física e descritiva da documentação faz-se de acordo com o dito quadro, mas respeitando-se a ordem dada aos documentos. Um exemplo: toda a documentação que tenha sido ordenada, em vida, de um membro de uma geração de determinada Família, será fisicamente mantida debaixo dessa geração ou desse membro e, virtualmente, ou seja, por meio da descrição de cada documento simples, identifica-se a informação que foi produzida noutros tempos e gerações, mas reunida fisicamente no mesmo conjunto.
- 6º Em paralelo ao **Quadro Orgânico-Funcional**, deve proceder-se, no plano descritivo feito através de FRD's⁵³, à fixação de elementos essenciais para a recuperação da informação em diferentes graus (desde o genérico ao específico). E, nesta dimensão, vital para que se concretize um acesso cada vez mais próximo dos múltiplos interesses e das necessidades de potenciais utilizadores, não há uma única receita, ao contrário do que tradicionalmente ficou estabelecido, ditando-se o inventário como o produto arquivístico por excelência: **a descrição pode oscilar dentro do mesmo SIF(a)P do inventário analítico (correspondente a um segundo nível de análise proposto por Fernanda Ribeiro⁵⁴) aos catálogos exaustivos⁵⁵ de documentos simples de séries extensas, como a cor-**

⁵³ Folhas de recolha de dados concebidas e organizadas tendo em vista a digitação da informação fixada em campos hierarquizados e inspirados nas ISAD-G de uma adequada Base de Dados informática.

⁵⁴ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*, ob. cit., vol. 2, p. 656.

⁵⁵ Não há uma grelha rígida, mas também é verdade que as variações são pequenas. Um exemplo que consideramos muito válido: partindo desta realidade os documentos foram ordenados por gerações e dentro de cada uma delas reunidos pelo produtor/destinatário da documentação, criando-se assim uma secção para cada elemento da família; dentro das secções, a documentação foi ordenada cronologicamente. // Do catálogo elaborado constam os seguintes elementos: - data; - tipologia documental; - autor; - destinatário; - assunto; - dados externos (páginas, medidas, material suporte, estado de conservação); - nº de documentos (em virtude de alguns documentos coexistirem fisicamente numa mesma unidade de instalação, como é o caso dos códices, no sumário remetemos o documento para o número do códice e dentro deste para as respectivas folhas). // Elaborámos também um índice onomástico que remete para o número do sumário do documento. A entrada principal uniforme para os nomes de pessoas é feita pelo último apelido, seguido do(s) restante(s) nome(s). (Cf. CASTRO, Maria João Padez de – *Catálogo do Arquivo do Morgado dos Garridos*. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 21-22 (2001-2002) p. 445).

respondência, e por diversos índices (antroponímico, geográfico, cronológico e ideográfico⁵⁶), complementados por *thesauri* ou listas de termos de autoridade.

- 7º O preenchimento rigoroso das FRD's não abrange a informação bibliográfica que pode e deve ser catalogada através das ferramentas em uso, nomeadamente a PORBASE em formato Unimarc e de acordo com as normas internacionais (ISBD). Mas o facto de se empregar, no plano da descrição, dispositivos normativos diferentes, não contraria a seguinte ideia basilar: os livros, opúsculos, folhetos, folhas volantes, prospectos e cartazes não formam, à luz da teoria sistémica e no âmbito do modelo sistémico e interactivo, uma colecção à parte, primeiro, porque a noção de colecção sai definitivamente do vocabulário técnico da C. I. por ser, em rigor, sinónimo de fundo ou acervo orgânico como já atrás referimos, e, segundo, porque um sistema de informação abarca este fenómeno, nas suas diversas manifestações temáticas, de registo tecnológico e de suporte material, não fazendo sentido nenhum separar ou agrupar, em unidades "sistémicas" distintas, a correspondência e outras séries documentais de sucessivas gerações e os livros adquiridos e lidos por essas mesmas gerações. Se toda essa informação foi produzida, adquirida e usada pela entidade Família tem de integrar forçosamente o Sistema de Informação Familiar X. Isto parece-nos de uma evidência flagrante.
- 8º É, pois, óbvia a unificação teórica e sistémica de toda a informação, mas, na prática descritiva, como podemos sinalizar a presença e tornar acessível a "biblioteca" familiar? Como colecção à parte? Ou como parte integrante do SIF(a)P? Obviamente como parte integrante, mas como? Como Secção? Repartindo, fisicamente, os impressos pelas Subsecções a que se reportam organicamente? Há livros, opúsculos e demais impressos que possuem ex-libris ou identificação do comprador/possuidor e, nestes casos, é possível, em nível catalográfico, anotar a relação e remeter para listagem (autor-título) no local certo do **Quadro orgânico-funcional**. Os não identificáveis agora, podê-lo-ão ser um dia mais ou menos próximo, pelo que se deve deixar em aberto este *upgrade* interactivo. E, de forma prática, o mais razoável, numa maioria considerável de casos, é aceitar e manter a designação comum de Biblioteca tratada, em nível de catálogo, como tem de ser e referida, no fim da apresentação hierarquizada do SIF(a)P, através de *link* possível em hipertexto/multimédia ou cd-rom.
- 9º Os documentos são, aparentemente, estáticos e podem ser ordenados em pastas, acondicionados em estantes fixas (corridas ou compactas) e isolados em salas-depósito, protegidos de calamidades várias (inundações, humidade, ataques de bibliófagos, etc.), mas a informação neles contida é, por essência, viva e dinâmica, aspecto importante que o modelo sistémico e interactivo visa atender e realçar. É preciso ter sempre presente que os documentos guardam-se e preservam-se para que a informação seja recuperada, em qualquer momento e por qualquer ser humano, e usada/transformada pelo(s) utilizadores de acordo com os seus interesses e necessidades contextuais. Adequar cada vez melhor os instrumentos e os pontos de acesso informacionais aos quesitos formulados por quem busca informação é o desafio complexo que se coloca hoje graças às facilidades e potencialidades despertadas pelas novas TIC (tecnologias de informação e comunicação). E a interactividade incide, precisamente, sobre este potencial cruzamento da oferta e da procura, podendo e devendo aquela aproximar-se, sucessiva e constantemente, de níveis mais profundos e exigentes desta.
- 10º A microfilmagem e a digitalização da informação de um SIF(a)P assentam em quesitos de ordem tecnológica e em medidas rigorosas de protecção do suporte papel que estão já devidamente tipificadas e difundidas. Remetemos, por isso, para a literatura respectiva, no que toca ao aspecto essencialmente tecnológico e preservacionista, não cabendo, aqui, a discussão dilemática do que

⁵⁶ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*, ob. cit., vol. 2, p. 657.

deve ser feito – microfilmar ou digitalizar, prevalecendo ainda a opinião baseada em pareceres técnico-científicos de que o microfilme dura em boas condições 500 anos e o digital é óptimo para o acesso, mas muito mais vulnerável e perecível. Do ponto de vista prático e da gestão financeira das entidades produtoras/receptoras e detentoras (Bibliotecas e Arquivos Públicos), a escolha, de suportes e de matriz privilegiada de acesso, resolve-se tendo em conta vectores como a relação custo-benefício e investimento financeiro claro em objectivos estratégicos.

- 11º A preocupação jurídica de classificar um SIF(a)P, como público ou privado, inscreve-se na esfera político-administrativa em que se normaliza e regula o acesso. Esta postura funda-se num pragmatismo inquestionável, mas é independente da esfera científica, facto que até agora tem sido pouco relevado pelos arquivistas, carentes de uma armadura teórico-metodológica consistente e permeáveis, por conseguinte, a modos de ver e de fazer de disciplinas diversas. Não surpreende, por isso, a obsessão arquivística pela conceptualização jurídico-administrativa e a primazia dada ao "loby" da História⁵⁷ em termos de acesso. O que propomos, face a este problema, é a distinção de planos: a salvaguarda, a incorporação e a definição de prazos de abertura a público são tópicos definidos numa esfera eminentemente política e jurídico-administrativa que adquire especial pertinência para quem dirige ou exerce funções técnico-científicas em Serviços de Arquivo ou de Biblioteca (instituições culturais), enquanto a esfera científica atende exclusivamente a duas vertentes ligadas ao fenómeno em estudo (e às suas propriedades) – a organicidade (estrutura e contextos originários) e a funcionalidade (instrumentos e pontos de acesso ao conteúdo e o uso deste, ou seja, o comportamento informacional)

Estes procedimentos não esgotam o leque de actos técnicos, exigível pelo estudo e pela disponibilização interactiva de um SIF(a)P, mas constituem a base operativa mais conforme com o paradigma científico e pós-custodial que perfilhamos.

3.2. Pessoas

Só há verdadeiramente um sistema de informação pessoal – SIP (activo e/ou permanente), quando estamos perante documentação produzida e adquirida/coligida por uma única pessoa ou ser humano. Ninguém nasce de geração espontânea e, portanto, as pessoas trazem sempre consigo, em tese, vínculos familiares, mas este facto não impede que haja órfãos solteiros que percorrem sua vida toda produzindo/acumulando S. I.'s, estritamente pessoais. E o que acontece mais frequentemente é a prática residual, ou seja, um SIF(a)P vai-se fragmentando e quando entra ou é incorporado num Serviço de Arquivo ou numa Biblioteca Pública (é o conhecido caso dos *espólios* da Biblioteca Nacional de Lisboa) já só se refere a um membro de determinado agregado familiar. Esse resíduo informacional é um SIP, por selecção inevitável, mas não um SIP genuíno e natural. Formulámos mesmo a hipótese de que mais natural e genuíno é o SIF que compreende a produção/recepção informacional de pessoas ligadas entre si por laços bio-parentais e sabe-se que o ser humano é eminentemente um ser social e político, como lucidamente observou Aristóteles.

É, no entanto, indesmentível a existência de SIP's e o desafio que se coloca ao modelo sistémico e interactivo, aqui defendido, é a determinação rigorosa da respectiva organicidade, como atrás já afloramos, alertando para a dificuldade da tarefa e invocando, aí, o contributo qualificado de certas Ciências Humanas

⁵⁷ Um "loby" que há muito se considera auto-suficiente no plano arquivístico, entendido como uma extensão metodológica. Ver, por exemplo, RASPIN, Angela – Private papers. In SELDON, Anthony (ed) – *Contemporary history: practice and method*. Oxford, UK: Basil Blackwell Inc, 1988, p. 89-100.

e Sociais, como a Psicologia e a Antropologia, para uma delimitação verosímil de fases psicossomáticas constitutivas do arco vital humano – do nascimento ao envelhecimento/morte.

Uma organicidade pessoal procurada à luz, entre outros, do contributo de Jean Piaget⁵⁸, surge plasmada em quatro etapas evolutivas – a infância (até aos 9/10 anos), a adolescência (dos 10 aos 16 anos), a juventude (dos 16 aos 23/25 anos) e a adultez/velhice (dos 23/25 anos em diante). Mas, a variação individual (cada pessoa pode apresentar fortes especificidades na maturação psicossomática) e sócio-cultural é acentuada, dificultando a fixação de uma matriz orgânica estável. Antecipamos, assim, a crítica mais séria que pode ser feita à aplicação do modelo sistémico e interactivo às pessoas. No entanto, insistimos neste ponto crucial: todo e qualquer ser humano nascido e criado em qualquer ponto do planeta Terra age para sobreviver e fixa objectivos legitimadores e estimuladores da acção, de acordo com os seus ciclos existenciais. Este princípio apodítico é ilustrado pelos seguintes exemplos: a informação produzida/recebida por uma criança depende do desenvolvimento de suas capacidades mentais e físicas, bem como do ambiente familiar e do sistema escolar correlativo; um adolescente/jovem (a distinção psicológica entre a organicidade de um adolescente e a de um jovem parece-nos, do ponto de vista informacional e das actividades correspondentes ao seu estágio de desenvolvimento físico e mental, muito ténue) projecta-se na informação que produz/recebe ou recolhe (jogos electrónicos, internautica, música e cinema são tipologias naturalmente dominantes num adolescente/jovem da actualidade); e um adulto/idoso (a continuidade orgânica e a longevidade em boas condições de saúde de um ser humano na época em que vivemos permite-nos associar numa fase ou ciclo único o jovem adulto, o adulto pleno ou na pujança de suas capacidades físicas e mentais e o adulto idoso) projecta-se de igual forma.

Mas, outra objecção se pode colocar a este esquema algo difuso de organicidade objectiva (as etapas biopsíquicas de vida existem): qual a vantagem para o utilizador de que a documentação seja disposta por fases da evolução vital de um ser humano em articulação com as diversas actividades e cargos/empregos por ele assumidos (desde estudante a profissional em diferentes ramos ou sectores)? Com as novas TIC, o processo de digitalização instala-se e difunde-se permitindo a reprodução por imagem de documento a documento com efeitos práticos imediatos: evita a consulta no suporte original e dispensa uma catalogação minuciosa⁵⁹, além de afastar do cardápio a receita do inventário e das classificações na realidade mais temáticas que orgânico-funcionais até há pouco “dogma” absoluto. O suporte digital parece sugerir, como apregoam os defensores desta solução tecnológica, uma resposta simples à questão posta: a vantagem para o utilizador é mostrar a informação textual, numérica ou gráfica/imagética que ele busca sem arrumações temáticas, nem orgânicas, ficando este exercício hermenêutico a cargo e da exclusiva responsabilidade de quem precisa e busca informação. O máximo que é tolerado é criar grupos documentais, um misto de identificação tipológica e temática à guisa de séries artificiais.

Dois razões principais nos afastam desse caminho.

A primeira razão leva-nos a marcar bem a diferença face à tradicional divisão em actividade pessoal e actividade pública, demasiado simplista, redutora e incapaz de traduzir a complexidade da existência humana reflectida na informação a cada dia feita, a cada dia coligida. Em vez de “encaixarmos” rapidamente os documentos em classes tão imprecisas como essas, entendemos que é, infinitamente, mais rigoroso, fixar a informação de um indivíduo (da certidão de nascimento, bilhetes de identidade ou cartões de vacinas aos livros e revistas ou discos em vinil e cd's) na fase de vida ou no segmento etário em que ele a adquiriu ou

⁵⁸ Ver, este autor e mentor, do construtivismo PIAGET, Jean – *Seis estudos de psicologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

⁵⁹ Ver SILVA, Armando B. Malheiro da – *O Archivo dos Açores (1878-1892)*, in ob. cit., p. 273-275.

produziu, guardando-a e usando-a pontualmente até ao fim dos seus dias. Conseguimos, assim, aproximar a informação da organicidade subjacente. E não vemos outro modo de o fazer. As alternativas a esta opção sistémica visam, apenas, facilitar o acesso ao conteúdo, sem se deterem, por um minuto que seja, no respectivo contexto originário, o que impede, na prática, o estudo de duas das propriedades intrínsecas do fenómeno informação (enumeradas atrás), sobre o qual, aliás, arquivistas, bibliotecários e documentalistas não devem mais incidir como meros arrumadores, preservacionistas, inventariantes ou catalogadores, mas basicamente como cientistas que investigam, buscam compreender e ajudam a explicar o respectivo objecto em toda a sua complexidade.

A segunda razão consiste em reafirmar que não se pode continuar a confundir planos distintos, ainda que complementares: o especialista em informação (seja arquivista ou bibliotecário), ao concentrar-se num S. I. de qualquer tipo, terá de usar o instrumento **Quadro orgânico-funcional** para contextualizar a informação e os **planos de classificação**, os **catálogos**, os **índices** e a **indexação com elaboração de thesaurus** para abrir, o mais possível e em profundidade, os conteúdos aos utilizadores. Fornecer uma imagem nitidamente digitalizada e resumidamente descrita é, sem dúvida, um meio expedito para o acesso rápido, mas é também um meio perverso de excluir o profissional da informação da mediação qualificada e sistemática que tem sempre de ser feita, até porque uma coisa é digitalizar postais legendados, fáceis de assimilar, e, outra, é “despejar” dezenas, centenas e milhares de textos de difícil leitura paleográfica. No domínio do acesso, designado, tradicionalmente, por estudos de utilizador, e, há uma ou duas décadas, por comportamento informacional, impõem-se pesquisas experimentais sérias, sistemáticas e extensivas que forneçam dados precisos e correctivos sobre a natureza e a qualidade dos instrumentos de mediação fornecidos.

Para que melhor se compreenda a aplicação do modelo sistémico e interactivo ao caso das Pessoas, julgamos oportuno desfiar alguns pontos com procedimentos teórico-práticos específicos:

- 1º Os elementos prosopográficos ou biográficos detalhados são fundamentais na elaboração do **Quadro orgânico-funcional** pessoal, assim como os genealógicos e histórico-familiares para a análise dos SIF(a)P. Em rigor, este quadro **não é um instrumento de acesso** (estes são produzidos em paralelo), mas permite compreender facilmente a distribuição cronológico-contextual dos documentos, pelas diferentes fases de uma trajectória de vida.
- 2º Os documentos são analisados e descritos, através de FRD's e de bases de dados bibliográficas, respeitando-se, escrupulosamente, a forma como foram ordenados até ao início do trabalho de estudo e de acesso. Nos sistemas de informação familiar e pessoal é possível encontrar, em número reduzido, porquanto o mais frequente é a existência de avulsos ou de *dossiers*/processos, dois tipos de séries: a natural ou orgânica, similar às que se encontram nos S. I. de instituições burocratizadas e é ilustrada, sobretudo, pela correspondência, embora seja importante notar a prática muito comum de distribuir cartas, cartões e postais por pequenos maços ou *dossiers* temáticos; e a posterior ou “arranjada”, resultante de operações pontuais de reordenação documental para facilitar o acesso ao possuidor/utilizador. Generalizou-se, também, a prática anti-natural de constituir, após o depósito dos SIP's em Serviços de Arquivo ou de Biblioteca, uma única e vasta série de correspondência – ordenada por remetentes – à custa da recolha de cartas das capilhas, pastas e unidades de instalação onde se achavam até à incorporação. Prática justificada sempre pela expedita ideia de tornar, rapidamente, acessível o conteúdo epistológico, através de uma intervenção abusiva, que destrói a mais tênue sombra de organicidade e que mexe e remexe a disposição física dos documentos, quando se sabe não ser preciso fazer isso para se criarem virtualmente instrumentos e pontos de acesso adaptados aos interesses e às necessidades dinâmicas de potenciais utilizadores.

- 3º A manifesta dificuldade em distinguir, com rigor, a informação que uma pessoa produz ou recebe, enquanto ser humano e enquanto sujeito activo, assumindo papéis sócio-profissionais diversos, é, com proveito, gerida pelo modelo sistémico, o qual, além das fases evolutivas, permite operar, dentro delas, com a informação transversal a toda a fase e com a específica de uma actividade ou função.
- 4º Os cargos exercidos em instituições públicas ou privadas geram informação institucional que os titulares desses cargos têm a tentação de levar para casa. Manuel Silva Gonçalves, Paulo Guimarães e Pedro de Abreu Peixoto propõem, que se trate como Colecção, o conjunto de documentos produzidos ou obtidos nesse desempenho institucional⁶⁰. Proposta que perde total cabimento, num modelo sistémico, na medida em que toda a documentação pertencente a um S. I. próprio e apropriada pela pessoa que esteve envolvida na sua produção/recepção, enquanto titular de algum cargo de responsabilidade, possui um vínculo orgânico ao SIP e pode ser representada, através de um Sub-Sistema deste, coisa que de outra forma (pelo termo difuso e equívoco de colecção) nunca fica sinalizada. Descrever – importa que os arquivistas tomem consciência disto – é representar com rigor e, como é óbvio e elementar, isso só se consegue quando se conhece bem o que pretendemos seja representado.
- 5º É preciso distinguir bem, e nem sempre é fácil, pois este ponto é delicado e precisa de ser bem analisado caso a caso, a informação que, por exemplo, o advogado produz, no exercício dessa profissão liberal⁶¹ da informação que ele produz/recebe, enquanto Governador Civil ou Presidente da Câmara. É óbvio que um tal conjunto documental deveria permanecer nos respectivos Sistemas institucionais, mas quando de lá sai, sem retorno, fica como Sub-Sistema do SIP, de modo a que se perceba tratar-se de informação autónoma, mas relacionada por um elo concreto.
- 6º A integração dos livros ou, dito de forma mais abrangente, da Biblioteca no SIP(a)P faz-se como ficou indicado para o SIF(a)P.
- 7º O nível de descrição obrigatório, para que a recuperação de informação seja fina e apta a cobrir o espectro exigente das necessidades de busca dos utilizadores, situa-se entre o documento composto e o documento simples, ou seja, só é aceitável a produção de catálogo que a digitalização, cada vez mais vulgarizada, torna inevitável, como atrás referimos.
- 8º Convém frisar que um SIP só possui informação produzida/recebida por uma única pessoa. Se determinada Pessoa casou e constituiu Família, é óbvio que estamos perante uma situação sistémica híbrida – Pessoal e Familiar, com destaque para a primeira.

A esquematização da inserção dos documentos dentro do **Quadro orgânico-funcional**, inerente ao modelo sistémico e interactivo, ajuda, certamente, a reforçar o intento de uma exposição clara, fácil de entender:

⁶⁰ GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES; Paulo Mesquita; e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de família*, ob. cit., p. 50.

⁶¹ A informação produzida/recebida no *Escritório* de um Advogado – processos, correspondência, livros e periódicos – entra, naturalmente, na Sub-Secção Advogado do **Quadro orgânico-funcional**.

.....

Secção - Fase Adulta (data x - data do falecimento)

- entram directamente as séries e documentos compostos e simples produzidos e recebidos ao longo desta fase.

Sub-Secção - Proprietário

- entram directamente as séries, os documentos compostos e simples produzidos e recebidos nesta função.

Sub-Secção - Advogado

- entram directamente as séries, os documentos compostos e simples produzidos e recebidos nesta função.

– entra também link a algum Sub-Sistema vinculado por causa desta sua vertente ou faceta formativa.

Sub-Secção - Escritor

- entram directamente as séries, os documentos compostos e simples produzidos e recebidos nesta função.

– entra também link a algum Sub-Sistema vinculado por causa desta sua vertente ou faceta formativa.

Sub-Secção - Político

- entram directamente as séries, documentos compostos e simples produzidos e recebidos nesta função.

– entra também link a algum Sub-Sistema vinculado por causa desta sua vertente ou faceta formativa.

A Biblioteca, através de catálogo, tem ligação orgânica com o S. I.P ou, em caso do volume da informação bibliográfica ser escassa, deve ficar distribuída pelas Secções e Sub-Secções respectivas.

4 – Proposições finais

A mudança de paradigma, que sustenta a proposta epistemológica sumariada no primeiro *item* deste ensaio, tem consequências teórico-práticas salientes e indeléveis.

A primeira é *holística*: a heterogeneidade das partes não anula, antes reforça, a identidade fenoménica de determinada totalidade. E é importante assinalar, no pólo morfológico (apresentação de resultados, elaboração de instrumentos de pesquisa), as partes que faltam e que ao faltarem deixam, inevitavelmente, truncada a totalidade que elas ajudam a constituir ou a instaurar. Saber, por exemplo, que há gerações sem um único documento ou fases da vida de uma pessoa vazias de informação não significa, obviamente, que não houve (teve de haver), mas que se perdeu ou foi eliminada na hora ou algum tempo depois no contexto de produção, aspectos indissociáveis do comportamento informacional que o modelo sistémico e interactivo pretende captar e seguir de forma metódica e regular.

A segunda é *crítica*: os documentos são meros elos de ligação do fenómeno informacional a situações comunicacionais plenas e efectivas, pelo que, disponibilizar documentação à consulta de eventuais interessados, é uma tarefa muito mais exigente e complexa do que tem sido habitualmente praticada, porque implica um exercício crítico permanente que conduz o sujeito ao âmago do seu objecto – o contexto originário da informação, a evolução desta em sucessivos contextos e a interacção funcional/temática entre ela e os agentes humanos que servem de portadores/(re)produtores e de (re)colectores/receptores.

A terceira é *interdisciplinar*: o estudo de um S. I. , para ser usado por quem dele precise, e a actualização contínua dos pontos e dos instrumentos de acesso convocam um fórum de interconexões disciplinares proveitosas para o aperfeiçoamento da performance funcional do S. I.

São consequências directas e compreensíveis, mas admitimos que elas não podem contornar ou fugir à objecção frequentemente repetida: a aplicação do modelo sistémico e interactivo exige um dispêndio de tempo e o emprego de recursos humanos inexistentes e, se calhar, desproporcionais para o resultado que se obtém através do modelo “empírico-documental”, concebido e subscrito pelos arquivistas, ao longo, sobretudo, da segunda metade do séc. XX. Baseado num plano de classificação que pode ser simples⁶² ou num “arranjo” mais versátil, mas de uma ligeireza teórica capaz de chocar os arquivistas mais “puristas”, e que foi ensaiado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – o CPDOC. Esta proposta descritiva não contempla os campos da ISAD(G) secção e sub-secção e reúne os documentos por séries: *documentos pessoais, correspondência, produção intelectual, documentação diversa, recortes de jornais* e ainda a chamada *documentação complementar* (anexa ao arquivo e que engloba documentos produzidos após ou referentes à morte do titular, como por exemplo telegramas de condolências, despesas de funerais, missas, etc.⁶³). Uma modelização prática e simplista que se ajusta bem à digitalização em massa, com um enfoque centrado nas peças do *puzzle*, esquecendo este como conjunto orgânico.

Já mostrámos atrás que, tratar e disponibilizar correctamente informação, não se compadece com expedientes simplistas e com rotinas acriticas de descrição/sumariação de documentos. Estas podem ser feitas por um pessoal técnico de formação profissional média ou por licenciados em História ou em qualquer outra área científica, com qualidades pessoais exigíveis (método, disciplina mental, sentido prático de ordenação coerente, etc.) e com bom senso, o que lhes permite aprender, por eles próprios ou com tutores experimentados, regras simples de catalogação e princípios intuitivos de classificação. Mas, temos de reconhecer que o trabalho obtido em tais condições formativas é incomum e não contribui para o desenvolvimento e a consolidação de um efectivo campo científico sobre informação/documentação/comunicação.

A aposta que começou, em Portugal, a ser feita, a partir de 2001, numa formação superior e pós-graduada, e já não apenas especializada, constitui um elevar da fasquia e das exigências teórico-práticas, tanto no desempenho profissional ligado à problemática e à gestão da informação nas mais diversas entidades, como no *corpus* teórico-metodológico que enforma os projectos de pesquisa na área. Percebe-se, assim, que um projecto destes se orientado, por exemplo, para um estudo de caso – um determinado SIF(a)P ou um SIP(a)P – recuse a via redutora e pobre de fornecer um qualquer instrumento de acesso ou uma Base de Imagens digitalizadas, com dados correlativos de baixa ou deficiente performance. Espera-se, pelo contrário, que com projectos de matriz assumidamente científica, se obtenha uma mediação com número indeterminado de utilizadores, sustentada, quer por enquadramentos seguros e necessários, quer por dispositivos actualizáveis de aferição dos diferentes graus e aspectos profundos do comportamento de quem busca e precisa de informação.

O modelo sistémico e interactivo que aqui ficou, pois, delineado na sua aplicação a um tipo específico de entidades produtoras/receptoras de informação, só se justifica e só pode frutificar, através de um empenho colectivo e esclarecido de (re)construção da Ciência da Informação, que está a crescer e a fazer o seu caminho nas sete partidas do Mundo – e, finalmente, também em Portugal!...

⁶² Numa versão aplicada, em ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL/ARQUIVOS NACIONAIS-TORRE DO TOMBO – *Arquivo do Paço de Cidadelhe*. Vila Real/Mesão Frio: Arquivo Distrital/Câmara Municipal, 1996, p. 24-25 (inventário elaborado por Manuel Silva Gonçalves, Paulo Guimarães e Pedro de Abreu Peixoto), os Documentos Individuais surgem como Secção ligados ao nome de uma pessoa, subdividida nas Sub-Secções – *Documentos pessoais, Documentos de função pública e Documentos de função privada*, mas no manual *Arquivos de família*, ob. cit., p. 52-53, os *Documentos pessoais, de função pública e privada* descem já ao nível de série.

⁶³ Cf. MEDEIROS, Ana Lígia Silva; COSTA, Célia Maria Leite; LOBO, Lúcia Lahmeyer – *Procedimentos técnicos em arquivos privados*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1986 (dactiloscrito), p. inum.

IV
Arquivo Histórico
Alberto Sampaio



Relatórios de Gerência da Vereação de Álvaro Marques (1952/57)

*Apresentação de António Joaquim Pinto da Silva**

Com a publicação dos Relatórios de Gerência da Vereação de Álvaro Folhadela Marques referentes aos anos de 1952 a 1957, pretende o Arquivo Municipal iniciar a apresentação pública de alguns textos importantes para a história do município, mais próxima ou longínqua.

Colocar ao alcance de um maior número de potenciais interessados, alguns momentos mais significativos da nossa história, parece ser um objectivo concretizável da política de arquivos da autarquia.

Textos que, de outro modo, continuariam a ser desconhecidos, apesar da sua evidente importância para o conhecimento da história do nosso município.

Assim sendo, planeamos editar, em sucessivos números deste Boletim, documentos que pelo contributo que podem dar para o esclarecimento de muitas situações e problemas da história local, nos pareçam ser merecedores de uma mais ampla divulgação.

Os textos que agora publicamos dizem respeito aos últimos seis anos das Vereações presididas por Álvaro Folhadela Marques (1893-1957). A importância deste Presidente da Câmara na história do concelho e, principalmente da Cidade, durante o século XX, tem sido inúmeras vezes referida, baseada essencialmente sobre os Relatórios que a própria Câmara publicou para os anos de 1945 a 1949. Não se tendo publicado os Relatórios para os anos seguintes pensamos que, em boa parte, pode esta lacuna ser colmatada com os textos existentes no Arquivo Municipal.

Por outro lado, com a inauguração, realizada em Setembro de 1952, das grandes obras realizadas nos primeiros anos do mandato (excepto a abertura da Rua Vasconcelos e Castro e de parte da actual Avenida Marechal Humberto Delgado, então Rua Engenheiro Frederico Ulrich), dir-se-ia que esse ano de 1952 marcou uma alteração significativa devida, sem dúvida, aos incêndios que destruíram os Paços do Concelho e o edifício das Escolas, em Abril e Maio desse ano.

O esforço, quer de tempo, quer financeiro necessário para a construção dos novos Paços do Concelho, marcou em muito esta segunda metade do mandato de Álvaro Marques, obrigando-o a deixar para trás muitos dos projectos previstos para concretização nesses anos.

O 'complexo desportivo' a construir no Parque 1º de Maio, a abertura da nova rua entre a Avenida 25 de Abril e o Largo Tinoco de Sousa (velho projecto da Câmara desde 1903 e que só seria concretizado a partir de 1969-1970), ou até o arrelvamento do Estádio Municipal, que chegou a ser encarado nessa época. O mesmo se diga do projecto de alargamento da Estação dos Caminhos-de-Ferro que, embora com outra forma, só actualmente foi realizado.

No entanto, é óbvio que não foi só a construção do novo edifício dos Paços do Concelho que se destacou neste período entre 1952 e 1957. Pelo menos três outras obras merecem uma referência especial: a nova Escola Comercial e Industrial, o restauro da Casa de Camilo e a 'abertura' da Rua Dr. Francisco Alves.

Os textos que a seguir se publicam pretendem dar uma ideia mais abrangente das grandes e algumas pequenas questões, que fizeram a história da Câmara e o do Concelho nos anos de 1950.

* Chefe da Divisão dos Arquivos da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão

Fontes: Arquivo Municipal Alberto Sampaio

– Livro de Actas do Conselho Municipal (1952-1974), 1 vol.

– Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal (1951-1957) 6 vol.

1. Relatórios de gerência

Relatório da Gerência Camarária no ano de mil novecentos e cinquenta e dois.

Nos termos do preceituado no número terceiro do artigo septuagésimo sétimo do Código Administrativo, tenho a honra de submeter à discussão e votação do Digno Conselho Municipal, o sucinto relatório da gerência camarária relativo ao ano findo de mil novecentos e cinquenta e dois.

Durante a gerência deram-se dois acontecimentos dignos de registo:

Um deles, foi o dos trágicos incêndios que nas madrugadas de cinco de Abril e vinte e seis de Maio destruíram os edifícios dos Paços do Concelho e das antigas escolas oficiais da Vila, nos quais, além dos avultadíssimos prejuízos materiais, se perdeu a quase totalidade do arquivo municipal, e que enlutou, estou certo, o coração de todos os famalicenses.

O outro, para que nem tudo sejam tristezas e aborrecimentos, foi o das grandiosas e memoráveis Festas da inauguração dos importantes melhoramentos realizados na sede do concelho, da exposição industrial e da parada agrícola, que tiveram lugar de vinte e um a trinta de Setembro e a que se dignaram assistir Suas Excelências os Ministros da Educação Nacional e da Marinha, Subsecretário de Estado do Comércio e Industria, Governador Civil do Distrito e Arcebispo Primaz e outras altas individualidades, as quais pelo brilhantismo como decorreram a todos nos encheu de orgulho. Devo salientar também a honrosa visita à exposição industrial de Sua Eminência o Cardeal Patriarca, Ilustre Filho do nosso concelho, de quem ouvi palavras de louvor pelo valor industrial do nosso concelho patenteado na exposição.

As obras e melhoramentos inaugurados foram os seguintes:

- Edifício do Mercado Municipal, obra comparticipada pelo Estado e já totalmente paga pela Câmara, devendo ser recebido oportunamente o restante da comparticipação do Estado na importância de cento e dezoito mil escudos. Para a urbanização do local despendeu-se, como sinal de início de pagamento de terreno destinado a esse fim, a importância de cento e oitenta mil escudos;



- Abastecimento de águas à sede do concelho – obra comparticipada pelo Estado, não tendo sido ainda recebida a totalidade da comparticipação;
- A Rua de São João de Deus – obra comparticipada pelo Estado;
- O Campo de Jogos;
- O Albergue Concelhio, Centro de Assistência Social, adaptação do antigo edifício da Cadeia Comarcã, obras também comparticipadas pelo Estado;
- Pavimentação de parte da Rua Cinco de Outubro e construção de passeios na mesma Rua e das Ruas do Campo Mouzinho de Albuquerque que dão acesso ao Mercado Municipal, cujas obras foram efectuadas a expensas únicas do Município.

Efectuaram-se ainda os seguintes melhoramentos:

- Pavimentação da Estrada Municipal de Nine a Arnoso, lanço de Coura às Quintães, por Vilar d'Este;
- Continuou a obra de abastecimento de água ao edifício escolar da freguesia de Mogege, construído pelo Plano dos Centenários, obras estas comparticipadas pelo Estado;
- Procedeu-se à arborização do Campo de Jogos e Cemitério Municipal;
- Foram reparados diversos edifícios escolares do Concelho no que se despendeu uma importância superior a quarenta e nove mil escudos;
- Foram concedidos subsídios num montante superior a seiscentos e vinte contos às Juntas de Freguesia do Concelho para obras e melhoramentos nas mesmas e foram ainda reparados directamente pelo Município vários caminhos públicos e estradas municipais, no que se despendeu uma importância superior a cento e vinte sete contos;
- Foram também entregues a todas as Juntas de Freguesia do Concelho dotações para os seus serviços de expediente.

Foram concedidos subsídios:

- De lactação para parturientes pobres no que se despendeu uma importância superior a oito mil escudos;
- À Comissão Municipal de Assistência, cento e cinquenta contos para tratamento de doentes pobres nos hospitais e sanatórios e subsídios a pobres inválidos;
- Às duas Corporações dos Bombeiros Voluntários desta Vila e à de Riba d'Ave, para seguro do pessoal do seu corpo activo, vinte e um contos;
- À dos Voluntários Famalicenses para condução de doentes pobres, três contos;
- Ao Colégio de Camilo Castelo Branco, desta Vila, trinta e seis contos;
- À Creche-Mãe, desta Vila, dez contos;
- À Mocidade Portuguesa, deste Vila, cinco contos;
- Ao Futebol Club de Famalicão, trinta e seis contos;
- Despendeu ainda quatro mil novecentos e oitenta escudos com outros actos de beneficência e assistência, entre eles com as Colónias Balneares de Crianças Pobres do Concelho;
- Foi ainda fornecido material de incêndio às Corporações dos Bombeiros Voluntários desta Vila, na importância superior a vinte e nove mil escudos.

Não se puderam efectuar as obras mencionadas no Plano de Actividades:

- Da construção do parque de diversões com piscina, ring de patinagem, ténis, etc., no Parque General Carmona;

- De alargamento e pavimentação da Rua Cinco de Outubro entre a Rua Camilo Castelo Branco e o Largo Tinoco de Sousa;
- Da Restauração da Casa de Camilo em Seide (São Miguel), por virtude de não terem sido concedidas pelo Estado as respectivas participações, estando porém as duas últimas incluídas no Plano de Obras a levar a efeito no corrente ano.

A Câmara, como sempre, procurou bem servir os interesses e o progresso do Concelho.

Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão, catorze de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e três.

O Presidente da Câmara Municipal,
Álvaro Folhadela Marques.

Relatório da Gerência Camarária no ano de mil novecentos e cinquenta e três

Em cumprimento do preceituado no número terceiro do artigo septuagésimo do Código Administrativo, tenho a honra de submeter à discussão e votação do Digno Conselho Municipal, o relatório da gerência camarária relativo ao ano findo de mil novecentos e cinquenta e três.

As receitas arrecadadas foram no montante de cinco milhões oitocentos e oitenta e seis mil trezentos e setenta escudos e vinte centavos, acrescidas da importância de um milhão trezentos e trinta e seis mil trezentos e oito escudos e noventa centavos, proveniente do saldo do ano anterior.

As despesas no total de quatro milhões oitocentos trinta e cinco mil oitocentos e vinte e nove escudos e trinta centavos, existindo assim um saldo de gerência, em dinheiro, no total de dois milhões trezentos oitenta e seis mil oitocentos quarenta e nove escudos e oitenta centavos, que é das seguintes proveniências:

Produto da venda de terrenos para edificações de moradias na Rua de Vasconcelos e Castro, vinte e cinco mil e trezentos escudos;

Recebido das Companhias de Seguros como indemnização dos prejuízos causados pelos incêndios ocorridos nos edifícios dos Paços do Concelho e das antigas Escolas desta Vila, setecentos e dezoito mil trinta e nove escudos e oitenta centavos;

Receita consignada de depósitos de garantia de consumidores da água municipal e de preparos de licenciamentos sanitários, nos termos da Portaria número seis mil e sessenta e cinco, dezanove mil e treze escudos e trinta centavos;

De receitas gerais e, portanto disponível, um milhão seiscentos vinte e quatro mil quinhentos e seis escudos e setenta centavos.

A Câmara procurou bem servir os interesses do concelho, e assim, durante a gerência:

Adquiriram-se prédios urbanos e terrenos rústicos para o alargamento e pavimentação da Rua Cinco de Outubro, entre a Rua Camilo Castelo Branco e o Largo Tinoco de Sousa, cuja obra se iniciou e em que se despendeu uma importância superior a quinhentos mil escudos;

Continuaram-se as obras de abastecimento de água aos edifícios escolares das freguesias de Brufe, Mogege, Vale (São Martinho) e Arnoso (Santa Maria), no que se despendeu uma importância aproximada a cento e treze mil e quinhentos escudos;

Iniciaram-se as obras de abastecimento de água à freguesia de Lousado;

Efectuaram-se as obras complementares no Albergue Concelhio, actualmente Casa dos Pobres;

Foram montadas câmaras frigoríficas no Mercado Municipal, no que se despendeu uma importância aproximada a cento quarenta e dois mil escudos;

Completo-se o pagamento de terrenos adquiridos para urbanização da zona anexa ao Mercado Municipal, no que se despendeu uma importância aproximada a quarenta e cinco mil escudos;

Efectuaram-se as obras de ampliação e conservação do Matadouro Municipal, no que se despendeu uma importância aproximada a vinte e cinco mil escudos;

Efectuaram-se obras de reparação e conservação das Ruas e Praças da Vila, tendo-se substituído o pavimento dos passeios da Rua Narciso Ferreira, no que se despendeu uma importância superior a quarenta e dois mil escudos;

Foram reparados diversos edifícios escolares do concelho, no que se despendeu uma importância superior a setenta mil escudos;

Entregou-se ao Estado a anuidade de setenta e tal mil escudos, como reembolso da construção de edifícios escolares no concelho, construídos pelo Plano dos Centenários;

Adquiriu-se mobiliário e material didáctico para as escolas do concelho, no que se despendeu uma importância muito aproximada a vinte e sete mil escudos;

Procedeu-se à reparação de mobiliário escolar, no que se despendeu uma importância aproximada a sete mil e quinhentos escudos;

Despendeu-se com rendas de casas particulares, para funcionamento de escolas e postos escolares, uma importância aproximada a trinta e três mil escudos;

Concedeu-se ao Colégio de Camilo Castelo Branco, um subsídio de sessenta mil escudos, para auxílio do funcionamento daquele estabelecimento de ensino secundário;

Concederam-se às Juntas de Freguesia do Concelho, subsídios para expediente e exercício das suas atribuições, num total de oito mil e quinhentos escudos;

Foram ainda concedidos subsídios às mesmas Juntas de Freguesia, para obras e melhoramentos nas mesmas, num montante superior a quatrocentos noventa e quatro mil e quinhentos escudos, e foram ainda reparadas directamente pelo Município diversas estradas e caminhos do concelho, no que se despendeu uma importância superior a cento e noventa e sete mil escudos.

Foram ainda concedidos subsídios:

De lactação, para parturientes pobres, no que se despendeu uma importância superior a onze mil escudos;

Às Corporações dos Bombeiros Voluntários desta Vila e aos de Riba d'Ave, para seguro do pessoal do seu corpo activo, vinte e um mil escudos;

À dos Voluntários Famalicenses, para condução de doentes pobres na sua auto-ambulância, três mil escudos;

À Creche-Mãe, desta Vila, dez mil escudos;

À Casa dos Pobres, quinze mil escudos;

À Mocidade Portuguesa, desta Vila, cinco mil escudos;

Ao Futebol Club de Famalicão, trinta e seis mil escudos;

Ao Famalicense Atlético Club, dez mil escudos;

Despendeu-se ainda com outros actos de beneficência e assistência, entre eles com as Colónias Balneares de Crianças Pobres do Concelho, uma importância aproximada a sete mil escudos;

Despendeu-se mais com o fornecimento de material de incêndio e aquisição de fardamentos e material de equipamento para as viaturas das Corporações dos Bombeiros Voluntários desta Vila e de Riba d'Ave, uma importância aproximada a quarenta mil escudos.

Não foi possível levar a efeito as obras de construção do novo edifício destinado a Paços do Concelho e demais Repartições Públicas do Estado, em virtude de se ter de aguardar os pareceres de diversos Ministérios de que aquelas Repartições dependem, para se poder proceder à elaboração do projecto defi-

nitivo da grandiosa obra. Agora, porém, que os respectivos pareceres já se encontram na posse do autor do projecto – Excelentíssimo Architecto Januário Godinho –, está já este técnico a proceder à organização do projecto definitivo, o qual deve ser entregue a esta Câmara Municipal dentro de breves dias.

Iniciadas as obras de Restauração da Casa de Camilo, em Seide (S. Miguel), verificou-se a necessidade de demolição, por má construção, de todo o edificio, com excepção da parte de pedreiro. Nestas condições, entendeu-se que era de aproveitar a oportunidade para a reintegrar na sua feição primitiva, visto que a preocupação havida no acto da sua reconstrução, depois do incêndio que a destruiu, de nela instalar o edificio escolar da freguesia, obrigou a abandonar a feição definitiva do edificio. Pedida e obtida a construção na freguesia de um edificio escolar pelo Plano dos Centenários, julgou-se que não devia perder-se a oportunidade de fazer a Restauração respeitando a traça da Casa que foi habitada por Camilo. Isto levou a suspender os trabalhos e a pensar-se na organização de novo projecto que fosse a reprodução fiel do edificio que o incêndio devorou. Dentro de dias deve esse projecto estar concluído, prosseguindo então os trabalhos respectivos.

Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão, doze de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e quatro.

O Presidente da Câmara Municipal,
Álvaro Folhadela Marques.

Relatório da Gerência Camarária no ano de mil novecentos e cinquenta e quatro

Nos termos do disposto no número terceiro do artigo setenta sete do Código Administrativo, cumpre submeter á discussão e votação do Digno Conselho Municipal, o relatório da gerência da Câmara Municipal do ano findo de mil novecentos e cinquenta e quatro.

As receitas arrecadas foram no montante de cinco milhões novecentos sessenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e seis escudos e oitenta centavos, proveniente do saldo do ano anterior e as despesas no total de cinco milhões oitocentos trinta e quatro mil duzentos e cinquenta escudos e trinta centavos, existindo assim um saldo da gerência, em dinheiro, no total de dois milhões quinhentos e dezanove mil e cinquenta e seis escudos e trinta centavos, que é das seguintes proveniências: Produto da venda de terrenos na Rua Vasconcelos e Castro, vinte e cinco mil e trezentos escudos; Idem da remissão de foros, cento vinte e cinco escudos e noventa centavos; Indemnização recebida das companhias de seguros pelos prejuizos causados nos incêndios ocorridos nos edificios dos Paços do Concelho e nas antigas escolas officias desta Vila, setecentos e dezoito mil e trinta e nove escudos e oitenta centavos; De receitas consignadas de garantia de licenciamento sanitários nos termos da Portaria número seis mil e sessenta e cinco, doze mil cento e oitenta e cinco escudos e dez centavos; De receitas gerais e, portanto disponível, um milhão setecentos sessenta e três mil quatrocentos e seis escudos e cinquenta centavos.

Pelo sucinto relatório a seguir, poderão Vossas Excelências apreciar como foi exercida a actividade da Câmara durante a gerência. Assim:

Continuou-se a obra de abastecimento de águas á sede do Concelho no que se despendeu a importância de cerca de cento e dez mil escudos;

Conclui-se a obra de abastecimento de água a freguesia de Lousado, tendo-se construído cinco fontanários destinados ao abastecimento público, no que se despendeu cerca de quatrocentos e quarenta mil escudos;

Continuaram-se as obras de abastecimento de águas aos edificios escolares, construídos pelo Plano dos Centenários, nas freguesias de Arnoso (Santa Maria), Vale (São Martinho) e Novais e concluíram-se as referentes ás escolas das freguesias de Brufe e Mogege, no que se despendeu um total aproximado a duzentos e cinquenta mil escudos;

Concluíram-se as obras de pavimentação da Rua Cinco de Outubro, entre a Rua Camilo Castelo Branco e o Largo Tinoco Sousa, no que se despendeu a importância aproximada de duzentos e noventa mil escudos;

Efectuou-se a obra de Restauração da Casa de Camilo, em Seide (São Miguel) tendo-se despendido uma importância á volta de duzentos e trinta mil escudos;

Reparou-se o edificio da cantina anexo as escolas desta Vila, no que se despendeu a importância de cinco mil escudos;

Entregou-se ao Estado a anuidade de oitenta mil trezentos noventa e sete escudos, como reembolso da construção de edificios escolares no Concelho, pelo plano dos centenários;

Adquiriu-se terreno junto ao mercado Municipal, para a localização da feira do gado, sendo despendida a importância de duzentos e cinquenta mil escudos;

Adquiriu-se para efeito de demolição um prédio urbano na Rua Cinco de Outubro, compreendido na zona de protecção á casa dos Pobres, no que se despendeu uma importância de vinte e seis mil escudos;

Despendeu-se com indemnizações para a realização do Plano de urbanização, nos termos do artigo décimo primeiro do Decreto lei número trinta e oito mil e trezentos e oitenta e dois, de sete de Agosto de mil novecentos e cinquenta e um, a importância de trinta mil escudos;

Efectuou-se o pagamento da importância de cinquenta mil escudos, como sinal da aquisição do terreno para a construção da casa dos Magistrados;

Procedeu-se á instalação de moderno sistema de iluminação na Rua Cinco de Outubro, no troço hoje denominado Dr. Francisco Alves- entre a Rua de Camilo Castelo Branco e o Largo Tinoco de Sousa -, no que se despendeu uma importância aproximada a trinta e sete mil escudos;

Adquiriu-se globos com os respectivos reflectores e lâmpadas de vapor de mercúrio e fluorescentes, para a moderna iluminação da Rua Adriano Pinto Basto, Campo Mouzinho de Albuquerque e Praça da República no que se despendeu uma importância aproximada a setenta e um mil escudos;

Efectuou-se a obra de pavimentação do lanço entre Mogege e Pedome, da estrada Municipal de Joane a Pedome, no que se despendeu uma importância muita aproximada a noventa e cinco mil escudos;

Iniciou-se a construção de barracos e muros de suporte, no novo Horto Municipal, no que se despendeu uma importância muita aproximada a cinquenta mil escudos;

Procedeu-se ás obras de reparação dos pavimentos e passeios das Ruas, Avenidas e Praças da Vila, no que se despendeu uma importância aproximada a trinta e nove mil escudos;

Também se procedeu á reparação e conservação das estradas e caminhos do Concelho tendo-se despendido uma importância aproximada a cento e noventa e seis mil escudos;

Foram reparados diversos edificios escolares do Concelho, no que se despendeu uma importância superior a trinta e sete mil escudos;

Procedeu-se também á reparação do mobiliário escolar no que se despendeu uma importância muito aproximada a seis mil escudos;

Adquiriu-se mobiliário e material didáctico para as escolas do Concelho, no que se despendeu uma importância muito aproximada trinta e cinco mil escudos;

Despendeu-se com rendas de casas particulares, para funcionamento de escolas e postos escolares uma importância aproximada a quarenta e sete mil escudos;

Concedeu-se o subsídio de sessenta mil escudos ao colégio de Camilo Castelo Branco, para auxilio do funcionamento daquele estabelecimento de ensino secundário;

Concederam-se ás Juntas de Freguesias do Concelho, subsídios para expediente e exercício das suas atribuições, num total de trinta e oito mil e quinhentos escudos;

Foram ainda concedidos subsídios às mesmas Juntas de Freguesias, para obras e melhoramentos nas mesmas, num montante superior a quinhentos e noventa e nove mil escudos;

Foram concedidos subsídios: À Comissão Municipal de Assistência, duzentos mil escudos; A Creche-Mãe, dez mil escudos; À Casa dos Pobres, quarenta mil escudos; Ao Futebol Clube de Famalicão, quarenta e um mil escudos; À Delegação da Mocidade Portuguesa, desta Vila seis mil escudos; À duas Corporações dos Bombeiros Voluntários desta Vila e aos de Riba D'Ave para seguro do Pessoal do seu corpo activo, uma importância muito aproximada a vinte e um mil e quinhentos escudos; À dos bombeiros Voluntários Famalicenses, para condução de doentes pobres na sua auto-ambulância, quatro mil e quinhentos escudos; Concedeu-se à Corporação dos Bombeiros Voluntários de Famalicão para auxílio da aquisição de uma auto-ambulância, vinte mil escudos; Concedeu-se também à Corporação dos Bombeiros Voluntários Famalicenses, para auxílio da aquisição de um novo pronto socorro, o subsídio de vinte mil escudos; forneceu-se ainda às duas Corporações dos Bombeiros Voluntários desta Vila e aos de Riba D'Ave, material de equipamento para as suas viaturas, uma importância muito aproximada a quarenta e dois mil escudos; Despendeu-se ainda com a estadia nas colónias Balneares de crianças pobres do Concelho, uma importância muito aproximada a seis mil escudos.

Apesar de todos os reforços empregados, não foi possível durante o ano findo dar início à construção do novo edifício destinado a Paços do Concelho, Tribunal Judicial e outras Repartição Públicas. O Projecto respectivo encontra-se já nos Departamentos superiores do Estado, aguardando a respectiva aprovação, a qual se espera obter dentro de muito curto prazo. Ao autor do projecto foi entregue no ano findo, por conta dos seus honorários, a importância de noventa mil escudos.

A Câmara procurou bem servir os interesses do Concelho.

Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão, quinze de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e cinco.

O Presidente da Câmara Municipal,

Álvaro Folhadela Marques.

Relatório da Gerência Camarária do ano mil novecentos e cinquenta e cinco

Em cumprimento do disposto no número terceiro do artigo setenta e sete do Código Administrativo e para os efeitos do preceituado na última parte do número quatro do artigo vigésimo sete do citado Código, venho submeter á discussão e votação do Digno Conselho Municipal o relatório da gerência camarária, referente ao ano que findou.

As receitas arrecadadas foram no montante de seis milhões sessenta e oito mil e quinhentos oitenta e nove escudos e oitenta centavos, acrescidas da importância de dois milhões quinhentos dezanove mil e cinquenta e seis escudos e trinta centavos, proveniente do saldo anterior, e as despesas no total de cinco milhões quatrocentos cinquenta e cinco mil seiscentos sessenta e cinco escudos e dez centavos, existindo assim um saldo da gerência, em dinheiro, no total de três milhões cento trinta e um mil novecentos e oitenta e um escudos, que é das seguintes proveniências: Produto da venda de terrenos na Rua Vasconcelos e Castro, vinte e cinco mil e trezentos escudos; Idem de remissão de foros, cento e vinte e cinco escudos e novecentos centavos; Indemnização recebida das companhias de seguros pelos prejuízos causados nos incêndios ocorridos nos edifícios dos Paços do Concelho e nas antigas escolas da Vila, setecentos dezoito mil e trinta e nove escudos e oitenta centavos; De receitas consignadas de garantia de consumidores de água municipal de preparos de licenciamentos sanitários, nos termos da Portaria número seis mil e sessenta e cinco, quinze mil oitocentos setenta e cinco escudos e

sessenta centavos; De receitas gerais e, portanto disponível, dois milhões trezentos setenta e dois mil escudos trinta e nove escudos e setenta centavos.

Como se verifica pelos números acima, a situação económica do Município, sem dívidas passivas, é desafogada.

Não é tarefa fácil relatar em pormenor qual foi a actividade exercida pela Câmara durante a gerência, mas pelo que resumidamente a seguir se relata, poderá o Digno Conselho Municipal apreciar como foi exercida a sua acção.

Adquiriram-se terrenos para construção de edifícios escolares pelo Plano dos Centenários, nas freguesias do Calendário, Landim, Oliveira (Santa Maria) e Seide (São Miguel), no que se despendeu a importância de noventa e cinco mil escudos.

Adquiriu-se para edificação da Escola Técnica, o terreno onde se encontra instalada a Fábrica de seriação de Francisco da Costa Matos, na Avenida Barão da Trovisqueira, no que se despendeu a importância de quinhentos e quarenta e oito mil escudos, na qual está incluída a indemnização ao proprietário da Fábrica pela transferência da sua instalação fabril.

Adquiriu-se um auto-ligeiro, para serviço da presidência da Câmara, no que se despendeu a importância de quarenta e sete mil e setecentos escudos.

Continuaram-se as obras de captação das águas para abastecimento á Vila e iniciaram-se as pesquisas no Rio Ave para reforço do caudal na estiação, no que se despendeu uma importância muito aproximada a cento e vinte mil escudos.

Despendeu-se com a reparação e limpeza das antigas minas da água de abastecimento á Vila, uma importância muito aproximada a onze mil e duzentos escudos.

Prolongou-se a conduta da água da zona alta a partir do Largo Marechal Gomes da Costa até á confluência das Ruas Camilo Castelo Branco e cinco de Outubro, no que se despendeu uma importância aproximada a nove mil escudos.

Efectuaram-se obras de prolongamento das galerias da água existentes no Parque General Carmona Bairro Cardeal Cerejeira, no que se despendeu uma importância muito aproximada a dezoito mil escudos.

Continuaram-se as obras de abastecimento de água aos edifícios escolares construídos pelo Plano dos Centenários, nas freguesias de Mogege, Novais e Vale (São Martinho), no que se despendeu uma importância aproximada a cento e trinta e cinco mil escudos.

Conclui-se a obra de pavimentação da Rua Engenheiro Frederico Ulrich até Ponte Antas, no que se despendeu uma importância muito aproximada a trezentos mil escudos.

Procedeu-se á obra de construção da Estrada Municipal de Nine á Ponte de Arnoso- terceira fase, pavimentação e obras diversas, no que se despendeu uma importância muito aproximada a noventa mil e quinhentos escudos.

Foi entregue á Câmara Municipal de Guimarães, a compartição desta Câmara na indemnização ao proprietário da Fábrica de Santo António do Caído, da freguesia de Pedome, com as obras na Ponte de Serves, a quantia de cinquenta mil escudos.

Procedeu-se a obras de consolidação dos taludes de aterro e alargamento de algumas curvas na Estrada Municipal Mogege a Pedome, no que se despendeu uma importância muito aproximada a vinte mil escudos.

Despendeu-se com trabalho não previstos na empreitada para a obra da Restauração da Casa de Camilo, em Seide (São Miguel), uma importância aproximada a dez mil e quatrocentos escudos e adquiriu-se terreno para a ampliação do logradouro da mesma Casa, no que se despendeu, incluindo a respectiva vedação uma importância aproximada a dez mil escudos.

Continuaram-se as obras de construção dos novos barracos e estufas no Horto Municipal, no que se despendeu uma importância muito aproximada a quarenta mil escudos.

Efectuaram-se obras de reparação e ampliação do Matadouro Municipal, no que se despendeu uma importância muito aproximada a trinta mil escudos.

Efectuaram-se ainda obras de conservação nos edifícios da Cadeia Comarca, Porto da guarda Nacional Republicana e Registo Civil e posto Policial, no que se despendeu um total muito aproximada a vinte e nove mil escudos.

Procedeu-se á reparação de: Ruas, Avenidas e Praças da Vila, no que se despendeu uma importância aproximada a vinte e seis mil escudos; Fontanários e fonte públicas do Concelho, no que se despendeu uma importância muito aproximada a nove mil e oitocentos escudos; Pontes e Passadiços, onze mil e quinhentos escudos; Estradas e caminhos do concelho, uma importância muito aproximada a cento e oitenta e um mil escudos.

Foram entregues ás Juntas de Freguesias do Concelho, subsídios para obras e melhoramentos nas referidas freguesias no montante de quinhentos e vinte e cinco mil escudos, e foram ainda concedidos subsídios a todas as Juntas de Freguesias do Concelho, para expediente e exercício das suas atribuições, um total de quarenta e dois mil escudos.

Entregou-se ao Estado a anuidade de noventa e dois mil trezentos e setenta escudos, como reembolso da construção de edifícios escolares construídos neste concelho pelo Plano dos Centenários.

Foram reparados diversos edifícios escolares do Concelho, no que se despendeu uma importância muito aproximada a quarenta e oito mil escudos.

Despendeu-se com a aquisição de mobiliário e material didáctico para as Escolas do Concelho, a quantia de trinta e seis mil e cinquenta escudos.

Despendeu-se com a reparação de mobiliário escolar a quantia de mil quatrocentos e oitenta e dois escudos.

Forneceram-se aos professores, impressos e outro material expediente, no que distendeu a importância de cinco mil escudos e trinta e quatro escudos.

Foram entregues aos professores e regentes escolares, subsídios para expediente e limpeza das escolas e postos de ensino, no total de onze mil oitocentos e noventa escudos.

Despendeu-se com rendas de casas particulares para funcionamento de escolas e postos escolares, a quantia de quarenta e oito mil quatrocentos e noventa e três escudos;

Concedeu-se o subsídio de sessenta mil escudos, ao Colégio Camilo Castelo Branco, desta Vila, para auxilio do funcionamento daquele estabelecimento de ensino secundário;

Despendeu-se com o tratamento de doentes pobres indigentes em estabelecimentos hospitalares, numa importância muito aproximada a cento e noventa e seis mil quinhentos escudos;

Despendeu-se também, com o transporte e estadia em Colónias Balneares de crianças pobres do concelho, a importância de mil e quinhentos escudos; Concederam-se ainda subsídios: Á Comissão Municipal de Assistência concelhia, oitenta mil escudos; Á Casa dos Pobres, quarenta mil escudos; Ao Futebol clube de Famalicão, trinta e seis mil escudos; Ao Famalicense Atlético Clube, vinte mil escudos; Ás duas Corporações dos Bombeiros voluntários desta Vila e á de Riba D'Ave, para seguro do pessoal do seu corpo activo, no total de vinte e dois mil setecentos e sessentas e dois escudos e quarenta centavos; Ás duas Corporações dos Bombeiros voluntários, desta Vila, e á de Riba D'Ave, material de incêndio, no total de trinta e nove mil oitocentos e setenta e seis escudos e quarenta centavos.

Despendeu-se com a propaganda do concelho, incluindo a filmagem de documentário de Famalicão, uma importância muito aproximada a noventa e três mil escudos.

Não é sem acentuada emoção, que vejo finalmente chegado o momento de a ter subida honra e muita satisfação, de poder comunicar a Vossas Excelências que merecem unânime aprovação do Digno Conselho

Superior de Obras Públicas, respectiva homologação de sua Excelência o Ministro, o projecto da nossa obra- Paços do Concelho e Tribunal Judicial. Para que possamos verificar hoje acontecimentos de tamanha transcendência na vida do nosso Município, foram muitas as demarches feitas e as dificuldades a vencer no decorrer dos três últimos anos. Com a construção dos nossos edifícios, a deficiência das actuais instalações dos serviços públicos, serão condignamente compensados em futuro próximo, pois vivemos na convicção que se devem considerar de modelares as que encontram projectadas. Para dar início a este grande melhoramento da nossa terra, sem dúvida o maior de todos que se tem realizado, aguarda-se unicamente a publicação da Portaria que concede a participações do Ministério das obras Públicas, atendendo a que já foi recebida a de dois mil contos do Ministério da Justiça, que se encontram depositados na Caixa Geral de Depósito, Crédito e Previdência, em conta especial deste Município. Este grande melhoramento, que temos vivido e acompanhado com o maior entusiasmo, não só nos honrará pela grandiosidade da sua concepção e esbelteza de linhas, como muito contribuirá de momento para atenuar a grave crise de trabalho que atravessa a nossa classe operária, o que só por si justificaria o interesse do seu rápido início.

Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão, quinze de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e seis.

O Presidente da Câmara Municipal,
Álvaro Folhadela Marques.

Relatório da Gerência Camarária no ano mil novecentos e cinquenta e seis

Cumprindo o que preceitua o número terceiro do artigo setenta e sete do Código Administrativo, e para os efeitos do disposto na parte final do número quarto do artigo vinte e sete do citado Código, venho submeter á discussão e votação do Digno Concelho Municipal, o relatório da gerência camarária referente ao ano findo de mil novecentos e cinquenta e seis.

As receitas arrecadadas foram no montante de seis milhões oitocentos e trinta e oito mil e noventa e seis escudos quarenta centavos, acrescidas da importância de três milhões cento e trinta e um mil novecentos e oitenta e um escudos, provenientes do saldo do ano anterior, e as despesas no total de seis milhões duzentos e noventa e três mil e seiscentos e oitenta e quatro escudos, existindo assim um saldo da gerência, em dinheiro, no total de três milhões seiscentos setenta e seis mil trezentos e noventa e três escudos e quarenta centavos, que é das seguintes proveniências: Produto da venda de terrenos para edificações, na Rua Vasconcelos e Castro, desta Vila- vinte e cinco mil e trezentos escudos; Produto da remissão de foros- cento e vinte e cinco escudos e noventa centavos; Indemnização recebidas das companhias de Seguros pelos prejuizos causados pelos incêndios ocorridos nos edifícios dos Paços do Concelho e das antigas escolas desta vila- setecentos e dezoito mil trinta e nove escudos e oitenta centavos. De receitas consignadas: Depósitos de garantia de consumidores de água Municipal- quatro mil novecentos e cinquenta e quatro escudos, e de preparos de licenciamento sanitários, nos termos da Portaria número seis mil e sessenta e cinco- dez mil novecentos e trinta e seis escudos e dez centavos. De receitas gerais e portanto disponível- dois milhões novecentos e dezassete mil trinta e sete escudos e sessenta centavos.

A situação económica do município, sem dividas passivas, é, como se verifica pelos números acima, desafogada.

Relatar em pormenor qual foi a actividade exercida pela Câmara durante a gerência, não é trabalho fácil, mas pelo que, resumidamente a seguir se relata, poderá o Digno Conselho Municipal apreciar como ela exerceu a sua acção.

Continuaram-se os trabalhos de freguesias para a captação de águas no Rio Ave, para reforço do caudal de abastecimento à Vila e distribuição domiciliária a diversas freguesias do nascente do concelho, no que se despendeu uma importância superior a dezasseis mil escudos.

Continuaram-se as obras de abastecimento de água aos edifícios escolares construídos pelo Plano dos Centenários, nas freguesias de Vale (São Martinho) e Novais, no que se despendeu uma importância muito aproximada a noventa e quatro mil escudos.

Completaram-se as obras de abastecimento de águas à freguesia de Lousado, no que se despendeu a importância muito aproximada a cento e dez mil escudos.

Procedeu-se à limpeza e revestimento da mina existente no subsolo do caminho que liga a estrada Nacional quatorze Matadouro- Igreja do Calendário, no que se despendeu a importância de quarenta e cinco mil escudos.

Foi montada nova linha eléctrica de sinalização entre os reservatórios das zonas alta e baixa, de abastecimento de água, de abastecimento de água à Vila, no que se despendeu uma importância muito aproximada a dois mil oitocentos e vinte escudo.

Também foi montada instalação eléctrica para iluminação do recinto do horto Municipal e dependências do edifício do mesmo, no que se despendeu a importância de seis mil novecentos e quatorze escudos e cinquenta centavos.

Foram construídos sanitários no Cemitério Municipal, no que se despendeu a importância de vinte e quatro mil duzentos e trinta e três escudos.

Procedeu-se também a obras de conservação do edifício do depósito geral do cemitério, no que se despendeu a importância de nove mil e oitocentos escudos.

Procedeu-se à obra de pavimentação- quarta fase, da Estrada Municipal de Nine à Ponte de Arnosos, no que se despendeu uma importância muito aproximada a cento e cinquenta mil escudos.

Efectuaram-se obras de reparação e ampliação no Matadouro Municipal, no que se despendeu uma importância muito aproximada a cinquenta e seis mil escudos.

Procedeu-se ainda à construção do muro de suporte aos termos do Matadouro Municipal, Junto ao Rio, no que se despendeu a importância de vinte e nove mil e oitocentos escudos.

Efectuaram-se também obras de reparação nos edifícios da Cadeia Comarcã, Posto da Guarda Nacional Republicana, Conservatória do Registo Civil e Posto Policial e também na subdelegação de saúde, no que se despendeu um total muito aproximado a vinte e nove mil e oitocentos escudos.

Procedeu-se à reparação dos pavimentos e passeios das Ruas, Avenidas e Praças da Vila, no que se despendeu uma importância muito aproximada a trinta e um mil trezentos e cinquenta escudos.

Procedeu-se também à pavimentação de vários troços das seguintes vias públicas: Estrada Municipal da Ponte de Serves, até ao limite Concelho; Caminho da Ponte de Serves ao lugar de Santo António do Caído; De dois troços da Estrada Municipal de Bente, entre os lugares de Lameiras e Pereiró e entre os lugar e o de Vinhais; Estrada Municipal de Gondifelos, entre a estrada Nacional duzentos e seis e o lugar da aldeia Nova; Estrada Municipal de Nine ao Couto de Cambezes, entre o Largo da estação do Caminho de Ferro e a passagem de nível ao norte desta, Estrada Municipal entre a estrada Nacional duzentos e quatro, traço cinco, lugar do Cardeal e o Limite do Concelho; Caminho que liga a Estrada Nacional duzentos e seis a Requião, no lugar de São João de Pedra Leital; Caminho de subcarreira, no lugar de Montinho, freguesia de Joane, e ainda a um troço no lugar de Marco, da Estrada municipal que liga a Estrada Nacional duzentos e seis a Mogege, no que se despendeu uma importância muito aproximada a duzentos e onze mil escudos.

Além desta importância despendeu-se ainda com obras de conservação corrente em várias vias públicas do Concelho, cerca de noventa e oito mil escudos; Efectuaram-se também obras de reparação e conservação em fontanários e fontes publicas, no que se despendeu a importância de nove mil e duzentos e

cinquenta escudos e em pontes e passadiços no que se despendeu a importância de quatorze mil oitocentos e quarenta escudos.

Tornou-se necessário proceder a obras de adaptação em edifícios particular para a instalação da Escola Industrial e Comercial desta Vila, no que se despendeu a importância de quarenta e oito mil trezentos e cinquenta escudos, e foi construído, no quintal anexo ao mesmo edifício, um ligeiro pavilhão destinado a oficina de aprendizagem dos alunos da Escola, no que se despendeu a importância de quarenta e oito mil setecentos e oitenta escudos.

Para melhoria do actual sistema de iluminação do Parque General Carmona, adquiriram-se colunas, cabo armado, lâmpadas e outro material, no que se despendeu uma importância muito aproximada a sessenta e nove mil e setecentos escudos.

Foram reparados diversos edifícios escolares do concelho, no que se despendeu uma importância muito aproximada a quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta escudos; Despendeu-se com a aquisição de mobiliário e material didáctico para as Escolas do concelho, a quantia de trinta e nove mil e setecentos escudos; Forneceram-se aos professores, impressos e outro material expediente, no montante de quatro mil setecentos e cinquenta e sete escudos; Foram entregues aos professores e regentes escolares, subsídios para expediente e limpeza das escolas e Postos Escolares, no total de doze mil novecentos e oitenta escudos; Despendeu-se com rendas de casas particulares onde funcionam as escolas Postos de ensino, a quantia de quarenta e sete mil duzentos e sessenta escudos; Entregou-se ao Estado a anuidade de noventa e três mil cento e cinquenta e dois escudos e cinquenta centavos, como reembolso da construção de edifícios escolares construídos neste concelho pelo Plano dos Centenários.

Iniciaram-se as obras de construção do novo edifício para Paços do concelho e Serviços Municipais, Secção de Finanças e Tesouraria da Fazenda Publica e do corpo destinado a Tribunal Judicial e demais serviços de Justiça, tendo-se despendido a importância de setecentos sessenta e cinco mil setecentos e cinquenta e oito escudos e noventa centavos; Para a execução desta obra houve necessidade de se proceder á demolição da Casa dos Magistrados, á remoção dos respectivos materiais e ainda dos resultantes da demolição do edifício das antigas escolas, tendo-se despendido a importância de doze mil novecentos e oitenta escudos.

Foram entregues a Juntas Freguesias do Concelho, subsídios para obras e melhoramentos nas respectivas freguesias, no montante de seiscentos e oitenta e cinco mil escudos, e foram ainda concedidos subsídios a todos as juntas de freguesias do concelho, para expediente e exercício das suas atribuições, no montante de quarenta e dois mil escudos; Despendeu-se com o tratamento de doentes pobres em estabelecimentos hospitalares, a importância de duzentos e vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta e sete escudos e noventa centavos.

Consideram-se os seguintes subsídios: Á Comissão Municipal de Assistência local- sessenta mil escudos; Á casa dos Pobres cinquenta mil escudos; Á Creche – Mãe quinze mil escudos; As Corporações dos Bombeiros voluntários de Famalicão e Famalicenses, para a condução de doentes pobres nas suas auto-ambulância. Três mil escudos a cada; Ás duas corporações dos Bombeiros Voluntários desta Vila e á de Riba D'Ave, para seguro do pessoal do seu corpo activo, a quantia de vinte e quatro mil e dezanove escudos; Forneceram-se também ás duas corporações dos Bombeiros voluntários desta Vila e á de Riba D'Ave, material de incêndio, no total de quarenta e sete mil seiscentos e dezanove escudos; Entregou-se ainda, da participação do imposto a que se refere o parágrafo quarto do artigo setecentos e oito do Código Administrativo, á corporação dos Bombeiros Voluntários de Famalicão, a quantia de trezentos mil escudos; e á dos Bombeiros Voluntários Famalicenses, a quantia de trinta mil escudos; Concedeu-se á Delegação da Mocidade Portuguesa desta Vila- seis mil escudos; Á Delegação nesta Vila da Liga dos Combatentes da

grande guerra- seiscentos escudos; Ao Colégio Camilo Castelo Branco, desta Vila, para auxilio do funcionamento daquele estabelecimento secundário- sessenta mil escudos; Ao Futebol Clube de Famalicão- quarenta e um mil escudos; Ao Famalicense Atlético Clube- vinte e três mil escudos, e despendeu-se com a propaganda do concelho, a importância de quatorze mil novecentos trinta escudos;

Dois factos ocorridos durante a gerência merecem especial relevo: A criação- pelo Decreto número quarenta mil setecentos e vinte e cinco, de oito de Agosto do ano findo- da Escola Industrial e Comercial nesta Vila, antiga justiceira aspiração do nosso Concelho, a qual, com a frequência de duzentos e oito alunos, número este que bem justifica a sua criação, se encontra em pleno desenvolvimento, digo, em pleno funcionamento, e a adjudicação da Empreitada para a construção do edifício para Paços do Concelho, Serviços Municipais, secção de Finanças e Tesouraria da Fazenda Publica, e do Corpo destinado a Tribunal Judicial e mais serviços da Justiça, cujas obras prosseguem em franco desenvolvimento.

Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão, quatorze de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e sete.

O Presidente da Câmara Municipal,
Álvoro Folhadela Marques.

Relatório da Gerência Camarária no ano de mil novecentos e cinquenta e sete

Em cumprimento do preceituado no número terceiro do artigo setenta e sete do Código Administrativo, e para os efeitos do disposto na parte final do número quarto do artigo vigésimo sétimo do citado Código, submeto á discussão e votação do Digno Conselho municipal, o relatório da gerência camarária referente ao ano findo mil novecentos e cinquenta e sete.

As receitas arrecadadas foram no montante de sete milhões e trinta e oito mil cento e cinquenta e um escudos e oitenta centavos, acrescidas da importância de três milhões seiscentos e setenta e seis mil trezentos e noventa e três escudos e quarenta centavos, proveniente do saldo do ano anterior, e as despesas no total de cinco milhões oitocentos noventa e dois mil e oitocentos treze escudos e oitenta centavos, existindo assim saldo da gerência, em dinheiro, no total de quatro milhões oitocentos e vinte e um mil setecentos e trinta e um escudos e quarenta centavos, que é das seguintes proveniências. De receitas consignadas, depósito de garantia de consumidores de água municipal, quatro mil novecentos e cinquenta e quatro escudos, e de preparos de licenciamento sanitários, nos termos da portaria número seis mil e sessenta e cinco, sete mil oitocentos e setenta e dois escudos e dez centavos. De receitas gerais e portanto disponível, quatro milhões oitocentos e vinte e um mil setecentos e trinta e um escudos e quarenta centavos.

Como se verifica pelos números acima, a situação económica do Município, sem devidas passivas, é desafogada.

Reveste-se sempre da maior dificuldade a tarefa de relatar a acção desenvolvida pela Câmara durante o ano, atendendo ás diversas e numerosas actividades em que ela se divide mas pelo que, embora resumidamente, passo a relatar, poderá o Digno Conselho Municipal apreciar como ela exercem a sua acção.

Continuaram-se os trabalhos de pesquisas para captação de água no Rio Ave, para reforço do caudal de abastecimento á Vila e distribuição domiciliária a diversas freguesias do nascente do Concelho, no que se despendeu uma importância superior a setenta e cinco mil escudos. Despendeu-se com a construção de fontes e lavadouros públicos, a importância de cinco mil escudos.

Efectuaram-se obras de reparação no Matadouro Municipal, no que se despendeu uma importância muito aproximada a vinte mil escudos.

Despendeu-se com a conservação, reparação e limpeza dos edifícios da Cadeia Comarcã, Posto da Guarda Nacional Republicana, Conservatória do Registo Civil e Posto Policial e subdelegado de saúde, no que se despendeu em total muito aproximado a três mil escudos.

Procedeu-se á reparação dos pavimentos e passeios das Ruas, Avenidas e Praças da Vila, no que se despendeu uma importância muito aproximada a trinta e três mil e quinhentos escudos.

Procedeu-se também á pavimentação das seguintes vias públicas: Um troço da E.M. do Louro a Outiz; Um troço da E.M. de Mouquim, no lugar de Selo Braga; um troço da E.M. de Cabeçudos a Lousado, no lugar da Garrida; um troço do caminho de Souto á Igreja, da freguesia de Esmeriz; um troço a asfalto, na E.M. da Estrada Nacional quatorze á Estação de Lousado; Caminho de Tibães ás Pedras, da freguesia de Vale (São Cosme), e E.M. de Nine a Armoso, troço entre a ponte e o lugar do Altinho, em cujas obras se despendeu uma importância muito aproximada a cento e sessenta mil escudos. Além desta importância despendeu-se ainda com obras de conservação corrente em várias vias publicas do concelho, cerca de cento e sessenta e três mil escudos. Efectuaram-se também obras de reparação e conservação em fontanárias e fontes publicas, no que se despendeu a importância de trezentos e cinco escudos.

Despendeu-se com a pintura dos bancos dos jardins e Praças da vila, a quantia de dez mil e quinhentos escudos.

Para melhoria do actual sistema da iluminação pública, adquiriram-se lâmpadas e outro material, no que se despendeu uma importância muito aproximada a dezassete mil escudos.

Concedeu-se á Junta freguesia de Ribeirão, o subsídio de trinta mil escudos para aquisição de distribuição eléctrica da baixa tensão existente na freguesia.

Despendeu-se com a aquisição de mobiliário e material didáctico para as escolas e postos de ensino do concelho, a quantia de trinta e quatro mil setecentos e cinquenta escudos. Forneceram-se aos professores e regentes escolares, impressos e outro material de expediente, no montante de cinco mil setecentos e sessenta e cinco escudos. Foram entregues aos professores e regentes escolares, subsídios para expediente e limpeza das escolas e postos escolares, no total de dez mil novecentos e noventa e cinco escudos. Despendeu-se com rendas de casas particulares onde funcionam escolas e postos escolares, a quantia de cinquenta mil quatrocentos noventa e dois escudos e oitenta centavos.

Pagou-se a primeira prestação que cabe á nossa Câmara, dos honorários do autor do Plano Regional da Urbanização do Distrito de Braga, no montante de dezasseis mil seiscentos e sessenta e seis escudos.

Entregou-se ao Estado a anuidade de noventa e seis mil trezentos e quinze escudos e dez centavos, de reembolso da construção de edificios escolares construídas no concelho pelo Plano terrenos para a construção de edificios escolares pelo Plano dos Centenários, em freguesias do Concelho a quantia de trinta e três mil cento e sessenta escudos;

Despendeu-se também com a renda do edificio particular onde funciona a Escola Industrial e Comercial, a importância de trinta e nove mil e seiscentos escudos. Procedeu-se á vedação do terreno oportunamente adquirido pela Câmara para a construção da escola industrial e comercial, no que se despendeu a quantia de cinco mil e novecentos escudos.

Continuaram-se as obras de construção de novo edificio para Paços do Concelho e serviços Municipais, secção de Finanças e tesouraria da Fazenda Pública e do Corpo destinado a tribunal Judicial e demais serviço de justiça, tendo-se despendido a importância de um milhão quatrocentos e quarenta e dois mil e setenta escudos e dez centavos.

Foram entregues a juntas de freguesias do concelho, subsídios para obras e melhoramentos nas respectivas freguesias, no montante de quinhentos e setenta e nove mil oitocentos e cinquenta escudos, e

foram concedidos subsídios a todas as juntas de freguesia do concelho, para expediente e exercícios das suas atribuições, no montante de quarenta e dois mil escudos.

Despendeu-se com o tratamento de doentes pobres em estabelecimentos hospitalares, a importância de duzentos e doze mil duzentos sessenta e três escudos e cinquenta centavos.

Concederam-se os seguintes subsídios: À Comissão Municipal de assistência local, sessenta mil escudos; À Creche – Mãe, quinze mil escudos, As duas Corporações dos Bombeiros Voluntários desta Vila, para condução de doentes pobres nas suas auto- ambulâncias, três mil escudos a cada; Às duas Corporações dos Bombeiros Voluntários desta Vila e à de Riba D'Ave, para seguro do pessoal do seu corpo activo, a importância total de vinte oito mil novecentos e treze escudos e sessenta centavos; Forneceu-se também às duas Corporações dos Bombeiros Voluntários desta Vila e a d Riba D'Ave, material de incêndio, no total de vinte e nove novecentos e noventa escudos; Entregou-se à Corporação dos Bombeiros Voluntários Famalicenses, para montagem do seu novo pronto-socorro, a quantia de trinta mil escudos, Entregou-se ainda às duas Corporações dos Bombeiros Voluntários, desta Vila, da participação do imposto a que se refere o parágrafo quarto do artigo setecentos e oito do código Administrativo, vinte e dois mil e quinhentos escudos, à dos Bombeiros de Famalicão e vinte e dois mil escudos, à dos Famalicenses. Concederam-se ainda subsídios. À delegação da Mocidade Portuguesa, desta Vila, seis mil escudos; À Delegação desta Vila da Liga dos Combatentes da grande Guerra, seiscentos escudos; Ao colégio Camilo Castelo Branco, desta Vila, quarenta mil escudos; ao Futebol Clube de Famalicão, trinta e seis mil escudos; Ao Famalicense Atlético Clube, dezoito mil escudos, e despendeu-se com a propaganda do concelho, a importância de dois mil novecentos escudos.

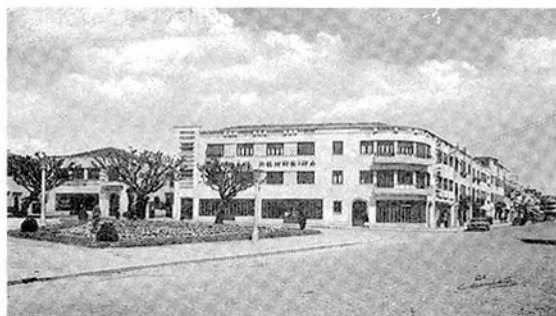
Paços do Concelho Vila Nova Famalicão, quinze de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e oito.

O Presidente da Câmara Municipal,
Armindo Alves Correia Araújo.

2 – Anexo (Deliberações da Câmara Municipal)

1951 ABRIL 30

"Empreitada de 'Prolongamento da Rua Manuel Pinto de Sousa até à Estrada Nacional duzentos e seis – Segunda fase: Pavimentação'. Foi presente o Caderno de Encargos para a empreitada acima citada, tendo sido aprovado, bem como as condições especiais e designado o dia trinta e um de Maio, para a recepção e abertura das propostas." [Actual Rua de S. João de Deus]



1951 MAIO 7

“Correspondência. Uma exposição de famalicenses, assinada pelos Senhores Dr. Daniel Rodrigues, Fernando Ferreira da Cruz, Manuel Ferreira da Cruz Loureiro, Drs. Álvaro Marinho e António Pimenta Ferreira Lobo, Luís Moreira Pinto e Drs. Armando Bacelar e Lino Lima, fazendo diversas considerações sobre a figura moral e política do estadista e antigo Chefe de Estado Dr. Bernardino Machado – famalicense pelo sangue e pelo coração – e sugerindo à Câmara para dar a uma rua, praça ou idóneo logradouro público de Famalicão, o nome do Dr. Bernardino Machado, e dizendo ambicionado ainda fazer erigir em local urbano, um monumento simples, coluna ou ... com um medalhão ou busto do Dr. Bernardino Machado, para o que na emergência própria, solicitarão a contribuição generosa do Município para a ideia se levar a efeito, se a Excelentíssima Câmara não entender melhor avocar a iniciativa e a realização deste preito cívico. Ficou para estudo.”

1951 MAIO 21

“Proposta do Vereador Abel Folhadela de Macedo:

Considerando que um dos principais meios de propaganda das localidades é realizado, actualmente, pela publicação de postais ilustrados reproduzindo os seus principais lugares pitorescos ou motivos arquitectónicos ou urbanísticos;

Considerando que presentemente quase não existem postais com vistas da nossa terra e os poucos que aparecem no mercado datam de há mais de trinta anos e, mesmo assim, são imperfeitíssimos;

Considerando que tendo sido ouvidas entidades comerciais a nenhuma interessou a sua edição, dado o custo global da mesma;

Tenho a honra de propor que se encarregue a firma José Santos e Campos, da Rua Falcão, número cento e trinta e três, segundo, da cidade do Porto, da execução de doze mil postais ilustrados e coloridos constituindo uma colecção de doze motivos diferentes da nossa terra, pela importância de vinte e três mil e dezasseis escudos, a satisfazer pela rubrica orçamental “Propaganda do Concelho”.

1951 JUNHO 11

“Correspondência: Ofício da Direcção dos serviços de Melhoramentos Urbanos, a informar que Sua Excelência o Ministro, por seu despacho de vinte e quatro do mês findo, determinou que seria concedida uma comparticipação de cento e trinta e cinco mil escudos para a obra de ‘Adaptação da Antiga Cadeia a Albergue Concelhio’.

Comunica ainda que a comparticipação será concedida em princípios de mil novecentos e cinquenta e dois.”

1951 JUNHO 19

“Pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta, aprovada por unanimidade:

De harmonia com os plenos poderes que me foram conferidos em reunião de quatro de Dezembro de mil novecentos e cinquenta, depois de várias consultas efectuadas, verifiquei ser o Senhor architecto Alfredo

Rodrigo Casais Rodrigues, morador na Rua de Santa Catarina, número cento e sessenta, terceiro, da cidade do Porto, que se propôs elaborar o projecto das bancadas, balneários e sanitários para o Campo de Jogos em condições mais vantajosas para o município, tendo acordado na sua elaboração pela quantia de vinte mil escudos.

Assim, tenho a honra de submeter à aprovação da Excelentíssima Câmara o acordo feito, propondo a sua aprovação."

1951 JULHO 30

"Programa de Concurso e Caderno de Encargos da obra de 'Adaptação do edifício da antiga Cadeia Comarcã a Albergue Concelhio'. Foi aprovado, bem como o Caderno de Encargos e condições especiais, sendo resolvido designar o dia trinta de Agosto próximo, para a recepção e abertura das propostas."

1951 JULHO 30

"Pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta, aprovada por unanimidade:

Tendo-me sido conferidos poderes em reunião de quinze de Agosto de mil novecentos e quarenta e nove para entabular negociações com os proprietários das casas da Rua de Santo António que se tornava necessário demolir para o alargamento e rectificação de alinhamento da referida Rua, encontram-se, na presente data, firmados contratos de acordo com os proprietários de dez casas, oito das quais foram já demolidas e recuadas para o novo alinhamento, estando a efectuar-se a demolição e reconstrução das duas outras.

Não tendo sido possível, apesar de todas as diligências feitas nesse sentido, chegar a acordo com o proprietário da única casa ... que é necessário demolir para o alargamento e rectificação de alinhamento da referida Rua de Santo António ... tenho a honra de propor que se peça a declaração de utilidade pública da expropriação do referido prédio."



“Plano de Actividade da Câmara Municipal para o próximo ano de mil novecentos e cinquenta e dois. Foi apresentado pelo Excelentíssimo senhor Presidente, sendo do teor seguinte. ‘

Para ser presente ao Conselho Municipal na sua próxima sessão ordinária, a fim de lhe dar a sua aprovação, tenho a honra de submeter à apreciação da ilustre Vereação, o Plano de Actividade da Câmara, para o próximo ano de mil novecentos e cinquenta e dois, elaborado de harmonia com as impressões trocadas com Vossas Excelências.

No próximo ano serão executadas as obras que se passam a discriminar.

Construção do Mercado Municipal e início de urbanização da zona anexa. Será concluída a obra do edifício do Mercado Municipal, que durante o corrente ano fica em adiantado estado de acabamento, e dar-se-á início à urbanização da zona que lhe fica anexa, de harmonia com o ante-plano de urbanização aprovado, procedendo-se ao arranjo de parte dos terrenos que lhe ficam adjacentes e se destinam à localização das feiras de gado bovino, lanígero e suíno, e ainda à abertura das respectivas vias de acesso, Nestas obras, que continuam a ser realizadas unicamente com as receitas ordinárias do Município e a comparticipação do Estado, deverá despende-se importância nunca inferior a quatrocentos contos.

Prolongamento da Rua Manuel Pinto de Sousa, hoje Rua de Sam João de Deus. Será executado o complemento da sua pavimentação, no que deverá ser despendida a importância aproximada a vinte contos.

Abastecimento de água à Sede do Concelho. Estas importantes obras, custeadas também exclusivamente pelas receitas ordinárias do Município e comparticipação do Estado, serão concluídas no próximo ano, devendo despende-se na sua execução, quantia nunca inferior a cento e cinquenta contos.

Construção do Campo de Jogos. Serão concluídas as obras referentes à construção das bancadas, balneários e sanitários, encarando-se, possivelmente, o arrelvamento do rectângulo do jogo, obras em que se deverá despende importância nunca inferior a trezentos contos.

Alargamento e pavimentação da Rua Cinco de Outubro, entre a Rua Camilo Castelo Branco e Largo Tinoco de Sousa. Obra que se impõe levar a efeito, não só para aformoseamento daquela artéria e melhor acesso ao Hospital, mas ainda, e muito especialmente, para que se consiga eliminar um dos mais perigosos focos de tuberculose que existe na nossa Terra. Nesta obra, atendendo às numerosas expropriações a que há lugar, deverá despende-se importância nunca inferior a quinhentos contos.

Adaptação do edifício da antiga Cadeia Comarcã a Albergue Concelhio. Na conclusão desta obra e aquisição e montagem de autoclaves para seu apetrechamento, deverá despende-se importância nunca inferior a duzentos contos.

Adaptação do antigo edifício escolar da sede do concelho a Repartições Públicas. Deverá despende-se, na primeira fase desta obra uma importância de cerca de quinhentos contos.

Restauração da Casa de Camilo em Seide (Sam Miguel). Deverá despende-se nesta obra, importância aproximada a cento e dez contos.

Parque de diversões com piscina, ring de patinagem, ténis, etc., no Parque de General Carmona. Nesta obra deverá despende-se importância aproximada a duzentos contos.

As quatro obras enumeradas em último lugar figuraram já em Planos de Actividade anteriores, não se lhe tendo dado execução, por motivo de não ter sido concedida a respectiva comparticipação do Estado...”

1951 DEZEMBRO 31

“Correspondência. Carta de Ricardo Malheiro, Produtor Cinematográfico, a dar conhecimento dos filmes produzidos pela sua organização e dando conhecimento do seu grande desejo de, com o acordo desta Câmara, fixar em imagens cinematográficas, as belezas da sua terra – pois é famalicense – para as poder mostrar ao país e estrangeiro. Para isso, diz, teria muito prazer em trocar impressões com o Excelentíssimo Presidente. Com vista ao Excelentíssimo Presidente.”

1952 ABRIL 7

“Por motivo do trágico incêndio que, na madrugada de ante-ontem, cinco do corrente, devorou o edifício dos Paços deste concelho, não se realizou hoje a reunião ordinária da Câmara Municipal.

O Chefe da Secretaria
Adolfo Cândido de Macedo Vieira de Castro e Costa.”

1952 ABRIL 14

“Por se encontrar em reparação a sala do antigo edifício das Escolas Primárias desta Vila, destinada à instalação provisória da sala das reuniões da Câmara Municipal, não se realizou hoje a reunião ordinária da Câmara Municipal.

O Chefe da Secretaria
Adolfo Cândido de Macedo Vieira de Castro e Costa.”

1952 ABRIL 21

“Pelo Excelentíssimo Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

Sendo esta a primeira reunião que efectuamos depois do trágico e pavoroso incêndio que na madrugada de cinco do corrente reduziu praticamente a cinzas o nosso edifício dos Paços do Concelho, tragédia esta que a todos impressionou vivamente, como tivemos ocasião de verificar pela enorme quantidade de manifestações de pesar que de toda a parte nos continuam a ser endereçadas e a que toda a imprensa do País tão desenvolvida e carinhosamente deu larga expansão, tenho a honra de propor que seja exarado na acta desta reunião, um voto do nosso mais profundo desgosto por tão infausto acontecimento.

Foi realmente um horroroso espectáculo a que tivemos de assistir e que perdurará no nosso espírito por todo o sempre, dada a impressão que nos deixou a implacável acção destruidora das chamas, que não cedendo ao enérgico e vigoroso ataque dos briosos bombeiros, tudo destruiu assustadora e fulminantemente, sucedendo-se contínuas derrocadas, que por várias vezes colocaram em perigo as vidas desses valorosos Soldados da Paz.

É de justiça salientar, as inúmeras provas de altruísmo e dedicação que tivemos ocasião de observar no decorrer desta catástrofe, não só pela abnegada acção desenvolvida pelos bombeiros, como dos particulares, funcionalismo público e municipal.

Todos se esforçaram o mais dedicadamente possível e por vezes com desprezo da própria vida no salvamento dos inúmeros valores ali arrecadados, e se não fosse a decidida e benemérita intervenção de tantos deles, seria bem maior o número dos valores desaparecidos que hoje teríamos de lamentar.

Sendo assim, mais tenho a honra de propor para que de igual modo seja exarado na acta desta reunião, um voto de profundo e perdurável agradecimento às bríosas corporações dos Bombeiros Municipais e Voluntários de Braga, Riba de Ave, Famalicão e Famalicenses, ao público em geral, aos Senhores Chefes das Secretarias de Finanças, Judicial e Câmara Municipal, Tesoureiros da Fazenda Pública e da Câmara, Engenheiro Director dos Serviços Técnicos da Câmara, bem como a todo o pessoal dependente destas várias Repartições, que por manifesta dedicação aos vários serviços em que exercem a sua actividade, expondo-se a perigos e trabalho árduo, abnegada e imensamente contribuíram para que fossem diminuídas as consequências desta catástrofe, pelo enorme número de valiosos salvados a que procederam.

Entre todos, é meu dever destacar o funcionário camarário Senhor Abílio Portela, a quem pela sua enérgica decisão, devemos o salvamento de todos os livros correntes de contabilidade e muitos outros documentos de valor que se encontravam na Secretaria da Câmara.

Mais proponho para que através da nossa imprensa local, se faça público agradecimento a todos que tanto contribuíram para diminuir os efeitos desta tragédia. De igual modo nos cumpre agradecer à Excelentíssima Direcção do Ateneu Comercial, Colégio Camilo Castelo Branco, Excelentíssima Senhora D. Jesuína Mesquita Carneiro e Excelentíssimo Senhor Bráulio Freitas, que tiveram a gentileza de colocar à disposição desta Câmara várias dependências dos seus prédios, dada a necessidade de instalações provisórias dos nossos serviços ou guarda de salvados."

1952 ABRIL 21

"O Excelentíssimo Presidente comunicou à Câmara que dada a gravidade da situação e a urgente necessidade de se reconstruir o antigo edifício dos Paços do Concelho ou de se construir um novo edifício onde possam ser convenientemente instalados os serviços municipais e da Secção de Finanças e Tesouraria Pública, serviços estes provisoriamente instalados no antigo edifício das escolas oficiais, se deslocou a Lisboa por duas vezes, tendo numa delas sido acompanhado pelo Vereador Senhor Adelino Leitão da Silva para que ratificasse a deliberação que, por motivo de urgência, teve que tomar. A Câmara, por unanimidade, ratificou a deliberação tomada pela Presidência."

1952 MAIO 12

"Correspondência. Ofício da Direcção Geral de Transportes Terrestres, a comunicar que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses informou que ainda não foi estudado o projecto de ampliação da estação do Caminho de Ferro, por não ter possibilidade de levar a obra a efeito. Diz ainda que está a estudar-se a ampliação do edifício de passageiros. A Câmara ficou inteirada."

1952 JUNHO 2

"Por motivo do trágico incêndio que, na madrugada de vinte e seis de Maio de mil e novecentos e cinquenta e dois, destruiu o edifício das antigas escolas primárias desta Vila, onde provisoriamente se encontravam instalados os Serviços Públicos do Concelho, e por falta de instalações, não se realizaram as reuniões ordinárias que deviam efectuar-se nos dias vinte e seis de Maio e dois de Junho, do corrente ano.

1952 JUNHO 9

“O Excelentíssimo Presidente comunicou à Câmara que no dia vinte e seis de Maio último, e logo após o incêndio que devorou o edifício onde se encontravam provisoriamente instalados os diversos Serviços Públicos e Camarários, telefonou a Sua Excelência o Senhor Ministro do Interior, pedindo para ser feito um rigoroso inquérito às causas deste segundo incêndio.”

1952 JUNHO 30

“Depois do Excelentíssimo Presidente ter dado conhecimento à Câmara da troca de impressões que teve com o Excelentíssimo Governador Civil do Distrito, ficou assente, em princípio, que a inauguração das obras de construção do Mercado Municipal, Albergue Concelhio, abastecimento de água à Vila, Campo de Jogos, rectificação da Rua de Santo António e construção da Rua de Sam João de Deus, terá lugar em Setembro próximo, em dia a fixar oportunamente, e foi resolvido que, para que as festas daquelas inaugurações se revistam do brilhantismo que merecem, se inclua no programa uma exposição industrial, a efectuar no edifício do Mercado Municipal, onde se vinque o valor industrial do nosso concelho, nomeando-se algumas comissões auxiliares, para tal efeito, e dar poderes ao Excelentíssimo Presidente para proceder às indispensáveis démarches para a constituição das Comissões e elaboração do programa das festas.”

1952 JULHO 7

“Pelo Excelentíssimo Presidente foram apresentadas as duas seguintes propostas, aprovadas por unanimidade:

[1] (...)

[2] Tendo-se chegado à conclusão, depois de vários estudos feitos sobre o assunto, e dos pareceres dos Excelentíssimos Senhores Ministros das Obras Públicas e da Justiça, que deve abandonar-se a ideia da reconstrução dos edifícios devorados pelos incêndios de cinco de Abril e vinte e seis de Maio, construindo em sua substituição um novo edifício comportando todas as Repartições Públicas; considerando a necessidade de dar imediato início aos estudos referentes à construção do novo edifício, para que, com a maior brevidade, os serviços se possam instalar definitiva e convenientemente, tenho a honra de submeter à aprovação da Excelentíssima Câmara a solução proposta, e ainda pedir que me sejam concedidos plenos poderes para contratar com técnico especializado a elaboração do respectivo projecto da obra.”

1952 AGOSTO 7

“Aluguer de dependências para instalação provisória dos serviços públicos do Concelho. Foi resolvido tomar de arrendamento: Para instalação provisória dos Serviços Camarários, o prédio sito na Rua

Conselheiro Santos Viegas, número cento e oito...; para instalação provisória dos serviços da Secção de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública do concelho, quatro salas do rés-do-chão do Palacete Folhadela, sito na Rua Adriano Pinto Basto, sendo duas com frente para a rua e duas nas traseiras do prédio...; para instalação do Tribunal Judicial e suas dependências o primeiro e segundo andares do prédio sito no Campo Mousinho de Albuquerque, desta Vila, números oitenta e cinco a oitenta e nove, bem como uma sala e loja nas traseiras do rés-do-chão do prédio e pátio..."

1952 SETEMBRO 12

"Plano de Actividade da Câmara Municipal para o ano de mil novecentos e cinquenta e três...No próximo ano serão executadas as obras seguintes:

Com o alargamento e pavimentação da Rua Cinco de Outubro entre a Rua Camilo Castelo Branco e o Largo Tinoco de Sousa, desta Vila, incluindo as necessárias expropriações e indemnizações, deverá despende-se uma importância nunca inferior a seiscentos contos;

Despende-se-á com as obras de restauro da Casa de Camilo e aquisição de terreno para o novo acesso ao edifício, uma quantia não inferior a cento e setenta e oito mil e quinhentos escudos;

Com a construção do novo edifício destinado a Paços do Concelho e outros serviços públicos e com a urbanização dos terrenos anexos ao novo edifício, deverá despende-se uma importância nunca inferior a três mil quatrocentos e cinquenta e oito contos, para o que a verba inscrita nas bases orçamentais será reforçada no primeiro orçamento suplementar do próximo ano, com a importância setecentos e dezoito contos, recebida da Companhia de Seguros onde se encontravam segurados os edifícios destruídos pelos incêndios;

Com as obras de abastecimento de água à freguesia de Lousado, despende-se-á uma importância nunca inferior a duzentos contos;

Com as obras de abastecimento de água aos edifícios escolares de freguesias rurais, construídos pelo Plano dos Centenários, será despendida aproximadamente a quantia de duzentos contos;...

Com a aquisição de terreno e construção do edifício para a residência dos Magistrados, despende-se-á uma importância nunca inferior a duzentos contos;

Instalar-se-á no edifício do Mercado Municipal uma câmara frigorífica, no que se deve despende a importância aproximada de cem contos..."

1952 OUTUBRO 20

"Correspondência. Ofício da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a dizer que, estando prevista a distribuição de uma rede de Dispensários a construir no País, foi esta localidade designada para ser considerada na primeira fase.

Assim, e por determinação de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, solicita se informe de quais os terrenos que esta Câmara poderá pôr à disposição do Estado, para se proceder à respectiva construção.

Informe-se que a localização do dispensário previsto no Ante-Plano de Urbanização, consta de um lote de terrenos que esta Câmara vai expropriar para o alargamento da Rua Cinco de Outubro, nos princípios do próximo ano, conforme consta do Plano de Obras devidamente aprovado."

1952 OUTUBRO 27

“Pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta, unanimemente aprovada.”

Tornando-se necessário estabelecer uma zona de protecção ao edifício do Albergue Concelhio para o que há que adquirir vários prédios urbanos e uma faixa de terreno sito nas traseiras do edifício, e ainda estabelecer indemnizações aos inquilinos dos prédios urbanos para efeito da sua desocupação, tenho a honra de propor que me sejam dados plenos poderes para contratar com os proprietários dos prédios as suas aquisições e com os inquilinos as indemnizações a receber para a sua desocupação.”

1952 NOVEMBRO 6

“Foi presente o Caderno de Encargos, referente à concessão a fazer por esta Câmara à firma ‘A Eléctrica. Limitada’, com sede nesta Vila, da distribuição de energia eléctrica neste Concelho. A Câmara, por unanimidade, deu-lhe a sua aprovação...”

1952 NOVEMBRO 24

“Carta de Ricardo Malheiro, produtor cinematográfico, a insistir na feitura dum filme documentário sobre este concelho. Informe-se que enquanto não for construído o novo edifício para instalação dos Paços do Concelho e Serviços Públicos, não é de aconselhar a filmagem do documentário sobre esta Vila.”

1952 NOVEMBRO 24

“Pelo Vereador Senhor Álvaro Carneiro Bezerra, foram apresentadas as duas seguintes propostas, unanimemente aprovadas.

[1] ‘Está a Junta Autónoma das Estradas a proceder à construção de mais um lanço – entre a Rua Capitão Manuel Carvalho e a Ponte sobre o Rio Pelhe – da variante às estradas nacionais catorze e duzentos e quatro. O Ante-Plano de Urbanização da Vila prevê o prolongamento da Rua Engenheiro Frederico Ulrich paralelamente a esse troço de estrada nacional. Se a Câmara realizar nesta altura a terraplanagem da parte da Rua Engenheiro Frederico Ulrich acima referida, a Direcção de Estradas do Distrito propõe-se deslocar o muro de suporte de terras à variante às estradas nacionais para o limite do arruamento, o que representa para a Câmara a economia do custo do muro de suporte para amparo das terras do prolongamento da Rua Engenheiro Frederico Ulrich. Considerando que tal benefício apenas se pode usufruir dando imediato início à obra de terraplanagem do arruamento ... tenho a honra de propor que se encarregue o construtor civil Senhor Joaquim Tinoco Osório, de executar o Prolongamento da Rua Engenheiro Frederico Ulrich pela quantia de vinte e dois mil novecentos e doze escudos...

[2]...”

1953 JANEIRO 19

“Empreitada de ‘Restauração da Casa de Camilo, em Seide – Sam Miguel’. Foi presente o Caderno de Encargos para a empreitada acima referida, tendo sido aprovado, bem como o Programa de Concurso, e

designado o dia dezanove de Fevereiro próximo, pelas quinze horas, para a abertura das propostas perante a respectiva Comissão, que ficou constituída pelos Senhores Presidente da Câmara, Vereador do Pelouro das Obras e Engenheiro da Câmara.”

1953 FEVEREIRO 9

“Pelo Vereador Senhor Dr. Armindo Alves Correia de Araújo, foi apresentada a seguinte proposta:

As vantagens de um estabelecimento de ensino onde se leccione o Curso Geral dos Liceus são sobejamente conhecidas desnecessário se tornando enumerá-las.

O nosso concelho, porém, não possui qualquer estabelecimento oficial de ensino secundário apesar de ser hoje um dos mais importantes do País, mesmo que fosse, como no vizinho concelho de Santo Tirso, um Liceu Municipal, onde somente se ministra o ensino do primeiro ciclo.

Existe, todavia, como é do conhecimento de todos, um estabelecimento particular – o Colégio de Camilo Castelo Branco – graças ao qual tem sido possível preparar para a vida muitos rapazes, alguns dos quais são hoje médicos, engenheiros ou professores oficiais, enquanto muitos outros se encontram nas universidades, podendo afoitamente afirmar-se que, sem a sua existência, a maioria não teria conseguido atingir aquela posição.

Infelizmente, segundo chegou ao nosso conhecimento, o Colégio de Camilo Castelo Branco, embora tenha recebido desta Câmara, nos últimos anos, um subsídio anual de trinta e seis mil escudos, é obrigado a encerrar as suas portas visto os seus proprietários não poderem continuar a suportar os prejuízos constantes que têm tido.

Por informação fidedigna sabemos que a Câmara Municipal de Santo Tirso, tem despendido anualmente, para a manutenção do seu Liceu, uma importância superior a cem mil escudos, apesar do mesmo, repetimos, só ministrar o ensino do primeiro ciclo.

Deste modo e para evitar que o nosso concelho fique privado do seu único estabelecimento de ensino secundário, onde se leccionam os dois ciclos do Liceu, tenho a honra de propor que o subsídio desta Câmara ao Colégio de Camilo Castelo Branco seja aumentado para sessenta mil escudos anuais, reforçando-se no primeiro orçamento suplementar a organizar, a respectiva rubrica orçamental.

Foi aprovada por unanimidade e resolvido submetê-la à aprovação do Conselho Municipal, na sua próxima sessão, em virtude de trazer aumento de despesa. Ao começar-se a leitura desta proposta, o Vereador Senhor Abel Folhadela de Macedo, depois de dizer que, na qualidade de Director do Colégio Camilo Castelo Branco, era, em parte, interessado no assunto, pediu licença para se retirar da sala, para assim, a Câmara deliberar mais à vontade. Concedida a licença, retirou-se da sala. Acabada a leitura, foi mandado chamar, tendo reocupado o seu lugar.”

1953 FEVEREIRO 23

“Ofício da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, a informar que foi comunicado à Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, a possibilidade de aprovação do ante-projecto da ‘Construção do novo edifício destinado a Repartições Públicas, nesta Vila’, desde que, no projecto definitivo, se observem as dimensões e dependências indicadas, que se tornam indispensáveis a uma boa execução dos serviços.

A Câmara ficou inteirada, tendo o Excelentíssimo Presidente informado que já foi dado conhecimento deste ofício ao Senhor Architecto autor do projecto.”

1953 MARÇO 9

“Pelo Excelentíssimo Presidente foi apresentada a seguinte proposta, aprovada por unanimidade.

Em reunião de sete de Julho do ano passado foram-me dados poderes para contratar com técnico especializado a elaboração do projecto do novo edifício destinado a Repartições Públicas, a construir nesta Vila.

Estudado convenientemente o assunto e ouvido o parecer de diversas entidades superiores, foi escolhido, tendo em atenção o seu comprovado saber e a especialização em tal género de construções, o Excelentíssimo senhor Architecto Januário Godinho, da cidade do Porto.

Considerando que o ante-projecto da obra foi entregue e mereceu a aprovação dos diversos serviços a que foi submetido, tenho a honra de propor que se entregue ao seu autor, por conta de honorários, a quantia de quarenta mil escudos, a satisfazer pela rubrica orçamental ‘Construção do novo edifício destinado a Paços do Concelho e Repartições Públicas e urbanização do local.’”

1953 ABRIL 20

“Festejos comemorativos do vigésimo quinto aniversário da entrada no Governo da Nação de Sua Excelência o Presidente do Conselho, Senhor Doutor Oliveira Salazar, a levar a efeito no dia vinte e sete do corrente.

Foi resolvido que as homenagens a prestar por esta Câmara Municipal sejam constituídas do seguinte programa: Às oito horas – salva de vinte e cinco tiros; Às onze horas, Inauguração dos novos edifícios escolares, em Brufe; Às onze horas e trinta minutos, inauguração dos novos edifícios escolares em Gondifelos; às doze horas, salvas de morteiros; Às catorze horas, arruamentos e concertos pelas duas Bandas de Música locais; Às quinze horas e trinta minutos, no Ateneu Comercial, gentilmente cedido pela sua ilustre Direcção, duas palavras alusivas à memorável data pelo Excelentíssimo Senhor Dr. Abílio Dias Moreira, Vice-Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional; Às dezasseis horas, concentração das crianças das escolas (Vila e limitrofes) e retransmissão das homenagens prestadas em Lisboa a Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho; Às dezasseis horas, girândola de foguetes; Às vinte e uma horas, iluminação dos edifícios públicos e concertos pelas bandas de música no Campo Mouzinho de Albuquerque; Às vinte e quatro horas, salva de morteiros.”

1953 MAIO 4

“Ofício da Presidência do Conselho, a devolver o processo respeitante à expropriação dos terrenos prevista no Ante-Plano de Urbanização desta Vila, destinados à localização do Cine-Teatro, informando que, conforme despacho de Sua Excelência o Ministro da Presidência, pode este município requerer a referida expropriação, ao abrigo das disposições aplicáveis.

Foi resolvido solicitar à Inspeção Geral dos Espectáculos para determinar a oportunidade das expropriações, nos termos do disposto no parágrafo segundo do artigo quarenta e seis do Decreto número treze mil quinhentos e sessenta e quatro, de seis de Maio de mil novecentos e vinte e sete.”

1953 JUNHO 8

“Ofício da Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos, a remeter cópia do parecer emitido pelo Conselho Superior de Obras Públicas sobre o projecto da obra de ‘construção do novo edifício destinado a Repartições Públicas’, e a transcrever o despacho que Sua Excelência o Ministro se dignou exarar-lhe.

A Câmara, depois de ter devidamente apreciado os pareceres da Comissão Revisora da Direcção-Geral dos serviços de Urbanização e do Conselho Superior de Obras Públicas, e o despacho exarado por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas sobre o assunto, deliberou que, quanto à parte financeira, atendendo a que a obra nunca poderá ser executada num período inferior a dois anos, o Município está habilitado a poder suportar pelas suas receitas ordinárias e sem prejuízo de outros melhoramentos de necessidade urgente, a quota parte que lhe venha a caber nesta obra de interesse vital para o concelho; quanto à parte técnica, enviar cópia dos respectivos pareceres e despacho ao autor do ante-projecto, aguardando-se a sua informação para depois a Câmara se pronunciar perante as instâncias superiores."

1953 JUNHO 29

"Carta de Ricardo Malheiro, Produtor Cinematográfico, a confirmar as condições gerais para a feitura do filme sobre este concelho,, que se propões fazer.

A Câmara, embora reconheça a grande vantagem que traria para a propaganda do nosso concelho, a filmagem das suas belezas naturais e da importância da nossa indústria, lamenta ter de reconhecer a impossibilidade da sua realização, devido ao seu elevado custo."

1953 JULHO 13

"Programa de concurso para a empreitada de 'Alargamento e Pavimentação da Rua Cinco de Outubro, entre a Rua de Camilo Castelo Branco e o Largo Tinoco de Sousa'.

Foi presente, tendo sido aprovado, bem como o respectivo projecto e Caderno de Encargos, sendo resolvido designar o dia treze do mês de Agosto próximo, pelas quinze horas, para a abertura das propostas perante a respectiva Comissão, que ficou constituída pelos Senhores, Presidente da Câmara, Vereador do Pelouro das Obras e engenheiro do Município."

1953 AGOSTO 10

"Ofício da organização cinematográfica 'Ricardo Malheiro', sobre as condições de produção de um filme sobre o concelho de Vila Nova de Famalicão, informando o seu custo.

Foi resolvido informar que a Câmara, presentemente, não tem verba disponível para a realização do filme e mantém a opinião de que o mesmo só poderá ter interesse desde que nele figurem a capital do distrito e todos os seus concelhos."

1953 OUTUBRO 8

"Pelo Excelentíssimo Presidente foi apresentada a seguinte proposta, aprovada por unanimidade.

A Câmara Municipal acabou de construir nesta Vila, em Setembro de 1952, o seu Campo de Jogos, cuja manutenção tanto da sua conservação como do mobiliário e tudo o mais a ele adstrito, tem estado a seu cargo sem que tenha recebido qualquer espécie de rendimento.

Considerando, portanto, que convém determinar um quantitativo de aluguer pela sua exploração, tenho a honra de propor à aprovação da Excelentíssima Câmara, de harmonia com conversação havida entre mim e o Presidente da Direcção do Futebol Club de Famalicão, e enquanto não for estabelecido por qualquer outra forma ou regulamentado o seu aproveitamento, que pelo referido club desportivo seja, previamente paga à Câmara Municipal a importância de duzentos escudos, por cada desafio de futebol que ali se realize.

1954 MARÇO 8

“Carta de Francisco da Costa Matos, desta Vila, a solicitar que, em virtude do Plano de Urbanização da Vila ter destinado para a construção da Escola Industrial o terreno onde tem instalada a sua fábrica de serração e porque necessita ampliar os edifícios para a instalação de máquinas, seja informado qual a posição em que este caso se encontra.

Foi resolvido que o Excelentíssimo Presidente se aviste com o signatário e com os proprietários do terreno para saber em que condições a Câmara poderia adquirir o terreno livre e desocupado.”

1954 MARÇO 8

“Pelo Excelentíssimo Presidente foram apresentadas as seguintes propostas, aprovadas por unanimidade.

[1] [Estando] em construção a obra de 'Alargamento e pavimentação da Rua de Cinco de Outubro, entre a Rua de Camilo Castelo Branco e o Largo Tinoco de Sousa', torna-se necessário conhecer, em pormenor, o arranjo urbanístico da zona anexa para efeito do estabelecimento das respectivas concordâncias com o arruamento em execução.

Nestas condições, tenho a honra de propor que se encarregue o Excelentíssimo Senhor Engenheiro Urbanista Miguel de Rezende, da cidade do Porto, autor do Ante-Plano de Urbanização desta Vila, de proceder ao respectivo estudo.

[2] Segundo comunicação oficial do Excelentíssimo Senhor Governador Civil do Distrito, dignou-se Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas incluir no Plano de Trabalhos para o triénio mil novecentos e cinquenta e quatro – mil novecentos e cinquenta e seis a dotação de um milhão duzentos e cinquenta mil escudos para a construção, nesta vila, do novo edifício destinado a Repartições Públicas.

Fixada a dotação, que o mesmo é dizer, concedida a comparticipação para a realização da obra, está dado o primeiro passo, e é altura de encarar o problema.

Devendo o projecto da nova construção ser entregue dentro de breve, torna-se urgente desocupar o terreno onde será localizada, a fim de que as coisas se disponham no sentido de não causar atrasos à execução da obra que, dada a sua grandiosidade, virá contribuir de notável modo para o progresso e embelezamento desta terra.

Nestas condições, e considerando que o facto se impõe para que se possa implantar a nova construção, tenho a honra de propor que se proceda à demolição do edifício onde funcionaram as antigas escolas e, porque essa demolição terá que ser iniciada sem qualquer demora, e a sujeição a concurso público viria protelar a sua efectivação, proponho ainda que se recebam propostas para os referidos trabalhos com dispensa de formalidade de concurso público, devendo a despesa respectiva ser paga pela rubrica orçamental inscrita no Capítulo vinte e dois – artigo cento e trinta e quatro – alínea quatro. Mais proponho, e faço-o supondo traduzir o pensamento dos Excelentíssimos vereadores, que se manifeste a Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas a expressão do profundo agradecimento do Município.”

1954 JUNHO 8

"Pelo Vereador Senhor Adelino Leitão da Silva foi apresentada também a seguinte proposta, aprovada por unanimidade.

Considerando que o problema da construção do novo edifício dos Paços do Concelho e demais Repartições Públicas, tem sido objecto de discussões e polémicas em jornais locais, pondo-se o problema num pé que pode prejudicar o apoio e auxílio que o Governo vem dando desde há anos a este concelho; considerando que tais discussões e polémicas atingem directamente esta Câmara e mormente o seu Presidente; considerando que a comparticipação de mil duzentos e cinquenta contos ultimamente concedida por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, é prova iniludível da concordância e apoio daquele departamento do Estado para a construção de um novo edifício que esteja à altura da importância do concelho;

Proponho:

primeiro – que fique consignado na acta o nosso protesto a essa campanha;

segundo – que se telegrafe a Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas agradecendo a comparticipação concedida;

terceiro – que reiteremos a nossa confiança ao Senhor Presidente pela obra de progresso e renovação que, com inteligência e devoção, vem desempenhando a bem do nosso concelho."

1954 ABRIL 5

"Pelo Excelentíssimo Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

Concluído o estudo do plano parcial de urbanização da zona entre a Avenida Dr. Oliveira Salazar e o Largo de Tinoco de Sousa, e impondo a conclusão das obras de alargamento e pavimentação da Rua de Cinco de Outubro entre a Rua de Camilo Castelo Branco e o Largo acima referido o conhecimento dos trabalhos a realizar naquela zona, tenho a honra de submeter à apreciação da Excelentíssima Câmara o plano parcial de urbanização referido.

Foi aprovado por unanimidade e resolvido submeter à aprovação superior o referido plano."

1954 AGOSTO 30

"Ofício da Nacional Filmes, Limitada – Lisboa. Expõe sobre a realização de um documentário cinematográfico acerca de Vila Nova de Famalicão, submetendo a sugestão à consideração desta Câmara Municipal. Ficou para estudo."

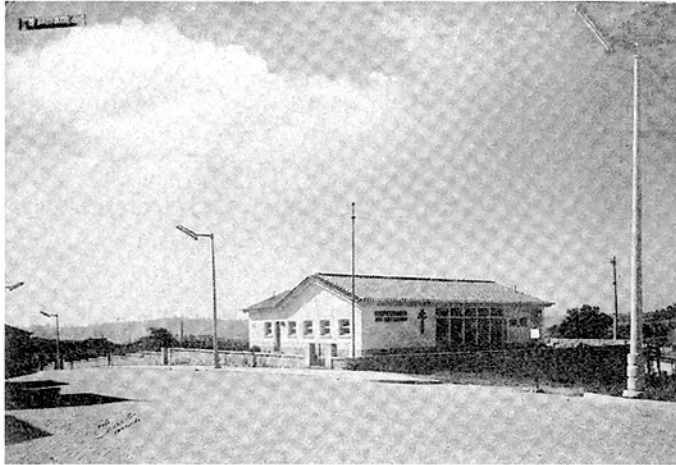
1954 SETEMBRO 20

"Em virtude de o actual Campo Mousinho de Albuquerque ser objecto de um novo arranjo urbanístico, de forma a dar mais realce e beleza ao coração da Vila, torna-se necessário, para realização das feiras semanais, que o recinto, onde hoje tem lugar a feira do gado, seja deslocado para um outro mais apropriado. Considerando que tudo aconselha que o novo recinto destinado a esse fim seja o terreno junto ao Mercado Municipal, conforme está previsto no Ante-Plano de Urbanização, o qual confina também

[...]engenheiro Frederico Ulrich. Considerando que tal arranjo é de fácil saneamento para o rio, como convém, e ainda que de tal melhoramento advém o aformoseamento daquela zona. Tenho a honra de propor que me sejam dados plenos poderes para contratar com os respectivos proprietários o preço a pagar pela compra dos terrenos a adquirir para tal fim. Foi aprovada por unanimidade.”

1954 NOVEMBRO 22

“Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta. Atendendo a que o alargamento da Rua Cinco de Outubro, entre a Rua de Camilo Castelo Branco e o Largo Tinoco de Sousa, nos oferece perspectivas de uma nova artéria da nossa Vila, quer pela sua beleza de urbanização quer ainda pelas futuras construções com que será enriquecida e, considerando assim, que aquela nova artéria bem merece uma denominação própria; considerando ainda que esta Câmara Municipal não dispensou até hoje justa homenagem ao falecido e ilustre famalicense Doutor Francisco Alves Correia de Araújo, que com manifesto desinteresse material presidiu por largos anos a este município, de que sempre deu sobejas provas de acérrimo defensor dos seus interesses, tenho a honra de propor que à referida artéria seja dada a denominação de ‘Dr. Francisco Alves’. Foi aprovada por unanimidade.”



1955 FEVEREIRO 21

“Correspondência. Ofício da Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional – Lisboa, em que são solicitados diversos elementos a fim de se proceder a um inquérito, relativamente à criação de uma escola de ensino técnico profissional nesta Vila. Forneçam-se os elementos pedidos, e informe-se que não existe edifício apropriado ou a adaptar para a instalação provisória da Escola, mas que a Câmara porá à disposição do Estado o terreno necessário para a sua construção definitiva e assumirá o encargo da competente participação.”

1955 MARÇO 7

"Foi apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara a seguinte proposta: "Como é do conhecimento da Excelentíssima Câmara, está em curso o inquérito referente à construção da Escola Técnica Profissional nesta Vila. Para colher elementos sobre o assunto, visitou já esta terra o Excelentíssimo Senhor Inspector do Ensino Técnico, Doutor Leopoldino de Almeida, que fez sentir a necessidade de as coisas serem preparadas de modo a poder ser encarada a construção do respectivo edifício, com brevidade, e a conveniência de se conseguir edifício para nele poder funcionar, possivelmente já a partir de Outubro do corrente ano, o curso elementar, como preparação dos alunos para o ingresso no curso técnico. Pelos factos referidos conclui-se da necessidade do problema ser tratado com brevidade e decisão. Como primeiro facto a resolver, apresenta-se a aquisição do terreno, propriedade de 'A Reguladora, Limitada', onde está prevista a localização do edifício destinado à Escola, e a sua desocupação visto que, como é do conhecimento de Vossas Excelências, aí labora hoje a Fábrica de Serração de Madeiras do Excelentíssimo Senhor Francisco da Costa Matos. Nestas condições, tenho a honra de propor que me sejam dados plenos poderes para entabular negociações com a firma proprietária do terreno, com vista à sua aquisição, e com a firma que aí exerce a sua actividade no sentido de ser fixada a indemnização a pagar para a sua deslocação (...). Foi aprovada por unanimidade."

1955 ABRIL 18

"Pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foram apresentadas as seguintes propostas: (...) Considerando que a freguesia de Riba de Ave, deste concelho, quer pelo seu notável desenvolvimento industrial, quer pela sua população, superior a dois mil e setecentos habitantes, quer pelo seu desenvolvimento urbanístico, pois além de estar dotada com um bem apetrechado Hospital da Santa Casa da Misericórdia – Narciso Ferreira, com uma Estação Telégrafo-Postal e Telefónica, Corporação de Bombeiros Voluntários, sub-posto da Guarda Nacional Republicana, de um moderno Cine-Teatro, Mercado coberto, agência bancária, importantes estabelecimentos industriais, Estalagem, cafés, diversas pensões, grupo de futebol, de iluminação eléctrica e está servida com boas vias de comunicação, tenho a honra de propor que se officie ao Excelentíssimo Governador Civil deste Distrito, solicitando-lhe os seus bons esforços, no sentido de ser elevada à categoria de Vila, a importante freguesia de Riba de Ave, deste concelho. Foi aprovada por unanimidade."

1955 MAIO 2

"Pelo Vereador, Excelentíssimo Senhor Joaquim Mendes da Cunha, foi apresentada a proposta do teor seguinte: 'O problema da recolha dos lixos caseiros é assunto que necessita de urgente solução, até sob o ponto de vista de limpeza e sanidade da Vila. Nestas condições, tenho a honra de propor que se convide a população da Vila a adquirir recipientes próprios destinados a serem colocados junto às portas das casas a partir da data e em dias a determinar e que, entretanto, se disponham as coisas no sentido do respectivo serviço de recolha principiar a funcionar com a maior urgência possível. Aprovada por unanimidade."

1955 JUNHO 20

“Correspondência. De Ricardo Malheiro (Produtor Cinematográfico), de Lisboa, agradecendo as atenções dispensadas pelo Excelentíssimo Presidente desta Câmara na realização do ‘Documentário de Famalicão’, e chamando a atenção de todos os membros desta Câmara para as circunstâncias em que o mesmo foi efectivado e das quais lhe não cabe qualquer responsabilidade, informando que a importância atribuída por este Município – sessenta contos – era já insuficiente para ocorrer às despesas com a realização do filme, e mais se tornou ainda com os novos trabalhos que as modificações feitas ocasionaram, acentuando que não foram somente as filmagens ultimamente feitas, mas sim a nova locução, nova tomada de som, todos os trabalhos de laboratório e, sobretudo, novas cópias, que vieram sobrecarregar, com mais trinta contos, o prejuízo que tinha de suportar, e pedindo para lhe ser atribuída a importância agora gasta. Foi resolvido elevar para setenta e cinco mil escudos, o subsídio a conceder para o Filme de Famalicão.”

1955 AGOSTO 1

“O Excelentíssimo Senhor Presidente fez a seguinte comunicação à Câmara:

É com a maior satisfação que tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, apesar da descrença de certo sector da imprensa, após a remodelação ministerial última, continua a merecer todo o interesse a Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação Nacional a criação de uma Escola Técnica na nossa Vila.

Conforme é do conhecimento de Vossas Excelências, o Excelentíssimo Ministro cessante, quando da visita à nossa Vila em Setembro de mil novecentos e cinquenta e dois, disse ser sua intenção criar em cada cidade sede de distrito uma Escola Técnica e, de seguida, daria também ao nosso Concelho a tão desejada Escola.

Nos princípios deste ano, foi-nos comunicado por Sua Excelência o Senhor Governador Civil, que o Excelentíssimo Senhor Ministro nos mandava informar que, devido a razões especiais, se daria imediato início à criação da nossa Escola, cujos trabalhos seriam brevemente iniciados com a deslocação a esta Vila, de um alto funcionário do Ministério da Educação Nacional.

Assim sucedeu realmente, pois, em Fevereiro do corrente ano, tivemos a honra de receber a visita do Excelentíssimo Inspector Senhor Doutor Leopoldino de Almeida que, depois de uma demorada troca de impressões, foi resolvido proceder-se sem perda de tempo a um inquérito junto da nossa indústria, Grémios e Sindicatos, o que se verificou imediatamente.

Foi ainda nessa ocasião que o Excelentíssimo Senhor Inspector nos informou que, dada a possibilidade de se conseguir casa apropriada para a instalação da Escola, deveria ser possível o início do curso elementar em Outubro de mil novecentos e cinquenta e cinco.

Como alguns dias depois nos foi facultado o prédio de habitação da Excelentíssima Senhora Dona Matilde de Faria, que nos parecia de fácil adaptação, logo foi comunicado o facto ao Excelentíssimo Senhor Inspector, a fim de Sua Excelência se deslocar aqui para o visitar.

Infelizmente, a esperada e desejada visita, foi substituída por uma comunicação do Excelentíssimo Senhor Governador Civil de Braga, informando-nos ter recebido instruções do Excelentíssimo Ministro da Educação Nacional, de não ser possível a criação da Escola Técnica na nossa Vila no ano de mil novecentos e cinquenta e cinco.

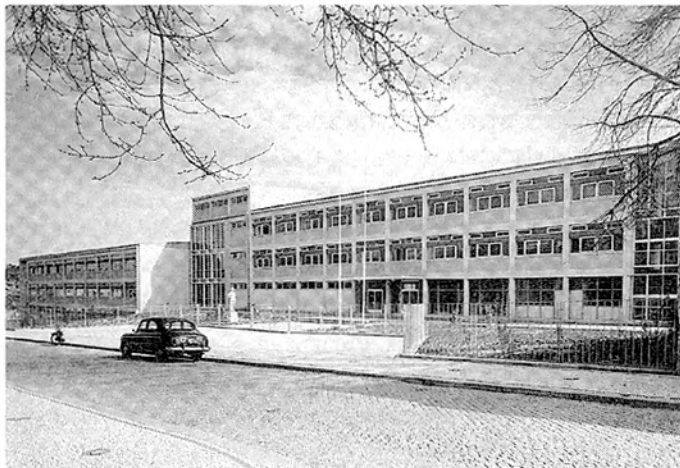
Continuei, porém, a insistir junto das entidades competentes para que, pelo menos, fosse criado para já o curso elementar, fazendo sentir que tendo-se tornado público o seu funcionamento no próximo ano lectivo, esta Câmara ficaria mal colocada se não visse coroada de êxito esta legítima pretensão.

Entretanto, surgiu a remodelação ministerial, e logo diligenciei junto do Excelentíssimo Senhor Governador Civil, para se dignar solicitar a Sua Excelência o novo Ministro, uma audiência para lhe apresentar as saudações do Município pela sua investidura no alto cargo e para manifestar a Sua Excelência a ansiedade da nossa Terra pela urgente criação da almejada Escola Técnica.

Chegada a hora de Sua Excelência conceder a honra da audiência solicitada – e não é demais encarecer a solicitude do Ilustre Chefe do Distrito, não só por este como por todos os assuntos de interesse da Câmara -, tivemos a honra de sermos os dois recebidos na pretérita quarta-feira por Sua Excelência, que se dignou informar-nos que tanto as escolas das sedes dos distritos da Guarda e Santarém, que no Plano de Construções tinham a primazia por serem capitais de distrito, como a do nosso concelho, serão brevemente criadas, mostrando-nos a conveniência de a Câmara proceder desde já à aquisição do terreno para a sua implantação, cuja localização mereceu o seu franco apoio, visto não ser adepto de instalações provisórias de escolas (que na maioria dos casos se tornam definitivas), e lembrou a conveniência desta Câmara o informar desde já qual a percentagem da sua participação para a construção do edifício.

E, assim, ao mesmo tempo que faço esta comunicação, com o mesmo prazer tenho a honra de propor que a Câmara participe com dez por cento do valor total da obra de construção da Escola Técnica da nossa Vila.

A Câmara, depois de ouvir a clara exposição do Senhor Presidente, congratulou-se com os bons resultados das diligências efectuadas pelo mesmo Senhor junto de Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, manifestou-lhe o seu melhor apreço pelo interesse que sempre põe em tudo que represente progresso para o Concelho, e deu a sua aprovação à proposta para o Município participar em dez por cento do valor das obras de construção da Escola Técnica.”



1955 AGOSTO 22

“Investido dos poderes que me foram concedidos em reunião de vinte e um de Fevereiro passado, para contratar técnico para a elaboração do estudo do arranjo do Campo Mousinho de Albuquerque e terreno junto ao Mercado Municipal destinado a feira do gado, inicie logo as necessárias diligências nesse sentido, tendo

mesmo ouvido sobre o assunto o Excelentíssimo Senhor Engenheiro Director-Geral dos Serviços de Urbanização.

Acertadas com o Excelentíssimo Senhor Architecto Agostinho Ricca Gonçalves, do Porto, as condições de execução do trabalho e os honorários a pagar, que sofreram redução depois de uma minha ultima intervenção, como pode verificar-se pela correspondência hoje presente a esta reunião.

Tenho a honra de propor que se encarregue o técnico acima mencionado da execução dos projectos referentes ao arranjo do Campo Mousinho de Albuquerque e terrenos junto ao Mercado Municipal destinados a feira do gado, incluindo projecto do pavilhão de chá e ainda quaisquer outros estudos complementares necessários à completa execução da obra, respeitantes a estudos de engenharia e assistência técnica, mediante o pagamento de cinco por cento do valor das obras a realizar.

Aprovada por unanimidade."

1955 SETEMBRO 12

"Plano de Actividade da Câmara Municipal para o próximo ano de mil novecentos e cinquenta e seis. (...) Início da construção de uma nova artéria entre a Avenida do Doutor Oliveira Salazar e o Largo Tinoco de Sousa e alargamento da Viela dos Eixidos, incluindo expropriações e indemnizações, no que se deverá despende a importância de duzentos e cinquenta contos. (...)

1955 OUTUBRO 17

"Correspondência. Da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, informado em referência à construção da passagem superior ao quilómetro vinte e um vírgula mil oitocentos e vinte, da Linha do Minho, que tem de prever-se para a passagem superior a altura e largura com vista à futura electrificação da linha e estabelecimento de via dupla, de harmonia com o determinado na Portaria número treze mil e trinta e oito, de nove de Janeiro de mil novecentos e cinquenta; e que, uma vez feito o projecto, será preciso enviá-lo aquela Companhia para exame, e depois de conhecida a importância a despende, a mesma Companhia a submeterá ao seu Conselho de Administração, para a Companhia Portuguesa subsidiar a construção da obra.

Foi resolvido conceder poderes ao Excelentíssimo Presidente para contratar técnico competente para elaborar o projecto."

1955 NOVEMBRO 14

"Cartas. De Ricardo Malheiro, Produções Cinematográficas, Lisboa, informando que o documentário "Famalicão" foi estreado no cinema Trindade, do Porto, onde se manterá durante uma semana."

1955 DEZEMBRO 5

"De harmonia com os poderes que me foram conferidos em reunião de sete de Março passado, inicie as diligências necessárias com vista à aquisição do terreno sito à Avenida Barão de Trovisqueira, desta Vila,

pertencente à Fábrica Nacional de Relógios Reguladora SARL, onde está instalada a fábrica de serração de Francisco da Costa Matos e à determinação da indemnização ao proprietário da fábrica pela transferência da sua instalação fabril, terreno que se destina à construção do edifício da Escola Técnica.

Por razões de vária ordem só agora foi possível dar o assunto por resolvido, tendo acordado ... na cedência a esta Câmara do prédio misto constituído pelo Campo e Bouça da Cegonha, sito no lugar do mesmo nome, com a área aproximada de oito mil metros quadrados ... pela quantia de quinhentos quarenta e oito mil escudos, cabendo desta importância duzentos noventa e oito mil escudos, ao valor porque o prédio é adquirido e duzentos cinquenta mil escudos à indemnização ao proprietário da fábrica pela transferência da sua instalação fabril....”

1956 JANEIRO 2

“Correspondência. Ofícios. Do Governo Civil do Distrito de Braga, solicitando a esta Câmara para informar o que tiver por conveniente acerca da exposição, que envia, a título devolutivo, da Junta de freguesia de Oliveira (São Mateus), deste concelho, dirigida pela referida Junta a Sua Excelência o Ministro do Interior, referente à elevação de categoria de Vila da povoação sede da freguesia de Riba de Ave, também deste concelho.

Foi resolvido informar que, embora no requerimento dirigido pela Junta de Freguesia de Oliveira (São Mateus) e não São Mateus de Oliveira, a Sua Excelência o Senhor Ministro do Interior, se diga que foi a Junta de Freguesia de Riba de Ave quem solicitou ao Governo da Nação a elevação daquela freguesia à categoria de Vila, é de elementar justiça e conforme à verdade, esclarecer que essa solicitação foi da exclusiva iniciativa da Câmara Municipal, a qual nem sequer em tal sentido recebeu o mínimo alvitre daquela Junta.

A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou propor ao Governo a elevação à categoria de Vila da povoação de Riba de Ave, pelo alto nível de urbanismo aí atingido, pelo seu desenvolvimento industrial e comercial, onde avultam óptimas unidades industriais e comerciais, que fizeram surgir um ambiente social, económico e cultural de razoável tomo. Assim o justificavam o esforço feito pela população, as suas amplas artérias, a manutenção de um teatro, de um hospital, de um mercado coberto, de instalações bancárias e de uma estação telegrafo-postal, além de uma corporação de bombeiros, e de vários estabelecimentos hoteleiros e de café, etc..

Esta a verdade que com muito gosto se repõe em seu lugar.

Quanto à informação solicitada sobre a formação da Vila de Riba de Ave com as duas freguesias de Riba de Ave e Oliveira (São Mateus), ficando ambas as freguesias com a individualidade e ... constantes do aludido requerimento, não podemos deixar de nos manifestar de modo desfavorável à pretensão porquanto:

- a) Não é exacta a ali apregoada vida em comum e interdependência das duas freguesias de modo que uma à outra se completem. Na verdade: Primeiro – Embora haja realmente o Largo da Santana em Oliveira (São Mateus) com feiras semanais à quinta feira, não é menos certo que Riba de Ave não se socorre de tal feira para seu abastecimento pois possui diariamente um mercado com venda de todos os géneros, desde carne de porco, cabrito e vaca, ao peixe, aos legumes, às flores e galináceos. E, ao sábado, semanalmente, também Riba de Ave tem uma feira que completa aquele mercado com venda de louças, de fazendas, de ouro, calçado, etc., aliás mais concorrida que a de Santana; Segundo – Se é verdade haver bastantes estabelecimentos comerciais em Oliveira (São Mateus) não é menos exacto afirmar que existem estabelecimentos dos mesmos ramos e de outros, até em maior número, na área de Riba de Ave; Terceiro – Quanto a oficinas e indústrias o confronto entre Riba de Ave e Oliveira (São Mateus), é nitidamente favorável àquela freguesia; Quarto – Quanto à também alegada satisfação dos povos de Oliveira (São Mateus), só sabemos que por serem povoações separadas por um rio, que pretendem competir em progresso e desenvolvimento, há uma natural e vetusta rivalidade que tem origi-

nado através os tempos uma vida separada e independente, não sendo crível que a população de Oliveira (São Mateus) deseje associar seus destinos a Riba de Ave.

- b) Lamentando não poder corroborar que exista aquele bom entendimento apregoadado no requerimento, ainda que ele existisse, nem assim poderíamos fornecer informação favorável porque: Primeiro – Administrativamente as freguesias só se unem para formar concelhos (artigo primeiro do Código Administrativo) ou para a formação de uniões de Juntas de Freguesia (artigo duzentos sessenta e seis do mesmo Código); Segundo – Ora a reunião solicitada fundamenta-se em que o título de vila à povoação de Riba de Ave melhor se justificaria se essa Vila ficasse com duas freguesias. Parece pois que é ilegal a petição; Terceiro – Acresce que o título de Vila foi solicitado para uma povoação que, por si só o merece e deixaria de o merecer se não tivesse os requisitos que lhe apontou a Câmara Municipal. O requerimento inculca que esse título só seria justificável se a Riba de Ave se juntassem outras povoações. Não é verdade e tanto que esta Câmara assim o entendeu em sua reunião de dezoito de Abril de mil novecentos e cinquenta e cinco e contradizer-se-ia se concordasse com o requerido pela Junta de Oliveira (São Mateus); Quarto – Mas se concordámos e propomos que Riba de Ave receba aquele título, nem propomos nem concordamos – por enquanto – que Oliveira (São Mateus) ascenda a tal categoria por ainda não reunir os requisitos para tal justificativos. Ora isto no fundo é o desejo dos peticionários.”

1956 MARÇO 26

“Correspondência ... Do Governo Civil do Distrito de Braga, transcrevendo outro da Direcção Geral de Administração Política e Civil, solicitando a esta Câmara Municipal para que informe e indique o seguinte:

- a) A população do núcleo urbanizado da freguesia de Riba d’Ave, que se pretende venha a constituir vila, conforme já foi solicitado;
- b) Quais os limites que deveriam fixar-se para a vila, pois certamente que parte da freguesia terá características nitidamente rurais, pelo que não se justificaria que a classificação de vila se lhe tornasse extensiva;
- c) Se está em estudo ou previsto plano de urbanização da sede da freguesia. Em caso afirmativo, justificar-se-ia que a área do plano coincidissem com a da vila;
- d) Dado o que consta da primeira parte da deliberação de dois de Janeiro ultimo, transcrita no officio dirigido ao Governo Civil, em dez do mesmo mês, deverá a Câmara esclarecer qual a atitude da Junta de Freguesia em face da petição. Isto é: se aprova, ou não, a pretensão.

Foi resolvido encarregar o engenheiro urbanista, Senhor Miguel de Resende, para proceder ao estudo dos limites a fixar para a parte da freguesia de Riba d’Ave, que se pretende venha a constituir Vila, e officiar à Junta da mesma freguesia pedindo para ela informar se aprova ou não a pretensão desta Câmara para aquela freguesia ser elevada à categoria de Vila, para, seguidamente, se fornecerem os elementos solicitados.”

1956 ABRIL 9

“Correspondência ... Da Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos – Lisboa, transmitindo a esta Câmara Municipal que deve abrir, urgentemente, concurso público para adjudicação da obra ‘Construção do novo edifício destinado a Repartições Públicas, em Vila Nova de Famalicão’, em face de cujo resultado se fixará o valor da participação a conceder. A Câmara ficou ciente.

Da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Lisboa, informando que, tendo em atenção o ofício desta Câmara Municipal dirigido a Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e o despacho que superiormente foi exarado sobre o assunto, pode este Município abrir concurso público para a execução da obra de construção do edifício destinado a Repartições Públicas, sendo então depois de conhecido o seu resultado, concedida a participação prevista. A Câmara ficou ciente e resolveu agradecer às entidades que intervieram para a solução deste importante melhoramento para o nosso concelho.”

1956 ABRIL 9

“Foi presente e aprovado o Programa de Concurso e Caderno de Encargos, bem como o Projecto e respectivo aditamento do novo edifício para os Paços do Concelho, Serviços Municipais, Secção de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública, e do corpo destinado a Tribunal Judicial e mais serviços do Ministério da Justiça, e da urbanização da Praça da República, sendo resolvido abrir o competente concurso público para esta empreitada, e designar o dia dezassete de Maio próximo, pelas quinze horas, para a recepção e abertura das propostas, perante a Comissão para tal fim nomeada, que ficou constituída pelos seguintes senhores: Presidente da Câmara Municipal, Delegado do Procurador da República nesta Comarca, um Delegado da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Arquitecto Januário Godinho – autor do projecto, Vereador Dr. Armindo Alves Correia de Araújo e Engenheiro do Município – Rodrigo Terroso.”

1956 ABRIL 23

“Correspondência ... De Miguel Resende – Engenheiro Civil, informando, com referência ao ofício desta Câmara, número quinhentos oitenta e oito, de onze do mês em curso, que dentro da freguesia de Riba de Ave, a zona que pode classificar-se como urbana é a que consta da planta junta, na escala de um/vinte e cinco mil.

Os limites indicados foram definidos mediante prévio reconhecimento das condições locais de topografia e concentração de habitações, fábricas e edifícios públicos ou de interesse público.

A Câmara deu a sua aprovação ao estudo feito pelo seu engenheiro urbanista para a demarcação da zona urbanizada da freguesia de Riba d’Ave, deste concelho, que se pretende venha a constituir Vila, cujos limites deveriam ser fixados pela seguinte demarcação: Uma linha recta, partindo da Ponte do ribeiro de São Pedro, no lugar da Igreja, até ao lugar da Pena, na margem esquerda do Rio Ave, donde segue o curso deste Rio até à Ponte. Daqui, em linha, ao lugar das Lameiras, seguindo à Capela de São Roque (pela extrema da propriedade do Senhor José Carlos Ferreira). Desta Capela de São Roque, vai a linha ao ponto onde o ribeiro de São Pedro atravessa a estrada que segue para a freguesia de Serzedelo do concelho de Guimarães e aí toma o curso do Ribeiro de São Pedro até ao limite da freguesia, pelo lado Nascente, indo ao ponto de partida na Ponte do ribeiro de São Pedro, referida em primeiro lugar.

Dentro deste delimitação ficam os seguintes lugares: Igreja, Casais, Agradas, Souto, Avenida Nova, Tojão, Fábricas, Ribeirinho, Boavista, Venda ou Hospital, Ponte, Lameiras e São Roque.

Mais foi resolvido oficiar à Junta de Freguesia de Riba de Ave, perguntando se aprova ou não, a petição feita por esta Câmara às instâncias superiores para a elevação à categoria de vila do núcleo urbanizado daquela freguesia.”

1956 MAIO 7

"Correspondência ... Da Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos – Lisboa, solicitando, em cumprimento do despacho do Excelentíssimo Director-Geral, o estudo urbanístico relativo à zona do novo hospital de Famalicão. Foi resolvido encarregar o Senhor Engenheiro Urbanista, Senhor Miguel de Resende, de proceder ao estudo."

1956 MAIO 14

"Correspondência ... Da Junta de Freguesia de Riba de Ave, deste concelho, comunicando que, logo após a recepção do ofício número setecentos vinte quatro, de oito de Maio do corrente ano, convocou uma reunião extraordinária que teve lugar em dez do referido mês de Maio, a fim de apreciar o conteúdo do supra citado ofício e o gesto nobre deste município e informando que, na referida reunião, foi resolvido, por unanimidade, concordar em tudo quanto esta Câmara fez e venha a realizar relativamente à concessão do título de Vila àquela freguesia e aguardando ansiosamente o dia em que possa, legalmente, usar aquele título, e exarar na acta um voto de agradecimento a todos os membros desta Câmara pela mercê que conseguiram para aquela laboriosa terra."

1956 JUNHO 4

"Auto de Recepção e Abertura de Propostas. Foi presente um auto de recepção e abertura de propostas, respeitante ao concurso público para a adjudicação da empreitada de 'Construção de edifício para os Paços do Concelho, Serviços Municipais, Secção de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública, e do corpo destinado a Tribunal Judicial e mais serviços da Justiça, e urbanização da Praça da República, a que se referem os editais publicados com data de cinco de Março do corrente ano ...

A Comissão é de parecer que, dentro da base do concurso, a proposta mais favorável é a do concorrente Joaquim de Sousa, no valor de sete milhões oitocentos setenta e cinco mil setecentos e cinquenta escudos, que apenas excede a base de licitação em valor que não atinge cinco vírgula dois por cento.

A Câmara deu a sua unanime aprovação ao parecer da Excelentíssima Comissão e resolveu, em princípio, adjudicar ao concorrente Joaquim de Sousa, a execução da empreitada em referência, pela quantia de sete milhões oitocentos setenta e cinco mil setecentos e cinquenta escudos, e submeter esta resolução à apreciação dos Ministérios da Justiça e das Obras Públicas, enviando-se-lhes cópia deste auto de abertura de propostas."

1956 JUNHO 25

"Correspondência ... Da Direcção dos Serviços de Melhoramentos urbanos – Lisboa, informando, para conhecimento desta Câmara, que Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, por despacho de dezoito do corrente, dignou-se aprovar a adjudicação da obra 'Construção do novo edifício destinado a Repartições Públicas, em Vila Nova de Famalicão' a Joaquim de Sousa, pela importância de sete milhões oitocentos setenta e cinco mil setecentos e cinquenta escudos e bem assim autorizar o início imediato dos trabalhos para o que se publicará desde já a portaria concedendo a esta Câmara o escalão de cem contos inscrito no Plano de Melhoramentos Urbanos do ano de mil novecentos cinquenta e seis.

A Câmara, depois de ter tomado conhecimento da presente comunicação, deliberou adjudicar a empreitada global da obra em referência ... ao concorrente Joaquim de Sousa ...

Seguidamente, o Senhor Presidente disse que foi com a mais viva satisfação que tomou conhecimento do despacho de Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas, pelo qual se dignou dar a sua concordância ao sugerido pela Câmara para ser adjudicada ao concorrente da proposta mais favorável, Senhor Joaquim de Sousa, pois via assim chegada a hora culminante há tanto tempo desejada, para a realização da obra de maior vulto para a nossa Terra desde o início do Concelho, a qual não só contribuirá para a condigna instalação de todos os serviços públicos, como ficará a constituir padrão do progresso do nosso Concelho.

Continuando no uso da palavra, propôs, o que foi unanimemente aprovado, que ficasse consignado na acta um voto do mais vivo e profundo reconhecimento a Sua Excelência o Ministro pelas facilidades concedidas, devendo dar-se conhecimento, telegraficamente da deliberação tomada."

1956 JULHO 16

"Pelo Excelentíssimo Senhor Vereador Joaquim Mendes da Cunha, foi presente a proposta do teor seguinte: Em proposta aprovada em reunião de três de Maio de mil novecentos e cinquenta e cinco, foi reconhecida a necessidade da urgente solução do problema da recolha dos lixos domésticos, tendo-se estabelecido convidar a população da Vila a adquirir, na altura própria, recipientes destinados a serem colocados nos passeios, junto às portas das casas. Dispostas as coisas de modo a que tal serviço possa iniciar-se a partir do dia seis do próximo mês de Agosto.

Tenho a honra de propor: Que se dê início no dia seis do próximo mês de Agosto à recolha dos lixos domésticos; que se convide a população por meio de editais a afixar nos lugares públicos do costume a dar cumprimento ao citado Regulamento, na parte que lhe compete.

Foi aprovado por unanimidade.

Regulamento de Recolha de Lixos Domésticos. Foi presente e unanimemente aprovado o seguinte regulamento de recolha de lixos domésticos: "Artigo primeiro. A recolha dos lixos domésticos será feita por viatura e pessoal da Câmara, a partir do dia seis do próximo mês de Agosto. Artigo segundo. Terá lugar todos os dias úteis a partir das oito horas e findará depois de concluído o respectivo giro.... Artigo sétimo. É o seguinte o giro do carro de recolha: Terças, Quintas e Sábados, Rua de Adriano Pinto Basto (entre a Rua Camilo Castelo Branco e a Rua Narciso Ferreira); Rua de Narciso Ferreira; Rua Engenheiro Frederico Ulrich (até à Rua de Vasconcelos e Castro); Rua de Vasconcelos e Castro; Campo Mousinho de Albuquerque; Rua Capitão Manuel Carvalho; Campo Mousinho de Albuquerque (lado Sul); Campo Mousinho de Albuquerque (lado Poente). Segundas, Quartas e Sextas-Feiras: Campo Mousinho de Albuquerque (lado Norte); Rua de Alves Roçadas; Avenida do Doutor Oliveira Salazar (até à Praça Nove de Abril); Praça de Nove de Abril; Rua de Santo António; Rua de Adriano [Pinto Basto] (entre a Rua de Santo António e a Rua de Daniel Santos); Rua de Daniel Santos; Rua de Cinco de Outubro.

1956 JULHO 23

"Estudo de localização do novo hospital Sub-Regional de Vila Nova de Famalicão. Alteração do Antepiano de Urbanização. Foi presente e aprovado o projecto para a localização do novo Hospital Sub-Regional, desta Vila."

1956 AGOSTO 6

“Sendo já do domínio público por notícias insertas na imprensa local e diária, que será publicado muito brevemente o Decreto que vai criar a Escola Técnica desta Vila;

Considerando que a confirmação de tão transcendente acontecimento, não só pela Justiça que representa, como também e muito especialmente por vir de encontro a uma das maiores aspirações do povo deste laborioso concelho, e que tanto e tanto contribuirá para o seu contínuo desenvolvimento e progresso;

Considerando ainda que tal realização facultará à nossa mocidade em idade escolar, possibilidades extraordinárias de um mais elevado nível de cultura, quer científica quer técnica, de que tanto carece para mais facilmente vencer as dificuldades da vida presente, tenho a honra de propor o seguinte:

Que seja exarado na acta desta reunião um voto do mais profundo agradecimento ao Governo da Nação, e em especial a Suas Excelências os Senhores Presidente do Conselho, Doutor António de Oliveira Salazar e Ministro da Educação Nacional, Doutor Francisco de Paula Leite Pinto, pelo grande benefício que à nossa terra vai ser concedido.

Mais proponho que após a publicação do Decreto, se enviem telegramas de agradecimento aos mesmos Excelentíssimos Senhores, bem como ao Excelentíssimo Senhor Director Geral do Ensino Técnico e inspector do mesmo ensino, Doutor Leopoldino de Almeida. Foi unanimemente aprovada.

1956 OUTUBRO 8

“Esteve no passado dia quatro nesta Vila, acompanhado do Excelentíssimo Inspector, Doutor Leopoldino de Almeida, o Excelentíssimo Senhor Doutor Carlos Proença, Director-Geral do Ensino Técnico, a fim de escolher o edifício para funcionamento da Escola Técnica, nesta Vila.

Depois de visita feita a vários edifícios que se supunha poderem ser adaptados para [o] efeito, pronunciou-se o ilustre visitante no sentido que o único que oferece as mínimas condições exigidas, é o sítio na Rua Adriano Pinto Basto, vulgarmente conhecido por 'Palacete Folhadela', que terá que sofrer certas obras de adaptação, entre elas a construção de um anexo, no quintal, destinado a trabalhos práticos.

Considerando que o assunto das instalações da Escola Técnica não pode sofrer delongas, tudo se devendo preparar de modo a que os cursos possam iniciar-se com a maior urgência; considerando que o edifício escolhido se encontra actualmente ocupado, havendo que promover a retirada dos respectivos inquilinos, e que há que sofrer obras de adaptação, especialmente sanitários no edifício e anexo para trabalhos práticos a que já se referiu; atendendo, por outro lado, a que há que estabelecer com os proprietários da edificação as condições do seu arrendamento.

Tenho a honra de propor: que sejam dados plenos poderes ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para entabular negociações com os proprietários do prédio no sentido do seu arrendamento, e com os inquilinos no que se refere à sua desocupação, em virtude de me impedir de fazê-lo o facto de ser associado da firma proprietária do prédio; que os Serviços Técnicos da Câmara procedam, sem demora, ao estudo da estimativa das obras a realizar; que seja aberta rubrica no orçamento suplementar a organizar para a execução das obras necessárias. Foi aprovado por unanimidade.”

1956 OUTUBRO 15

"Correspondência. Do Excelentíssimo Chefe de Gabinete do Ministro das Comunicações, informando que, por incumbência de Sua Excelência o Ministro das Comunicações, ouvida a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, no que se refere à ampliação da estação do caminho de ferro, nada há a acrescentar ao ofício de Maio de mil novecentos e cinquenta e dois, da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, em que foi dado conhecimento à Câmara Municipal, de que a Companhia Portuguesa ainda não havia estudado o projecto de ampliação, em virtude de não ter possibilidade de levar a efeito a referida obra, por esta ser, conforme o ante-projecto previsto, muito dispendiosa.

Quanto ao deslocamento e ampliação do edificio de passageiros, vem agora a Companhia comunicar que, em mil novecentos vinte e sete, quando do arrendamento das linhas do Estado, não assumira qualquer compromisso nesse sentido; que se averiguara, apenas, que em mil novecentos e dezassete havia sido elaborado um projecto pela antiga Direcção do Minho e Douro.

Julga aquela Companhia não haver necessidade da ampliação em causa, a qual – se executada por forma que o centro do edificio ampliado viesse, como se pretende, a coincidir com o eixo da Avenida – obrigaria à duplicação do edificio actual, o que deveria custar cerca de mil e quinhentos contos.

A Companhia não dispõe de verba para a execução de tais trabalhos e não se lhe afigura possível considerar o assunto nos anos mais próximos. A Câmara ficou inteirada."

1957 MARÇO 18

"Captação de água no Rio Ave, para reforço do caudal de abastecimento à Vila e distribuição domiciliária a diversas freguesias do Nascente do concelho. Foi presente, e aprovada em princípio, a minuta de contrato a celebrar entre esta Câmara Municipal e o Engenheiro Civil, João de Brito, residente na cidade do Porto, para a elaboração do projecto e direcção técnica da obra de captação de água no Rio Ave, para reforço do caudal de abastecimento à Vila e distribuição domiciliária a diversas freguesias do nascente do concelho, cujos honorários serão, respectivamente, de quatro e um por cento, sobre o orçamento superiormente aprovado, sendo resolvido enviá-la para a Direcção dos Serviços de Salubridade, Repartição de Abastecimento de Água, para aprovação superior."

1957 ABRIL 29

"Cartas. Do Senhor Joaquim Ferreira Júnior, Vereador Municipal, solicitando para novamente se insistir junto de Sua Excelência o Ministro do Interior, no sentido de vir a ser deferida a pretensão relativa à freguesia de Riba de Ave, que pretende ser elevada à categoria de Vila. A Câmara tomou conhecimento e deliberou insistir pelo deferimento da sua proposta para a elevação à categoria de Vila da freguesia de Riba de Ave."

V Informação





CASA-MUSEU SOLEDADE MALVAR – Vila Nova de Famalicão tem uma nova e singular unidade museológica. A Casa-Museu Soledade Malvar abriu portas ao público a 29 de Setembro de 2002, disponibilizando uma colecção riquíssima, original e diversificada, onde as jóias em ouro e prata, as faianças, a pintura e a arte sacra convivem em perfeita harmonia com o mobiliário dos séculos XVIII e XIX. Localizada na Avenida 25 de Abril, nº. 104, a Casa-Museu é fruto da doação de uma preciosa colecção de arte ao município por parte de Maria Soledade Malvar, ficando localizado num imóvel, também ele oferecido por aquela prestigiada antiquária famalicense.

CENTRO DE ESTUDOS – “Este início de obra é para mim uma espécie de milagre”. As palavras do arquitecto Álvaro Siza Vieira espelham bem as fortes emoções vividas em Famalicão em 19 de Dezembro de 2002 na cerimónia em que Armindo Costa lançou a primeira pedra do Centro de Estudos da Casa-Museu Camilo Castelo Branco, em Seide S. Miguel. Naquele que foi um dia histórico para o concelho, o presidente da Câmara Municipal salientou que “a materialização do projecto de Siza Vieira para a Casa de Camilo deixa



antever que Seide não só permanecerá como local de peregrinação da família camiliana, mas passará a ser também um dos pólos obrigatórios do roteiro da arquitectura contemporânea". O projecto de Siza Vieira, que implica um investimento superior a 2,7 milhões de euros, prevê a instalação de um museu camiliano, um auditório, uma biblioteca especializada e valências de apoio, além de acolher o Centro de Estudos Camilianos, actualmente a funcionar na Biblioteca Municipal de Vila Nova de Famalicão. "Estamos perante um elemento essencial do plano museológico que a Câmara Municipal está a construir no concelho e que mudará a face de Vila Nova de Famalicão inserindo-a nas rotas museológicas e patrimoniais europeias", salientou Armindo Costa.



PRESIDENTES DA REPÚBLICA – O pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, por intermédio do Museu Bernardino Machado, está a organizar um ciclo de conferências sobre os Presidentes da República de Portugal. A iniciativa, que arrancou no dia 9 de Maio de 2003, com a conferência sobre Teófilo Braga, passa em revista, de forma cronológica, a vida e a obra de todos os Presidentes da República, desde 1910, até ao final do mandato presidencial de

Mário Soares, em 1996. As conferências são coordenadas por Norberto Cunha, professor catedrático da Universidade do Minho e coordenador científico do Museu Bernardino Machado.



MUSEU DO CAMINHO-DE-FERRO – Foi inaugurado em Lousado, no dia 18 de Maio de 2003, no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Museus, o Museu do Caminho-de-Ferro de Lousado. Gerido pela

CP – Caminhos de Ferro Portugueses, mas registando um grande envolvimento da Câmara Municipal na sua promoção e valorização, o novo espaço museológico de Famalicão é uma mostra importante e expressiva do acervo – existente na CP – de oito companhias de ferro, desde 1885 até finais do século XX. O museu ocupa as antigas oficinas existentes no perímetro da estação de Lousado, desactivadas após a modernização da actividade ferroviária, em 1977, com a substituição da tracção a vapor por máquinas a diesel. A cerimónia de inauguração contou com as presenças, entre outros, do presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Armindo Costa, e do então presidente da CP, Crisóstomo Teixeira.

ADRIANA CALCANHOTTO – A compositora e cantora brasileira Adriana Calcanhotto apresentou mundialmente em Vila Nova de Famalicão, no dia 12 de Junho de 2003, o seu livro de poemas “Algumas Letras”, publicado pela editora famalicense Quasi Edições. A cerimónia decorreu na Casa das Artes, naquele que foi o primeiro acto público da popular intérprete em Portugal, antes dos concertos que marcaram a sua digressão pelas principais salas de espectáculo do país.



JOÃO AFONSO MACHADO – “Eles Nunca Saberão” é o título da novela que o advogado João Afonso Machado apresentou na Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, no dia 12 de Julho de 2003. João Afonso Machado nasceu no Porto, em Junho de 1960, mas as suas raízes encontram-se intimamente ligadas a Vila Nova de Famalicão, nomeadamente ao Solar de Pindela, em S. Tiago da Cruz, onde residiu o seu bisavô, o Conde de Arnoso, que foi secretário particular do Rei D. Carlos. Nesta obra, que marca a sua estreia como ficcionista e que é editada pela Editora Caixotim, João Afonso Machado insinua um quotidiano que nos está próximo, retratando uma realidade cujos contornos escapam às interpretações sociológicas.

ELES NUNCA
SABERÃO!



João Afonso Machado

MUSEU DA INDÚSTRIA TÊXTIL – O Museu da Indústria Têxtil (MIT) da Bacia do Ave, sediado em Vila Nova de Famalicão, participou na XII Conferência Internacional para a Conservação do Património Industrial, que se realizou na Rússia, entre 10 a 17 de Julho de 2003. O MIT marcou presença através do seu director científico, o professor da Universidade do Minho José Manuel Lopes Cordeiro. Durante a conferência, subordinada ao tema “A Transformação das Áreas Industriais Antigas e o Papel do Património



Industrial", realizou-se a Assembleia Geral do Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial (TICCIH), tendo Lopes Cordeiro, que é um dos grandes especialistas portugueses em arqueologia industrial, sido eleito para a direcção deste importante organismo mundial, cuja sede portuguesa é precisamente em Vila Nova de Famalicão.



A PERSONAGEM NA NOVELA CAMILIANA

– “É imperioso fazer um aproveitamento mais frutífero do discurso do texto camiliano no ensino da língua portuguesa.” Foi esta uma das principais conclusões expressas no colóquio sobre “A Personagem na Novela Camiliana”, que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão organizou, em 24 e 25 de Outubro de 2003, e que reuniu no Casa das Artes docentes das Universidades de Coimbra, Lisboa, Porto, Braga e S. Tiago de

Compostela, e um grupo de cerca de 60 participantes, na sua esmagadora maioria professores do ensino secundário e estudantes universitários.



ENCONTROS DE OUTONO' 2003 – As relações entre o Estado Português e a Igreja Católica, desde a instauração da República, em 1910, até aos nossos dias, estiveram em debate em Vila Nova de Famalicão, nos Encontros de Outono' 2003, realizados em 21 e 22 de Novembro de 2003. O evento contou com a presença dos mais destacados historiadores e contou com a participação de mais de 100 pessoas. Todas as intervenções foram seguidas de um aceso debate entre os participantes, facto bem demonstrativo do interesse e pertinência do tema eleito para esta edição dos Encontros de Outono de Vila Nova de Famalicão, iniciativa integrada no plano anual de actividades do Museu Bernardino Machado.



ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DE DELÃES – A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão comprou a parcela de terreno, onde, desde 1998, têm sido desenvolvidas escavações arqueológicas em S. João de Perrelos, na freguesia de Delães, e onde foi encontrada uma necrópole medieval, um povoado da Idade do Ferro e uma Villa Romana. A celebração daquela que foi a primeira aquisição do município de um terreno com manifesto e comprovado interesse arqueológico ocorreu no dia 24 de Novembro de 2003, na sede de Junta de Freguesia de Delães. A Estação Arqueológica de S. João de Perrelos revela-se da maior importância no contexto arqueológico nacional, pois comporta vestígios de três épocas: Idade do Ferro (Castro), Período Romano (Villa Romana), Época Medieval (Necrópole). Os materiais recolhidos na plataforma agora adquirida pela Câmara Municipal sugerem que neste sítio se terá construído uma Villa (unidade agrícola romana constituída por uma extensão de terra, a casa do senhor, as casas dos trabalhadores, os armazéns e os celeiros). Os trabalhos efectuados já permitiram pôr a descoberto um edifício com hipocausto que terá servido como estância termal, e dois edifícios anexos cuja funcionalidade ainda se desconhece.

PRÉMIO DE HISTÓRIA ALBERTO SAMPAIO

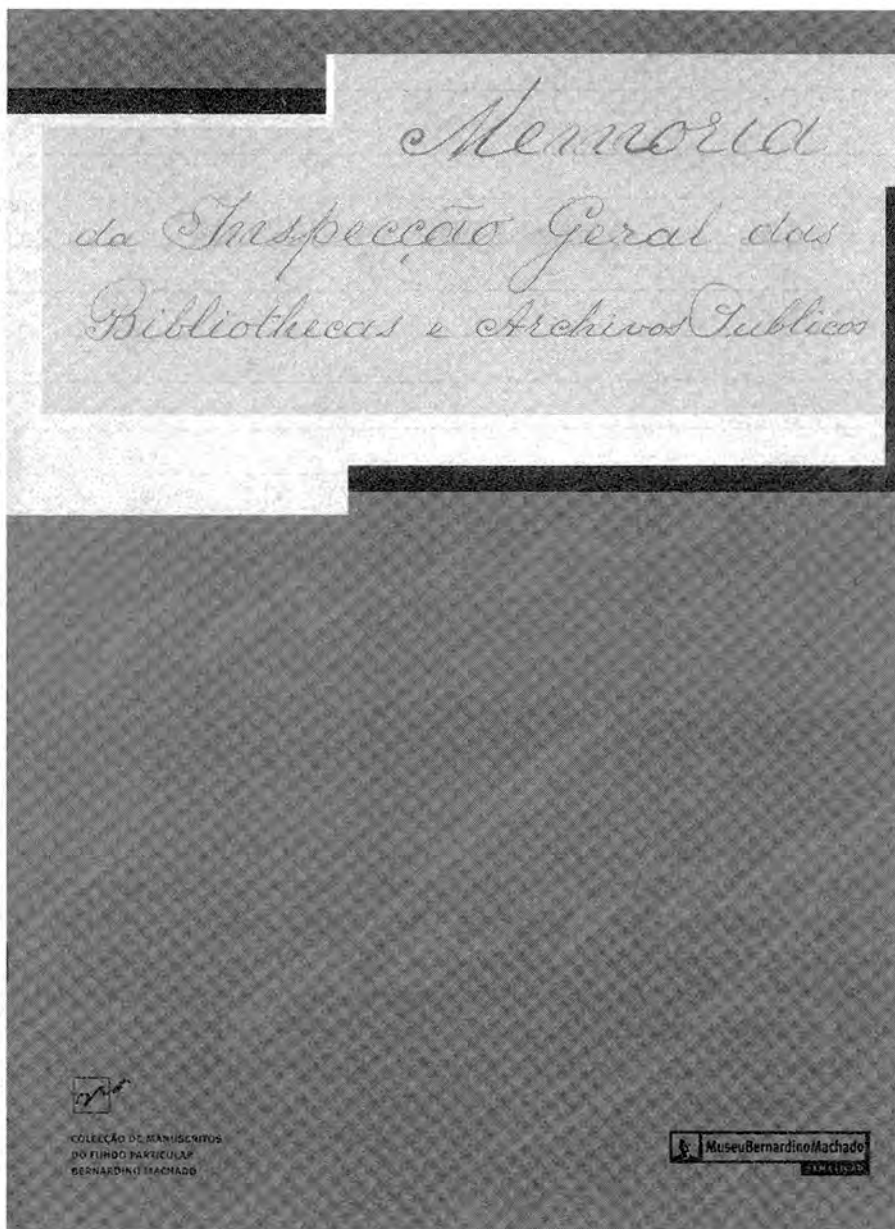
– A obra "Abastecimento e Poder no Salazarismo. O Bacalhau Corporativo" (1934-1967), da autoria de Álvaro Francisco Rodrigues Garrido, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, foi a vencedora da quarta edição do Prémio de História Alberto Sampaio, promovido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães e a Sociedade Martins Sarmento. O



júri, constituído pelos professores catedráticos José Manuel Tengarrinha, da Universidade de Lisboa, Amado Mendes, da Universidade de Coimbra, e Norberto Cunha, da Universidade do Minho, escolheu, por unanimidade, a obra de Álvaro Garrido, entre as 24 que se apresentaram a concurso, tendo salientando “a originalidade temática, o rigor das fontes, a sólida fundamentação, a metodologia ajustada e a interdisciplinaridade da obra”, que permitiram ao autor fazer “uma coesão entre planos económicos, social, político e ideológico”. Entendeu ainda o júri que a obra destacada apresenta-se “como um importante contributo para a compreensão, quer do malogro da I República, quer de aspectos inexplorados das bases de caracterização e de sustentação popular do Estado Novo”. A cerimónia de entrega do galardão decorreu no dia 10 de Maio de 2004, no âmbito da XVI Feira do Livro de Vila Nova de Famalicão.



FIGURAS E INSTITUIÇÕES FAMILICENSES – “Figuras e Instituições Famicenses” é o nome da nova colecção literária que a Câmara Municipal acaba de lançar e que pretende reunir um vasto conjunto de obras de investigação sobre as mais variadas personagens e instituições locais. A colecção abre com o “Livro do Externato Camilo Castelo, 1941-1974”, da autoria do professor do Ensino Secundário Álvaro Vasconcelos, e prossegue com a obra “A Confraria de Nossa Senhora do Carmo”, de José Manuel Lages. São duas obras que **“reúnem pedaços importantes da história da nossa terra e que nos dão a conhecer duas instituições famalicenses muito estimadas e que alcançaram grande prestígio no concelho e na região, em duas áreas muito distintas – no campo educativo e no âmbito religioso”**, conforme realçou Armindo Costa, na apresentação da colecção, no dia 15 de Maio de 2004, durante a realização da XVI Feira do Livro de Vila Nova de Famalicão. A iniciativa constitui uma nova fórmula de apoio da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão à investigação e ao estudo da história local, procurando incentivar estudos sobre as personalidades e instituições mais marcantes da história do concelho.



MANUSCRITOS DE BERNARDINO MACHADO – A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão editou recentemente o primeiro volume da coleção “Manuscritos do Fundo Particular de Bernardino Machado”, intitulado “Memória da Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos”. Trata-se da publicação, em “fac-simile”, do texto manuscrito apresentado por Tomás Lino de Assunção no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, realizado em Madrid, em 1892, no qual o antigo Presidente da República, Bernardino Machado, participou como vice-presidente da secção portuguesa. A novel publicação foi apresentada no Museu Bernardino Machado, a 18 de Maio de 2004, no âmbito das comemorações municipais do Dia Internacional dos Museus.



GRANDE PRÉMIO DE CONTO – A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e a Associação Portuguesa de Escritores (APE) entregaram, no dia 10 de Julho de 2004, o Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco ao escritor Urbano Tavares Rodrigues, pelo livro “A Estação Dourada”, publicado em 2003, pelas “Publicações Europa-América”. A cerimónia de entrega do galardão decorreu na Casa-Museu Camilo Castelo Branco, em Ceide S. Miguel, com as presenças, entre outros, do presidente da autarquia famalicense, Armindo Costa, e do presidente da APE, José Manuel Mendes.

GALERIA DE PREMIADOS

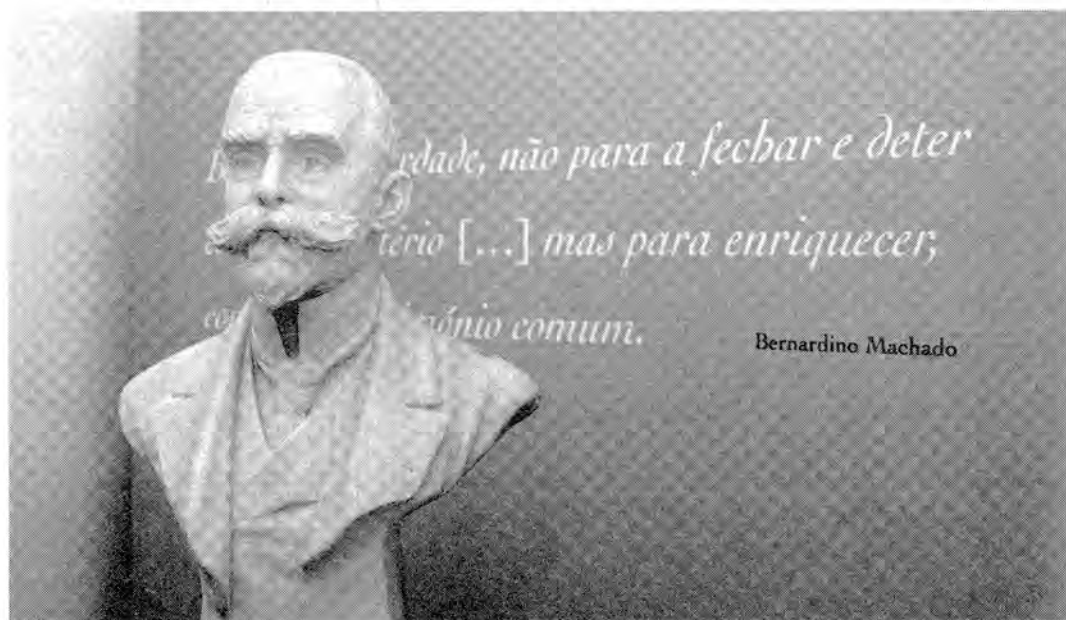
- 1991 – Mário de Carvalho “*Quatrocentos Mil Sestércios Seguido de O Conde Jano*”
- 1992 – Teresa Veiga “*História da Bela Fria*”
- 1993 – Maria Isabel Barreno “*Os Sentos Incomuns*”
- 1994 – Maria Velho da Costa “*Dores*”
- 1995 – Maria Judite de Carvalho “*Seta Despedida*”
- 1996 – Miguel Miranda “*Contos à Moda do Porto*”
- 1997 – Luísa Costa Gomes “*Contos outra vez*”
- 1998 – José Jorge Letria “*A Mão Esquerda de Cervantes*”
- 1999 – José Eduardo Agualusa “*Fronteiras Perdidas*”
- 2000 – José Viale Moutinho “*Cenas da Vida de um Minotauro*”
- 2001 – António Mega Ferreira “*A Expressão dos Afectos*”
- 2002 – Teolinda Gersão “*Histórias de Ver e Andar*”
- 2003 – Urbano Tavares Rodrigues “*A Estação Dourada*”



OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO EM FAMILIÇÃO – A professora do ensino básico e secundário, Filipa Sousa Lopes, apresentou no Museu Bernardino Machado, no dia 25 de Abril de 2004, durante as comemorações municipais do 30º aniversário da Revolução dos Cravos, o livro da sua autoria “Momentos da Oposição em Famalicão – Dos finais da década de 20 aos anos 50”. A obra, co-editada pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e pela Editora Ausência, representa um contributo importante para o conhecimento e divulgação da História do concelho famalicense, apresentando uma síntese brilhante das lutas da oposição democrática contra a ditadura salazarista, onde o enfoque se centra nos democratas de Vila Nova de Famalicão. O trabalho resulta da investigação que a autora famalicense fez para o mestrado que frequentou em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea da Universidade do Minho, onde se licenciara em Ensino de História e Ciências Sociais.

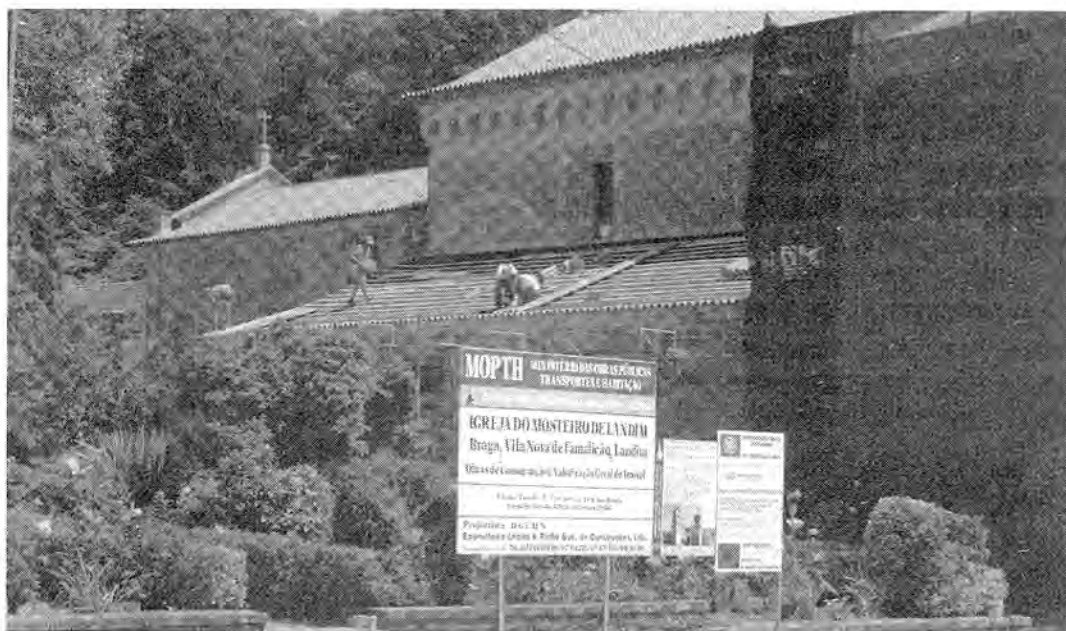


MALETAS PEDAGÓGICAS – No decurso do ano lectivo 2003-2004, a Câmara de Vila Nova de Famalicão lançou programa municipal “Viagens pelo Património Cultural”, que leva os museus que integram a rede museológica municipal às escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho, para que os professores explorem as suas capacidades educativas e despertem nos alunos o interesse pela descoberta do património histórico-cultural do concelho. Com recurso a maletas pedagógicas e a dossiers didácticos, o projecto tem sido unanimemente aplaudido pela comunidade educativa, que aderiu de forma entusiasta a este projecto inovador da autarquia famalicense. Depois do trabalho na sala de aula, o processo prossegue com uma visita de estudo aos respectivos espaços museológicos, onde os alunos solidificam conhecimentos e contactam com o espólio dos espaços que estudaram.



MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – O Museu Bernardino Machado celebrou um protocolo de cooperação com o Museu da Presidência da República, que abriu portas ao público no dia 5 de Outubro de 2004, por ocasião do 94º aniversário da República Portuguesa. De acordo com o protocolo, o Museu da Presidência da República e o Museu Bernardino Machado comprometem-se a estabelecer

uma cooperação regular para o desenvolvimento conjunto de actividades culturais, educativas e técnicas em iniciativas relacionadas com o ex-Presidente da República Bernardino Machado. Por outro lado, o Museu Bernardino Machado, que faz parte da Rede Portuguesa de Museus, compromete-se também a ceder temporária e regularmente presentes de Estado e objectos pessoais de Bernardino Machado, que sirvam a exposição permanente do Museu da Presidência da República.



MOSTEIRO DE LANDIM – Arrancaram no dia 10 de Maio de 2004 as obras de recuperação do Mosteiro de Landim, um dos exemplares mais ricos e emblemáticos do estilo românico do Entre Douro-e-Minho, classificado como imóvel de interesse público desde 1996. Num investimento global de 150 mil euros, estas duas primeiras fases da intervenção visam recuperar a torre sineira e toda a cobertura da igreja, de forma a eliminar o grave problema das infiltrações de água. No interior do monumento, entre outras intervenções, será executada a conservação do soalho do coro alto e da sala anexa, o tratamento da talha dourada e policromada e da escultura em madeira e o tratamento e conservação dos azulejos.

OUTONOS POÉTICOS – Várias dezenas de poetas de todo o país reuniram-se em Vila Nova de Famalicão, entre os dias 9 e 12 de Setembro de 2004, para debater, promover e apresentar poesia, no âmbito da realização da primeira edição dos “Outonos Poéticos”, uma iniciativa organizada pelo pelouro da Cultura da Câmara Municipal, em colaboração com um grupo de poetas locais. A primeira edição foi subordinada



ao tema "O Outono da Poesia", que serviu de mote para a realização de debates, tertúlias, encontros com leitores, apresentação de livros e declamação pelos escritores participantes e grupos de jograis. Para além dos poetas, dos jograis e dos leitores, o evento reuniu também críticos e ensaístas literários, a quem foi dada a incumbência de moderação dos debates.



JORGE REIS SÁ – O escritor e editor famalicense Jorge Reis Sá apresentou no passado dia 15 de Setembro de 2004, na Casa das Artes, o seu quarto livro de poemas intitulado "Biologia do Homem". Marcaram presença na cerimónia o presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Armindo Costa, a cantora e compositora Mafalda Veiga – que presenteou o muito público presente com a interpretação descontrainda de três das suas canções –, Valter Hugo Mãe, sócio de Jorge Reis Sá na Quasi Edições, e o professor Sobrinho Simões, professor de Anatomia Patológica na Universidade do Porto e Prémio Pessoa 2002, que apresentou a obra. "Biologia do Homem" foi escrito ao longo de quatro anos e, segundo o próprio autor, diferencia-se dos últimos três trabalhos, por ser um livro **"muito mais maduro"**.

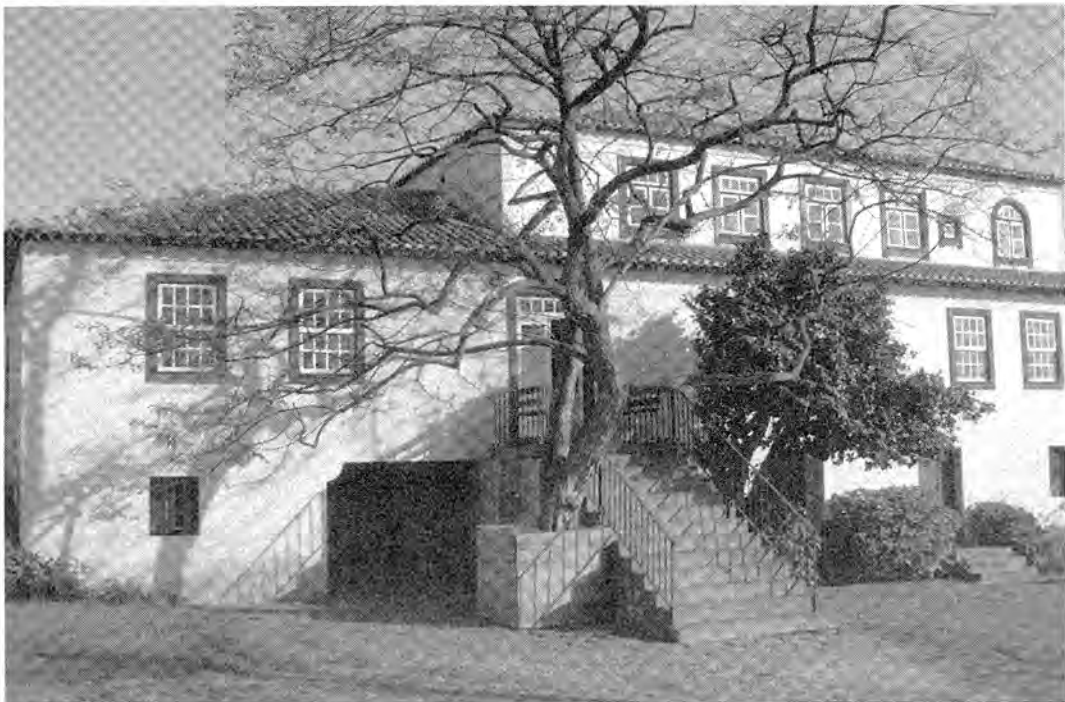


PROFESSORES BRASILEIROS EM SEIDE – Sob organização do Conselho da Comunidade Portuguesa de Pernambuco, sediada na cidade brasileira do Recife, uma delegação de vários professores universitários brasileiros visitou, no dia 23 de Setembro de 2004, a Casa-Museu Camilo Castelo Branco e o

Centro Cultural que está a ser construído em terrenos anexos, mediante um projecto do Arquitecto Siza Vieira. A deslocação a Seide deste grupo de professores brasileiros esteve inserida no âmbito de uma visita de estudo a Portugal que o Conselho da Comunidade Portuguesa de Pernambuco promoveu e que compreendeu, acima de tudo, visitas a locais ligados à vida e obra de vários escritores lusos, nomeadamente José Régio, Eça de Queirós, Ferreira de Castro, Padre António Vieira, Fernando Pessoa e, naturalmente, Camilo Castelo Branco.



ARQUIVOS INDUSTRIAIS A cidade de Vila Nova de Famalicão foi palco da realização da 1ª Conferência Internacional de Arquivos Empresariais, que reuniu na Casa das Artes, nos dias 28 e 29 de Outubro de 2004, os mais conceituados especialistas mundiais da matéria. Organizada pelo Núcleo de Estudos de História Empresarial, da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em colaboração com o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a conferência esteve subordinada ao tema "Arquivos Empresariais: da gestão quotidiana à memória histórica". A criação de um espaço de análise dos arquivos empresariais, fazendo intervir os diferentes interessados (empresários, gestores, arquivistas e investigadores), identificando problemas e apresentando soluções consensuais num contexto globalizante e de mudança, foi um dos principais objectivos que os promotores da iniciativa procuraram atingir. A procura de respostas concretas para os problemas da gestão e da conservação dos documentos electrónicos, a sensibilização dos empresários para a importância dos arquivos empresariais, enquanto instrumento da gestão da própria empresa, e a apresentação de recomendações e conclusões pragmáticas às entidades competentes foram outros dos objectivos prosseguidos com a realização da conferência.



MUSEUS FAMILICENSES APOIADOS – As duas unidades museológicas do município de Vila Nova de Famalicão que integram a Rede Portuguesa de Museus – a Casa-Museu Camilo Castelo Branco e o Museu Bernardino Machado –, beneficiaram de um apoio financeiro global de 34 mil euros, no âmbito da aprovação das candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal ao Programa de Apoio à Qualificação de Museus. A concessão dos apoios foi formalizada no dia 10 de Novembro de 2004, entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e o Instituto Português de Museus, durante uma cerimónia realizada no Museu Nacional de Arte, em Lisboa, em cerimónia presidida pela ministra da Cultura, Maria João Bustorff. A Casa-Museu de Camilo Castelo Branco e o Museu Bernardino Machado, que foram contemplados com 18.164,96 euros e 15.580,09 euros, respectivamente, viram financiados os seus projectos para as áreas da educação, comunicação, conservação e aquisição de equipamentos.



GLOBALIZAÇÃO E MULTICULTURALISMO

– A “Europa: Globalização e Multiculturalismo” foi o tema em debate nos Encontros de Outono 2004, que decorreram nos dias 19 e 20 de Novembro de 2004, na Casa das Artes. Durante dois dias, dezena e meia de especialistas apresentaram a sua visão sobre as mais diversificadas e delicadas questões com que se debatem os cidadãos dos 25 países da União Europeia. A iniciativa foi participada por mais de uma centena de inscritos, que tiveram a oportunidade de ouvir e dialogar com

nomes como Acílio Rocha, professor catedrático da Universidade do Minho, Adriano Moreira, presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, Margarida Alçada, representante da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Arlindo Cunha, ex-deputado europeu que presidiu à comissão da Política Agrícola Comum e quadro superior da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Francisco Ferreira, presidente da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, Jorge Leite, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, João Ferreira do Amaral, ex-assessor para a área económica do Presidente da República, Jorge Sampaio, e professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão, e Jorge Miranda, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, por muitos considerado como o “pai” da Constituição da República Portuguesa.



TERRAS CAMILIANAS – A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, através do Centro de Estudos Camilianos, decidiu criar a Associação das Terras Camilianas, uma organização que envolve, numa fase inicial, 11 municípios detentores de acervos camilianos ou que, de algum modo, estão ligados a aspectos da vida e obra de Camilo Castelo Branco. A saber: Coimbra, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim, Ribeira de Pena, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Famalicão, Vila Real e Viseu.

O objectivo principal da associação, cujo acto formal de constituição decorreu no dia 23 de Novembro de 2004, em cerimónia realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão, é contribuir para um melhor aproveitamento e mais qualificado tratamento do património literário e arquitectónico ligado a Camilo Castelo Branco, de forma preservar e potenciar o património bibliográfico, documental, iconográfico e arquitectónico relacionado com o grande escritor de Seide S. Miguel.



800 ANOS DE HISTÓRIA – O Município de Vila Nova de Famalicão vive em 2005 um ano mágico, com os 800 anos da atribuição do Foral de D. Sancho I, os 170 anos de fundação do concelho e os 20 anos da elevação a cidade. As comemorações tiveram início no dia 28 de Setembro de 2004 e prolongam-se até 28 de Setembro de 2005. A sessão solene de abertura, que fez esgotar os mais de 500 lugares sentados da Casa das Artes, ficou marcada pelas intervenções do presidente da Câmara e do ministro das Cidades e por um espectáculo de recriação do Foral atribuído por D. Sancho I em 1205. Ao mesmo tempo, Armindo Costa ofereceu uma serigrafia do foral a todos os presidentes das Juntas de Freguesia. Também o público presente levou para casa uma pequena réplica do foral. Antes da sessão solene de abertura das comemorações foi inaugurada a chama do foral, na Praça 9 de Abril, na presença de representantes 49 juntas de freguesia.



VILA
NOVA de
FAMALICÃO
1205-2005